

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL  
CURSO DE DOUTORADO**

**MATEUS FREITAS CUNDA**

**ME CHAMAM RUA, POPULAÇÃO, UMA SITUAÇÃO:  
ESTUDO SOBRE OS HABITANTES DA RUA E AS POLÍTICAS DA CIDADE.**

PORTO ALEGRE

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E**  
**INSTITUCIONAL**  
**CURSO DE DOUTORADO**

**MATEUS FREITAS CUNDA**

**ME CHAMAM RUA, POPULAÇÃO, UMA SITUAÇÃO:**  
**ESTUDO SOBRE OS HABITANTES DA RUA E AS POLÍTICAS DA CIDADE.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Rosane Azevedo Neves da Silva.

PORTO ALEGRE

2018

## CIP - Catalogação na Publicação

Cunda, Mateus Freitas  
Me chamam rua, população, uma situação: estudo  
sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade /  
Mateus Freitas Cunda. -- 2018.  
323 f.  
Orientadora: Rosane Azevedo Neves da Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,  
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. População em Situação de Rua. 2. Cidade. 3.  
Políticas Públicas. I. Silva, Rosane Azevedo Neves da,  
orient. II. Título.

**MATEUS FREITAS CUNDA**

**ME CHAMAM RUA, POPULAÇÃO, UMA SITUAÇÃO:  
ESTUDO SOBRE OS HABITANTES DA RUA E AS POLÍTICAS DA CIDADE.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em:  
BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Rosane Azevedo Neves da Silva (UFRGS)  
Orientadora

---

Profª Dr. Luis Artur Costa (PPGPSI/UFRGS)  
Examinador

---

Prof. Dr. Rodrigo Lages e Silva (FACED/UFRGS)  
Examinador

---

Profa. Dra. Sandra D. Torossian (PPGCLIC/UFRGS)  
Examinador

---

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi (UFF)  
Examinador

*Para Vicente e Francisco, rebentos dessa cidade;  
para Vera Regina, Luís Fernando e Handerson, trabalhadores dessa cidade;  
para Vinícius e Jari, donos dessa cidade.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial à Professora Rosane Silva, orientadora dessa tese, pelo acolhimento a esse trabalhador/pesquisador, aprofundando o diálogo sobre as populações infames da cidade iniciado no mestrado.

À Prefeitura Municipal de Porto Alegre pela liberação de carga horária para estudo, conforme assegurado em lei. Em especial, aos colegas que compuseram o trabalho cotidiano e o campo de pesquisa comigo, a saber, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Sul/Centro-Sul, da Proteção Social Especial da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) Glória/Cruzeiro/Cristal. Dentre eles, preciso nomear: Vera Regina dos Anjos, Márcia Casagrande Oliveira, Elaine Schmidt, Gérson Pacheco, Gabriel Resende, Natália Neff, Luísa de Castro, Newton Ortiz, Marcos Borges, Carmem Amaral, Carine Prates Fontanella, Alexandro Cardoso D'Ávila, Mariane Radke, Luís Fernando Moura da Silva e Edgar Alves; Júlia Obst, Lirene Finkler, Aline Kayser, Helena De la Rosa, Maria Fernanda Landim, Maria Anira Cuti e Márcia Jacoby; Sandra Nunes, Rejane Pizzato e Simone Machado; Aline Gularte Silveira, Ana Paula Bortoletti, Cléber de Deus, Cristiane Cougo, Franciele de Matos, Handerson dos Santos, Patrícia Mônaco, Simone Rillo e Vanessa Baldini; Jozélia Schvarstzhaupt e Márcia Gonçalves de Brito.

Às pessoas que habitam a rua e que, nos encontros do trabalho ou da amizade, movimentaram a questão em análise.

Aos espaços que me acolheram para estudo, sendo fundamentais para a temporalidade da leitura e da escrita: biblioteca do Centro Universitário do Instituto Porto Alegre (IPA), biblioteca do Instituto de Psicologia da UFRGS, biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Cumbuca Café, Mercopan, Cafeteria Bonnalume.

Aos amigos que partilharam das agonias da escrita, que influenciaram muitas das estratégias tomadas no texto: Heloísa Paim (também revisora), José Damico e Manoel Madeira.

Com carinho, agradeço aos meus pais, Volmar e Rosa Nira, pelo apoio constante e pela inspiração para seguir sempre em luta.

E, enfim, à Marília, minha amada, pela parceria para que essa tese pudesse ser escrita, bem como pela disponibilidade para ser revisora do texto.

## RESUMO

O que chamamos por População em Situação de Rua reúne, numa categoria, os movimentos de dispersão, segmentação, periferização e rualização, enunciando a questão Social das cidades. Expressa um dos limites da pobreza urbana, à margem das políticas protecionistas e habitacionais. De modo transversal, manifesta as questões indígena, negra e feminina, marcos da expropriação burguesa, branca e patriarcal. A categoria não representa, assim, uma essência do viver na rua: transparece, muito mais, as formas sempre reinventadas das pessoas sobreviverem nas grandes cidades e terem reconhecida suas cidadanias. Por outro lado, há um sistema assistencial que se acopla aos desabrigados, desassistidos, desfiliaados: misto de estratégia pública e filantrópica, direcionando para esses sujeitos códigos científicos, policiais e religiosos, cada qual com suas técnicas de correção. Movimentam esse sistema personagens como o “vagabundo”, o “mendigo”, a “louca”, o “malandro”, o “maloqueiro”, o “dependente químico” e outros nomes-alvos das políticas cotidianas de opressão da rua. Nesse meio, os habitantes da rua afirmam um modo de vida rueiro, com estratégias de proteção individuais e coletivas, negociando diariamente o assentamento na cidade. A tese busca, numa inspiração genealógica, arquivos sobre a história da cidade de Porto Alegre para identificar como as configurações do Social afetaram o campo em questão, acompanhando o surgimento e desaparecimento de serviços assistenciais, bem como os conceitos que os orientavam. Busca, enfim, configurar a política rueira, com os movimentos de resistência e luta pelos direitos civis de uma população segmentada da cidade, com os saberes que se formam na vivência da rua.

**Palavras-Chave:** População em Situação de Rua, Cidade, Políticas Públicas.

## ABSTRACT

What we call Homeless brings together, in a category, the movements of dispersion, segmentation, peripheralization and rualization, stating the Social question of the cities. It expresses one of the limits of urban poverty, in the margin of protectionist and housing policies. In a transversal way, it manifests the indigenous, black and feminine issues, milestones of bourgeois, white and patriarchal expropriation. The category, therefore, does not represent an essence of living on the street: it shows, much more, the ever reinvented forms of people surviving in large cities and having recognized their citizenship. On the other hand, there is a care system that is coupled with the homeless, the abandoned, the needy: a mixture of public and philanthropic strategies, directing scientific, police and religious codes to these subjects, each with its corrective techniques. Moved by such characters as the "vagabond", the "beggar," the "crazy", the "trickster", the "marginal", the "crackhead" and other target-names of everyday policies of street oppression. In this environment, the inhabitants of the street affirm a way of life, with strategies of individual and collective protection, negotiating daily the settlement in the city. The thesis seeks, in genealogical inspiration, archives on the history of the city of Porto Alegre to identify how the Social configurations affected the field in question, accompanying the emergence and disappearance of assistance services, as well as the concepts that guided them. It seeks, finally, to configure the street policy, with the movements of resistance and struggle for the civil rights of a segmented population of the city, with the knowledge that is formed in the experience of street life.

**Keywords:** Homelessness, City, Public Policies.



## SUMÁRIO

PRÓLOGO .....	12
Rua Engenheiro Tito Marques Fernandes .....	14
CAPÍTULO I: DAS SOCIABILIDADES.....	16
1.1 Cidadania no Mundo Antigo .....	16
1.2 Cidades de Deus.....	19
Rua do Nabos a Doze.....	21
1.3 Pródomos do Social.....	23
1.4 Os Merecedores .....	25
Travessa da Cadeia .....	27
1.5 Ordens Mendicantes.....	29
1.6 Vagabundagem e Controle .....	32
1.7 Hospitalização.....	35
Praça Potti.....	37
CAPÍTULO II: DO SOCIAL .....	40
2.1 O Homem Econômico .....	40
2.2 Questão Social .....	43
Altos da Bronze .....	47
2.3 Questão Urbana.....	49
2.4 Individualização .....	52
2.5 População e Governabilidade .....	54
Morro Santa Tereza.....	56
2.6 Alienismo.....	58
2.7 Palácios Assistenciais.....	63
2.8 Higiene Social.....	68

CAPÍTULO III: POBREZA URBANA.....	79
3.1 República Brasileira .....	82
3.2 Filantropia Porto-Alegrense.....	85
Estrada de Cima .....	90
3.3 Identidade e Alteridade .....	92
3.4 Segmentações I .....	94
3.5 Periferização .....	97
3.6 Rualização .....	100
Arraial do Partenon.....	105
3.7 Questão Indígena.....	107
3.8 Questão Negra.....	112
3.9 Proteção Social.....	116
Postão da Cruzeiro .....	122
3.10 Questão Feminina.....	126
3.11 Políticas Públicas para a Rua I.....	129
CAPÍTULO IV - POLÍTICAS DA CIDADE .....	134
4.1 Questão Habitacional .....	137
4.2 Políticas de Segurança.....	140
Pestes e Espíritos .....	144
4.3 Segmentações II.....	146
4.4 Desvio e Conduta.....	150
4.5 Sofredores de Rua .....	154
Praça Navegantes .....	159
4.6 Reforma Cidadã .....	162
4.7 População em Situação de Rua.....	167
4.8 Políticas Públicas para a Rua II .....	172

Morro da Cruz .....	178
4.9 Neofilantropia .....	181
4.10 Segmentações III.....	186
4.11 Reforma e Contrarreforma na Saúde Mental.....	190
Chapéu do Sol.....	194
4.12 Sistema Único de Assistência Social .....	197
4.13 Políticas Públicas para a Rua III .....	201
CAPÍTULO V - VIDA RUEIRA .....	208
5.1 Territorialidade .....	215
5.2 Violências e Violações .....	226
Viaduto Obirici .....	233
5.3 Política Rueira.....	236
5.4 Numeralha .....	245
5.5 Abordagens: Encontro e Desencontro.....	253
Viaduto da Borges .....	257
CAPÍTULO VI – VESTÍGIOS METODOLÓGICOS .....	260
CAPÍTULO VII - POLÍTICAS DIFUSAS .....	274
7.1 Cidadãs .....	275
7.2 Públicas.....	278
7.3 Filantrópicas .....	280
Anfiteatro Pôr-do-Sol.....	282
7.4 Exterminadoras .....	284
7.5 Importadas .....	286
7.6 Do Desencontro .....	289
Encruzilhadas.....	290
7.7 A Ruaologia .....	292

EPÍLOGO.....	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	297
REFERÊNCIA MUSICAL .....	316
REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS.....	317
LISTA DE TABELAS .....	317
LISTA DE IMAGENS.....	317
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	318

## PRÓLOGO

A presente pesquisa nasce no cenário: década de 2010 (precisamente de 2010 a 2017), quando o Sistema Único de Assistência Social ganha contornos mais precisos em Porto Alegre, amparado na Política Nacional de Assistência Social de 2004, marco importante da Proteção Social no país. Nesse período, foi ampliado e descentralizado na cidade o serviço de Abordagem Social para as Pessoas em Situação de Rua, com a implantação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e os Especializados para a População em Situação de Rua (Centro POP). Como técnico social deste município, nomeado justamente em 2010, acompanhei a criação do CREAS Sul/Centro-Sul.

As diversas demandas que estavam destinadas aos CREAS – principalmente, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), a violência física, psicológica e negligência; a violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; a vivência de trabalho infantil –, eram predominantemente domiciliares. Desse montante, a rua funcionou para mim como um imã e logo criou-se uma familiaridade com a vida rueira, a partir das relações criadas com as pessoas que habitavam as ruas da zona sul da cidade. Desse cotidiano sobreveio a figura do pesquisador com as questões: como esses sujeitos apresentam uma vida tão consolidada vivendo em severas condições materiais? Como vivem com a insegurança produzida pelo estigma da vagabundagem, da drogadição, do roubo, da prostituição? E, finalmente, o que o Estado e as políticas públicas desejam mesmo fazer? Primeira tentativa de explicação será dar um passo atrás, movimento profano. Desrespeitar o tempo é tarefa. Respeitar, aliás, seu desalinho.

A figura da pessoa nômade, que não carrega posses e habita as bordas da cidade, é notada desde as cidades antigas. De lá para cá, foi personificada de muitas maneiras, assumindo papéis variados e sendo objeto de muitos métodos de intervenção, seja para proteção ou para exclusão. Cumpre-nos recolher algumas fagulhas desses arranjos para produzir reflexões sobre a vida nas cidades, acompanhar os sentidos que orientam a relação entre as pessoas e a urbanidade, bem como entender o surgimento e o desaparecimento de instituições que tentaram, de alguma maneira, ordenar a vida rueira. No meio desses percursos – caminhos intermediários – queremos evidenciar as políticas cotidianas de subsistência, uma ética e uma estética de administração dos excessos e das faltas da urbe.

De pronto, é possível dizer que as cidades sempre procuraram gerenciar seus habitantes. Desde as medievais até as modernas, o modo de vida gregário buscou soluções para a complexidade da vida humana. Cada tempo e espaço estrutura padrões morais e estéticos, impressos nos modos de sobrevivência e trabalho, nas estratégias de cuidado e proteção para os comuns, nas linguagens e códigos que, enfim, se esparramam na cultura e estabelecem os valores e os jogos de poder - manifestos de muitas formas nos corpos e nas instituições.

A cidade fala. Não sou eu que digo, muitos dizem, acadêmicos ou não - buscarei referenciar o possível. O fato é que a cidade se expressa em uma integralidade, traz sentidos à concretude dos prédios, avenidas, ruas, comunidades, pessoas. Alguns disseram corpo, quase no sentido orgânico; outros como um sistema interligado de informações e conexões. O que acontece em um ponto, repercute de maneira homeostática no outro, equilibrando o cotidiano. A justiça é a prevalência da homeostase: quando o acúmulo aumenta de um lado é preciso excluir o excesso na outra ponta. Mas nada desaparece. Tudo se transforma na cidade, nada se perde.

A hipótese, aparentemente química ou biológica, será apresentada pela psicologia social, buscando a genealogia das urbes e o surgimento de um Social como amálgama entre a urbe e as pessoas. Falaremos do concreto no texto, mas nas entrelinhas, também aquilo que escapa de uma cidade que sofre e goza, que se liberta e se esconde, que produz e é inútil, que fala e silencia.

Tomaremos como arquivos os registros sobre a cidadania e o cidadão no mundo antigo, depois os vastos relatos da Europa medieval, chegando aos tempos modernos e contemporâneos. Nesses planos históricos, evidenciaremos a composição de diversos eixos discursivos, como o assistencial, o filantrópico, o público, o da cidadania e do direito à cidade, enunciando pelo enquadre ou pela sagacidade, esse personagem que chamaremos de Rueiro. Dele se desdobrarão diversos nomes e corpos, contornando a experiência da vida na rua e animando diversas políticas e instituições.

### **Rua Engenheiro Tito Marques Fernandes**

O telefone toca no Centro de Referência Especializado de Assistência Social Sul/Centro-Sul de Porto Alegre. A voz chega nervosa, ansiosa: tem uma pessoa na frente da minha casa há três dias. E que pessoa é esta, senhora – ousa-se perguntar. Vou saber? Isso não é assunto meu. Quando vocês vêm? O funcionário olha a agenda, percebe a lotação de atividades para a semana e calcula que pode demorar um pouco até alguém poder ir. Mas que demora! Eu pago impostos, tenho direito de ter minha calçada limpa! Um suspiro do atendente, que propõe elegantemente: já foi tentado algum contato com esta pessoa? A resposta vem em grito: mas é um vagabundo, toma droga todo dia, como vou falar? E agora desandou a cagar e mijar na frente da casa! Veja, cidadã, há muitas razões para uma pessoa ficar nessa situação, precisamos entender o que está acontecendo com ele, sua história, enfim. Olha só, seu funcionário público de merda, não me importa a história dele nem esse papo de direitos humanos, eu dou uma hora para vocês resolverem isso ou vou dar meu jeito. Ao levantar o olhar do formulário de solicitações de abordagens, alcança os olhos arregalados de um colega que, sabedor do que devia estar escutando, lhe entrega um café que aromatiza a cena. Sem mais assunto, encerra o profissional: ok, guardamos seu telefone, assim que conversarmos com o homem, entraremos em contato com a senhora.

A pessoa na calçada cagou, sim, pudemos confirmar. O cheiro azedo de uma merda líquida toma a cena, escorrida do canto onde restava apenas um punhado de papéis e dois dedos de cachaça. Não há pessoa. Que merda é essa? Pergunta inconformado o dono de banco, comerciante ou dona de casa. O tom é de ressentimento frente aos “vagabundos”, “cachaceiros”, “drogados”, “vadias”. Como resposta, se explica o sentido do trabalho, que não removeremos ninguém, que não podemos evitar o cheiro. Argumenta-se que é preciso conversar com a pessoa, que ela tem uma história de vida, que merece respeito. Mas a demanda pouco se altera, pois o entendimento é que caberia a nós – representantes do Estado – deixá-lo limpo, no alinho.

A equipe de Abordagem Social do CREAS já está acostumada com a demanda de higienização. São solicitações costumeiras dos bairros de classe média da zona sul. O pedido geralmente carrega a surpresa de ter encontrado uma pessoa ou seus produtos no meio do caminho habitual: até ontem a pessoa não existia, mas agora há um intruso, um cheiro que

invade a casa. O demandante defende seu território; os profissionais do serviço defendem uma política cidadã, de garantia de direitos ao habitante da rua; o rueiro defende o seu dia: pela multiplicidade de sentidos do encontro, vê-se que a conversa pode ser longa.

O que haveria de ser dito para a solicitante dessa cena? Explicar que o “vagabundo” na frente da casa tem sua dignidade? Que são pessoas que têm histórias de vida que se formam de infinitos pedaços assim como as nossas, e que mesmo assim precisamos conversar sobre os direitos de cada um? Antes de uma aula sobre direitos humanos, é preciso abordar o conflito estabelecido, ou seja, a presença real da merda. Por vezes, é só achar um canto mais adequado para as necessidades diárias do intestino e da bexiga. Quando há tempo, podemos fazer tais gambiarras e escutar o silêncio: Eu não vivo aqui, minha família é de lá, meu trabalho era bom, meu guri joga bem, minha família é de alguém, eu não sou de ninguém; estou indo para a cidade, desculpe a pouca estadia, vivo de passagem, não me siga porque eu não deixo rastros; essa merda eu não sei, acho que é do outro, vou falar pra não fazerem mais, tem muito vagabundo, mas fiquem tranquilos que eu deixo o recado; obrigado pela atenção, desculpe ocupar o tempo, vou indo logo.

A Kombi segue pela Avenida Eduardo Prado, o vento anuncia a velocidade e a brisa do rio, o caminho é de volta e todos já descontraem os corpos. O motorista de poucas palavras comenta o preço da costela anunciada no mercadinho, os celulares já se movimentam em mensagens e ligações, o colete já vai aberto esvoaçante. O colega no banco do fundo nota uma pessoa conhecida da Rua Ludolfo: não é o Valmir? Não, é o amigo dele, Loureiro, bebiam juntos. E onde anda ele? No abrigo. E como ele tá? Pois, fizemos uma visita recente: desde que saiu da internação psiquiátrica (feita por nós) começou o tratamento no CAPS, está tomando medicação. Que bom, disse um. Só que, completei, estava quieto, gordo, sonolento, passava o dia sentado, esperando as horas. O final da frase já se perdeu no vazio da janela, olhando as ruas que passavam em movimento, cada qual com mil histórias, com infinitas possibilidades. A sensação é de que interferimos no tempo e no espaço da cidade, refazendo percursos, alterando trajetórias, criando circuitos. Voltando o olhar para a prancheta, enquanto rabisco uma casa em formas geométricas, brota uma preocupação que martela: o que fizemos, afinal?



## CAPÍTULO I: DAS SOCIABILIDADES

E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade, nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano - sub-humano como o guerreiro insano condenado, nas palavras de Homero, como “alguém sem família, sem lei, sem lar”; porque uma pessoa assim, por natureza amante da guerra, é um não-colaborador, como uma peça isolada num jogo de damas (ARISTÓTELES, 2004, p. 146).

### 1.1 Cidadania no Mundo Antigo

A cidade no mundo antigo era compreendida como obra da natureza humana. O homem, dizia Aristóteles (2004), difere dos demais seres gregários da natureza pelo dom da palavra. Por essa razão, é próprio do homem nomear os sentimentos de dor e fracasso, expor os convenientes da boa vida, estabelecer os critérios de justiça, ordenar uma vida em comunidade. A vida cívica consistia da “associação de seres que têm uma opinião comum acerca desses assuntos (bem e mal, justiça e injustiça)”, manifesta na forma de “uma família ou uma cidade” (p.146). O “comum” aqui referido pelo clássico filósofo, confundido por vezes com o Social, foi revolucionado uma porção de vezes até chegarmos no modo de vida que temos hoje.

Nesse enredo, precisamos contar que na Grécia de Aristóteles a cidadania estava destinada apenas aos homens maiores de 21 anos, descendentes de cidadãos de Atenas. Estes geriam as leis e decidiam sobre a justiça comum das cidades. Mulheres, artesãos, comerciantes, escravos e estrangeiros não tinham o poder da palavra nos espaços de participação da cidade. A cidade grega, pautada pelo patriarcalismo, estava orientada em torno dos valores masculinos. O corpo do homem foi valorado por seus atributos físicos e exposto em monumentos que permanecem até hoje.

Segundo Richard Sennett (2008), a cidadania se exercia pela virtuosidade do corpo (em músculos, postura, calores) e pela virtude da palavra (a oratória). Ao atrelar os corpos à moral, a virilidade masculina construiu normativas não apenas para a beleza estética, mas também para a física da cidade, com a elaboração das leis que orientavam a vida comum. A circulação no espaço urbano ficava, assim, orientada para o trânsito dos corpos “quentes” em detrimento dos “frios”. A democracia ateniense, defendida por Péricles na Oração Fúnebre, afirmava o lugar do homem guerreiro em alto relevo na cidade, merecedor de destaque nas oratórias da Ágora e

tomando os espaços públicos com altivez. Nas ruas, se esperava então uma postura ereta no caminhar (Orthos), com uma atitude decidida, denotando segurança. Aos demais, não cidadãos, restava um ambular claudicante, de caminho indefinido.

As instituições erguidas também se orientavam por este modelo de cidadania. Os pórticos, as praças, os templos, as casas eram construídas de acordo com a divisão social de gênero, de cidadania, obedecendo a política vigente. Os ginásios, por exemplo, eram destinados aos jovens homens para o treinamento de lutas, para o exercício da oratória, treinando-os para suas funções futuras na cidade. O espaço comum se centrava na *Ágora*, grande praça onde se permitiam o encontro público de fato, espaço para discussões políticas, tribunais populares, exposições artísticas como música e dança, atividades financeiras, ritos religiosos, feira de objetos, etc. Na margem dessa ortopedia urbana, a pluralidade de existências produzia uma vida intensa, sempre à mercê, todavia, de ser acusada pelo desalinho. No pórtico ao norte da *Ágora*, por exemplo, diz Sennett (2008), amparado nos estudos do arqueólogo John McKesson Camp<sup>1</sup>, se encontravam “engolidores de espada, saltimbancos, pedintes, parasitas e peixeiros” (p. 54), cuja presença indicava que reuniam ali os modos de vida destoantes da norma cidadina: nessa borda se filosofava livremente, o comércio era informal e as artes se misturavam com a magia.

Na Roma do Mundo Antigo, a cidade também se moldava conforme os alinhos morais e físicos. Os espaços públicos estavam orientados por uma geometria linear que alcançava os corpos, as ruas, os prédios, organizando-os da forma mais matemática possível. Corpo, casa e família se baseavam nessas premissas e respondiam de modo racional aos preceitos patriarcais (mais impregnantes que na Grécia). As construções como o Fórum, o Panteão, o Coliseu e o Parthenon, produziam uma linguagem visual que, na análise de Richard Sennett (2008), buscava apaziguar a urbe: “era o reflexo das carências de um povo que não desfrutava de conforto e vivia em meio a desigualdades, sem nenhum controle, em busca de um espaço tranquilizador” (p. 129). O Panteão e o Fórum, como exemplo, tinham uma quadratura que acolhia, no revés, a multiplicidade de existências da cidade: dentro deles, todos podiam ficar frente a frente com os deuses do mundo antigo numa harmonia que a arquitetura reforçava. O efeito “público” desses espaços se aproximava ao da *Ágora* grega. A obsessão pela linearidade das ruas, pela boa circulação dos ares, somada ao zelo pela correta aplicação das leis, pelo justo julgamento das pessoas, gerou, junto com a exatidão das coisas em seus lugares, a expulsão da

---

<sup>1</sup> Escritor do livro “*The Athenian Agora: Excavations in the heart of Classical Athens*”.

vida mundana, estrangeira, clandestina. O centro da cidade assumiu assim um aspecto formal dentro dessa geometria, vigiando e afastando o que produzia balbúrdia e desordem. Sobre a urbanística da Roma Antiga, Lewis Mumford (1998, p. 246) diz:

Era a clarificação espacial generalizada que deveria ter impressionado o visitante no centro da cidade. Numa grande parte da metrópole crescente, as ruas continuaram sendo um emaranhado de estreitas passagens, atravancadas com o conteúdo desordenado das lojas e tavernas que as ladeavam.

O esforço da nobreza (Patrícios) para regular o fluxo da cidade cruzou os eixos da mesma, expandiu a urbanidade para fora do centro, em pontos que já não conseguiam controlar. No ápice dessa cidade antiga, a maioria dos cidadãos eram trabalhadores que se apinhavam em prédios nos arrabaldes da cidade, em condições bastante insalubres. Dentre os espaços destinados às massas, se destacavam os banhos públicos<sup>2</sup> e a arena dos gladiadores. Esses espaços eram as principais contribuições do Estado romano para o entretenimento das massas, se tornando, perto do seu fim, num espaço marcado pelas condutas transgressoras, tais quais a prostituição e o alcoolismo.

Sobre os habitantes da rua, Marie-Ghislaine Stoffels (1977) refere que desde a Grécia Antiga há registro de ondas de pessoas itinerantes, que não se enquadravam dentro do sistema de hierarquização das cidades. Tais pessoas tinham uma condição diferente da dos escravos, submetidos à submissão dos cidadãos por filiação, endividamento ou crime de guerra; se diferiam também dos comerciantes estrangeiros, que estabeleciam seus negócios na cidade, mas não ingressavam nas discussões políticas da polis; e eram diferentes também das pessoas pobres (maioria populacional tanto em Atenas como em Roma) que podiam, inclusive, por filiação ou posto de trabalho, ser cidadãos. Os nômades, conta Cláudia Turra Magni (2006) em referência à pesquisa de Stoffels, eram pessoas que haviam sido expulsas de suas comunidades pela expropriação alheia, que fugiam da escravidão, que não se perfilavam na divisão do trabalho. Nas cidades, eram identificados como mendigos ou indigentes: “o miserável que não fosse escravizado ou que desertasse do regime de escravidão, não teria outra forma de sobreviver que

---

<sup>2</sup> Mumford (1998) descreve como “um vasto recinto fechado, capaz de conter grande quantidade de pessoas, um salão monumental contíguo a outro, com banhos quentes, banhos tépidos, banhos frios, salas para massagens e salas para passar tempo e dividir os alimentos, anexo aos ginásios e campos de esportes, para servir àqueles que procuravam exercícios ativos, e também bibliotecas, para os mais reflexivos ou mais indolentes” (p. 248).

a mendicância e a vadiagem na cidade, alternando o pedido com pequenas tarefas” (MAGNI, 2006, p. 16).

A identidade fugidia desse personagem antigo não era, todavia, alvo de nenhuma ação específica dos soberanos. Sua própria condição marginal não permitia ancoragem nas grandes cidades do Mundo Antigo, o destinando ao ostracismo – que lhe empurrava sempre mais adiante, no trecho de uma nova odisseia – ou à morte.

## 1.2 Cidades de Deus

Após sucessivos ataques de invasores externos, que acabaram por envolver toda a energia dos impérios, as grandes cidades antigas perderam seu poderio militar e político, assim como sua influência cultural e religiosa. O medo das cidades foi crescendo à medida em que decrescia o número de habitantes, face à desproteção decorrente das guerras. Houve uma regressão do conglomerado urbano, voltando as civilizações para uma vida interior, distante da ameaça bárbara.

Esse período de depressão do mundo antigo foi sucedido por uma revolução religiosa, econômica e política. Do ponto de vista econômico se desenvolveu a subsistência agrária, via o trabalho no campo, de onde surgiu a hierarquização social feudal. Nela, o homem cívico e militar, cidadão primeiro, manterá seus privilégios, reorganizando as castas em torno de suas riquezas e propriedades. Politicamente, temos a assunção de uma Igreja com poderes de Estado, orientada pelo cristianismo, assumindo a classe clerical um lugar central na condução dos reinados, executando as funções mais importantes das municipalidades, conduzindo as normas e leis. No âmbito da esperança divina, o cristianismo povoou a descrença nas coisas do mundo, reorientando o sentido da vida do plano terreno para o espiritual.

Diz Mumford (1998) que a filosofia cristã trouxe um contorno à desgraça dos tempos de guerra e insegurança. Sustentado na ênfase ao “pecado, dor, doença, fraqueza, morte”, deu sentido à civilização que se encontrava em franca desintegração: “em vez de fugir às negras realidades de seu tempo, o cristão as abraçava, fazendo de boa vontade o que os pagãos ociosamente evitavam, ele neutralizava e, ao mesmo tempo, em certa medida, vencias as forças que o ameaçavam” (p. 267). Além disso, pregava o preceito de igualdade dos seres humanos, permitindo que independentemente da posição de poder na cidade, da forma estética do corpo, do gênero sexual, da beleza ou da riqueza da pessoa, a pessoa poderia se converter a um Deus

uno, que horizontaliza a todos. Repetindo o São Paulo escreveu ao povo de Gálatas<sup>3</sup>: “Porque todos sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus. Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos resvestides de Cristo. Nisso não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (BIBLIA, 2015, p.1792).

A oposição entre uma “cidade de Deus” e outra “cidade dos homens”, presente na obra de Santo Agostinho e constante nos textos de São Paulo, reafirma o lugar da humildade, opondo os valores espirituais diretamente aos terrenos. A conversão voluntária colocava todos sob o mesmo guia, pondo em questão a lei dos homens e sua forma de hierarquização: “Sei de que forças tenho necessidade para demonstrar aos soberbos quão poderosa é a virtude da humildade, pois que, para lá de todas as grandezas passageiras e efêmeras da Terra, ela atinge uma altura que não é uma usurpação do orgulho humano, mas um dom da graça divina” (SANTO AGOSTINHO, 1996, p. 98). Essa compreensão acerca da vida mundana aproximou a nova religião dos pobres e vulneráveis. Uma “aliança ética”, diz Richard Sennett (2008), sustentada na imagem do Cristo em chagas, na valorização do sofrimento e do sofredor. Nesse contexto, a figura do pobre, indigente, mendigo, doente, ganhou um lugar de destaque. A prática da assistência fraterna “redimia as ignomínias da fome, da doença e da penúria, tornando-as uma ocasião de camaradagem e amor” (MUMFORD, 1998, p. 268). Na cidade de Deus, Deus é amor. E o amor à humanidade, conforme o dicionário (HOUAISS, 2010), chama-se Filantropia.

Os cristãos, entretanto, foram perseguidos nos primeiros séculos: só puderam exercer publicamente sua crença a partir do século IV, com a ascensão de Constantino I. O imperador acolheu a grande população cristã da época<sup>4</sup>, garantindo com o Edito de Milão no ano 312, a liberdade de culto, destituindo o paganismo como religião oficial do Império Romano<sup>5</sup>. Com a constituição do bispado e a realização dos concílios, fez-se a normatização do Estado-Igreja. Os templos pagãos se tornaram basílicas suntuosas, o exército incorporou a cruz e as iniciais de Cristo ao seu brasão, o espaço urbano foi redimensionado para a vida campesina: o pensamento cristão adentrou na estrutura política dos estados, reorientando as leis, o senso de justiça, a posição da nobreza e o lugar dos desvalidos nas cidades.

---

<sup>3</sup> Epístola de São Paulo aos Gálatas, capítulo 3, versículos de 26 a 28.

<sup>4</sup> Em Roma representava  $\frac{2}{3}$  da população (SENNETT, 2008, 151)

<sup>5</sup> A associação entre o Estado decadente de Roma e a religião cristã se deu mais efusivamente com Teodósio I, com o Edito de Tessalônica, ano 380, assumindo o cristianismo como religião única, afirmando ser heresia a adoração politeísta e destruindo os templos pagãos.

Com a regressão do espaço urbano, os mosteiros se tornaram satélites para pequenas comunidades, geridos por membros do clero e nobres proprietários, numa economia agrícola. Agostinho, então bispo de Hipona, teria construído um modelo dessa natureza no século IV, sendo difundido adiante no Ocidente. “O mosteiro era uma nova espécie de polis: uma associação, ou melhor, uma íntima fraternidade de pessoas que pensavam da mesma forma” (MUMFORD, 1998, p. 270). Acolhiam os fugitivos das grandes barbáries, promoviam um terreno de paz para a alma. Tal organização, diz Mumford, manteve viva a cultura da literatura Clássica, desenvolveu o uso do latim, aprimorou a agricultura romana e manteve as premissas da medicina grega. Através da estrutura monástica se assegurava uma certa ordem no mundo frente ao desamparo externo, buscando desenvolver na filantropia uma estratégia de proteção aos desamparados.

Imagem 1: As respigadoras



Fonte: Jean-François Millet (1857)

### **Rua do Nabos a Doze<sup>6</sup>**

Nabos tinha à vista o pôr do sol desde a sua quitanda, num quente verão da Porto Alegre primitiva. Experimentava a cachaça trocada por uma galinha que criara no seu pátio e suportava o calor subtropical com o seu balandrau negro, coberto até a mais alta gota de suor da cabeça. A tenra freguesia já apresentava uma circulação razoável de pessoas, mais

<sup>6</sup> Atual Rua Bento Martins, no Centro Histórico de Porto Alegre.

de duas mil habitavam o terreno que bordeava o rio e os morretes mais altos. O final do dia trazia às ruas os transeuntes retirantes da lida diária. Uma charrete cruza no passeio de baixo, Nabos vira a cabeça, o suor lhe arde os olhos, desvia para o copo, entorna.

Do lado da Rua dos Pecados Capitais vem Loureiro, um homem conhecido do bairro. Cambaleante, coxo, chega na altura da morada de Nabos com muita dificuldade, tropeça num chumaço de capim e cai sem defesa. Com a cara jogada ao chão, desacorda. Nabos avança devagar para a cena, lhe custando movimentar os membros. Observa à pequena distância o estado do sujeito e, com cuidado, levanta a cabeça dele para ver o estado da ferida. Loureiro respirava, mas não tinha consciência. O sangue empossou a terra e Nabos se limitou a ajeitar a boca para canalizar os líquidos. Muito paciente, acorado frente ao corpo, Nabos respirou fundo e, ao desvendar o capote do traje, avistou Ângela Reíúna, que morava em uma casa anexa à sua. A negra gritou ao soturno homem: “traz ele pra mim!”. Sem dizer palavra, com um olhar e um movimento de dedos, Nabos solicitou ao seu ajudante, que acompanhava a cena desde a quitanda, para fazer o serviço.

Reíúna recebeu o homem com um cuidado consternado, não mostrou espanto pela sujeira em que se encontrava. Já sabia que Loureiro era um turco que vivera em Portugal antes de entrar imigrante pelo nordeste brasileiro, que percorrera oceanos e continentes e que perdera a pouca família que tinha ao embarcar para o mundo novo. Viera para o sul do Brasil por conta das guerras, onde se traumatizou definitivamente. Vivia sem casa, perambulava pelas ruas com trajes em farrapos, abastecia-se das relações construídas no meretrício, sobrevivendo a cada dia das brigas, dos desamores. Há tempos vivia na rua e se alimentava apenas da bebida.

Com destreza, Reíúna abriu o colarinho apertado, limpou a ferida e foi percorrendo com um pano úmido a feição do homem. Nabos observou o trabalho da vizinha e cobriu o cheiro da operação acendendo seu cachimbo. A fumaça tomou a cena e o tabaco fez bem a todos. Ao terminar a limpeza, Ângela improvisou uma roupa no atendido. Ao colocá-la, Loureiro abriu os olhos e tossiu com debilidade, reapoitou a cabeça e apagou novamente. A mulher afastou-se, sentou na beirada da porta onde também se escorava o vizinho, enrolou com calma um cigarro e, ao dar a primeira tragada, disse: vou ficar com ele. Nabos fez uma cara preocupada com a decisão de Reíúna e devolveu: mais uma boca para a tua feira. Um

pouco desafiada, a mulher pergunta: para onde ele poderia ir, então? Para a cadeia, pois! disse seguro o comerciante.

### 1.3 Pródomos do Social

A nobreza que buscava escapar da guerra e da escravidão encontrou no campo a proteção necessária, mas não deixou de assumir um lugar soberano na nova organização de Estado, assumindo pela conversão postos de alto escalão na Igreja. A partir do bispado e dos mosteiros se reproduziu a hierarquia dos homens em torno das castas e riquezas da cidade: se engendrou o *sistema de senhores* que penetrou no campo catequizando e construindo padrões morais da vida na Idade Média. O Feudalismo, como já deveras dito, garantiu a amplitude de controle do Estado-Igreja, aplicando taxas para o trabalho e para renda gerada pelos camponeses, controlando o modo de produção de alimentos e gerenciando a vida cotidiana dessas pequenas sociedades (MUMFORD; 1998; GEREMEK, 1995; MOLLAT, 1989; CASTEL, 2015).

Politicamente, os bispos atuavam como governantes municipais nas comunidades, assumindo um papel militar e pastoral dentro da estrutura geral do Estado, garantindo a subsistência e a proteção de seu rebanho, além de prometer a eternidade pela ressurreição dos mortos. Este remodelo de cidade construído em torno dos mosteiros, criou suas camadas com sucessivas muralhas que, frente ao medo dos invasores, recuperava o modelo do Mundo Antigo. Quem estava do lado de dentro gozava, além do culto aos céus, de uma segurança proporcional a sua posição social, uma identidade de pertença terrena.

Temos aí as condições iniciais que permitiram uma **primeira configuração do Social** no mundo ocidental. Sustentado pela filiação à proteção monástica: cada ovelha cuida a si como ao próximo, gerando uma corrente que, pelos degraus do catolicismo, chegaria ao Pai.

As cidades feudais produziram um arranjo de sociabilidade que, embora possivelmente presente em outras sociedades antigas, trouxe elementos importantes para a história que estamos contando. A pertença a um senhorio, seja leigo ou clérigo, deixava poucas possibilidades para a ascensão de posição na estrutura social. O trabalho de cada alma era destinado ao enriquecimento dos mandantes. Desde o nascimento a pessoa era circunscrita nessa rede de obrigações, respondendo a acordos ancestrais, mantendo a estrutura hierárquica



dada por sua filiação a ela. O pertencimento comunitário, que garantia o mínimo das garantias de uma vida digna se dava através de uma rede de interdependência. Robert Castel (2015) aponta aí para um modelo de *sociabilidade primária*, funcionando como um “sistema de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho” (p. 48).

Os laços de pertença funcionavam de modo eficaz dentro de um perímetro conhecido, adscrito, até onde os laços fraternos conseguiam alcançar e/ou até onde os recursos pudessem suprir. Nesse sentido, se configurava um esquema equilibrado de oferta e demanda, acolhendo os improdutivos ou desfiliaados numa amplitude medida. Eram alvo, especialmente, aqueles indivíduos que apresentassem uma dependência estrita ao tecido social, como idosos, deficientes, órfãos e insanos. De acordo com a inaptidão apresentada, era tentada providencialmente a reintegração da pessoa no campo das relações de troca. Não sendo o problema corrigível, a pessoa ficava a cargo dos recursos senhoriais – limitados – e à mercê da disposição familiar para acolhê-la – mormente, ausentes. Em muitos casos, nem família, nem senhoril, nem trabalho sustentam a filiação em uma rede de proteção. Não raro, o sujeito passava para um estado de isolamento social, entregue à própria sorte. No sentido descrito por Castel (2015), vivia o efeito de *desfiliação* da rede de relações, dos recursos materiais, da proteção, da cidadania e, enfim, da própria identidade. Outro limite claro era o da mobilidade. A rigidez da estrutura feudal não permitia alterações no status social da pessoa, exceto entre membros do clero. Assim, cada suserania distribuía suas terras conforme a previsão dos papéis sociais já dispostos, mantendo um controle claro sobre todos que estão sob seu gerenciamento. Para os estrangeiros com posses, se permitia a adesão à relação senhorial por meio de uma espécie de contrato, na qual era possível se submeter à servidão, assumindo o trabalho e os tributos correspondentes à posição de proteção da comunidade.

As pessoas despossuídas, andarilhas ou nômades ficavam fora desse sistema, criando um fluxo migrante que, sem ancorar nas cidades, habitavam as estradas ociosas e os campos desabitados. Conforme Castel (2015), havia um acordo tácito entre os senhores que permitia o acolhimento de alguns transeuntes, abrindo os celeiros para o pernoite e concedendo eventualmente alimentação, mantendo uma certa providência emergencial. Nas cidades, os desfiliaados do sistema monástico (carentes, miseráveis, indigentes, doentes ou peregrinos das rotas de exclusão) habitavam uma zona indefinida de sociabilidade.

O ponto de conexão com o Estado era através da piedade cristã, que preenchia em alguma medida, por suas obras, o vazio assistencial da cidade. O olhar para a pobreza era prática comum dos conventos, com o acolhimento seletivo de algumas pessoas inabilitadas para a vida laboral, produzindo um saber sobre as ações caridosas. O aprimoramento da assistência aos necessitados foi estimulado dentro do vasto patrimônio da Igreja, que geria as riquezas doadas para a cidade de Deus, criando instituições públicas para esse fim. Como estratégia para emendar os fios da sociabilidade dos homens criou-se os primeiros centros comunitários (SENNETT, 2008) e, com eles, uma metodologia de trabalho para os merecedores da misericórdia do Pai.

#### 1.4 Os Merecedores

A salvaguarda cristã não suprimia um lugar menor para os carentes. Embora a pobreza fosse cultuada de tal modo que muitos cristãos assumiram uma vida simples como modelo de existência na Terra, o pobre digno de caridade devia estar coberto por uma desgraça ao mesmo tempo factível e transcendental. A admissibilidade de um assistido se dava na linha vertical, observada de cima, exercida pelo poder de quem pode dizer os nomes que categorizam uma condição. O sistema filantrópico iniciado produziu um olhar de suspeita sobre o merecedor da obra divina, um cálculo sobre a intenção alheia e a possibilidade de torná-la moldável ao trabalho, à docilidade. Era fundamental discernir a ociosidade vestida de indignidade. A veracidade da condição espiritual do sujeito era testada e assegurada por um membro rico da cidade. O auxílio só seria garantido pela correta expressão da condição, baseada na atitude de submissão, na vergonha de mendigar, na exibição do corpo doente e sujo: “a incapacidade física, a velhice, a infância abandonada, a doença – de preferência incurável – e as enfermidades – de preferência insuportáveis ao olhar: sempre foram os melhores passaportes para se tornar um assistido” (CASTEL, 2015, p. 68).

Frente ao sistema de caridade monástico, a figura do mendigo se especializou e ser um assistido era como uma profissão. Sua existência era mantida entre os limiares do corpo santificado da caridade e o corpo ocioso para o trabalho: entre o santo e o vadio se abriu um vasto campo de dúvidas e imprecisões. O *mendigo inválido* era definido em parte por sua condição corporal – “magro, cego, chagado, frequentemente coxo” (MOLLAT, 1989) – mas também por sua condição moral, o desgraçado que deveria assumir o peso de sua desgraça,

mantendo postura que acuse a submissão e a vergonha de não poder trabalhar: *o pobre envergonhado*. Como o público de candidatos era bastante abrangente, se iniciou uma criteriosa classificação dos sujeitos que seriam atendidos por cada municipalidade. A partir do teste de veracidade, provado o merecimento, o indivíduo era incorporado em uma lista de carentes, fazendo jus a uma determinada benesse, conforme avaliação da paróquia.

O critério inicial do pertencimento comunitário foi asseverado. A restrição do atendimento aos pertencentes de cada cidade, assegurando a pertença a uma sociabilidade primária, sendo conhecido pela comunidade como alguém que, de fato, necessita de ajuda. O reconhecimento do assistido passa a ser algo fundamental para o sistema de assistência, acusada por uma “proximidade social”. De perto, se torna possível traçar o diagnóstico e o empreendimento que pode ser realizado. Ademais, a “proximidade geográfica” garantia uma aplicação de recursos que não extrapolasse o limite comunitário: uma distância mínima do mosteiro devia ser respeitada como condição para atendimento (CASTEL, 2015). Outro critério pelo qual se desdobrou a definição do público assistido foi a inaptidão para o trabalho, visto que a incapacidade de uma pessoa prover a sua própria subsistência demandava uma contrapartida de proteção do corpo comunitário. O critério de utilidade produtiva se tornou cada vez mais importante na medida em que as cidades, ao final da Idade Média, já estavam orientadas pela inclusão capitalista, com a transposição hierárquica dos camponeses e escravos do campo para a cidade – na formação do que chamaremos logo de proletariado. Nesse regime, a impossibilidade de trabalhar se tornará um problema fundamental para os governos.

Seria, preciso, portanto, delimitar exatamente as inaptidões. A institucionalização da caridade se fez pelo escrutínio do merecedor. A construção da categoria dos mendigos inválidos para o trabalho, principal enquadre para ajustar as contas da assistência nesse período, fez iluminar a figura de seu antagonico, o *mendigo válido*, apto ao trabalho e que vivia de benesses. Ele diferia do *pobre envergonhado* pelo fato de que este, ainda que pudesse trabalhar, representava um papel submisso (de pecado e culpa) dentro do sistema moral das comunidades. A fama do “vagabundo” se fez pela postura de insubmissão, pela áurea de suspeita, pela proximidade com a mentira, com a trapaça, pelo uso de álcool e outras substâncias. Entre ocioso e dissimulado, oportunista e malandro, o “vadio” ligava a imagem da pobreza à da delinquência e do perigo.

### Travessa da Cadeia

Loureiro morreu dois dias depois de chegar à *Cadea* do Corpo da Guarda. Nabos chegou a fazer uma sopa extra naqueles dias, causando exceção à caridade regular de uma sopa por semana, na tentativa de reabilitação do homem. Mas a poção não foi suficiente. O carcereiro, Pacífico, o encontrou na alvorada do dia, corpo desmontado sobre si mesmo, um cheiro que parecia vir do líquido que escorria de seu ventre. A cena não era nova para o policial, mas lhe fez voltar para a rua, acender um cigarro e abrir pela primeira vez no dia a garrafa de cachaça.

Pacífico pensou na tarefa de limpar a cena e enterrar o morto, em quem ia fazer o serviço, que instrumentos iria utilizar. Na cela, havia apenas negros fugidos, índios e forasteiros. Montou uma equipe com os mais saudáveis. As excreções foram enroladas o máximo possível num trapo que serviu de rede. Um dos carregadores do corpo era Dari, muito franzino, já cansado de toda a guerra, de cada perda, das fugas sem fim, da escravidão posta. No fim do trecho até a vala pública, fraquejou na passada, quase caiu. Recebeu de Pacífico o apoio de uma cutucada nos rins. Ergueu-se, completou o trajeto.

O corpo de Loureiro foi jogado entre ossos já gramados, em terras desalinhas. No fim do movimento a barriga se abriu num galho e mostrou as tripas inflamadas. Dari vomitou em ato contínuo, expelindo um líquido de cor semelhante. Voltando a cabeça pro lado do Beco da Cadeia, Pacífico entornou num sorvo só uma metade da garrafa de aguardente. Com o olhar perdido no dia que ainda alvorava, conduziu com a corrente os homens até a prisão. Sentiu o cheiro do morto vindo neles e, com misto de nojo e pena, lhes deu o restante da bebida.

A função pública na cidade era precariamente assumida pelos soldados, regida dentro de um espaço insalubre que não tinha outra função que não a de depósito. Um espaço mais adequado veio a ser construído décadas adiante na então Travessa da Cadeia. O acúmulo das funções assistenciais e policiais marcava a demanda desse sistema de reclusão primitivo de Porto Alegre e a morte era uma oferta terapêutica comum. Sabedor do destino próximo, Dari acompanhou Pacífico finalizar a segunda garrafa de cachaça e cair no sono na fraca cadeira de onde realizava a vigia. Antes do meio dia, mesmo com debilidade, fugiu por um mínimo espaço deixado no alto de uma janela.

Ao sair, muito doente, procurou diretamente a casa de Reiúna. A mulher de pronto escondeu o homem nos fundos da casa. Já não havia espaço para mais ninguém, ainda mais para um fugitivo da cadeia. Ajustou uma manta para cobrir um vão de escada e alocou ali o homem. À noite apresentou o caso para o filho de Nabos, que então estudava a enfermagem. O diagnóstico era que o homem estava rendido por uma infecção pancreática, a se generalizar pelos demais órgãos. Sem instrumentos na casa para se fazer sequer uma sangria ao homem, Reiúna ofereceu sopa e cigarro a ele. Dari era sabedor da morte vindoura. Sem pressa, contou à Ângela sobre suas perdas, sobre a desconstituição de sua tribo, a experiência com os jesuítas, a imposição das roupas, do português, do trabalho e da lei branca. A mulher bem sabia da política de usurpação europeia. Sua família atravessou o oceano acorrentada dentro de um navio, ingressou pelo nordeste brasileiro para o trabalho nos engenhos e, antes que pudesse pensar alguma alternativa de resistência, foi vendida ainda menina para um estancieiro de São José do Norte, sul da Província de São Pedro.

As histórias contavam de um mundo inventado em guerras, conquistas, políticas de escravidão e morte. Dari, Loureiro, Reiúna, Nabos, Pacífico eram as vozes e os corpos dessa invenção. Dari chegou a rir quando Ângela, com uma esperança divina, disse que Deus dá o frio conforme o cobertor. O índio se cobriu, suspirou e logo mais expirou. Ângela escutou o silêncio do homem. Nos dias seguintes, saiu resoluta em desafiar a Deus e o cobertor. Sua casa estava sendo um morredouro e não havia sofrido tudo o que sofreu para recolher os resíduos da vida criada pelos brancos. Bateu na porta de Nabos e disse: não mande mais tua esmola para aquele inferno de cadeia, vamos fazer aqui uma enfermaria. A negra articulou uma rede de doadores e Nabos, vendo que havia comoção social para o investimento, organizou a esmolaria e gerenciou a ampliação da casa de Reiúna, com a compra de instrumentos indicados pelo seu filho. Ali se fez a primeira estratégia coletiva de assistência na cidade de Porto Alegre.

## 1.5 Ordens Mendicantes

A cidades cresceram e produziram uma urbanidade que se alimentava pelos fluxos das rotas da desproteção e da marginalidade. Na Europa medieval, o progressivo desatrelamento à sociedade feudal provocou um efeito de desfiliação importante, transpondo a posição de servidão no campo para a vivência da pobreza na cidade. Em infindáveis movimentos do êxodo rural, se forma uma nova urbanidade e as cidades se tornam um lócus de possibilidades de assistência mais provável que no campo. Não tardou para existir superpopulações em torno da oferta de trabalho, margeando o crescente comércio livre.

A Igreja, que vivia à época um dilema ético importante – entre valorizar o poder terreno das crescentes cidades e os preceitos de humildade e pobreza – assumira o controle das principais iniciativas públicas de assistência. Nas pregações de Giovanni di Pietro di Bernardone (1181-1226), canonizado como São Francisco de Assis, fica claro que a instituição buscou na fortaleza da caridade a expiação para os pecados da soberba. Justamente em meio à profusão do pensamento econômico, o retorno aos preceitos cristãos da pobreza e da servidão acabou por especializar o sistema caritário.

As ordens mendicantes, iniciadas por São Francisco e Santo Domingos, investiram no propósito de uma Igreja mais despojada e, de alguma maneira, mais desatrelada da função de Estado. Sob esse modelo se produziu uma reformulação na técnica filantrópica, tanto na concepção espiritual quanto intervencionista. Surgem nessa baila instituições que subsistiam estritamente dos donativos, acusando que precisavam apenas o mínimo para uma vida valorosa. O empenho da empresa haveria de ser feito com paixão, num esforço coletivo. Diz a Regra não bulada dos franciscanos, no capítulo 9, “do pedir esmolas”:

Todos os frades se empenhem em seguir a humildade e a pobreza de nosso Senhor Jesus Cristo e lembrem que não convém termos mais nada do mundo inteiro, senão, como diz o apóstolo, tendo alimentos e com que nos cobrir, com isso estamos contentes (cfr. 1 Tm 6,8). E devem alegrar-se quando convivem com pessoas vis e desprezadas, com pobres e fracos e doentes e leprosos e os que mendigam à beira da estrada (PROVÍNCIA..., 2018)

A apologia à pobreza, ao desapego dos bens materiais era sustentada, por outro lado, através do trabalho cotidiano dos frades, pelas doações dirigidas à congregação, na atitude de mendigar em nome do irmão doente ou faminto. A esmola, de modo material, se torna um bem

divino, como segue no capítulo nove: “e quando for necessário vão pela esmola. E não se envergonhem, antes lembrem que nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus vivo (...) foi pobre e hóspede e viveu de esmolas, ele e a bem-aventurada Virgem e os seus discípulos” (PROVÍNCIA..., 2018).

Esse sistema aprofundou o conhecimento sobre as mazelas das cidades. As irmandades de frades e freiras com caráter assistencial se multiplicaram na Idade Média, especializando o olhar sobre os diversos tipos de incapacidades. Acolhiam, no afã da fé, os viajantes, pessoas sem teto, crianças abandonadas, doentes desconhecidos e insanos (SENNETT, 2008). A terapêutica previa o trabalho como condição de dignidade, condicionando o acesso ao alimento à produtividade, pois, lembra o capítulo sete da Regra Não Bulada da Ordem dos Frades Menores (PROVINCIA..., 2018), “diz o profeta: ‘Comerás os trabalhos dos teus frutos; és feliz e estarás bem’ (Sl 127,2). E o apóstolo: ‘Quem não quer trabalhar, não coma’ (cfr. 2Ts 3,10)”.

Embora quisesse dismantelar a lógica de riqueza da cidade, as ordens mendicantes cabiam bem para a gestão dos problemas municipais e, de maneira quiçá incalculada, compondo a função assistencial do Estado. Mumford (1998) entende que o pensamento franciscano não tinha grandes chances de prosperar em outra época, referindo que tempos antes outras ações assistenciais semelhantes foram consideradas heresias, perseguidas e sepultadas. O papa João XXII, contudo, em vez de abolir a “heresia”, apoiado em sua função de estadista

insistiu em fazer da ordem franciscana um instrumento do poder papal e assegurou sua subordinação e mesmo sua subversão interior, encorajando um pesado investimento em convenientes edificações conventuais, no próprio lugar onde nascera a nova ordem, pois não há modo mais eficiente de matar uma ideia do que “materializá-la” bem cedo (MUMFORD, 1998, p. 347).

A renovação cristã era bem-vinda. Com a crescente pauperização nas cidades, a Igreja foi sobrecarregada na sua tarefa de solucionar as mazelas do povo. Mas logo as abadias e conventos já não suportaram a nova convergência urbana: “os guardiões paroquiais não puderam mais atender as necessidades locais e os religiosos de outras instituições tiveram de se encarregar de muitas das suas funções de caridade” (SENNETT, 2008, p. 167). O quadro se complexifica quando pensamos que esse período foi marcado por constantes guerras imperiais e, em soma, por grandes pestes que dizimaram cerca de um terço da população europeia nos séculos XIV e XV. A maioria dos mortos, como sabemos, foram os pobres.

Nas cidades, em anexo às ordens mendicantes, surgem as esmolarias. Esse serviço foi estratégico para equacionar a pobreza da cidade, incorporando tarefas dos centros comunitários monásticos, como organizar os dados censitários, a lista dos assistidos, além de centralizar o repasse dos recursos para as ações filantrópicas e, não raro, funcionar como abrigo (MOLLAT, 1989). O serviço agilizava a captação de doações. Com isso, a esmola originalmente feita de modo individual a um doente ou inválido passou a ser feita de modo mais impessoal e administrada mais racionalmente. Frente ao bolsão de miséria existente e havendo na comunidade disposição para expiar os pecados da carne, os recursos sempre foram amplos.

Uma figura próxima aos frades mendicantes, surgida nas cidades foi o esmoler. Atuava descentralizado, se misturava aos ambientes tidos por nocivo, realizando o trabalho duplo de coleta de doações e identificação das pessoas a serem assistidas (SENNETT, 2008):

Quando as instituições de caridade se espalharam pela cidade, ele ganhou as ruas atuando como os mendicantes, seguindo a orientação dos padres ou rumores populares. Leigos envolvidos na mesma ocupação procuravam recolher os leprosos, descobrir os moribundos abandonados e conduzir os doentes ao hospital. Esse trabalho exigia um engajamento ativo nas vidas das pessoas que moravam além dos limites da paróquia e era distinto da passiva caridade local, que selecionava os que poderiam atravessar os portões das igrejas (p. 187).

O esmoler inaugura uma política urbana de rastreamento dos necessitados, ampliando o olhar assistencial para além dos limites da paróquia, tendo por base uma metodologia de encontro singular com a rua, aprimorando o conhecimento sobre o assistido, suas demandas e suas formas de captação da esmola. Ao reconhecer as redes de sustentação da pobreza, saberiam encontrar as pessoas que deliberadamente faziam as ofertas.

Pois essa máquina mendicante permitiu a fluidez de recursos para a recuperação e crescimento dos desamparados da cidade. Coube às ordens religiosas o argumento filosófico-cristão, às instituições de caridade o raciocínio técnico e metodológico para enquadramento e tratamento dos desassistidos, às esmolarias o modelo de captação de recursos e a formulação de estratégias asilares. Nessa engrenagem, o Estado atua como um cofinanciador, edificando a empresa assistencial de modo que pudesse ser uma resposta ao bolsão de miséria das cidades, dando um lugar à assistência no Estado. Por outro lado, permitia o livre comércio e a acumulação de renda pelos abastados. Domínio e exploração: a riqueza estava intimamente ligada à pobreza.



## 1.6 Vagabundagem e Controle

As mulheres e os homens excedentes acumularam-se pelas bordas da cidade. Ao século XVII a miséria já era parte natural da urbe: “já se calculou que nada menos de uma quarta parte da população urbana, consistia de marginais e mendigos” (MUMFORD, 1998, p. 468). A população formada pelos camponeses retirantes sem emprego, pelos frequentes nômades e andarilhos, por estrangeiros, comerciantes falidos e desempregados em geral formava um invólucro estigmatizante que permitiu uma gradação sem limites claros entre a ociosidade, a debilidade, a pobreza e o crime.

A figura do vagabundo, sob a mácula da improdutividade e do perigo, adquire nesse nevoeiro uma afirmação do que precisava, sem misericórdia, ser erradicado. Segundo Robert Castel (2015), esse personagem cumpre a dupla desfiliação: dos vínculos familiares ou comunitários; da inaptidão para o trabalho. Personificado num contorno híbrido, ladeado pelo mendigo válido, pelos profissionais de má-reputação (malabaristas, cantores, exibidores de curiosidades, arrancadores de dentes), pelos jogadores, as prostitutas, os beberões, os ladrões, o vagabundo se consolidou com a regulamentação do trabalho nas cidades, mas sua fama se afirmou pela associação de diversas existências desadaptadas à ordem vigente.

O historiador Bronislaw Geremek (1995) ao pesquisar os vagabundos e miseráveis na literatura europeia no período de 1400-1700, fala da criação de uma literatura do malandro, disseminando a imagem do engano, da farsa, do desvio. Óperas, peças de teatro, poesias, anedotas, exaltaram a figura do vagabundo como um personagem típico das cidades. As narrativas afirmam outrossim a periculosidade de sua existência, marcando a diferença de sua condição e seu papel na cidade. Escreve:

A descrição do universo dos vagabundos se inseria precisamente nessa concepção de realidade isolada: seu mundo ficava à parte, bem delimitado em termos de espaço, de organização social e por fim de regras morais e elementos culturais, que os separavam do resto da sociedade (GEREMEK, 1995, p. 42)

Destacam-se na literatura estudada por Geremek pessoas como: menestréis, contadores, bardos, “mercadores ambulantes que vendem produtos falsos ou proibidos”, falsos mendigos, falsos doentes (que simulam feridas, lesões, comiam sabão para fazer sangrar o nariz, etc.),

peregrinos fingidos, judeus convertidos, aleijados simulados, falsos frades mendicantes, pequenos ladrões, ladrões de cavalos, ladrões de feira, arrombadores, jogadores de dados, famílias nômades, ex-prisioneiros, vendedores de falsas relíquias religiosas, loucuras fingidas (como rasgar a roupa ou andar com uma corrente), cegos (pela vontade de Deus, em decorrência de má conduta), etc. Frente a tal generalidade, Michel Mollat (1989) identifica que a melhor tradução da vagabundagem seria o “*Sans Aveu*, sem-moralidade”, que englobaria os focos centrais das medidas de controle: o sem-domicílio, o sem-trabalho, o “*demeurant partout* – que mora em toda parte” –, o “*sans feu ni lieu* – sem fogo nem lugar”. Uma variedade de atitudes suspeitas foi precisamente delineada em torno de tais personagens, descrevendo-os tanto para criar uma diferenciação mínima entre o bandido e o mendigo, como para estabelecer, em primeiro plano, uma polícia de vigilância para a pobreza.

As políticas de Estado no período estudado por Geremek (1995) e Mollat (1989) realizaram uma verdadeira caça à vagabundagem, estabelecendo medidas justas para aquele que não se enquadrasse no modelo produtivo das cidades. As leis de controle dos vadios e regulação da assistência foram promulgadas em toda a Europa do final da Idade Média. Destacam-se as Leis da Pobreza inglesas (*poor laws*) como uma manifestação clara deste pensamento segregador. A primeira versão, assinada em 1601 pela Rainha Elizabeth I, criou impostos estatais para alimentar as instituições assistenciais ligadas às paróquias, instaurou a função do “supervisor dos pobres”, buscou aperfeiçoar o escrutínio da pobreza separando os impotentes (tais como idosos, cegos, coxos, etc.), os válidos para o trabalho (órfãos aprendizes, viúvas de soldados, etc.) e os ociosos da vagabundagem. Para esse espectro de possibilidades, se estabeleceram Casas de Acolhimento (*Almshouses*), os hospitais, as oficinas de aprendizagem para o trabalho e, para o caso do vadio, as prisões, as casas de correção, os depósitos.

A ociosidade se torna, portanto, um crime a ser identificado punido. E o vagabundo, um inimigo público. Segundo Castel (2015), o banimento dos ociosos das cidades foi aprimorado com uma nova gramática para mandar fazê-los andar, desaparecer da vista. Uma solução paliativa que transportava a questão para mais adiante, onde o sujeito se haveria novamente com a situação de exclusão ou despejo. A condição alimentava o nomadismo pré-industrial, como já antevia um decreto francês de 1764:

nós reconhecemos que a pena de banimento não permite conter pessoas cuja vida é uma espécie de banimento voluntário e eterno e que, expulsas de uma província, vão com indiferença para uma outra onde, sem mudar de situação, continuam a cometer os mesmos excessos (CASTEL, 2015, p. 123).

Outras medidas então se fizeram mais presentes, tanto para desfazer a ociosidade quanto para coibir a mendicância. Uma delas foi o trabalho forçado, aplicado inclusive a pessoas com deficiência ou crianças, realizando serviços comunitários gratuitos sem ter cometido outro crime além da ociosidade. A medida mais comum, entretanto, foi a reclusão desse público em prisões, depósitos, asilos e hospitais. Especialmente os depósitos e hospitais serviram para acomodar a grande massa disfuncional das grandes cidades europeias, ofertando um tratamento insalubre que levava amiúde à morte. Enfim, de modo direto, se destinavam muitos à pena capital. Na Inglaterra, Henrique VIII, já dissociado da ordem católica romana, ficou conhecido por leis sanguinárias para os vagabundos. Sob seu reinado, cerca de 12 mil vagabundos foram enforcados (VEXLIARD, 1956 *apud* CASTEL, 2015).

Nesse contexto, a caça dessa figura indefinida, situada entre os eixos da pobreza e da malandragem se intensificou, com modos de recompensa para quem capturasse vadios. O historiador Michel Mollat (1989) diz que a vigilância era feita a uma figura estrangeira ao contexto de sociabilidade da cidade: “A desconfiança era instintiva e sistemática em relação a um ‘estranho’, desconhecido, sem trabalho, criminoso ou pelo menos delinquente em potencial, e possível transmissor de alguma epidemia” (p. 242). A ação de ir ao encontro desse personagem trazia, para Marie-Ghislaine Stoffels (1977), uma ambiguidade: “como ameaça, representa a decadência e morte do indivíduo e da sociedade; mas significa também o limite da decadência e a morte, na medida em que preserva a ordem do perigo” (p.112). Sob essa suspeita se adensou a figura do pobre-vagabundo, e se abriu um campo de ações. A delinquência advém como conceito do possível, devir do mal. Sua definição será aprimorada adiante, mas ela marca o pobre-vagabundo com o estigma do crime e aprimora o personagem do desvio como uma pessoa a ser perseguida, isolada e, por fim, desaparecida.

O interesse pela vagabundagem e pelos mendigos válidos, mais que tudo, possibilitou um olhar de vigilância para as periferias. Nesta construção, o pobre ganha conotações de perigo e se aprimoram, em torno dessa figura múltipla, a Polícia, a Prisão, o Hospital.

## 1.7 Hospitalização

As estruturas de acolhimento para doentes, idosos, indigentes foram desenvolvidas desde o início do cristianismo sob a crença de que a assistência era um dos pilares da fé, sendo multiplicado através dos hospitais como política nas cidades por volta do século XIII. Essa estrutura – como o *Hotel-Dieu* francês – oferecia a assistência a quem merecesse pelo tempo necessário: uma noite, por um período finito ou mesmo indefinidamente. Eram conduzidos pelas ordens religiosas, por confrarias como a *Disciplinati* de São Tomás de Aquino.

Eles se diferenciavam, todavia, dos leprosários, que haviam sido difundidos em praticamente todas as cidades medievais. No espaço urbano, os leprosos haviam de carregar sinos para anunciar seu perigo: “tratados como mortos adiados por uma liturgia que os separava do mundo, os leprosos eram excluídos, mais temidos que os vagabundos” (MOLLAT, 1989, p. 141). O medo do contágio da lepra, associada ao estigma do corpo em decomposição, produziu um apartamento desses sujeitos, num sistema de enclausuramento dos afetados – aplicado também para as doenças venéreas e, adiante, para a loucura.

Os hospitais aos pobres e doentes gerais foram aprimorados no final da Idade Média não pelo ímpeto da caridade, mas pelo caos que se instalara na Europa. A fome, a lepra, a peste, as guerras, produziram, junto ao desmantelamento das proteções feudais, uma população de pobres, ameaçados de morte por todos os lados. Se por um lado os leprosos tinham um recorte diferenciado, os hospitais acolhiam toda sorte de desvalidos, unidos pela incapacidade de se autoproteger e de produzir capital, como já vimos. A doença, diz Magni (2006), era indissociável da pobreza, sendo que os hospitais se orientavam mais pelo assistencialismo cristão do que pelo raciocínio médico. Os estatutos encontrados retratam a pouca categorização que era feita em relação às doenças, se afirmando muito mais como uma estratégia asilar.

Até o início da idade moderna muitas irmandades haviam criado seus hospitais. A Confraria da Misericórdia, que particularmente nos interessa para a história que estamos contando, foi instituída em 1498 pela benevolência da Rainha Dona Leonor, casada com o rei Dom João II de Portugal. A ordem religiosa criada por ela se inspirava nas pregações de São Tomás de Aquino, que considerava a esmola um ato material, não estando diretamente ligada a uma ação misericordiosa. A caridade, para o religioso, precisava atingir o plano espiritual para tomar o efeito piedoso de Deus. Dizia Tomás em suas obras que, afora a esmola corporal que visa o bem imediato – “a quem está morrendo de fome é preferível dar de comer do que

ensinar”<sup>7</sup> (PERMANÊNCIA..., 2018) –, a esmola espiritual traria benefícios mais perenes tanto para a alma doadora quanto para a receptora. Esse entendimento, inspirado em Santo Agostinho, compreendia a ação caridosa como um ato educativo, catequizador, conforme o mesmo artigo já citado: “Ora, a correção é uma esmola espiritual. Logo, as esmolas espirituais são preferidas às corporais”.

Pois a Ordem da Misericórdia, imbuída de uma *caridade estratégica*, construiu Santas Casas para acolher o público que já sabemos, praticando uma assistência no conceito da boa obra, feita ao desvalido certo, aplicadas pelo bom homem. A tarefa do hospital era dividida com os depósitos ou asilos disponibilizados pelas municipalidades, abrigando especialmente os vagabundos e mendigos válidos que escapam da lei moral vigente.

A malha atendida por essas instituições foi se detalhando logo adiante. Interessante acompanhar, por exemplo, a história do Hospital de Bicêtre na França. Este fora inicialmente um hospital militar e, logo antes de se tornar um hospício, funcionou mormente como depósito para um amplo grupo de marginalias. Nessa instituição se desenvolveu instrumentos de contenção como a camisa de força e o método da guilhotina, sendo bastante conhecida a acomodação dos atendidos em correntes. Perfilavam no local “bandidos, sífilíticos, assassinos, vagabundos e delinquentes de todos os tipos. Entre eles, os homossexuais pobres ficaram em flagelação, já que tinham sido proibidos de queimá-los em lugares públicos” (MOLLAT, 1989)

O recorte da loucura merecerá nossa atenção nessa tese, pois a figura do insano sempre povoou a mácula do desviante nas cidades, improdutivo, agressivo, inconfiável. Muito antes do médico Philippe Pinel libertar o homem antigo das correntes e apresentar uma hipótese científica sobre os problemas mentais, os insanos conviviam com o método do banimento e viviam de modo impreciso a saga de não ter lugar. Um exemplo clássico desse sistema foi a *Narrenschiff*, estudada por Michel Foucault (2004) na História da Loucura, uma embarcação que levava de porto em porto, sempre mais adiante, os loucos que viviam fora das margens da cidade. O navio – Nau da Loucura – afirmava um lugar de insuportabilidade e, ao mesmo tempo, de questionamento sobre a imputabilidade dessas pessoas. Com a ampliação do olhar de vigilância nas cidades, o louco passou a ocupar as galerias e depósitos junto com o vagabundo-pobre-delinquente, cumprindo a mesma sina de desaparecer do olhar e, com frequência, da vida. Diz Mollat (1989, p. 146): “quanto aos loucos, ainda se hesitava quanto a considerá-los doentes,

---

<sup>7</sup> “Suma Teológica” de São Tomás de Aquino, *Secunda Secundae*, Questão 32 (Da esmola), Artigo 3º.

considera-os possessos ou criminosos”, mas os textos cristãos já colocavam o atendimento aos loucos entre as demais obras de misericórdia.

Os hospitais, enfim, iniciaram um modelo de assistência filantrópica que buscava uma racionalidade sobre a desordem do mundo. Iludidos pelo iluminismo pré-moderno, ocuparam a função de reclusão das cidades, sustentados pelo poder do Estado. Na busca por uma assertividade nas terapêuticas implementadas, com técnicas para a reabilitação laboral do sujeito, forjou-se nesses espaços, mais precisamente, um laboratório sobre as irracionalidades humanas.

### **Praça Potti**

Cacaca encontrava-se diariamente no triângulo formado pelas Ruas Afonso Arinos, Dr. Barcelos e Silvio Silveira Soares, no bairro Camaquã de Porto Alegre. A praça triangular foi nomeada Potti, por uma lei municipal de 1959. Cacaca nasceu anos depois, em 1967, ali perto.

O rosto hirsuto esconde os 47 anos de vida, os 10 anos de rua. Não esconde, todavia, os olhos cerrados que acompanham o sorriso largo de quando conta histórias da cidade, do bairro, da praça, dos amigos, do seu cotidiano. Ocupa o lugar central dos bancos, causa uma referência ao grupo de pessoas que habitam as ruas do bairro. A bebida se serve farta entre os convivas, chamada de *birinaite*, sempre lhe é oferecida com respeito e, apesar de referir a noite em seu nome, se bebe a qualquer hora e ganha diversas formas e sabores. O *birinaite* é o principal alimento da praça.

Quando Cacaca se ausenta da praça por algum motivo, o grupo se desorganiza e, a rigor, não consegue articular o amparo costumeiro sob as árvores da praça. Espalham-se notoriamente nos arredores do bairro, em busca da parceria de outro personagem. A população do entorno da praça também reconhece em Cacaca uma função de satélite do bairro: quando está presente, nomeia a vagabundagem, a malandragem e a drogadição; quando não está, deixa o vácuo para figuras nômades da cidade, desconhecidos e temidos por atos de violência.

Ele mesmo reconhece a função: “Sou o síndico da praça, aqui quando a barra suja eu tento colocar ordem, se ficar muito suja eu pego meu *birinaite* e sigo meu caminho”. Cacaca

teme ser associado aos assaltos que porventura ocorrem no local. “Tenho um nome a zelar, vivi aqui minha vida toda”.

Seus laços com o bairro são anteriores a sua ida para a rua. Refere uma infância sob os cuidados de sua avó, onde já frequentava a praça para jogar bola e encontrar os amigos. Assim como os demais amigos, estudava nas escolas do entorno, acessava o centro comunitário, habitava uma casa não distante da praça, tinha hábitos que desde cedo causaram incômodo à ordem familiar prevista. Seu pai, austero, condicionou algumas normas para os filhos, sendo o estudo algo fundamental: assim, concluiu o primeiro grau ainda jovem e saiu para o mercado de trabalho.

Com dinheiro, comprou sua distância da família e pôde assumir sua vida nômade, perambulando por outros bairros e cidades. Aos 19 anos, já era do *mundão*, como gosta de dizer, onde exerce sua existência mais nômade. Na época em que esteve inserido em vínculos formais de trabalho, ganhou lugar na sua vida o uso frequente de cocaína e álcool, além do envolvimento diário com festas e orgias. Essa vida não coube no mundo formal e Cacaca progressivamente distanciou-se do mesmo, perdendo renda, casa, mulheres, a família.

O nome de registro ele faz questão de evidenciar quando a equipe visita o local, semanalmente. Frente aos trabalhadores da assistência social ele rebusca seu português e recupera todos os dados sobre seu histórico de estudo, trabalho, família. Apresenta-se então como Alessandro Da Silva e Tal, sem filhos, sem mulheres, que estudou até o segundo grau, que teve trabalhos em diversas empresas da capital e do interior do estado, dos quais gosta de destacar os ofícios de relojoeiro nas Lojas Malcon e de entregador na Avipal de Lajeado. Conviveu com a família até os vinte e poucos anos e hoje pouco os vê. Apesar da relativa proximidade de alguns parentes, não conta com o apoio deles. O dinheiro do trabalho gastou em diversos tipos de drogas e inúmeras festas, das quais gosta de relatar orgias memoráveis. O respeito familiar gastou em doses pequenas e contínuas, formando uma vergonha que diz sentir por inteira na cara.

Assim, o banco da praça foi como um berço familiar para onde pode retornar, anos mais tarde, já passado dos 35 anos de idade. A primeira reação frente às pessoas que lhe conheciam foi de vergonha pois, como diz, antes andava todo arrumadinho, roupa da hora, relógio da safira, cordãozinho de ouro coisa e tal – quem me conheceu sabe. Depois,

todavia, assumiu a imagem praceira: bêbado, esculhambado, a barba lá no peito, cinco dias sem um banho, quem passa pra pegar o ônibus nem chega perto, reconhece.

Em todo caso, faz o costume de referir em cada encontro o passado de cidadão direito, mas não se exime em narrar as peripécias da rua, as farras e bebedeiras de um cotidiano intenso e afetivo, mas também violento e perigoso. Seus vínculos são comunitários: a vizinha que dá o café, os freteiros da praça com quem fica de *trololó*, os almoços com as sobras do Rei do Frango, a noite sob a marquise da farmácia na Avenida Otto Niemeyer, os companheiros de *birinaite*. Nesse circuito, onde o banho é raro, afirma-se o nome de Cacaca.

Dessa vida rueira (ou praceira), o homem assume a nomeação e, com ela, se coloca de modo diverso frente ao bairro, desafiando sua vida passada e o próprio bairro: eu não devo nada pra ninguém, aqui todo mundo me conhece, se quiserem podem vir falar comigo. E, de fato, Cacaca conversa com o bairro.

Por sua relação íntima com o território, ainda que tenha passado seis meses em um abrigo municipal, dois meses em um hospital, sua referência segue sempre a praça. Ao referir seus vínculos, traça sempre uma linha concêntrica que atinge o coração do bairro: um irmão que mora a três quadras da praça, uma irmã que mora a dois bairros, um tio que vive no fluxo para a Restinga, o abrigo que fica a dois ônibus dali. Em dias mais eufóricos, ele chega a afirmar: eu sou a praça.

Essas informações são fundamentais para a construção do trabalho das políticas públicas, uma vez que rastreia as violações de direitos para a população em situação de rua na região e busca garantir essa vida rueira, sem receio de em alguns momentos ofertar espaços de proteção como os abrigos e albergues da cidade, sobretudo nos invernos. Para Cacaca e Alessandro, entretanto, o encontro abre possibilidades para os dois nomes conversarem num mesmo discurso, habitando uma mesma voz. A enunciação evidencia, afinal, as redes de sobrevivência inventadas pelos rueiros no cotidiano das ruas.



## CAPÍTULO II: DO SOCIAL

A análise das sociabilidades primeiras e das estratégias de caridade medievais nos parece fundamental para a compreensão do mundo moderno. Fica claro que as cidades – embora existissem há mais de 3000 anos antes de Cristo – nunca haviam tomado tamanha densificação como a que se deu com a Revolução Industrial e a livre circulação do capital.

O Social se desdobra das brechas da nova ordem econômica e política, consolidado no momento em que os supranumerários da cidade ultrapassavam as possibilidades de inclusão pelo trabalho e escapavam da conversão proposta pela filantropia. A assunção de um Estado conciliador, mediador entre a riqueza concentrada e a pobreza dispersa, se deu em razão de uma questão insolúvel para os governos, enunciada das margens, sobre os limites do liberalismo econômico. Rosane Neves da Silva (2005), orientadora desta tese, refere que houve uma crescente problematização do Social na medida em que a sociedade moderna deixara de acolher dentro de uma certa informalidade o excedente ou o desviante, produzindo, em paralelo, uma ciência dos homens que tentava, por ela, diagnosticar e tratar com procedimentos técnicos a pobreza crescente.

O cenário em que surgem as políticas socioassistenciais do Estado teve especializações importantes para a compreensão dos modelos produzidos no mundo moderno. As revoluções urbana e industrial produzem um sujeito metrado, esquadrihado no desenho das cidades. A maquinaria jurídica, científica e os conceitos de uma medicina social, equacionam num sistema de higiene pública os problemas da cidade. Frente a crescente leva de desprovidos, tal máquina privilegia sua camada rica, proprietária de escravos, de rebanhos, de fábricas e também dos meios de comunicação. No revés, amplia o público que deixa para trás.

### 2.1 O Homem Econômico

A explosão demográfica das grandes cidades europeias acompanhou o crescimento econômico da nova ordem social. *Cités*, *bourgs* e *communes* da França desse período foram estudadas por diversos autores contemporâneos, como Michel Foucault (2004), Robert Castel (2015), Richard Sennett (2008), Lewis Mumford (1998), Michel Mallot (1989), Bronislaw Geremek (1995) e Jacques Donzelot (2007), dentre outros. O Estado, a partir do estímulo ao

livre comércio, renasceu em grandes monarquias, como nos reinados da Inglaterra, da França e da Espanha. Sustentado por um pensamento nacionalista e de raças privilegiadas, tais reinados foram expansionistas e provocaram uma política de guerra nas disputas de mercado.

A condensação das cidades medievais formada pela proteção militar garantiu também a prática de livre comércio, atraindo muitos sonhadores. Essas polis comerciais formavam continuamente novas camadas de cidade, incorporando, em torno do capital gerado no centro, uma urbanidade que se espalhava para pontos mais periféricos. A circulação de pessoas era estimulada pelo bem da circulação do capital, com fluxos que favorecessem conexões de possíveis negócios. Em meio à franca expansão da urbe, o individualismo surgiu pela possibilidade, dita infinita, de crescer na vida: algo impensável para um vivente de outras épocas. A nova ordem, segundo Mumford (1998), alterava a hierarquização consolidada do modelo feudal e apostava na liberdade de cada um:

o capitalismo precipitou a mudança da antiga economia de proteção, baseada na função e situação social, tendo em vista a segurança moralizada em certo grau de preceito religioso e por um forte sentimento de laços e desejos de família, numa nova economia de comércio, baseada na empresa individual, estimulada pelo desejo de ganhos monetários (p. 281)

Todavia, entre o desejo de acúmulo de renda e o acesso ao capital, sobreveio a lacuna pela qual se perderam os laços mais próximos de subsistência. A desarticulação das estratégias familiares e comunitárias aprimorou o fenômeno de desfiliação. A miséria foi aguçada pelo frágil vínculo de proteção que a cidade oferecia, pois a impossibilidade de pertença pelo trabalho introduz, no centro da mesma, uma problemática que atravessa o caminho dos negócios. Robert Castel (2015) afirma que, em comparação aos contratos sociais de antes, o capitalismo antes de trazer liberdade, propunha uma relação incerta, indigna, exploradora com o trabalhador: “alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços (...) Era instalar-se na dependência, ser condenado a viver ‘da jornada’” (p.21).

Essa condição, denunciada no Manifesto Comunista de 1848, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels (2010), foi asseverada com a Revolução Industrial, gerando uma maquinaria de produção do capital apoiada na mais-valia dos ganhos, na exploração humana. O texto do manifesto recupera as revoluções dos burgueses que, a partir de suas cidades comerciais, produziam um novo orientador social. Não mais a cruz, não mais a vida eterna: o consumo

terreno. A liberdade do capital, dizem Marx e Engels: “rompeu impiedosamente os variados laços feudais que atavam o homem ao seu superior natural, não deixando nenhum outro laço entre os seres humanos senão o interesse nu e cru, senão o insensível ‘pagamento à vista’” (p. 59).

A mobilidade do rural para o urbano trouxe às cidades um verdadeiro exército de trabalhadores, submetidos à dita liberdade dos acordos de produção e proteção. Tamanha oferta de mão de obra acabou por aprofundar o espírito de ganhos do capital, servindo-se da enorme população desprovida para produzir uma relação de trabalho muitas vezes escrava:

era esse excedente que explicava o que se considerava, pelo capitalismo clássico, um sadio mercado de trabalho, no qual o capitalista contratava a mão de obra dentro de suas próprias condições, ou despedia trabalhadores à vontade, sem aviso, sem se incomodar com o que acontecesse ao trabalhador ou à cidade, dentro de circunstâncias tão desumanas. (MUMFORD, 1998, p. 468)

Para Marx e Engels (2010), as cidades do século XVIII e XIX reproduziam, de alguma maneira, a hierarquização social imposta em outras épocas. Desde a posição dos plebeus e dos escravos no mundo antigo, passando pelos vassalos e servos da Idade Média, havia uma continuidade – embora estabelecida com intempestividade – onde os homens imprimem os seus privilégios e determinam os privilegiados. Em suma, buscavam atentar: havia uma luta inerente entre opressores e oprimidos, por vezes clara e aberta, por outras silenciosa. No cenário das cidades burguesas, o socialismo buscou a consciência de classe do proletariado, dando clareza ao conflito posto e evidenciando as desproteções impostas.

A organização para lutar contra o sistema burguês e os modos de capitalização da força humana era fundamental para estabelecer disputas formais com os gestores e patrões. Internamente, houve as formações proletárias de proteção às corporações, oriunda das guildas (associações de operários, artesãos, negociantes ou artistas) já existentes ao longo da Idade Média. Quando o modo de trabalho urbano se impôs ao rural, este modelo foi a base para, externamente, estabelecer uma defesa organizada em sindicatos, propondo a regulação dos vínculos de trabalho e, junto, a regulação dos ofícios. Essas organizações tinham suas formas de previdência, assistindo os trabalhadores filiados em vida e, em alguns casos, mantendo o suporte para viúvas e órfãos após a morte. Todavia, nem todos possuíam ofício.

A afirmação do homem econômico impunha uma corrida ao ouro e quem ficava à margem, sem trabalho e renda fixos, vivia comumente sob nenhuma forma de proteção. Não é sobre a imagem do lucro que precisaremos falar, seus totens são bem conhecidos e guiaram toda a revolução urbana e social de nossos tempos. Falaremos sobre a história mais comum, sobre a conta que não fecha, sobre a necessidade de negociar a dívida, de parcelar a pobreza, de gerenciar o bom viver – que é o bom produzir.

## 2.2 Questão Social

Todos esses ingredientes compunham o burburinho das grandes cidades do século XIX e o chiado já alcançava as cidades colonizadas pelo velho mundo. O descontentamento da grande massa de desempregados e desassistidos bateu à porta dos legisladores. Na França, história que precisamos um pouco repetir, a revolta partiu dos excedentes da cidade, dos desfiliaados do campo, mas também dos novos liberais do mercado que questionavam a hegemonia da classe dominante. Associado ao pensamento político da soberania universal, burgueses, camponeses e proletários derrubaram o chamado Antigo Regime para fazer ressurgir da cultura política romana a ideia da República enquanto modelo de Estado. A reivindicação de uma centralização do poder foi formulada com base no intuito burguês de desamarração à economia feudal, com a promessa de amplitude dos direitos civis a todos, numa sociedade mais igualitária, fraterna e livre. As Repúblicas se espalharam pelo Ocidente no século seguinte, afirmando o direito do homem, independentemente de sua herança cultural ou familiar, sustentado pelo livre arbítrio de viver de seu trabalho.

O que se sabe das primeiras Repúblicas francesas é que foram marcadas pelo terrorismo de Estado, pela instabilidade dos governos, pela impossibilidade de garantir as promessas feitas tanto à burguesia quanto ao proletariado (DONZELOT, 2007). Assim, chega-se a uma equação insolúvel, um ponto de incógnita não preenchido pela velocidade do capital, tampouco pela promessa dos direitos civis. Um momento decisivo na história dos estados democráticos teria sido, para Donzelot, as revoluções de 1848, que derrubaram as primeiras versões da República moderna. A ideia de soberania a todos – expressa no direito ao trabalho ou no direito ao voto – revelava-se insuficiente para motivar os que ficavam à margem dos fluxos do capital, cada vez mais concentrado no centro, na mão de poucos. As quedas de governo atestavam um sistema

que não garantia a liberdade do capital e tampouco os modos de proteção social. Donzelot (2007) questiona:

Pois, de que valia a famosa soberania de todo o povo, se a fração do povo mais excluída do poder nem sempre podia fazer ouvir sua voz? Sobretudo, acaso não era uma isca, dado que resultava incapaz de modificar de maneira consequente a condição civil dos mais despossuídos? (p. 26, tradução nossa).

A invenção do Estado Democrático de Direito fez eclodir a questão que já assombrava a função de proteção do Estado: como reduzir a distância entre a ordem política e a ordem social? Ou ainda: como garantir o capital em seu estado livre e os direitos sociais de cada indivíduo? Frente à impossibilidade de apresentar uma resposta, o Social surgiu do vazio dessas questões, sendo um ponto nevrálgico para a República: “não mais uma questão de maior ou menor boa vontade, de maior ou menor paciência de uns e outros” (DONZELOT, 2007, p.28, tradução nossa). Uma lacuna que se revelou em modos de exclusão muito claros, gerando um resíduo próprio de seu meio, formado por aqueles que não encontravam margem na inclusão produtiva e que, por descaminhos da língua, chamaremos de pobres urbanos, periféricos, marginais.

O direito ao trabalho produziu, a rigor, uma oposição entre a ordem política e o corpo social. O contrato social, inspirado no modelo rousseauiano, representava para a burguesia uma espécie de *cavalo de Tróia*, no qual o Estado moderno se veria afundar e pelo qual também se ludibriou os trabalhadores. A fragilidade dessa contratualização produziu, como diz Rosane (R. SILVA, 2005), uma das lições da República democrática: “não confundir o ‘livre acesso ao trabalho’ com um ‘direito ao trabalho’” (p. 21). A questão manifestava, ao contrário, uma opressão importante: o dever do trabalho.

As Repúblicas se defrontaram com o vazio social manifesto em grande escala nas cidades industriais, pondo em suspeita o princípio da igualdade e os contratos garantidos constitucionalmente. A Questão Social representa, com efeito, o questionamento do sistema democrático, pauta constante das diversas plataformas políticas, que passaram a se situar entre o protecionismo e o liberalismo, o Social e o capital, o socialismo e o capitalismo. Desse ponto incógnito surgem um apanhado de saberes e técnicas que vão estabelecer uma **segunda configuração do Social**, já destoante das sociabilidades primeiras e das estratégias de caridade. Conforme Rosane Silva (2005), o Social se estabelece como efeito apaziguador dos dilemas

republicanos, “como um híbrido forjado na intersecção do político e do econômico, cuja função seria precisamente neutralizar o contraste violento que opõe o imaginário político moderno à dura realidade da sociedade” (p. 24).

Com o reconhecimento da incapacidade de garantir os contratos civis, o Estado Moderno incorpora o princípio da solidariedade e da divisão do trabalho como forma de afirmar uma nova sociabilidade, articulada pelos indivíduos numa sociedade de interdependência. Essa organização se fundamentou no pensamento de Émile Durkheim, considerado o pai das ciências sociais modernas, que buscava acomodar o pensamento republicano dentro dos anseios das populações desassistidas. Com a *Divisão Social do Trabalho*, o sociólogo propunha que os laços sociais da modernidade se sustentavam por uma solidariedade orgânica – em diferença a uma solidariedade mecânica das sociedades medievais – na qual cada trabalhador teria seu papel dentro do tecido social. O entrelace dos indivíduos seria, portanto, inerente à sociedade urbana, desde que localizados numa cadeia produtiva. Nessa fabulação, a previsão de soberania a todos ficava atrelada à promessa de um progresso individual.

Esse modelo de Estado, que embasará a chamada terceira República francesa e que irá inspirar muitos Estados modernos do século XX, ficava desencarregado do cumprimento do direito civil, empenhado muito mais no delineamento de uma arte de governo, atuando em um campo medial, intervindo apenas no ponto em que o indivíduo não encontrasse seu papel no corpo social. A representação de uma posição produtiva e dócil se fazia exigida, o que favorecia a construção da malha trabalhadora em pertença natural ao sistema social. Sobre esse enlace, diz Donzelot (2007):

Sendo que não era em sua estrutura onde a sociedade aumentava seus problemas, senão na *representação de seus laços*, era lá e somente lá que convinha intervir. Se o problema social resultava da perda de percepção por parte dos indivíduos ou grupos, da *solidariedade de fato* existente na sociedade: com efeito, toda a questão dos modelos de laço social está na sua capacidade de transmitir essa percepção e não, em absoluto, da própria estrutura da sociedade ou da natureza do indivíduo (p. 63, tradução nossa).

Esse modelo de gestão solidária do social era bem-vinda para apaziguar os liberais – que não queriam se comprometer com o princípio de soberania universal –, os socialistas – que defendiam o Estado como garantidor dos direitos do homem trabalhador –, e os monarquistas – que temiam o fim da autoridade do Estado. A interdependência entre indivíduo e sociedade

defendida no final do século XIX, formulada em meio à expansão industrial, às cidades superlotadas e a crescente pauperização das pessoas, gerava uma relação de dependência do indivíduo ao trabalho e, conseqüentemente, ao modelo capitalista de produção. Uma posição constrangedora na cadeia de estratificação social pois, como vimos, os contratos eram frágeis e frequentemente apenas existiam no papel.

O Estado que alcançou o século XX, e em parte os nossos tempos, precisou inventar um campo racional de gerenciamento do Social. Com o propósito de mediação e administração da pobreza, surgem técnicas e meios formais para gerir os excedentes das cidades. Uma política calculada nos balancetes da máquina pública, implementada sobre o corpo dos mercedores, pressionada pelos fenômenos de massa. Uma política, enfim, propriamente Social, visto que assume a desproteção como inerente ao processo de gerenciamento das cidades. Em troca, os chamados Direitos Sociais são formulados no seio desse pensamento, como modo de assegurar uma política de proteção mínima ao trabalhador que adocece, se desemprega e não consegue subsistir a sua família. Esses direitos positivavam a solidariedade do Estado, instituindo um olhar protocolar de atenção para a miséria:

se fez costume colocar também leis que protegiam a criança e a mulher na família, as múltiplas medidas destinadas a velar as condições de saúde, educação e moralidade de todos os membros da sociedade. Em nome desse direito social, se assistia a uma crescente intervenção do poder público na esfera das relações civis e privadas (DONZELOT, 2007, p. 90, tradução nossa).

A noção de solidariedade buscava, antes de cobrir os vazios sociais, um equilíbrio das massas. Para Rosane da Silva (2005), as multidões que se produziam nas cidades industriais, atraídas pelo modo de produção em série, foram motores para a invenção do Social não apenas como um arranjo de práticas, mas sobretudo como um campo de saber, objeto de investigação sistemática. À população, enquanto generalidade estatística, se destinou uma ciência administrativa e burocrática; ao sujeito desviante, que não encontra identidade no sistema de produção/proteção e cuja socialização não pudesse ser regulada pelo patrão ou pelo chefe de família, se debruçaram as ciências médicas e sociais modernas.

Entre indivíduo e população, entre sujeito público e privado, erige-se do Estado instituições com poder de regulação da moralidade em nível territorial, sustentada por uma autoridade que se exercia com técnicas de vigilância e disciplinarização, buscando uma

cientificização da vida individual e coletiva. Tais ações objetivavam não somente a caridade meritória, mas a identificação do desvio em formação, com o diagnóstico precoce e preciso, a aplicação qualificada do corretivo e, adiante, a recuperação do investimento pela inclusão produtiva do corpo individual ao Social.

### **Altos da Bronze**

Padre Joaquim, recém-chegado à cidade, caminhava com seu manto pesado e quente contra a subida que saía da Rua da Praia, passando pela Rua do Arvoredo até a colina do Largo da Forca (Alto do Manoel Caetano) para visitar os doentes da enfermaria velha. Antes de chegar na casa, chamada Asilo de Doentes, já notou as pessoas dormindo na rua. Na casa, um burburinho, uma voz alta que chorava e praguejava alguém, um clima de morte. Era o segundo na semana, disse um dos voluntários, vítima de cólera, uma menina. Marlene, a mãe, disse que ela tivera dores na barriga dias antes e que, chegando na enfermaria, adquiriu a peste. Acusava-os de assassinos. Uma parte das pessoas consentia e se somava ao coro, outra parte buscava conter a fúria materna. Deslizando pela cena, Joaquim se apresentou aos benfeitores da casa e pediu para ver a menina morta. Barriga túmida, dura. Chamou Marlene, mostrou o corpo, cobriu a menina com um lençol e juntos rezaram para a providência divina, entregando-a ao pai para um ressurgimento próximo.

Na enfermaria Joaquim encontrou espaço para suas práticas assistenciais, colaborando no dia a dia do serviço. Com Marlene, desenvolveu um trabalho especial, acompanhando com detalhe as agruras que a mulher passava, moradora de um beco encravado nas proximidades do serviço. Nas visitas ao casebre da família, o clérigo conheceu a realidade de muitos outros, habitantes de cortiços acolhedores das situações mais vulneráveis, que viviam do trabalho ligeiro, nas bordas do comércio. Desses encontros, formulou rapidamente um panorama da situação dos pobres na cidade, identificando as mazelas expostas em franca comorbidade, misto de doença e contágio, de vidas imorais e práticas informais.

Perspicaz, conforme aprendido em outras ordens mendicantes, formulou o argumento de uma empresa assistencial. Contando com a influência de sua batina europeia, marcou reunião com os legisladores da Câmara Municipal para falar do assunto. Naquele dia,



acordou muito cedo e logo colocou a sequência de batas e mantos e estolas, rezou três horas, uma delas com os joelhos sobre milhos. O castigo matinal lhe fez bem, chegou confiante. Deus não nos mandou para a terra para assistirmos a isso impunemente, disse ao apresentar o relato dos becos. É preciso agir, a fome é tanta e pouco se faz! O clérigo fez um panorama do tempo vivido na cidade e mapeou os pontos de adoecimento, bem como a falta de uma instituição pia que prestasse a assistência aos mais necessitados. Os ares das únicas enfermarias estão infectados, defendeu, produzindo, em vez de saúde, o espalhamento da doença. O argumento caminhava para a necessidade de um hospital nos moldes portugueses, animado pelo que já havia visto em outras cidades brasileiras.

O intendente escutou atento a eloquência de Joaquim e, frente aos seus argumentos inequívocos sobre as mazelas da cidade, fez apenas uma pergunta: quanto vale? ou melhor, como se pode financiar tal empresa? Ora, pois, esmolando em nome do rei. Joaquim tinha a estratégia previamente elaborada: me comprometo a pedir autorização para o imperador para instauramos na cidade uma Santa Casa da ordem da Misericórdia, trata-se de um sistema coordenado de captação das doações, gerenciando o recurso estatal e privado a partir de uma mesa administrativa. E completa: nossos nomes ficarão para sempre marcados na causa do Divino, não tenham dúvida disso.

Ao findar a reunião, o frei saiu estimulado pelas endorfinas envolvidas na conversa e, num rompante de confiança, subiu num púlpito improvisado na porta da enfermaria e pregou para os desgraçados a sua volta: Porto Alegre galgará novos rumos! Os pobres doentes terão um lugar para expirar seus dias até o juízo, às crianças expostas se derramará o manto de Nossa Senhora e a todos ela abrirá seu manto de misericórdia. E não viveremos só da esmola do próximo, teremos um sistema que abrigará a todos os acometidos pelo abandono na cidade. Seremos, como reza nosso São Francisco das Chagas, instrumentos da força divina: onde houver trevas que eu leve a luz, onde houver o erro que eu leve a verdade! Pois é dando que se recebe, é perdendo que se é perdoado, é morrendo que se vive para vida eterna... Deus abençoe a todos! Com os olhos altos pelo gozo da oração, Joaquim limpa a baba que escorreu pela barba durante a homilia.

No próximo instante, localizando a vida terrena, foi interpelado por Felizarda, uma mulher negra chamada Bronze, que vivia do meretrício numa casa próximo dali, num dos pontos mais altos do morro. Conheceu ela por ser amiga de Marlene, a tendo visitado já numa

oportunidade. Um velho, pai dela, de aproximadamente 50 anos, carcomido pela vida colonial, expelia ao tossir um líquido vermelho, misto de sangue e pus. Dentro da enfermaria seu ingresso foi negado por entender que contagiaria os demais internos, o que causava revolta nos familiares. De fato, Joaquim, ao discutir brevemente o caso com a equipe, notou a falta de arejamento do local, o que favorecia os miasmas. Numa compreensão mínima de higiene pública, afastou a prostituta e o doente do local. Sabedor da sina dessa Madalena – cujo apelido era Bronze por se referir à cor de seu ânus – Joaquim tomou-os pela mão e levou-os de volta ao cortiço onde viviam.

Nos dias que seguiram, Joaquim não falou com o imperador, tampouco com os líderes políticos da cidade. Esteve junto com a família de Bronze nos últimos momentos do velho, imune divinamente da doença, abençoando a hora da morte. Enterraram o corpo falecido num terreno arejado já distante da cidade, favorecendo o desaparecimento do homem e de seus vapores.

A história dos joelhos de Joaquim e do cu da Bronze ecoarão pela cidade. A câmara aceitou a empreitada do hospital e não tardou para Joaquim embarcar para Lisboa apresentar a proposta ao rei. Felizarda se tornou uma ativista das causas da higiene social, sendo uma referência comunitária para a cidade, no cume do centro e na margem da vida familiar.

### 2.3 Questão Urbana

As grandes metrópoles irrompem na história com características que destoam das grandes cidades de outras épocas: tornam-se a expressão da força pungente do capital, esvaziando a força produtiva dos campos em torno de uma miragem econômica, aglomerando grandes populações no seu entorno.

Está claro que sempre houve questões que brotavam da vida gregária em outras épocas e culturas, que a cidade já havia sido posta em análise por pensadores antigos e medievais, mas nunca como no período que divisou a industrialização. Para Henri Lefebvre (1999) é preciso nomear como uma Revolução Urbana justamente o ponto em que temos uma inversão do centro produtivo do campo para a cidade, produzindo na cidade um outro fenômeno de organização humana. Segundo o filósofo, primeiro existiram as cidades políticas que administravam o modo de produção do campo em troca de proteção militar e, depois, as cidades mercantis que tornaram

o espaço urbano favorável às trocas comerciais. Mas somente com a criação das cidades industriais e o modo de produção em série que alcançamos o ponto de uma *sociedade urbana*.

O urbano, nesse raciocínio, seria mais amplo que as cidades. No plano espacial ligaria as cidades num miasma geográfico, formando o que se chama por vezes de tecido urbano, ou malha urbana, zona comum das áreas metropolitanas. No plano econômico, o urbano impõe uma centralidade política que se apoia na disponibilidade da massa produtiva, na efemeridade dos vínculos, na fluidez do capital. Já no plano cultural, representa os valores, atitudes e comportamentos esperados para os viventes da urbe. Para o sociólogo Manuel Castells (2014), esses planos (geográfico, econômico e cultural) estão inter-relacionados no fenômeno urbano. Diz que a urbanização parte do suposto prévio: “a correspondência entre um determinado tipo técnico de produção (definido essencialmente pela atividade industrial), um sistema de valores (o ‘modernismo’) e uma forma particular de assentamento espacial, a cidade, cujas características decisivas são: a dimensão e a densidade” (p. 16, tradução nossa). A realidade urbana, nesse entendimento, é composta por um emaranhado de forças, esculpida entre as cidades, mas não corresponde diretamente a elas: extrapola os sentidos de uma cidade murada ou industrial, se derrama por todo o território, impulsionada por uma força motriz de explosão do capital, impondo novos modos de relação.

Para Lefebvre (1999), as cidades industriais não representaram o modo urbano de viver. Ao contrário, eram *anticidades* ou *não-cidades*. Realizaram, como na física nuclear, o processo de implosão-explosão: por um lado, concentram energia (pessoas, riquezas, cultura), e, por outro, dispersam seu raio de influência, expandindo o campo de pertença, destruindo as barreiras (naturais ou construídas) ao movimento, reconstruindo o território e formando novas margens (periferias, subúrbios, residências secundárias, cidades satélites, etc.). A “bomba urbana” esprou carne e pedra: urbanismo selvagem, uns diriam.

Mas não sem uma tentativa de regulação. Os projetos de planificação das cidades foram políticas que buscaram, em dois diagramas: escoar a produção e acolher o comerciante; acomodar a massa produtiva e afastar os inúteis. São muitos exemplos que surgem de tais tentativas organizadoras da urbe. No clássico exemplo do redesenho de Paris, planejado por George Haussmann, a cidade abriu-se no plano terreno em grandes avenidas, refazendo a função das ruas e destruindo edificações antigas. Surgem como alegorias na cidade, as praças e parques voltados ao tempo não produtivo, bem como os prédios símbolos da gestão e da produção. As ruas-artérias, amplas e arejadas, favoreciam a circulação militar, a dispersão da

produção e o combate às barricadas de resistência. No plano subterrâneo, o redesenho organizou os canais de água e esgoto, cumprindo – além de uma função militar – uma função higienizadora da cidade (FREITAG, 2006).

O modelo haussmaniano inspirou diversas diagramações de cidades pelo mundo inteiro, buscando um equilíbrio entre o comércio, a segurança, a higiene. Michel Foucault (2008a), ao exemplificar as tentativas das municipalidades para gerenciar as cidades do século XVIII, entende que todos os modelos urbanísticos cumpriam essas funções: o arejamento das ruas para eliminação de “todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados”; o acesso ao comércio interior e conexão com as estradas; o controle dos impostos pela atuação aduaneira nos acessos e, claro, vigilância da massa flutuante da cidade (“mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo”) (p. 24). Separavam, assim, a boa circulação da má circulação.

Na articulação com o plano econômico, Castells (2014) entende que a organização do espaço urbano está sustentada entre a produção (medida pelo homem, sua força e seus instrumentos de trabalho), o consumo (do próprio trabalhador) e o intercâmbio (que permite o deslocamento espacial entre produto e comércio). O espaço, assim, é recortado pela temporalidade desse circuito do trabalho e da identidade de consumo. Diz Castells: “o espaço urbano não se organiza ao azar, e os processos sociais que se referem a ele, expressam, especificando-os, os determinismos de cada tipo e cada período da organização social” (p. 141, tradução nossa).

As pessoas no espaço-tempo da sociedade urbana estão injetadas de velocidade ou dispersão, são estimuladas ou despejadas: num vaivém, se misturam com a cidade. Na divisão dos espaços, ocupam os papéis dispostos pela ordem social e as velocidades atribuídas a cada função. De modo preciso, o lugar do “vadio”, do nômade, evidencia outras temporalidades e outras formas de vida urbana, enunciando a questão sobre o direito à cidade e sobre os limites dos interesses privados.

## 2.4 Individualização

Em 1902, analisando a assunção do modo de vida urbano, o sociólogo alemão Georg Simmel (1973) entendia que a vida na cidade enervava o homem. A constância de estímulos provocava no aparelho psíquico um exercício intelectual contínuo de classificação das percepções. Em comparação à vida numa cidade pequena ou rural, diz Simmel, a metrópole criava “com cada atravessar de rua, com o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social”, uma temporalidade diversa da cultura precedente: “extraí do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extraí” (p. 12). Exigia, portanto, um alto grau de racionalização sobre o vivido, não apenas pelo caráter adaptativo à ordem social vigente, mas como estratégia de proteção e sobrevivência subjetiva. A intelectualização, completa, “destinada a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana” (p. 12), procurava uma comensurabilidade do vivido, uma previsão segura do que estava por vir, uma aversão aos encontros inesperados, aos pontos não classificáveis.

Essa especialização do homem contemporâneo racionalizou ainda mais a vida urbana. A identidade restava concernente aos papéis disponíveis nas relações de produção e de consumo, circunscrita pela sua utilidade ao sistema. O Estado Moderno, com a premissa da solidariedade e do direito ao trabalho, modulou as relações sociais no princípio da individualização. Para Karl Marx e Friedrich Engels (2010), o Estado havia sido tomado pelo pensamento liberal e, dentro disso, delegado sua função de regulação social à burguesia, obrigando as nações “a introduzir em seu próprio meio a assim chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Em uma palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem e semelhança” (p. 62).

O atrelamento à “mais alta divisão econômica do trabalho”, repetindo Simmel (1973), exige do indivíduo um aperfeiçoamento constante, uma diferenciação regulada, com atributos que o façam competir em um mercado de identidades. A pessoa se torna, assim, um

mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida pessoal. Aqui, nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, refere-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e despersonalizado que a personalidade, por assim, dizer, não se pode manter sob seu impacto (SIMMEL, 1973, p.23).

O intelectual e o nobre descobriram logo que era preciso regular o excesso da cidade. Num plano bastante imediato, foram inventando confortos que permitiam não sentir a truculência da cidade, evitando o contato com o estranho. Aprimoraram-se os meios de transporte, os aquecedores e refrigeradores dos espaços internos e, com o redimensionamento das esferas de contato, surgem as noções de privacidade, de intimidade, buscando um campo medido de excitações.

Os espaços urbanos passam a ser recortados por seus frequentadores: cafés, pubs, bares, lojas acolhem um certo repertório de identidades de consumo, que são avalizadas e reconhecidas num determinado nicho de semelhantes da cidade. Em pesquisas feitas pelo urbanista Kevin Lynch, estudadas por Richard Sennett (2008), fica claro que os indivíduos modernos e contemporâneos sabem – mesmo que inconscientemente – a que identidade pertencem: “pessoas consultadas comparavam lugares novos com seus lampejos mentais, sentindo-se mais indiferentes à medida que encontravam menos semelhanças” (p. 368). O reconhecimento imagético forma a paisagem pública, onde a própria imagem deve produzir diferença e, ao mesmo tempo, proteção.

Nos movimentos de dispersão urbana e individualização das pessoas, as cidades realizam um duplo enquadre, que busca a disciplinarização dos corpos e o afastamento do estranho: forjam-se identidades com a mesma agilidade dos monopólios do capital e dos guetos da miséria. Entre a atitude *blasé* do intelectual, a postura compenetrada do trabalhador, a fronte sofrida do mendigo, afirmam-se modos de viver sintônicos à cidade. Mesmo no caso dos tipos claudicantes, assumem-se como personagens funcionais aos fluxos da moralidade, como antagonistas da norma, sendo explorados no folclore, nas leis, nas práticas policiais como um anteparo para as imagens-padrão.

## 2.5 População e Governabilidade

A urbe se constitui como campo intermediário onde a vida modulada por tal modo de governo, convive com a vida “natural”, aquela que inventa às fugas: as des-identidades. O meio, como espaço de circulação, de ambiente, de liberdade de relações é supostamente ingovernável e, justo pela não adesão aos códigos de governo, vai evidenciar a cidade como centro das políticas sociais. Forja-se assim formações discursivas sobre os elementos que se colocam em série, perfilando os personagens e tipos psicossociais, circunscritos dentro de curvas normais de ocorrência. A gestão de uma cidade se faz a partir das simetrias propostas pelos números. Os caracteres revestidos de ciência produzem, com os códigos da arquitetura, da economia, da epidemiologia, das políticas sociais, uma estratégia governabilidade da população. No curso Segurança, Território e População (1977-1978), Michel Foucault (2008a) diz que na técnica de gestão da urbe “o que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles” (p. 28). Voltaremos às formações discursivas adiante, por agora importa indicar que a gestão das cidades previa os fluxos do excedente – seja de produção e de trabalho, seja da conduta e da norma. Excedentes dos códigos: incógnito. Esses restos, híbridos por essência, movimentam uma trama médica-jurídica-assistencial que toma o sujeito moderno, contraditoriamente, como um caso individual. Os que permanecem na vida “selvagem” ou “natural”, os que não se docilizam facilmente serão justamente os sujeitos alvo das políticas do Social.

Entre o trabalhador padrão e o desempregado, entre o cidadão de direitos e o desassistido, entre a sobrevivência e o desvio, passam a intermediar instituições que reposicionam a questão numa relação institucional-indivíduo: entre a polícia e o vivente da rua, entre a filantropia e a criança abandonada, entre a medicina e o débil. Nesse campo medial, habitado por códigos da norma, se faz a inspeção sobre a categoria em que o sujeito se encaixa e o devido tratamento. Sabemos que esse exercício é inglório, a matemática só fez aumentar os inclassificáveis. A métrica da vida alcança, além das artérias e órgãos, o modo de viver, modulando o comportamento esperado a partir de desvios importantes como o crime, o roubo, a doença, a inutilidade, a improdutividade.

A razão, portanto, se estabelece sobre a desrazão. Pelos números infinitesimais se faz a ciência moderna, gerando um olhar individual que, no revés, dilui a dimensão coletiva da

experiência urbana e especializa a observação do corpo. Para Foucault (2006a), a matéria orgânica, dissecada pela crescente clínica médica, serviu para explicações científicas sobre os desajustes físicos e morais, as quais convinham para a maquinaria da época. Nesse ponto, a consciência de si, a relação com os órgãos e vísceras gerava, junto com a cultura urbana, a percepção do homem no mundo.

Foucault (2002, 2008a) recupera ainda uma tipificação dessa estratégia moderna: governo de si mesmo, governo das famílias e governo de Estado. O filósofo aponta para uma contiguidade dos métodos de governos a partir da moral, da economia e da ciência do “bem governar”. Essas técnicas juntas operam o que chama das bases da *biopolítica*, ingressando nas famílias pela medicina social, pela dobra das técnicas disciplinares para dentro das casas, com a vigilância da infância e a formação conceitual das neuropatias constituintes dos futuros comportamentos anômalos. Desse modo, amplia-se o estado de segurança para toda a sociedade, cabendo ao saber médico-policial os hábitos menores de cada família e de cada indivíduo.

Em especial, Foucault (1979) aborda o *biopoder* não como uma teoria geral do poder, mas como conjunto de procedimentos, relações, binarismos, que se espalham pelas sociedades modernas com foco no corpo individualizado:

O capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro projeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia biopolítica (p. 80).

De um modo bastante esquemático, Foucault (2008a) diz: “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (p. 16). Para o Estado Moderno não interessa tratar de uma multiplicidade de indivíduos, pois assim daria margem às singularidades de cada sujeito, preferindo a noção de **população** enquanto totalidade. Com essa noção, forja-se o objeto e também as políticas para obter resultados específicos com o mesmo. Num franco empirismo, se testam as máquinas disciplinares, se escalonam os fenômenos, se classificam os tipos sociais, se separam, enfim, os corrigíveis dos perdidos. A população como dado



estatístico, como generalidade, funciona como matéria de gestão das cidades. Com efeito, nessa massificação, assujeita as pessoas aos saberes e às práticas de individualização dos corpos.

### **Morro Santa Tereza**

Padre Cacique avistou Josefina à distância, na fila de pedintes que se avolumava defronte ao bispo, como costume dos dias de sábado. A menina estava acompanhada da mãe que a projetava como meio de garantir a esmola. Sujas, vestidas em trapos, as duas recolheram uma moeda e um pão de forma em bom tamanho agradecendo com os olhos baixos a benesse. Cacique se encantou com a doçura da menina, pediu licença para o bispo e seguiu a família até o beco onde viviam. No local encontrou não apenas Josefina, mas outras crianças em situação de grande pobreza. A situação de modo geral era insalubre, acúmulo de pessoas em casas contíguas, formando sem separação de cômodos um cortiço. A mãe da menina, Ângela, indagada pela perseguição, volta-se para o padre: Posso ajudar o senhor? Com carisma, o clérigo deu a mulher o pouco de dinheiro que possuía e quis saber mais sobre Josefina. Ângela contou que vivia sem o pai dos filhos, que passavam dificuldades para alimentação, que os filhos mais velhos ajudavam na mendicância e na prática de qualquer ato para conseguir renda.

Impressionado com o que viu, o baiano que há pouco chegara em Porto Alegre procurou ajudar a menina. Não somente a menina, mas também outras crianças que viviam expostas na cidade. Ao questionar o bispo sobre as ações para elas, deu com a Casa da Roda, instituição que se ocupava com a causa. Ao visitar o espaço contíguo à Santa Casa, todavia, não achou o melhor caminho, tampouco o Asilo Santa Leopoldina, que acolhia as egressas do hospital. Entendeu que a menina precisa de uma escola. Encontrou-se em suas orações com a Madre Bárbara que trabalhava no Asilo Sagrado Coração de Maria, educando meninas para os ofícios da vida doméstica e preparando-as para o casamento. Bárbara havia tido uma vida paupérrima em Viena, tendo criado uma república para outras mulheres em condições semelhantes antes de ser expulsa da cidade junto com outros clérigos nas revoluções religiosas europeias. No Brasil, tornou-se Madre. Era seu costume visitar os doentes e arrecadar por iniciativa própria recursos para produzir nos asilos que trabalhava uma mudança

material e espiritual nas educandas. Nesse ponto se ligava à iniciativa de Cacique e, não vendo o padre outra instituição capaz de acolher Josefina, encaminhou-a para o asilo de Bárbara pagando a vaga com seu próprio soldo.

Em paralelo, Joaquim Cacique iniciou uma empreitada para estabelecer na cidade um melhor atendimento para as crianças e mendigos. Desafiou o bispo para interpelar junto à Coroa a retomada da construção de um colégio na chácara de Santa Tereza, doado anos antes pelo Imperador. Em meio à articulação política para o apoio estatal, Cacique por conta própria passou a mendigar em favor de tal empresa. Atrelou numa carroça seu cavalo e saiu às ruas a pedir: Vejam lá, que favor farão para cidade! Deus não permitirá tamanho abandono e Deus, meus irmãos, fala por nós, através de nossas ações... A causa foi acolhida na comunidade e a obra foi iniciada sem o devido financiamento imperial, mas com o modelo de captação do padre. Foi lhe concedido, adiante, a chácara de Santa Tereza para implantar ali um colégio com o mesmo nome do sítio, acolhendo as meninas residentes no Asilo da Santa Casa.

Mas sua obra não estava completa sem Josefina. Foi ter com a diretora do Asilo do Sagrado Coração: Madre, é hora de seguir minha visão com essa menina, de vê-la crescer numa educação cristã disciplinar, tal sabemos de outras ordens. Em contraponto, Bárbara defendeu que a menina estava adaptada à casa e que era fundamental para algumas lidas: essa menina é certamente iluminada pelo coração da Mãe de Deus, e a benção dela se esparrama para as demais irmãs da casa, o que nos favorece no sentido prático e espiritual. Sem acordo, Cacique recorreu ao bispo, que deu razão ao argumento da Madre. Imparável, Cacique seguiu na reconquista da menina e iniciou uma campanha contra o Asilo. Criado o imbróglio, o austero padre conseguiu enfim o pretendido: acusou a Madre Bárbara da prática de maçonaria, fazendo-a deixar a cidade, e retirou a menina com a força policial.

Tudo isso agora é lembrança no olhar de Josefina, que assiste o Padre sair do morro de Santa Tereza com sua carroça para arrecadação de fundos. Já moça, passava os dias a tricotar seu enxoval e, como metodologia da casa, era treinada para cuidar de crianças menores. Sonhava com o dia em que seu conquistador viesse resgatá-la do asilo para afirmar uma vida em família, remontando em parte o conto que já sabia dos livros e o ideal que se construía na cidade.

## 2.6 Alienismo

A clínica médica se sustentará pela construção de um diagnóstico, pela descrição da etiologia da doença, da aferição observável sob os instrumentos de uma ciência clara e precisa. Frente às práticas curadoras, o saber médico precisou compor com as teorias da infinitude, propondo, nas palavras de Michel Foucault (2006a): “uma reorganização epistemológica da doença, onde os limites do visível e do invisível seguem novo plano; o abismo abaixo do mal e que era o próprio mal acaba de surgir na luz da linguagem” (p. 216). Mas, adverte o autor,

para que a experiência clínica fosse possível como forma de conhecimento, foi preciso toda uma reorganização do campo hospitalar, uma nova definição do estatuto do doente na sociedade e a instauração de uma determinada relação entre a assistência e a experiência, o socorro e o saber; foi preciso situar o doente em um espaço coletivo e homogêneo (p. 216).

A hospitalização nascida no Estado-Igreja desenvolveu, além das ações de acolhimento asilar, especializações estratégicas nas cidades disciplinares. Ao lembrarmos de Bicêtre, em Paris, é preciso recordar da imagem mítica de Philippe Pinel retirando as correntes dos internados no grande hospital-asilo no final do século XVIII e afirmando uma correspondência orgânica para a perda da razão dos mesmos. A medicina acolhia, assim, uma figura jurídica que era objeto das práticas de correção da cidade, justificada muitas vezes – no lugar da morte – para expiação de males feitos. A enunciação desse sujeito corrigível, objeto jurídico-biológico, se dava pelo duplo enquadre dos erros orgânicos e sociais, para o qual só caberia um tratamento de oposição moral. O sujeito do transtorno de conduta teve diagnósticos variados, descritos inicialmente no Tratado médico-filosófico de Pinel. Ao caracterizar a figura do doente mental, o alienista provocava um deslocamento na clínica médica, por isso, é considerado por muitos o pai da psiquiatria.

O poder do discurso psiquiátrico se fortaleceu sobretudo pelo acolhimento das causas tidas como incorrigíveis, alienadas, desatentas e/ou desviantes do modo de vida esperado. Ao absorver a loucura num espaço próprio, o saber médico abriu o campo do estudo da psique e da própria psicologia (FOUCAULT, 2006b) e encontrou, mais que isso, um universo de questões insolúveis. O atrelamento do hospício às instâncias policiais das municipalidades, na função de

escoamento do incógnito jurídico-social, acabou por deslocar uma grande população residual que vivia às ruas, à mercê da bondade ou maldade de seu meio, para o manicômio.

O asilo para alienados cumpriu sobretudo, dentro das cidades disciplinares, uma função de higiene social. Sem ter medo das palavras, este era realmente o projeto. A afirmação do alienista e da psiquiatria se estabeleceu, primeiro, na tarefa de gestão da população desviante, excedente dos códigos jurídicos e/ou marcada dentro dos estigmas de proteção da filantropia. O fluxo dos indesejáveis para o hospício gerou o que sabemos por *internamento*, um encaminhamento desregulado das situações irracionais na cidade higiênica. Enquanto a clínica médica se assumia como lugar de verdade da matéria orgânica, iluminando o conhecimento sobre o homem, a psiquiatria devia seu lugar a sua função estrita de controle social. Para Foucault (2002)

Antes de ser uma especialidade da medicina, a psiquiatria se institucionalizou como domínio particular da **proteção social**, contra todos os perigos que o fato da doença, ou de tudo o que possa assimilar direta ou indiretamente à doença, pode acarretar à sociedade. Foi como precaução social, foi como higiene do corpo social inteiro que a psiquiatria se institucionalizou (p. 148, grifo nosso).

Dentro do alienismo, porém, buscava-se justamente a implantação de uma medicina científica, desatrelada do caráter asilar e assistencialista dos hospitais. A terapêutica, ainda com Pinel, foi a transformação do hospício em um equipamento disciplinar, onde o tratamento moral pudesse ser implantado com a devida assertividade. O modelo se dava, como em toda sociedade disciplinar, em analogia às prisões e instituições de correção, escolas, agrupamentos militares, conventos. Nesse desenho, a imposição do saber é, antes, a imposição do poder. Exige-se dos técnicos do alienismo uma postura que denote superioridade, que acuse o lugar de irracionalidade do atendido, que situe o sujeito numa relação hierárquica. Essas relações se dão em todos os níveis do trabalho, passando pelos guardas, vigilantes, serventes, monitores e médicos, sendo que a vigilância atinge a todos e coloca, obviamente, o louco no lugar final dessa cadeia de observação. Assegurada a ação sistemática de mapeamento das condutas, dão-se os elementos necessários para a construção dos diagnósticos e passa-se então para as práticas de imposição. Para ser claro, vejamos a citação de Foucault (2006b) de Pinel e seu Tratado sobre o tratamento das manias, que se referia não somente ao louco furioso, mas também ao maníaco sem delírios, ao delirante pacífico, ao melancólico ou monomaníaco: “é arte de

subjugar e de domar, por assim dizer, o alienado, pondo-o na estreita dependência de um homem que, por suas qualidades físicas e morais, seja capaz de exercer sobre ele um império irresistível e de mudar a corrente viciosa de suas ideias” (PINEL, 1800 *apud* FOUCAULT, 2006b, p. 11-12).

Em todo caso, no interior do Hospício, nos Conselhos e Sociedades de Medicina, se buscava a etiologia da patologia social, tentando atribuir à medicina mental a fidedignidade e validade atribuída à clínica médica orgânica. Para Robert Castel (1987), no livro *Gestão dos Riscos*, esse dilema está evidente na primeira psiquiatria:

que a alienação mental tenha ou não raízes orgânicas, ela se dá sob a forma de uma desordem na organização da sociabilidade, e a psiquiatria representa o saber e a prática de combater e anular essas turbulências. Ela é assim, antes de ser uma medicina orgânica, ainda mais uma medicina social. O alienismo colocou-se dessa maneira em posição de chefe de fila em relação às práticas da higiene social e da filantropia, que repousavam sem dúvida sobre tradições mais antigas, mas tinham necessidade de caução científica que lhes tenham buscado a indexação médica” (p. 69).

Volta-se sempre à questão sobre o sujeito desviante: doente ou insolente? Desvio do corpo ou da alma? Distúrbio de personalidade ou má índole? Razões orgânicas ou sociais? Na dúvida dessas questões, justamente pela insolubilidade delas, forma-se o saber psi, assumindo o risco de responder sobre os determinantes das crises de sociabilidade. Esse terreno onde o poder disciplinar se espalhará é concomitante com o surgimento das Ciências do Homem, ou Ciências Humanas, indagando sempre o estatuto desse ser moderno. Foucault (2006b) nos ajudará a entender:

O que se chama Homem, nos séculos XIX e XX, nada mais é que uma espécie de imagem remanescente dessa oscilação entre o indivíduo jurídico, que foi o instrumento pelo qual a burguesia reivindicou o poder, e o indivíduo disciplinar, que é o resultado da tecnologia empregada por essa mesma burguesia para constituir o indivíduo no campo das forças produtivas e políticas. É dessa oscilação entre o indivíduo jurídico, instrumento ideológico da reivindicação do poder, e o indivíduo disciplinar, instrumento real de seu exercício físico, é dessa oscilação entre o poder que é reivindicado e o poder que é exercido que nasceram essa ilusão e essa realidade que chamamos o Homem (p. 72).

Neste espectro, temos a construção das figuras do *monstro* (aberração orgânica) e o *indivíduo a ser corrigido* (aberração social) e, com eles, as técnicas disciplinares que se afirmarão como protótipos da psiquiatria (FOUCAULT, 2002).

Entretanto, há no meio dessas figuras psicopatológicas a construção de uma psicopatologia que não se refere mais à doença, mas aos comportamentos anômalos. Agrupados em uma sintomatologia sindrômica, são tomados em contraponto às normas de conduta social. No curso Os Anormais, Michel Foucault (2002) explora a construção desse desdobramento médico em torno, sobretudo, do desenvolvimento do corpo infantil, da família conjugal. É assim, diz o filósofo, “que a paisagem da psiquiatria vai ser animada por toda uma gente que é, para ela, nesse momento, totalmente nova: a população dessas pessoas que não apresentam sintomas de uma doença, mas síndromes em si mesmas anormais, excentricidades consolidadas em anomalias” (p. 395). O foco, portanto, se estabelece no interior das relações familiares, podendo identificar com precisão o início de um comportamento desviante, manifesto na relação com o corpo sexual e na incoerência com o desenvolvimento esperado para o seu tempo. Para Foucault (2002), na aula de 12 de março do referido curso, é preciso admitir uma série de elementos que operam juntos para a construção desse saber especializado:

a valorização do corpo da criança, a valorização econômica e afetiva da sua vida, a instauração de um medo em torno da sexualidade enquanto detentora dos perigos corridos pela criança; culpabilização e responsabilização simultânea dos pais e dos filhos em torno desse corpo mesmo, arranjo de uma proximidade obrigatória, estatutária, dos pais e dos filhos; logo organização de um espaço familiar restrito e denso; infiltração da sexualidade através de todo esse espaço e investimento desse espaço por controles ou, em todo caso, por uma racionalidade médica (p. 337)

Com efeito, o ponto primordial de observação foi a família. A responsabilização dos pais e a desapropriação da transmissão leiga inflexionava para dentro dos lares o saber médico-jurídico. Exige-se agora que os pais sejam reprodutores de um modelo de cuidado e proteção, onde a vigilância começava pelo corpo infantil. Essa modulação familiar funcionava, todavia, de modo distinto para as famílias proletárias. Se na condensação do núcleo familiar burguês se fez uma inversão no saber doméstico – agora, a infância estava no centro da vida familiar – na família proletária, antes da exigência de cuidado, se exigia um planejamento da natalidade, um questionamento sobre a própria existência dessas crianças. A campanha, diz Foucault (2002), era clara: “Casem-se, e não façam filhos antes, para abandoná-los depois” (p. 342). A

preocupação, portanto, não era da ordem de uma medicina que exigia uma família afetiva e intensa, proximal e vigilante; era, sobretudo, da ordem de uma medicina social, um assunto de higiene pública,

Sabemos que a invenção da infância como categoria social irá direcionar as técnicas médicas e educacionais, gerando estratégias de proteção cada vez mais garantidoras do modelo burguês, balizadas por um ideal de desenvolvimento. No campo psi, trouxe os elementos fundamentais para a construção da teoria do incesto e da própria psicanálise. Mas, sem adentrar nesse campo, nos interessa os desdobramentos dentro da psiquiatria. Do legado de Pinel, tivemos por um lado seu sucessor, Jean-Étienne Esquirol, que aprimorou a importante diferenciação entre o louco e o idiota, típica figura do anormal, que movimentará o campo pedagógico nas técnicas de uma imposição moral. O médico, o pedagogo, o filantropo, todas essas figuras institucionais vão acolher justamente a criança que os pais não sabem como cuidar, assumindo o lugar de mestre, de especialista, de disciplinador das idiotias e dos sintomas de desajustes da infância (FOUCAULT, 2006b).

Noutra vertente, ligada ao corpo orgânico, Bénédict Morel irá desenvolver o estudo sobre as demências, sobre a aberração genética, sobre os instintos. Surge com ele um elemento importante para o campo da higiene mental: a *teoria da degenerescência*. Nela, há uma contiguidade entre o adulto delinquente, louco, homossexual, ladrão, assassino e a criança demente ou idiota. As crianças estariam, portanto, sob a virtualidade de um possível transgressor; e os adultos sob uma investigação de seus traços hereditários que perpetuam desvios. Nesse ponto, a psiquiatria se aprofunda sobre o tema da periculosidade, formando um discurso sobre o destino familiar, sobre as imanências do instinto, sobre a etiologia do ser violento e incorrigível. Como consequência, o saber médico-mental orientou políticas racistas e se dispersou pelo social, atrelando as afecções orgânicas ao futuro distúrbio comportamento:

Na teoria da hereditariedade psiquiátrica, está estabelecido que não apenas uma doença de certo tipo pode provocar nos descendentes uma doença de mesmo tipo, mas que ela também pode produzir, com idêntica probabilidade, qualquer outra doença de qualquer tipo. Muito mais, não é necessariamente uma doença que provoca outra, mas algo como um vício, um defeito. A embriaguez, por exemplo, vai provocar na descendência qualquer outra forma de desvio de comportamento, seja o alcoolismo, claro, seja uma doença como a tuberculose, seja uma doença mental ou mesmo um comportamento delinquente (FOUCAULT, 2002, p.399)

A disciplinarização das cidades buscou colocar cada corpo em seu lugar de pertença e em suas rotas de circulação. Numa ponta ou outra, os sujeitos se tornam objeto de vigilância: o soldado e o exército, o aluno e a escola, o delinquente e a polícia, o louco e o alienista. As práticas de correção se sustentavam pelo ideário do alienista, que impregnou as cidades e suas normas de conduta.

## 2.7 Palácios Assistenciais

Sem precisar ir longe, subindo uma colina pouco distante do centro primitivo de Porto Alegre, observou-se na Santa Casa de Misericórdia (fundada em 1821) estratégias de posituação desse sujeito biojurídico da sociedade disciplinar. O hospital tinha por missão, conforme doutrina da irmandade fundada pela Rainha Dona Leonor, curar doentes, acolher crianças abandonadas e os alienados, socorrer nas epidemias e enterrar os mortos. As ações correspondiam às necessidades higiênicas da cidade. Além da construção de uma capela e de cemitérios, em 1826 iniciou as atividades da enfermaria. Foi financiada por meio de loterias autorizadas pelo governo imperial, na qual recebeu por dez vezes o valor de 12% do arrecadado. O recurso foi determinante para a primeira década de funcionamento do hospital. Pontualmente no dia 1º de janeiro de 1826 passou a receber os pobres doentes da cidade, dando asilo aos perdidos e abandonados, e, parcamente, fazendo atendimentos de cunho terapêutico para várias doenças, como sífilis e varíola (FRANCO, 2003; WADI, 2002).

com uma função muito mais assistencial do que terapêutica (...) sua finalidade principal era dar atendimento aos pobres – na doença, no abandono e na morte –, abrigo, além dos enfermos, os abandonados – crianças ou velhos – os separados – como os criminosos doentes – e os excluídos do convívio social – como os doentes mentais” (WADI, 2002).

A posição assistencialista foi reforçada em 1837, impulsionada pela crise política e social que se encontrava o Estado por conta da Revolução Farroupilha. Conforme o historiador Sérgio da Costa Franco (2003), a situação degradante de muitas pessoas na cidade foi pauta da mesa administrativa do hospital, que autorizou o ingresso de pessoas ruelas, antes proibidas pelo regimento interno da instituição. Assim, considerando a excepcionalidade do período, acolheu-se “desgraçados desvalidos de moléstias incuráveis, que vagavam pelas ruas desta



cidade (...) ordenando que o provedor arranjasse alguma comodidade em algum armazém do Hospital para serem ali recolhidos e ficassem menos desgraçados” (FRANCO, 2003, p.45).

Desse todo populacional acolhido, tudo se conectava às causas sociais. Mesmo a doença orgânica era, antes, uma insigne de sua condição de desassistência, pois as famílias abastadas mantinham seus tratamentos com o pagamento domiciliar de médicos. Desse emaranhado amorfo que habitava a rua e os lugares insalubres da cidade, foram se recortando faixas populacionais, buscando ao mesmo tempo a regulação das demandas e o aprimoramento de uma terapêutica.

Uma primeira faixa de corte foram as crianças. Era tarefa do hospital a incumbência dos órfãos, abandonadas pelos pais na porta do hospital ou de outras maneiras. Oficialmente o ingresso foi regulado pela Casa da Roda (1837-1940), famosa pelo instrumento de acolhimento da criança enjeitada: “Uma volumosa roda de madeira, com altura suficiente para receber a criança e seus pertences, conservava-se com a abertura voltada para a via pública” (FRANCO, 2003, p.51). Com a instituição da roda dos expostos, repartiu-se um primeiro grupo do montante inicial a que o hospital se destinara. Às crianças enjeitadas e desvalidas, se destinaram estratégias assistenciais de cunho pedagógico, sempre regidas pela Ordem, que se desdobraram adiante em outras instituições como o Asilo Santa Leopoldina e o Colégio Santa Tereza.

Os alienados, todavia, permaneceram mais tempo no hospital. Dividiam a permanência com a Cadeia Civil, sendo, nos dois casos, encaminhados pelos juízes e chefes de polícia. Na cadeia habitavam uma sala para os “loucos furiosos”; no hospital permaneciam nos porões. A administração do hospital, com poucos médicos e enfermeiros para o trabalho, antevia que nada poderia fazer senão asilar os sujeitos, pois não reconhecia cura em tais condições. Assim, entendia que apenas os pobres doidos curáveis poderiam ingressar. Apesar da ressalva, a estadia custeada era também uma possibilidade. Em 1834, recupera o historiador Sérgio da Costa Franco (2003), a administração recebeu propostas de encaminhamento do 2º e 3º distritos da cidade de dois “doidos”, custeados ao valor diário de 320 réis, pagos pelas respectivas câmaras municipais. Frente à demanda, a mesa fez contraproposta de 800 réis por pessoa livre e 500 por escravo. O negócio fez-se fácil: encheu-se o porão.

Mesmo com o financiamento, as condições em que viviam os “doidos” eram extremamente precárias: escuro, úmido, lotado, o porão favorecia o “miasma” das infecções. Além do mais, causavam despesas imprevistas para o hospital. Os relatórios do estado da Santa Casa de Misericórdia, feitos no período de 1865 a 1872 pelo Marechal de Campo Luiz Manoel

de Lima e Silva<sup>8</sup>, indicam uma situação caótica: o encaminhamento (sobretudo do chefe de polícia) era imenso, pois não havia outro lugar vago para eles; os gastos iam muito além do permitido, pois os insanos, além da ração diária de comida, não velavam pelos utensílios e vestuário; ademais, não havia terapêutica para os incorrigíveis, sendo tratados como presos por não haver melhor estratégia. Fantasiava-se, diz Lima e Silva ironicamente, que a casa tivesse ações para além do possível. No espaço-tempo do porão, o sujeito biojurídico se indiferenciava entre o louco e o criminoso e, mesmo encarcerado, não deixava de questionar a ordem:

Como já vos fiz saber, as grades das janellas dos mesmos, erão fixas e collocadas como nas cadêas publicas pela parte exterior, e não impedia da continuada quebra de vidros, que traz uma grande despesa no ano, tudo causado por taes infelizes, que têm um instinto particular para destruição (Relatório da ISCMPA, 1867 *apud* FRANCO, 2003, 65).

A fama do atendimento no térreo do hospital foi tema de preocupação da imprensa da época, matéria de discussões nas organizações religiosas, humanitárias. Em todo caso, se faz a questão: prefere-se assim ou a rua? A questão ecoa. Os jornais dão bastante destaque, por sua vez, aos crimes hediondos associados à figura do alienado, afirmando que tampouco o espaço público de convívio era a saída. Pressionado pelo clamor popular, considerando a ação misericordiosa a cada alma, o provedor José Antônio Coelho Junior afirma que mais violência é deixá-los soltos vagando pelas cidades, ou mesmo dentro das casas particulares, pois ao menor descuido causavam desgraças.

A saída era o nosocômio. Mas não este. Um específico para os doidos, que pudesse separar as figuras do delinquente e do doente, do tratável e do incorrigível, que acolhesse os furores com o devido conhecimento e os acomodasse numa ciência positivada. A sociedade porto-alegrense e muitas outras, enfim, pediam um local para o incógnito, para o excedente. Lugar para o excesso, para as manias: manicômio.

Depois de longas tratativas acerca da forma de financiamento e da localização do hospício na cidade, construiu-se no Arraial do Partenon um verdadeiro monumento à ciência, que divisava o status de Porto Alegre no mundo civil e cristão.

---

<sup>8</sup> Figura notória da época que nomeará uma rua porto-alegrense futuramente.

Até que afinal! Vai ser inaugurado no dia 29 do corrente o hospício de alienados! Parabéns à Província! Vai cessar o repugnante espetáculo do encarceramento, como criminosos, dos infelizes privados de razão. O dia 29 de junho marcará uma data gloriosa para nossa província. Desde esse dia poderemos apresentar às vistas de todos que visitarem a nossa capital esse monumento que fará o nosso orgulho (Felicíssimo de Azevedo, 1884 *apud* WADI, 2002, p. 80).

A inauguração do Hospício São Pedro, em 1884, contou com a presença da Princesa Isabel, numa festa que durou cerca de uma semana. Foram recolhidos inicialmente 10 homens e 6 mulheres da Casa de Correção, mais 14 homens e 11 mulheres da Santa Casa, totalizando 41 pessoas (WADI, 2002). O fluxo de encaminhamento, no entanto, seguiu a lógica já posta pelos equipamentos policiais na relação com os serviços de saúde e assistência, ampliada agora para as demais cidades da província.

O dilema da tenra psiquiatria gaúcha ficou evidente, entretanto, já na admissão dos alienados: falta de preenchimento dos dados familiares, falta de avaliação médica do sujeito encaminhado, ampla gama de encaminhantes (juiz dos órfãos, chefe de polícia, delegados, superior militar ou eclesiástico, além dos responsáveis legítimos da família). O alienista exigia, para o bom exercício diagnóstico e terapêutico, o “conhecimento dos antecedentes de família do alienado, de seu grau de envolvimento intelectual e moral, de sua conduta até a invasão da loucura, da causa provável de sua moléstia, da espécie de delírio apresentado no começo de suas perturbações” (CASTRO 1894, *apud* WADI 2002, p. 129). No entanto, advertida a necessidade de anamnese, despejou-se um fluxo para dentro do hospital de pessoas que não encontrariam meios para ressocialização, desvinculadas das famílias e dos territórios de origem.

A situação foi denunciada pelo conselho médico e, como medida imediata, a província assume a gestão do Hospício São Pedro em 1889, que inicialmente estava sob a batuta do provedor da Santa Casa de Misericórdia. O argumento da estatização considerava também que os recursos eram provinciais e que o Estado não poderia fazer a devida fiscalização se a condução estivesse sob uma administração privada. De fato, mesmo sob a tutela do Estado, pouco se alterou no fluxo desregrado de encaminhamento, tampouco no tratamento oferecido. A confusão seguia dentro do hospício: os internos eram misturados sob toda sorte de critério, avaliados brevemente pelos médicos, conduzidos mormente pelas freiras devotas às ações da ordem.

Na sua vocação de amar a humanidade, a filantropia teve que se remontar. Na construção do manicômio em Porto Alegre, é preciso dizer que tanto a medicina científica quanto a filantropia tiveram que ajustar seus papéis dentro do hospício. Apesar de financiada pelo poder público, com a coordenação de receitas a partir de instrumentos de captação do Estado, as irmandades religiosas seguiram livre seus modos de esmolar pelo pobre enfermo e, de modo voluntário, atuar nas causas da medicina social. Uma *filantropia higiênica*, diz Wadi (2002), que transforma a filantropia caritativa em torno da figura do pobre urbano, unindo o discurso científico à higiene pública e à providência privada. Ou, ainda, uma medicina filantrópica, vinculada a um tripé gestor: a administração pública que lhe remete às causas sociais incorrigíveis, a ciência que lhe cobra o devido embalsamento no saber médico, a filantropia que justifica a ação humanitária da assistência. Esse personagem médico-filantropo-administrador, portanto, como avalia a autora: “não se poupa e não recusa sacrifícios de qualquer ordem para bem cumprir o mandato que lhe foi outorgado pelo provedor em nome da sociedade” (p. 117).

Com o crescimento populacional dentro do hospício nas primeiras décadas de funcionamento, cria-se logo a demanda de ampliação da estrutura física e, com ela, a tentativa de um melhor esquadramento das patologias. Um desafio do alienista foi a organização das enfermarias em torno, minimamente, dos diagnósticos, isolando os loucos conforme a etiologia de sua doença e as expressões da mesma. Mas é preciso datar que apenas na gestão do médico Jacinto Godoy frente ao Hospital São Pedro (1926-1932 e 1937-1951) que foram feitas as melhorias mais significativas no prédio, com a construção de novas alas de enfermaria, com a adoção de uma medida nosográfica validada nacionalmente, e com a distribuição espacial dos internos conforme o quadro patológico. Sob seu comando, a instituição recebeu recursos suficientes para garantir um atendimento hospitalar integral, com as demais especialidades clínicas e com equipamentos para realização de exames de imagem. No plano técnico, sob a luz de Esquirol e Morel, buscou dar cientificidade às práticas realizadas com as teorias da degenerescência que impulsionava o controle das hereditariedades:

É com Morel que começa o estado positivo, verdadeiramente científico, em que a noção de etiologia tóxica ou infecciosa serve de base a uma classificação nosológica. No momento atual da ciência médica, diante das conquistas maravilhosas da Biologia, já se pode afirmar com desassombro que as moléstias mentais não existem. O que existem são síndrome mentais ou afecções cerebrais com expressão psíquica (GODOY, 1955, p, 22).

A ilusão de Godoy se alastrou pela cidade e muitas ações de vigilância se estabeleceram sob esses conceitos. Destacamos em estudo anterior (CUNDA, 2011), o curso de Biopsicologia Infantil, destinado a professores da rede pública de ensino para mapearem possíveis anormalidades. Mais que isso, a ilusão do alienista-filantropo orientou o pensamento científico-cristão por longas décadas, produzindo no hospício uma superpopulação: toda em desajuste às cidades e tudo a dever sobre sua função de produtividade, transformada em andarilhos dóceis e úteis para o sistema manicomial.

## **2.8 Higiene Social**

O Estado capitalista objetivou o aprimoramento das funções orgânicas do indivíduo, controlando a capacidade de produção de cada pessoa dentro de uma curva padrão de conduta e utilidade. Michel Foucault (1979) ponderou que, todavia, a medicina antes de estabelecer o foco no corpo produtivo, se afirmou como uma medicina social, pois partia de uma estratégia biopolítica, dentro de uma ciência da cidade: buscava uma métrica geral da população, sua taxa de nascimento, mortalidade, seus fenômenos endêmicos, com um rastreamento das linhas tangentes, acima ou abaixo da norma. Esses sistemas se desenvolveram na Alemanha com bastante clareza, com a descentralização do saber médico para as diversas regiões do território, centralizando no médico a administração da saúde pública, regulando os cursos de formação e normatizando a prática científica. Forja-se aí, segundo o autor, um saber médico estatal com poderes de polícia.

Para Foucault (1979), uma segunda direção da medicina social foi sobre o urbano. Com o adensamento das cidades, o saber médico é convocado para solucionar os problemas do acúmulo populacional, buscando um equilíbrio da cidade em sua composição de corpo humano e urbano. O disparador, claro, era econômico, no sentido de favorecer a função produtiva da urbe. Mas logo os investimentos de ordem moral compuseram o planejamento urbano,

estimulados por um sentimento de desproteção da cidade, localizando-a como espaço de formação de males e pestes. Em suas palavras:

Nasce o que chamarei de medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais ; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar (p. 87).

Nesse ambiente, políticas de pânico foram implementadas, inspiradas pela estratégia da quarentena utilizada para as pestes, como políticas de higiene pública, rastreando e isolando, após identificar e notificar, o foco da doença. O recorte dos espaços é feito por vigilantes regionalizados, aprimorando o registro central de todos os focos e estabelecendo um fluxo para o tratamento da pessoa infectada. O isolamento se torna uma medida comum, ocupando os hospitais numa função de escoadouro da demanda pungente. Diz Foucault (1979): “não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, uma análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente; não mais um modelo religioso, mas militar” (p. 89). Assim, a medicina social orienta a gestão do espaço urbano, identificando os pontos de perigo, desfavorecendo seu afloramento pela reclusão e produzindo um saber sobre a circulação adequada dos indivíduos.

A higiene pública se afirma também com o controle sobre os fluxos dos fluidos naturais (ar e água), desenvolvendo um saber sobre o meio urbano que orientou os planos urbanísticos e os códigos de conduta das cidades modernas. Diz Foucault (2008) no curso “Segurança, Território, População”:

o meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é um certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. Por exemplo, quanto maior aglomeração desordenada, mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. (...) Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio (FOUCAULT, 2008, p. 28).

A medicina social visou, antes dos corpos disciplinarizados, uma gestão das massas, esquadrihando o espaço urbano numa ciência de causa e consequência, associando os problemas da cidade ao descontrole das ocupações e apropriações do meio.

No Brasil, o primeiro esquadrihamento do espaço urbano esteve já orientado pelo espírito higienista, executado numa estratégia militar. Ainda no período colonial, o país vivia como prioridade os conflitos militares do sul, mantendo uma constante preocupação com a segurança do país. No centro das cidades, porém, o foco eram as revoltas internas, assemelhando o invasor externo à figura do baderneiro, do desordeiro e, claro, do vadio. Este, que se recusa a formar o corpo militar, resta escondido nas matas, formando grupos, nas palavras do Rei, capazes de “cruéis e atrozes insultos”, que “vivem como feras, separados da sociedade civil e comércio urbano” (R. MACHADO *et al.*, 1978, p. 111). Na cidade do Rio de Janeiro, as queixas partem das ditas famílias estruturadas que viam na vadiagem uma ameaça à moralidade, um perigo para os cidadãos contribuintes. As denúncias eram direcionadas diretamente ao Reinado e, com o acúmulo delas, se formulam estratégias de controle desse público. A ideia inicial do rei era o direcionamento dos vagabundos para terras improdutivas, conforme recuperam Roberto Machado *et al.*: “reuni-los obrigatoriamente em povoações civis, providas de autoridades administrativas como juiz ordinário, vereadores e procurador do Conselho ‘repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes’” (1978, p.111).

A proposta não foi acolhida pelo Vice-Rei, pela impossibilidade econômica de estabelecer tal povoação com provimento de alimentos, roupas e moradias em campo externo ao centro produtivo da cidade. Além da razão financeira, o reinado também atesta o caráter misto deste público, entre miserento e criminoso: “vagabundos são obrigados a viver fora da sociedade civil seja por dívidas ou por crimes, sua volta significando, portanto, ou a cadeia ou a forca. E quando a lei não os busca, é a miséria - falta de casa e vestimenta - que os impele a esta vida de brutos” (R. MACHADO *et al.*, 1978, p. 113). Como nova proposição, surge em 1769 uma Casa de Correção com separação por sexos, com caráter de reeducação das “mulheres licenciosas” e dos homens “que não se conduzirem como devem”, visando sua reinserção na cadeia produtiva e familiar, ensinando-os ofícios e casando-os. A ociosidade se torna um marcador importante do desgoverno, sendo objeto de sucessivas tentativas de correção.

Roberto Machado *et al.* (1978), que se debruçaram sobre os rizomas da medicina social no Brasil, sustentaram que apenas adiante, já no século XIX, que o saber médico ganhou espaço nas câmaras municipais e passou a influenciar nas ações do Estado no controle da população.

Se, de um lado, há uma compreensão do brasileiro como frouxo, mole, doente, atribuindo uma natureza imutável, se entende que o método militar não garante mudança qualitativa no quadro geral da nação. O avanço da medicina científica batia às portas do reinado com o governo do meio. A imposição do Estado haveria de ser repensada, conforme uma física geral da cidade, concebendo-a como um tecido indissociável. Nos pródornos da higiene pública brasileira, além das Casas de Correção, se criaram as Casas de Lázaro ou Leprosários. O critério passava a ser regulado pelo saber médico, estimulados pelo pânico social que assombrava o contágio da doença. Diz o vice-rei:

o grande perigo em que esta cidade se acha causado pelo mal contagioso da morfeia, porque já não há rua, nem praça onde não se encontrem os miseráveis, leprosos, nem também ribeiro ou fonte em que eles não se banhem, e por esta causa todas as águas estão infeccionadas e toda essa grande terra no risco de a devorar este tremendo fogo em que todo o Brasil se tem ateado (R. MACHADO *et al.*, 2008, p. 134)

A cidade-lepra<sup>9</sup> foi requisitada como forma de arejar a atmosfera da cidade produtiva. Os leprosários ou lazaretos se espalharam pelo território nacional e inauguraram o internamento sob um critério médico que colocava, de modo compulsório, as pessoas infectadas pela *Mycobacterium leprae* num espaço-tempo segregador.

Associado a isso, se tornava cada vez mais fundamental um espaço de vigilância dos pontos suspeitos de criação dos miasmas morféticos. Exige-se um policiamento severo das condições de saúde da população. O médico para poder exercer a regulação do corpo urbano precisa estar ciente dos fenômenos e, sem delegação, atestar diagnósticos sobre os males da cidade. Sendo uma profissão ainda incipiente no país e repleta de charlatões, primeiro faz-se a regulação da formação médica, com a fundação das primeiras escolas de cirurgia e medicina do país (Bahia, 1808 e Rio de Janeiro, 1809), e da Sociedade de Medicina e Cirurgia (1829). De inspiração europeia, tal associação incorporava conceitos da medicina urbana já citada, e buscava enfim produzir saber sobre os distúrbios da nação, trazendo luz ao caos que se avolumava nas ruas. José Martins da Cruz Jobim, médico que exerceria adiante cargos políticos no país, disse na sua aula inaugural de Medicina Legal no Rio de Janeiro em 1836: “é da medicina e das ideias que ela fornece que os legisladores de todos os países têm procurado tirar

---

<sup>9</sup> No Rio de Janeiro, data de 1760 a implantação do Hospital São Lázaro, no espaço antes utilizado pelos jesuítas, expulsos anos antes pela coroa, no bairro São Cristóvão.



os fundamentos de grande número de leis, tanto mais sólidas e estáveis quanto elas têm por base o conhecimento da natureza humana e das mais verdadeiras necessidades” (JOBIM, *apud* R. MACHADO *et al.*, 1978, p.186)

Com maior volume de profissionais, o saber médico-social se alastrou rapidamente, assumindo uma importância na construção das técnicas sanitárias da cidade e, junto às câmaras municipais, uma ação social. Do ponto de vista territorial, houve o aprimoramento da polícia médica, visando sobretudo os ociosos, os escravos negros recém chegados, os pobres doentes, os viciados, os loucos e os bêbados. No plano político, o projeto da Medicina Social influenciou diretamente a construção dos Códigos de Posturas nas principais cidades brasileiras, impulsionado pela arregimentação das funções das câmaras municipais após a independência do país. Em Salvador foi organizado em 1829; no Rio de Janeiro, 1830.

Em Porto Alegre, o primeiro Código de Posturas foi iniciado em 1829, revisado em 1831, regulamentado em 1837 e consolidado em 1847 (MACEDO, 1993; WADI, 2002). O código regulava o depósito de lixos, a canalização das águas domésticas, o matadouro de animais, a conservação dos cereais para comércio, o exercício da medicina, cirurgia e farmácia, etc. O cumprimento das normativas era vigiado pelos representantes públicos, sendo que qualquer infração ao código era passível de punição, até no manejo dos ciscos particulares:

toda a pessoa que de dia ou de noite for encontrada pelos encarregados da execução das Posturas a lançar ciscos e fazer quaisquer outros despejos de imundícies fora dos indicados lugares, sendo livre, sofrerá a prisão por três dias na cadeia, e pagará dentro dela a multa de três mil reis; e sendo escrava será conduzida à cadeia e aí castigada com 50 açoites, e imediatamente solta (Documento da Câmara Municipal de Porto Alegre de 1847, *apud* WADI, 2002, p. 93).

O contexto de tais regulamentações foi de uma cidade pós-guerra, que permaneceu sitiada durante boa parte da Revolução Farroupilha (1835-1845), tendo constituído um grande acúmulo populacional que, ao fim, representava um perigo social para a crescente cidade: “repleta de ‘miasmas’ e ‘imundícies’, com aglomerações desordenadas de casas, entre cruzamentos de ruas e becos, urgia que se desse à capital um aspecto mais nobre e mais cidadão” (PESAVENTO, 1991, p.23). A capital da Província do Rio Grande do Sul vivia, assim, um processo de disciplinarização de seus fluxos, de suas vias de circulação, a regulamentação de seus ofícios e os modos de postura dos viventes: “desmembraram-se ruas

na área central, constituíram praças e largos e iniciou-se a implantação de benefícios urbanos associados ao asseio público, abastecimento de água, iluminação, ao recolhimento e despejos dos dejetos e lixos” (p.22).

No plano institucional, data de 1855 a construção da Casa de Correção na capital gaúcha. Com intuito semelhante ao modelo carioca, acolheu na largada cerca de 160 pessoas advindas da Cadeia Velha. O espaço era, dentro do plano higiênico da cidade, arejado e com celas individualizadas, permitindo a classificação dos criminosos em dois andares. O prédio retangular se assemelhava aos projetados por Jeremy Benthan<sup>10</sup> e o modelo Auburn<sup>11</sup>, com a tentativa de vigiar a totalidade dos presos e aplicar um sistema disciplinar rigoroso (L. COSTA, 2007; CÉSAR, 2015). Diz Luís Artur Costa (2007): “lá se implementou a busca pela reforma do cidadão desviado dos seus rumos civilizados pela força do seu trabalho e seu silencioso sofrimento dignificador do cristão: primeira busca de implementar uma tecnologia sofisticada na normalização de sujeitos na cidade” (p. 56). O prédio, que se situava à beira-rio, na Praia do Arsenal, lotou rapidamente. Muitos dos apenados doentes eram atendidos na enfermaria que ficava a cargo da Santa Casa. Havia entre as instituições uma articulação para encaminhamento dos casos mais graves - especialmente para os porões. Segundo Tiago da Silva César (2015), um regulamento interno foi criado com medidas de asseio para evitar o contágio de doenças. O diagnóstico inicial das doenças foi, em 1856, numa amostra de 126 presos: 43% de problemas respiratórios (pneumonia, bronquite, asma); 36% problemas digestivos (como gastrites e hepatites), além de 10% de doenças venéreas. Entre a correção e a cura, justamente nesse campo impreciso que se fez uma primeira higienização da cidade, alocando para o tratamento disciplinar o sujeito desviante. O conceito de higiene pública ganhou status de política ao longo do Império brasileiro, alcançando o século XX com um esquadrinamento das cidades, regionalizando a vigilância da polícia médica e direcionando para a quadratura o padrão imoral esperado.

No desenho da cidade e da ciência, todavia, um sujeito não se perfilava: o louco. Sem tratamento no hospital e sem correção na prisão, o alienista surge como sabedor do modo de disciplinar tais vidas. A exigência de um manicômio foi, como vimos antes, feita pelas autoridades, pelos trabalhadores das prisões e hospitais, pela imprensa e pelos cidadãos.

---

<sup>10</sup> Jurista e filósofo inglês, que desenvolveu a teoria de sistemas panopticos de controle moral dos presos.

<sup>11</sup> Aplicado na cidade na americana de Auburn, isolava os presos de modo a não haver comunicação, evitando a contaminação moral.

Garantido o financiamento, o hospício foi construído numa região distante do centro, de modo que não contaminasse os ares da cidade econômica. Uma fazenda no Arraial do Partenon foi escolhida local desse estabelecimento, sendo que posteriormente foi construída uma linha de bonde até ele. Em janeiro de 1885, a obra foi visitada pela Princesa Isabel, que registrou em seu diário o crescimento do hospício e a satisfação em tirar “70 pessoas e tantos infelizes de cadeias, onde não podem senão piorar” (WADI, 2002, p. 81). A visita imperial dava a dimensão do feito.

A cidade se segmentava e agora expandia através das linhas férreas para os arraiais. Um novo Código de Posturas é feito em 1889, considerando o alastramento urbano. A população porto-alegrense nessa época já passava dos 52 mil habitantes. Dentre as medidas mais importantes, houve a criação de uma Polícia Administrativa, que ampliou o olhar de vigia sobre os insolentes, improdutivos, imundos. O projeto também buscou a regularização do centro da cidade, com a transformação dos becos e guetos em ruas ditas salubres, embelezando uma cidade que buscava crescimento. Sandra Pesavento (1991, p. 24) diz que o Código de 1889

buscava imprimir na cidade um novo ideal de urbanidade. No processo de transformação burguesa, as classes menos abastadas e seus territórios passavam a sofrer uma investida dos notáveis da comunidade local no sentido do controle social e da disciplinarização das socialidades. A nova ordem burguesa estabeleceu suas normas, valores e procedimentos na busca de uma vida urbana adequada.

O plano burguês, que estudamos antes, com estímulo à circulação e à produção, ganha uma Porto Alegre que ainda vivia os fenômenos da escravidão, da colonização alemã e italiana, das guerras, da centralização política na província. Mas, como adverte Foucault (2005) no curso “Em defesa da Sociedade”, esse projeto que reconhece e reparte loucos, crianças, criminosos, não se preocupa além da retórica filantrópica:

a burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre os loucos; a burguesia não se interessa pela sexualidade da criança, mas pelo sistema de poder que controla a sexualidade da criança. A burguesia não dá a menor importância aos delinquentes, à punição ou à reinserção deles, que não têm economicamente muito interesse. Em compensação, do conjunto dos mecanismos pelos quais o delinquente é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral (p.39).

No encontro de tais discursividades, coadunados no tempo e no espaço de forma intempestiva e alinhados contraditoriamente em movimentos de dispersão, é que o Social se torna matéria política e científica, sustentado na fortaleza das cidades e alimentado pela fragilidade dos vínculos de proteção.

### **Rua Ludolfo Boehl**

Cheguei até o bairro Teresópolis antes do restante da equipe, por contingências da vida, sem identificação alguma do serviço. Pude caminhar com maior invisibilidade, portanto. Reparei em um terreno baldio que se colocava à direita da rua, cujos muros foram recentemente quebrados em alguns pontos, permitindo a visão. Nos quatro anos em que passei por ali, não tinha reparado que havia aquele espaço abandonado pela cidade, em busca talvez de um investidor para fazer uma torre de apartamentos. Percebi que havia sinais de que algumas pessoas dormiam ali. O final do terreno ainda apresentava uma tapera e pude imaginar, então, o quanto ela deve ter sido guardada pra vida rueira.

Na calçada, adiante, já rumando pra esquina com a rua Marechal Mesquita, vou encontrando cada vez mais garrafas de cachaça, sacos com comida abertos, sacolas e papelões. Uma mulher varre as folhas que caem na calçada e comenta algo sobre a sujeira da rua com outra transeunte. A interlocutora diz que “tá demais” e eu não compreendi se era sobre a natureza das árvores ou dos ruiros. Em todo caso, estando “desfardado”, não senti que me dirigissem a questão, como deveras acontecia.

Caberia situar que chamamos “farda” um colete verde claro, que diz em amarelo Abordagem Social, o qual usamos por vezes com bonés de cores iguais. A equipe costuma brincar com esta vestidura, mas via de regra estamos sempre com ela, assumindo com orgulho e ironia o papel investido.

Fazia meses que eu não ia até esta esquina, estava mais responsável por outros territórios. Em todo caso, conhecia todos os senhores ali presentes, cinco ao todo, em frente a uma casa que está à venda há pelo menos cinco anos. Com sorte, ainda não foi vendida, pois tem um pilar em seu muro que fornece um banco perfeito para o lado da rua. Sentei-me ali com eles.

Lixa e Fabiano dormiam no chão de modo despreocupado, como dorme uma criança: braços soltos na calçada, braços confortavelmente hasteados no concreto, a cara beijando o chão da cidade. Os demais bebiam a cachaça costumeira. Índio, todavia, senhor de 55 anos, estava apartado do grupo, cinco metros adiante. Livramento e Santa Maria são os únicos a falar.

Geralmente estão muito bêbados, mas nessa manhã estão levemente alcoolizados, permitindo uma conversa bastante clara e extensa. Disseram que Índio havia ganhado R\$ 20 e não quis compartilhar com eles. Falam em tom alto, mas o amigo não parecia ouvir – percebi depois que também estava dormindo. Reclamam do Índio também em outro ponto: a saída do Abrigo Bom Jesus. Dizem que ele quer ter regras especiais só pra ele, que recebe muitas oportunidades, mas que não se ajuda. Ao criticar o amigo, falam que eles poderiam se adaptar às regras de um abrigo, pois as entediam.

Talvez pela proximidade do inverno, demandavam vagas em um abrigo. Livramento foi a principal voz nesse encontro. Ao falar do abrigo, associou mais uma vez com sua família de origem, reclamando-se abandonado. Ao mesmo tempo, faz um elogio de sua moral na rua, do quanto trabalha cruzando a cidade com seu saco preto de material para reciclagem. De fato, é comum ele ser encontrado em pontos bem distantes dali. Com essa renda, diz que mantém uma vida independente das benesses das madames ou da prefeitura. Diz que tem seu lugar certo para dormir (Supermercado Asun da avenida Otto Niemeyer – cerca de 30 minutos de caminhada dali), que há um guarda lá que lhe respeita e protege. Sua noção sobre a vida rueira é imensa. Nunca foi encaminhado nenhum pedido de abrigo ou internação hospitalar para ele, pois mesmo quando passa horas deitado numa calçada movimentada, mijando e beijando a cidade, afirma ter segurança do que está fazendo.

Em meio à conversa, Lixa se levanta num repente, olha para mim e faz dois pedidos: me leva pra casa e eu quero estudar. O senhor de quase 50 anos mora a algumas quadras dali, tem uma família com pai e mãe e é tratado como um deficiente mental por eles. Por esse diagnóstico, possui a renda de um salário mínimo mensal, cuja família administra. Com as falas de Lixa, que fez questão de dizer que seu nome era Luís Roberto, Livramento e Santa Maria riram. Apesar de estar muito embriagado, trocamos algumas frases, sobre a casa e a escola, demandas clássicas para um profissional do Estado. O desejo maior, todavia, era

dormir e todos entenderam que realmente era o que ele devia fazer. Deitou-se de barriga para cima, recebendo o sol que batia forte às 10 da manhã.

A ausência do colete, se vê, não mudou em nada minha posição no grupo assim que cheguei à esquina. Antes, talvez pude ocupar um lugar mais comunitário, mas ao colocar-me em conversa com eles, o discurso foi orientado para assuntos de Estado: casa, família, renda, abrigo, tratamentos de saúde, etc.

Em minutos a Kombi chegará ali. Recebo uma mensagem no *whatsapp* de uma colega da equipe, dizendo que estavam saindo da Praça Potti. São 10 minutos no máximo. É tempo de eu tentar falar com Índio. Sento ao seu lado, ele percebe, abre lentamente os olhos e me dá uma pequena mirada. Entre sonhos, diz: Valmir da Silva e Tal, mais conhecido como Índio.

Nos conhecemos há mais de quatro anos, achei que não precisaria repetir, mas disse meu nome. Ele riu e, agora, parecia acordado. Perguntei sobre a experiência do abrigo, como tinha sido, e ele quis explicar-se sobre o episódio da saída, quando teria batido em uma funcionária do local. Eu já havia escutado a história pelo lado da instituição, sabia também que ele não poderia retornar para lá por um bom tempo. Valmir, todavia, contou muitas coisas da relação com o abrigo e nem chegou até a cena final. Disse que não há sossego durante a noite, que os outros colegas de abrigo usam *pedra* nos quartos, ficando difícil para um senhor como ele. Resume: dormem de dia e fazem festa à noite. E seu hábito rueiro diz: álcool desde cedo, descansar a qualquer momento, proteger-se à noite. Outro hábito estranho: a comida é mais frequente que a bebida. Ele reclama que o peso da comida lhe impede de se movimentar mais, uma situação que, para ele, engenheiro e desenhista, homem que trabalhou a vida toda, é inaceitável.

O desacordo com o abrigo é compreensível. Enquanto falávamos, várias pessoas lhe cumprimentavam e diziam: tu voltou!? Ao que ele responde cantando: eu voltei, voltei para ficar, porque aqui, aqui é meu lugar. Nessa cena, sem muita dificuldade, tivemos a certeza que o lugar de reconhecimento de Valmir na rua Ludolfo Boehl é insubstituível.

A Kombi chegou e as colegas já falam com Livramento e Santa Maria. Fabiano semiacordado, pediu um documento, pois diz estar vivendo como um indigente. Anotamos a demanda, devemos ter ao menos uma cópia de sua certidão nos prontuários do CREAS. Aos senhores que levam o interior do estado em seus nomes, foi encaminhado pedido de abrigo

ao Núcleo de Acolhimento da FASC, mesmo sabendo que a demora para a liberação de uma vaga possa ser grande. Saímos com nossos papéis preenchidos, o cheiro da rua nas narinas e histórias que nunca irão para os prontuários.

### CAPÍTULO III: POBREZA URBANA

O sistema capitalista, com o desejável acúmulo de riquezas, se estabelece em paralelo à especialização das pobreza e dos modos de expressão da questão social. A pobreza se define, antes dos dados econômicos ou estatísticos, em relação à organização do tecido de pertença, na opressão exercida pelos mais abastados e privilegiados. A construção das alternativas de proteção e cuidado, considerando os modelos de cidadania nos arranjos burgueses, beiram a clandestinidade e, assim, marca-se a pobreza em associação ao delito, à transgressão das normas, à imoralidade. Os sistemas políticos que vieram a atuar frente à pobreza urbana impuseram, além da privação material, a segregação territorial, o racismo institucionalizado, a higiene sanitária. E, noutra mão, estabeleceram a Assistência Social como política mediadora das desproteções.

O reconhecimento da pobreza se afirmou nas cidades modernas pelo exercício da vigilância epidemiológica, da produção de estatísticas e indicadores que pudessem contornar o fenômeno e indicar os focos de intervenção. A numeralha é questionável para a maioria dos pensadores da Questão Social, justamente pela complexidade com que ela opera. Uma redução numeral pode ocultar processos de exclusão muito influentes, que ficam circunscritos dentro de um certo código de interpretação, construído com seus vieses, estabelecendo novas verdades conforme a pergunta. Corre-se o risco, diz o geógrafo Milton Santos (1978), “de apenas oferecer uma lista, que pode até ser prolífica, de variáveis isoladas que caracterizam uma determinada situação e, ao mesmo tempo, bloquear quaisquer soluções” (p. 8). Dentre as variáveis de medição da pobreza urbana, o autor destaca: satisfação das necessidades materiais, grau de modernização industrial de um país, poder de consumo e, no extremo, a linha de miséria, de fome, de mortalidade infantil. Ponderado que tais índices são exigidos de acordo com cada período histórico e mudam de prevalência dependendo de cada sociedade, a explicação estatística é a expressão enviesada de um modo de ver, uma parcialidade que fomenta os saberes sobre os fenômenos sociais e as políticas públicas.

A pobreza urbana ainda é passível de explicações conjunturais, tais como o êxodo rural, o decréscimo da produção agrária, a explosão demográfica, a automação industrial, a falta de qualificação/educação. Situações, enfim, medidas pelo não emprego ou o subemprego na cidade, cujos índices findam inflados pela revolução urbana. Nesse sentido, o próprio fenômeno urbano é tido como causador da miséria nas cidades, pois a densidade populacional (nomeada



como hiperurbanização, pseudourbanização, urbanização caótica) não permitiria acolher a grande massa trabalhadora. Para Milton Santos (1978), todavia, o urbano é, antes, um epifenômeno, e não uma variável independente: assume nos países do Terceiro Mundo uma expressão de crise urbana ligada, antes das periferias e margens, ao sistema econômico mundial. O geógrafo admite que, de forma mais impactante, a conjuntura de modernização tecnológica importada para as cidades trouxe uma radicalização entre o vínculo formal de trabalho e o subemprego, sendo a base para a construção do conceito de marginalidade. É o que a socióloga Vera da Silva Telles (2001) chama de modernismo selvagem, que pela falta de perspectiva do proletariado na inclusão ao mercado de trabalho especializado, “desestrutura formas de vida e faz da vulnerabilidade e precariedade uma forma de existência que tende a se cristalizar como único destino possível” (p. 115).

A destinação de um lugar informal dentro da cadeia produtiva não diminui, no entanto, a importância das atividades precarizadas, ditas desestruturadas. Milton Santos (1978) nos ajuda também a compreender a consistência dentro da cidade de um *circuito inferior* de produção, formado pelo rejeito da tecnologização do trabalho: os subempregados, os desempregados e os marginalizados, animados pelos pequenos comerciantes, pelos produtores artesanais, pelos burgueses marginais, etc. Esse circuito opera em relação de complementariedade com o *circuito superior*, formado pelos setores modernos de produção, os bancos e setores de transporte, voltados às relações internacionais de exportação e importação. Pela posição estratégica da esfera superior, seus componentes são estimulados pelas ações governamentais; diferentemente da outra esfera, que é negligenciada e comumente policiada. Reconhecer a existência dos dois circuitos como parte constituinte das relações de trabalho é fundamental para posicionar as cidades em relação aos demais centros produtores do país e do mundo, assim como para compreender as leis internas de subsistência das pessoas. Assim, conclui o geógrafo, “o estudo da cidade como uma totalidade não é possível sem o exame dessa dialética entre os dois circuitos, responsável pela definição social e econômica e pelas possibilidades e formas de evolução tanto do organismo urbano como de sua área de influência” (M. SANTOS, 1978, p. 43). A massa marginal, ao invés de excluída dos processos de produção, é fundamental para a regulação das cidades, pela possibilidade de produzir fluxos entre o capital central e o periférico, seja no nível das relações globais, seja nas trocas territoriais.

Em todo caso, muitas correntes não reconhecem na pobreza essa função cidadina. Forjada sobretudo pelos slogans de uma vida de consumo, a promessa de passagem entre os

circuito é fetichizada com estímulos de esperança, subentendendo que o pobre vive uma situação temporária, uma condição de transição, sempre escravo de sua potência de superação individual. Para esses, a falta de posses, a degradação e o empobrecimento é tido como obra da sedução, do vício, da imoralidade. Cabem aí diversas associações, como a dos desempregados que se entregam ao álcool, das mulheres que se prostituem, dos filhos de boa família que se perdem pelos descaminhos da rua.

Ao recuperar a constituição das políticas sociais no Brasil e na América Latina veremos que, apesar do caráter situacional, os efeitos da subcidadania são perenes. Luiz Eduardo Wanderley (2010a) reconhece as semelhanças dos mecanismos burgueses no novo mundo, afirmada pela implementação, ainda que tardia, do capitalismo moderno, mas entende que o que se passou nesse espaço diversificado entre o México e a Terra do Fogo foi absolutamente distinto da realidade europeia por sua constituição originária. A expropriação das terras e riquezas indígenas, a extensa escravidão de africanos e a migração de europeus marginalizados formam, dentro de uma cultura miscigenada, um sistema singular de opressão e proteção. Desde a fundação das colônias, o poder do capital estrangeiro norteou o direcionamento das políticas latinas, imprimindo a tecnologia burguesa no controle da produção e dos produtores, e impondo a cultura dos homens brancos. Wanderley (2010a) diz que é possível identificar condições **histórico-estruturantes** que, em constante aprimoramento das técnicas do passado, engendraram a aculturação dos novos Estados-nação:

as desigualdades e injustiças reinantes na estrutura social latino-americana vão se avolumar, por consequência das relações assimétricas de dominação e subordinação na produção, no poder político, na estrutura de classes e na estratificação social, na elaboração do pensamento e da cultura, considerando principalmente os processos de exploração econômica e dominação política, ao lado de outros fatores importantes tais como territoriais, demográficos, étnicos, de gênero (p.58).

Ao tomarmos como campo de pesquisa a pobreza urbana, antes do tema da população em situação de rua, queremos considerar as várias composições da Questão Social na cidade, que estão para além das linhas de miséria e da expressão de *falta* de casa, alimentação, trabalho. A questão se consolida, conforme os autores pesquisados, por mecanismos de manutenção de privilégios, de controle apurado do corpo ocioso, pela regulação dos modos de vida,

consolidados nos processos histórico-estruturantes da pobreza no Brasil e dos sistemas de proteção social.

### 3.1 República Brasileira

A queda das Monarquias e o surgimento das Repúblicas conciliadoras, livres e fraternas, como vimos no conto Francês, chegou ao Brasil como uma peça de dominó que cai em sequência das outras. O país que vivera sua independência nacional em 1822 não havia modificado o sistema de expropriação da terra e das pessoas, mantendo o modelo escravocrata. O movimento republicano rio-grandense, que detonou a Revolução Farroupilha em 1835, foi um dos precursores na defesa do modelo de República, permitindo maior liberdade para o gerenciamento das riquezas e, concomitantemente, direitos civis a um determinado grupo de cidadãos. Não estavam entre eles os negros, assim como tampouco figuravam na Carta Magna da independência nacional.

A República nacional foi instalada somente em 1889 por pressões do mercado externo e, internamente, pelos produtores rurais. Os “fazendeiros-homens de negócio” mantiveram no campo a fonte da produção, mas transpuseram gradativamente o esquema para as cidades, impulsionados pelos ventos comerciais dos países centrais, constituindo o que Florestan Fernandes chamou de Revolução Burguesa no Brasil. O capital estrangeiro manteve a colonização europeia, acomodando as elites na ordem dos mercados. Pode-se falar, já no início do século XX, ainda com Fernandes (2006), em um capitalismo integrado comercialmente e financeiramente, pois na economia brasileira, “os interesses dos importadores estavam extensamente emaranhados com os interesses dos exportadores” (p.144).

Nesse contexto a escravidão era vista, antes de uma violação humana, como um negócio retrógrado, dispendioso. A revolução abolicionista foi defendida pelo mercado europeu, esvaziada em seu sentido político e humano, pois se efetivou apenas quando houve “condições favoráveis para a substituição do trabalho escravo” pela imigração dos colonos europeus. Sem risco, portanto, de perder o poder competitivo, salvando suas posições de dominação econômica e política (FERNANDES, 2006). A cidadania nesse Estado nascente, a julgar pela possibilidade de sufrágio na constituição de 1891, estava prevista para homens maiores de 21 anos – descartadas as mulheres, os mendigos, os analfabetos, os praças de *pré* (militares inferiores) e religiosos das ordens monásticas. A regulação das classes sociais era

dada pela cadeia de trabalho, regido por um viés liberal, ordenado pela crescente burguesia nacional e seus modos de viver.

Em todo caso, o cidadão brasileiro é, agora, um sujeito jurídico, de papel. Na prática, a primeira República pouco garantiu leis sociais, ficando o proletariado à mercê de condições muito semelhantes à escravidão precedente. A atenção da burguesia seguia voltada para a produção no campo e o modelo de exploração humana, especialmente a partir dos cafeeiros e pecuaristas, que através dos Partidos Republicanos Mineiro e Paulista, formaram uma oligarquia que durou toda a primeira República – chamada *café com leite* –, alternando os presidentes nacionais entre os dois Estados. Não estavam na pauta as questões sociais e trabalhistas.

Nas cidades, as progressivas aglomerações urbanas revelavam a pobreza concentrada e, com ela, o fracasso do projeto liberal. As condições em que viviam as pessoas operárias, imigrantes na sua maioria, foram recuperadas por Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (2012, p. 137):

Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casa infectas, sendo muito frequente a carência - ou mesmo falta absoluta - de água, esgoto e luz(...) O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva.

O pauperismo urbano exigiu o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho, incorporando a massa produtiva nas fábricas com vínculos mais precários e com salários inferiores aos pagos para homens. As jornadas de trabalho no início de século, segundo Yamamoto e Carvalho (2012, p. 129), eram de 14 horas, incluindo o trabalho noturno mesmo para crianças. Essa média fica em 11 horas no início dos anos 1910 e 10 horas diárias na década de 1920. Uma organização era necessária. A história de um estado regulador só surgiu pela pressão do operariado organizado. A primeira conquista, ainda em 1919, foi a responsabilização legal das empresas pelos acidentes de trabalho. Em 1926, após o Brasil passar a ser signatário da Organização Internacional do Trabalho, surgem as leis de proteção ao trabalho, afirmando direitos como férias e seguro-doença, regulando as condições de trabalho e criando limites para a contratação de crianças e mulheres.

No cenário mundial, o liberalismo econômico encontrava, no revés do acúmulo, uma bolha de riqueza que de fato não existia. O *crash* das bolsas manifestava a aporia das sociedades modernas. Segundo Vera da Silva Telles (2001, p. 115), a crise econômica evidenciou a

disjunção entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas nas relações de poder e dominação.

Os questionamentos das Repúblicas liberais vieram de muitos lados. No Brasil, a pressão política foi feita pelas oligarquias de diferentes estados (destacadamente dos pecuaristas gaúchos e dos produtores paraibanos), pela igreja católica (que perdera o poder alinhavado no Império), pela classe média burguesa das cidades e do proletariado organizado (MANDALOZZO e GUNTER, 2014). A instabilidade permitiu a assunção de um novo modelo de Estado, liderado por Getúlio Dorneles Vargas, ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense. Um “Estado de Compromisso” que atendeu obviamente os anseios das oligarquias cafeeiras e pecuaristas, mas que avançou para a defesa da burguesia industrial, “canalizando para seu interior as contradições econômicas e sociais do desenvolvimento capitalista, assumindo posição arbitral” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 160).

A defesa do trabalhador, plataforma que rendeu a Getúlio a alcunha de “pai dos pobres”, na verdade estava orientada para a defesa da produção nacional. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e da carteira profissional (1932) são marcos dessa regulação. A proteção ao trabalhador objetivava a harmonia da nação, com um Estado supostamente acima das classes, de caráter populista, que atrelava a cidadania aos acordos trabalhistas. A Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) são uma espécie de diploma desse cidadão, com códigos que, por um lado, preveniam os abusos próximos à escravidão e regulamentavam minimamente os cuidados com o corpo do trabalhador. Por outro lado, consolidava o Estado como condutor das disputas sindicais, desmobilizando os movimentos operários.

As primeiras garantias trabalhistas não causaram repercussão no quadro geral das cidades, permanecendo os operários sob a mácula da dúvida, da suspeita, da indefinição sobre o merecimento das proteções. Para Iamamoto e Carvalho (2012), com o aprofundamento do capitalismo, a Questão Social se desloca de um plano histórico-jurídico para um plano

atualizado de disputas entre o mercado e a força produtiva. Deixa de ser um dilema entre os “abençoados ou desabençoados”, “pobres e ricos”, “dominantes e dominados”, para afirmar-se na relação antagônica entre “burguesia e proletariado” (p. 135). Nesse sentido, a regulação das questões trabalhistas pelo Estado brasileiro veio a calhar para as classes apoderadas do sistema de produção, cujas consequências irão aguçar a pobreza na cidade e as formas de desproteção.

### 3.2 Filantropia Porto-Alegrense

A Porto Alegre de Nabos e Reiúna chamava-se São Francisco do Porto dos Casais. Nesse contexto primitivo, a cidade já apresentava uma população composta de imigrantes portugueses, comerciantes, pessoas negras alforriadas ou escravas, marinheiros, sobreviventes das guerras indígenas e fugitivos da invasão espanhola no sul da Província<sup>12</sup>. Essa primeira urbanidade nos interessa para compreender a existência dos desliados desde a nascente da cidade e as ações destinadas aos que não conseguiam ancoragem.

Consta nas crônicas sobre a fundação de Porto Alegre, lembradas especialmente pelos médicos Isidro Heredia e Tasso de Faria (1943) e pelo historiador Sérgio da Costa Franco (1988; 2003), que José Antônio da Silva, português supostamente da Ilha do Faial, ficou conhecido na cidade pela venda de uma dúzia de nabos ao preço de um vintém. Vendido no varejo, fazia a feira: o cheiro do seu negócio estava na cidade. Com o negócio do tubérculo, que cultivava na horta de sua morada<sup>13</sup>, o comerciante foi rebatizado pela Freguesia como Nabos e o quadrante da então Rua do Arroio<sup>14</sup>, onde se situava sua residência, como Rua dos Nabos a Doze<sup>15</sup>. Pois essa rua primitiva pode nos dar uma notícia de alguns alicerces da cidade de Porto Alegre,

<sup>12</sup> Em 1763, após a queda da Vila de Rio Grande, então capital da Província, para os espanhóis, essa foi transferida para Viamão e parte da população se refugiou no entorno do Porto. Com o crescimento populacional derivado dos fugitivos das guerras Guaranítica e do Prata, em 1772, foi elevada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, obtendo assim um status de cidade.

<sup>13</sup> Nabos se popularizou pela venda da raiz, produzida na terra porto-alegrense e consumida pelo hábito dos portugueses vindo dos Açores. O tubérculo tem a fama de ser diurético, expectorante, purificador de sangue, emoliente, possuir efeitos laxativos, entre outras propriedades. Os nabos “graúdos e fresquinhos” eram “um preço muito em conta, atraindo boa freguesia para a quitanda” (FRANCO, 1988).

<sup>14</sup> Renomeada como Rua General Bento Martins em 1870, em homenagem ao Barão de Ijuí.

<sup>15</sup> Hoje, corresponde na Rua Bento Martins, trecho entre a Rua Duque de Caxias e Rua Coronel Fernando Machado. Os demais trechos da Rua do Arroio também foram batizados: a quadra situada mais próxima ao rio (entre a Rua da Praia e a Rua da Ponte) foi chamada de Rua dos Pecados Mortaes ou Rua dos Sete Pecados (correspondente ao trecho atual entre a Rua dos Andradas e a Rua Riachuelo), formada por sete casas que abrigavam atividades duvidosas; a quadra entre a Rua da Ponte e a Rua do Arvoredo, quadrante do meio, foi chamada de Rua da Bola ou do Jogo de Bola, pois continha um terreno usado para a prática do futebol, localizada aos fundos de um bar de “molhados” (HEREDIA e FARIAS, 1943).

sobretudo porque nela se inventou uma primeira intervenção que podemos chamar de Assistencial.

Nabos era um comerciante que usava um balandrau escuro, tido como “sorumbático e encapotado” (J. M. SILVA, 2010). Já “velho” pelos relatos históricos, era bom nos negócios. Além disso, parecia se apoiar em uma espiritualidade própria. Poderíamos pensar pela roupagem nos ventos da Maçonaria já soprando por aqui? E, considerando a velhice, fica a pergunta: teria vindo já idoso para Porto Alegre, na primeira turma de açorianos, em 1750<sup>16</sup>? Uma das ações conhecidas de Nabos era o recolhimento de esmola (duas vezes por semana) para distribuir uma sopa que ele mesmo fazia para dar os presos da *Cadea* (FRANCO, 1988). A cadeia era mantida dentro do Corpo da Guarda, alojando os detidos num espaço diminuto e insalubre. No tempo de Nabos, era ela que exercia a lei do Império na cidade, cumprindo a estrita função de retenção dos primeiros condenáveis da cidade. Já sabemos quem.

Ângela Reiúna era uma negra alforriada que viera de São José do Norte, possivelmente após a invasão espanhola de 1763 em Rio Grande. Na sua casa, que ficava contígua à de Nabos, acolhia marinheiros fugidos do conflito, que ancoravam na cidade sem nenhuma posse, possivelmente doentes (HEREDIA e FARIAS, 1943). Por que razões? Iguamente sobram questões sobre sua história. Que caminhos percorrera essa mulher que nascera escrava, vivera em Rio Grande e, já livre, vivera na Rua do Arroio? E mais, que sentido de vida guardava, que aprendizados tivera da humanidade para abrir uma porta acolhedora numa cidade em franco crescimento?

Pois o voluntarismo e o senso humanitário de Ângela se estendeu às demais pessoas vulneráveis da Freguesia, somando-se logo ao empreendedorismo e sobriedade do vizinho Nabos para organizar minimamente uma enfermaria: a primeira iniciativa privada de acolhimento das pessoas em maior desamparo na cidade (HEREDIA e FARIAS, 1943). Sob que pretextos? Para que fins? Qual a relação desta ação com a ordem policial e religiosa da Freguesia? Que convicções religiosas ou filosóficas continham? Nunca saberemos.

O modelo da enfermaria na Rua dos Nabos a Doze inspirou, após a morte de seus fundadores, a criação de uma nova casa nos Altos da Bronze, sendo o filho de Nabos um dos enfermeiros da casa (WADI, 2002). O serviço teve melhor administração com Luiz Antônio da Silva (procurador da Câmara), Antônio José da Silva Flores (empresário que concedeu a casa)

---

<sup>16</sup> Considerando que a imigração era incentivada para homens no máximo 40 anos (TORRES, 2004), é possível que ainda não existisse a “Terceira Idade” no país colonial.

e Joaquim Francisco do Livramento (irmão da ordem Terceira de São Francisco que dedicou a vida a esmolar pelos pobres). Ao todo, conforme um cronista da época, cerca de 293 pessoas doavam recursos para a casa (FRANCO, 2003). Até o surgimento da Santa Casa de Misericórdia, em 1826, esse modelo de “Asilo de Doentes” era o único serviço assistencial da cidade, sustentado como empreendimento voluntário via um sistema de captação de recursos diversificado. A importância dessa casa mista de enfermagem e albergue se evidenciava pela posição política de Joaquim (considerado o principal articulador junto à Coroa para a criação da Santa Casa) e Antônio (um dos primeiros dirigentes do hospital).

\* \* \*

Em outro cenário, quando as ações assistenciais estavam concentradas com a Ordem da Misericórdia e seu hospital, será importante para esse enredo lembrar a história dos asilos de Padre Cacique. Porto Alegre já vivia ao final do século XIX os dramas de uma grande cidade e a Santa Casa já transbordava de casos insolúveis para a cidade, misturando sua função terapêutica e assistencial com a policial e asilar. Uma descentralização era necessária.

Dentre os recortes iniciais estavam os infantes, uma prioridade para a cidade. A saída deles para um espaço próprio só não precedeu a partida dos mortos, cujo espaço extramuros foi criado em 1844 no Alto da Azenha, desafogando a necrópole interna, já lotada (FRANCO, 2003). Dentro desse projeto de higiene social e moral, a Casa da Roda foi uma porta acolhedora que, em sua tarefa educativa, também influiu.

As crianças sempre estiveram na pauta da cidade desde os primeiros registros da Câmara Municipal (MACEDO, 1982) e foram o argumento fundamental para o financiamento da Santa Casa nas primeiras décadas: as seis loterias realizadas após o decreto da Câmara em 06 de julho de 1826 foram concedidas em benefício dos enjeitados; o repasse dos tributos de “terrenos devolutos e dos aforados” na área urbana, que garantia uma renda anual fixa a partir de 1840 para hospital, foi assegurada sob o mesmo pretexto (FRANCO, 2003).

Segundo o historiador Francisco Riopardense de Macedo (1982), em afirmação do interesse dos legisladores no tema, o próprio imperador Dom Pedro II, em viagem de conciliação no ano de 1842, pós revolução farroupilha, desejou criar na cidade uma escola para meninas órfãs distante do hospital, num morro mais ao sul, margeando a Rua Praia de Belas. O



colégio e o morro se chamaram pelo nome da Rainha Tereza Cristina<sup>17</sup>. De fato, um abrigo para as crianças em separado da Santa Casa viria a ser criado apenas 1857, com o nome da mãe do imperador: Asilo Santa Leopoldina. Com capacidade para 30 meninas, o asilo recebeu da Casa da Roda 26 meninas entre 5 e 12 anos. O financiamento ficava a cargo da Província, conforme atribuição imperial dos cuidados às crianças órfãs, segundo manifesto do próprio Imperador na visita a Porto Alegre.

Desvinculado do recurso da Misericórdia, ainda que fosse administrado por irmãs da congregação e contasse com as abnegadas do Sagrado Coração de Maria para a educação das meninas às funções domésticas, o problema do custeio se tornou crucial (MACEDO, 1982). A confluência de forças fazia com que a educação fosse bastante razoável para a época, sendo muitas meninas alvo de interesses para casamento, para o qual justamente estavam preparadas. Mas a crescente demanda ultrapassou logo a capacidade inicial, chegando a 59 órfãs em 1867 (FRANCO, 2003). O Asilo Santa Leopoldina encerrou suas atividades 20 anos depois da fundação, tendo se instalado em diversos lugares: Caminho Novo, Rua da Praia e num espaço contíguo à Santa Casa (FRANCO, 2003; MACEDO 1982), sempre com dificuldades para manter os acolhimentos. O cofinanciamento era necessário e inclusive previsto no regimento do asilo, com a administração plena de uma associação beneficente, o que veio a acontecer mais tardiamente.

Em 1862, chegou a Porto Alegre o Padre Joaquim Cacique de Barros. O baiano de 31 anos, que ganhara apelido de mandatário indígena por seu caráter altivo e enérgico, se sensibilizou de pronto com a realidade dos carentes na cidade e propôs, já no primeiro ano, um modelo de compra de vagas para meninas órfãs nos Colégios Sagrado Coração de Maria e Santa Catarina, financiado por seu próprio trabalho de esmoler (MACEDO, 1982). Posteriormente, quando não conseguiu regular a saída das asiladas para o seu próprio colégio, alegou conduta maçônica do Asilo Sagrado Coração, numa ofensiva desmedida contra a instituição que difamou as freiras condutoras<sup>18</sup>. Em defesa dos dons das infantas e contra as impurezas da

---

<sup>17</sup> Conforme o decreto nº 439: “Desejando assinalar a época da minha chegada a esta Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que me aprouve visitar com minha muito amada esposa: Hei por bem fundar nesta cidade de Porto Alegre um colégio para educação de meninas órfãs, o qual será denominado SANTA TEREZA e ficarão debaixo de minha Imperial Proteção” (apud MACEDO, 1982, p. 20-21). O canetaço se revelou mais um galanteio, feito no dia em que o imperador completava 20 anos. O terreno foi adquirido, mas a escola custou a se erguer. Poucos anos depois foi arrendado como chácara e o recurso repassado para o cuidado prestado pela Santa Casa, que seguiu na função de zelo aos infantas.

<sup>18</sup> A religiosa Bárbara Maix teria se exilado no Rio de Janeiro após tal evento por conta da acusação do Padre.

cidade, defendeu o projeto de um grande asilo para as desvalidas, conforme requerimento feito ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 9 de janeiro de 1864:

A lembrança da vida passada destas meninas, vidas de necessidades e perigos, e sem futuro; o presente igual de tantas outras que esmolam de porta em porta o pão e o vestuário; o futuro desgraçado que espera como vítimas para devorar, ainda os mais pretensiosos ricos abastados em fortuna, quanto mais tenras as meninas; sexo frágil exposto às seduções de quem não tenha os nobres sentimentos do coração humano; estas e muitas outras considerações têm ocupado o espírito do povo desta cidade, e ele quer que as filhas do infortúnio, essas que não têm pai que as proteja, nem mãe que as rodeie com seus cuidados e vigilâncias; que na inocência e simplicidade de seus corações brincam com os perigos e não veem a desgraça que as espera, saiam desse temível estado e entrem no mundo daquelas que, recebendo educação, seu futuro se lhes apresenta desde já lisonjeiro e risonho, porque a sociedade não as repele do seu seio visto que nelas descobre os germens de produtivas virtudes futuras como boas filhas, boas irmãs, boas esposas, honra e orgulho de seu sexo (PADRE JOAQUIM CACIQUE DE BARROS, 1864, *apud* MACEDO, 1982, p. 49).

O empenho do Padre lhe garantiu a autorização da Província para a reivindicação junto ao Império e, tal se sabe, retornou do Rio de Janeiro com a concessão da chácara de Santa Tereza para a construção do Colégio. Quanto valia? 13.000\$000 anuais, conforme recurso antes destinado à Santa Casa, mais o patrimônio que herdava continuamente pelas ações de mendicância. A efetiva implantação do Colégio Santa Tereza<sup>19</sup> como um orfanato público-privado se deu em 1880.

Vendo o seu projeto filantrópico realizado, Cacique não diminuiu o empenho. Ao final do século, os mendigos que já se acumulavam pela cidade, pobres miseráveis que se confundiam aos criminosos e loucos e que não serviam ao hospício. Cacique então se lançou a captação de recursos para um albergue de mendigos. A campanha do Padre foi tão intensa quanto extensa, por cerca de 20 anos buscou financiadores de diversos municípios do Estado, outros estados do País e até mesmo de outros países. O Asilo de Mendicidade<sup>20</sup> foi sendo construído pouco a pouco, com a participação dos próprios internos, conforme o método do baiano:

---

<sup>19</sup> Atual Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE Padre Cacique).

<sup>20</sup> Hoje é chamado de Asilo Padre Cacique, destinado a idosos.

O mais provável é que tenha sido ocupado por partes, à medida que estas ficavam prontas. Pelas outras obras se pode concluir que era esta a maneira do padre Cacique trabalhar; já tinha candidatos para a obra antes de concluí-la; a reunião de necessitados antes de poder atendê-los era a prática comum a muitos realizadores: exibir a necessidade para congregar esforços necessários ao seu atendimento (MACEDO, 1982, p. 35).

Antes de morrer, Cacique fundou a Sociedade Humanitária Padre Cacique, concentrando os associados em torno das crianças abandonadas<sup>21</sup>, dos mendigos e dos decrepitos, recolhendo-os e sustentando-os, educando-os e catequizando-os quando possível.

No apagar do padre, em 1907, a cidade já via na filantropia, além de um ato religioso, uma forma de ação social e moral, uma estratégia de trazer humanidade à cidade. São exemplos ações com semelhantes intenções: o Pão dos Pobres de Santo Antônio, fundado em 1895 pelo Cônego José Marcelino de Souza Bittencourt para acolher viúvas de soldados da Revolução Federalista, acolhendo as crianças órfãs a partir de 1914; o Instituto Dias da Cruz, de filosofia espírita, fundado em 1907, com a criação de um albergue em 1932; dentre outros exemplos.

### **Estrada de Cima**

Loureiro renasceu no porão da Santa Casa de Misericórdia. Havia sido encontrado semimorto no Beco do Poço, a cara esmagada com uma barra de ferro pelo que contaram os mais próximos da cena. Acudiram-no dois homens negros que haviam sido doados ao hospital. Eles carregavam em macas algumas pessoas do entorno, cumprindo um serviço de emergência. O quadro do estrangeiro foi grave por alguns dias, tempo em que permaneceu na enfermaria. Quando acordou, sem reconhecer o espaço embranquecido, arrancou parte das ataduras e quis fugir. No primeiro tombo já foi juntado por Pacífico, auxiliar de enfermagem do hospital. Os dois se reconheceram, claro, Loureiro passa boa parte de seus dias recluso no hospital. Com um semissorriso pelo encontro, Pacífico aplicou o manejo necessário e direcionou o atendido para cumprir o tratamento no térreo do hospital.

A luz entrava no pavilhão pelo alto da parede, em basculantes que davam para os pés da rua. Havia camas mal distribuídas, uma pequena sala de enfermagem coberta de grades e

<sup>21</sup> Um outro asilo para menores, o São Joaquim, veio a ser criado postumamente. O prédio deste asilo hoje é a sede administrativa da Fundação de Atendimento Socioeducativa - FASE.

um espaço de trocas em guichê. Loureiro é jogado ali sem muita explicação para a equipe local, muito menos para ele. O guarda apenas informa que é um beerrão conhecido e que era melhor ter deixado morrer à míngua. Ele reconhece alguns amigos alcoolistas da rua, outras pessoas consideradas insanas pela cidade, mas também alguns desafetos das brigas rueiras. De pronto, passou a gritar com veemência que não podia ficar ali, pois iriam querer lhe matar.

O auxiliar que comandava sozinho a enfermaria assistia a cena sem sair da sala. De fato, dois homens, um deles extremamente furioso, juntou alguns trapos de roupa e foi atrás de Loureiro para tentar um enforcamento. A situação se tornou balbúrdia para os demais, animados pelo acerto de contas presencial. Te mexe, Pacífico! Gritou Maria Flor, uma senhora tida por débil. Com certo desprazer, o técnico assobiou pela porta à guarda, que entrou batendo nos envolvidos. Os três passaram dois dias atados na cama, sendo alimentados pelos demais internos conforme a empatia conquistada.

Com os dias passando, na igualdade de condição prisioneira, as amizades se refazem. Ainda mais que, sabendo da internação de Loureiro, um amigo rueiro buscou contato pela janelinha do porão. Um dia à noite, na hora pensada pelo grupo de internados, quando o vigilante ia fumar seu cigarro e jogar papo com a guarda dos outros andares, foi passada uma garrafa de cachaça para os internos. O fluxo da substância passou a ser corrente, o que amenizava em parte o apartamento social e produzia para a equipe local dias de tranquilidade. Todos ganhavam. Sabendo do efeito positivo, o guarda passou a mediar a distribuição da bebida, cobrando taxas pagas das maneiras mais variadas, sobretudo dos novatos.

O álcool era uma medida terapêutica até para a loucura. Maria bem sabia. Para dar conta das vozes que lhe afligem desde a adolescência, sempre bebeu. Alcoolizada conseguia se relacionar com as pessoas e diluir os pensamentos paranoicos. Na abstinência, todavia, permanecia indócil, agressiva, intolerável. Sua internação foi determinada após entrar nua durante a missa, toda suja, marcada por cigarros, lambuzada de vinho e excrementos. Vivia no beco vizinho ao que foi encontrado Loureiro, marcada pela imoralidade da prostituição e dos pequenos roubos. Sua internação no porão já passa dos dois anos e ninguém via saída, pois sua agressividade só se cronificava.

Num dia tiveram acesso a um jornal da cidade: dizem que haverá um tratamento para os *doudos*, que um novo hospital será feito apenas para eles. Apesar de desacreditar nas

palavras contidas nos papéis, ela secretamente guardou esperanças. Imaginava ter as refeições plenas, as roupas refeitas, ter protegido seu corpo dos homens que lhe violam quase diariamente. Desde a notícia do hospício, Maria Flor acompanhava a reza feita pelo capelão uma vez por semana, no acalento de sair do porão e ter uma vida mais digna; ou então, para que abreviasse o encontro com os anjos prometidos. Maria e Loureiro, no entanto, não chegaram a conhecer o manicômio. Foram, por outro lado, manchete de uma imprensa alarmista: morreram petrificados pelos ventos de um agosto gelado que entrou pelas ventanas quebradas do porão, usados no editorial como defesa dos alienistas da cidade.

### 3.3 Identidade e Alteridade

Conduzida pelo movimento de alastramento das cidades, a população pobre bordeou o centro produtivo, formando uma vida geograficamente distante e moralmente destoante.

A dispersão não impediu, todavia, que na parte mais íntima da cidade, seu centro, a pobreza ocupasse os espaços públicos. Esse contato próximo garantia o olhar da caridade, mas também evidenciava as ruas como locus primordiais de localização do resíduo - excedente comercial, que não atinge o nível de competição do capital; excedente moral, que não modela o corpo à cidade. Na rua os pobres podiam exercer a mendicância, os comerciantes se digladiarem pelos melhores resultados, os oportunistas tentarem uma chance de lucro ou roubo, os desvalidos buscarem abrigo nas triagens da igreja e da municipalidade. Essa atmosfera marginal fez das ruas um ambiente hostil, espaço a ser evitado pelos cidadãos murados.

A arquitetura das cidades modernas buscou, em contraponto ao ambiente público, uma assepsia do tecido urbano. Apostando na linearidade das ruas e na verticalização dos prédios de poder, a cidade voltava-se para dentro de si mesma: as edificações buscavam a privatização do espaço. A rua, diz Mumford (1998), passou a ser a unidade de planejamento econômico e social. Do centro à periferia, o espaço público se torna o meio de transição, destinando o transeunte, de identidade claudicante, para logo adiante, num longo andar. Aos veículos motorizados a circulação é aprimorada de modo que não haja interrupções entre um ponto e outro. Com rapidez, a cidade geometrizada tem suas distâncias diminuídas pela velocidade das grandes avenidas e, com tal movimento, cumpre o efeito de invisibilizar a pobreza.

Para Richard Sennett (2008), recuperando a história da urbanização de Nova York, o crescimento produtivo da cidade foi concomitante com a gestão das massas populacionais. A dispersão da cidade pelas artérias até os pontos inabitados favorecia, de um lado, o fluxo de riquezas ao centro econômico, e de outro ampliaram as bordas do território urbano. O desenho da cidade reitera sua função econômica. A rua é entendida como local das máquinas de deslocamento, em detrimento do lócus de vizinhança e proteção que sustentavam a vida gregária. Na periferia formam-se aglomerações distantes da maior conurbação, verdadeiros aldeamentos.

As pessoas que margeavam esses caminhos, carregavam a insigne da heresia e da vagabundagem e, por tais razões, deveriam ser evitadas. A imagem e linguagem da rua se aprimoram enquanto ponto de vigilância, acompanhando a moralidade presente nas instituições. Considerando o que adverte Simmel (1973) sobre a postura pública na cidade, o dito vagabundo – antítese do homem econômico – é também modulado por uma figuração social de desvalia, indigência, incluído dentro de um circuito marginal, no qual estavam também os sujeitos da desrazão, os trabalhadores mais desprotegidos do sistema patriarcal e laboral, os idosos, os órfãos, os deficientes físicos, os pobres doentes. Todos sem ancoradouro.

No centro, a padronização da vida produtiva consistia, a rigor, em desfazer as diversidades. Sennett(2008) conversa com autores como Roland Barthes e Erving Goffman para sustentar que o modelo burguês afetou cada unidade da cidade, criando imagens que recobriam o vivido de modo a reconhecer, até pelo andar do corpo, qual a posição do sujeito dentro da urbe. A existência na cidade fica, desse modo, atrelada à possibilidade de diferir de um determinado conjunto de imagens identitárias. No cotidiano, as pessoas criam estratégias de significação simbólica, ajustando seu estatuto dentro da cidade, suas posições nas relações sociais, a partir do modo como se veem e como se mostram. A alteridade se afirma como anteparo do reconhecimento num grupo de iguais, do pertencimento, da coesão social e, ao mesmo tempo, do que não é codificável, do suspeito, do perigoso: “ao olhar de relance, segue-se um posicionamento que acarrete o menor risco de contato físico” (SENNETT, 2008, p. 368).

As relações de identidade-alteridade, diz a historiadora Sandra Pesavento (2001), se dinamizam em esquemas de significação dos grupos sociais, produzindo pluralidades ao mesmo tempo em que consolidam olhares de enquadramento. Em suas palavras:

A identidade não é um sistema absoluto nem recobre todo o universo cultural de uma comunidade, que, por sua vez, pode formular vários padrões identitários, além de que um mesmo indivíduo pode acumular e sobrepor em si uma pluralidade de identidades. Por outro lado, a formulação identitária organiza, sistematicamente, a compreensão da correspondência da parte com o todo e consagra a visualização da diferença (PESAVENTO, 2001, p.10).

A cidadania, portanto, como exercício de interferir politicamente na cidade, tal como sinaliza Lefebvre (1999), esbarra na separação entre os *citadins* – todos os habitantes da cidade – e os *citoyens* – a quem o Estado reconhece a cidadania política – (ELIAS e FILHO, 2010). Os habitantes são muitos. Os cidadãos são os que correspondem aos grupos sociais que garantem, num plano geral, utilidade, produtividade e docilidade. As vidas do risco e do perigo, sustentadas pelo discurso da higiene pública, se tornam fortemente vigiadas, condensadas numa imagem de transgressão que, assim, as incluem nas políticas de controle estabelecidas na cidade. Os pobres, como já sabemos, se tornam a imagem avessa desse ideal citadino, colocando a Questão Social em face ao direito à cidade.

### 3.4 Segmentações I

No miolo da futura Porto Alegre havia a Sesmaria de Sant’Anna, de propriedade de Jerônimo de Ornelas, fundada em 1732 na parte alta do território, que deixava os lagos e rios abaixo. Na ponta da península algumas famílias portuguesas produziram a primeira comunidade branca, onde em torno de 1742 ergueu-se uma primeira capela chamada São Francisco das Chagas. Entre 1751 e 1752 chegaram ao Morro Sant’Anna mais de 60 famílias vindas da Ilha dos Açores, arquipélago do Atlântico Norte pertencente à Portugal<sup>22</sup>. Ao analisar o terreno, pelo melhor acesso aos recursos hídricos, a nova população se abrigou na beira do lago, formando a primitiva Porto dos Casais. Junto deles vieram também cerca de 60 milicianos ligados ao Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que passaram a prestar proteção e assistência aos

---

<sup>22</sup> Conforme Luis Henrique Torres (2004, p. 180): “Em 1747 na Ilha dos Açores, arquipélago do Atlântico Norte pertencente à Portugal, publicou-se um edital para selecionar famílias para imigrar ao Brasil. O critério básico para inscrição era uma idade limite de 40 anos para os homens, e de 30, para as mulheres(...); Ao chegarem ao local de povoamento, receberiam ‘uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com uma lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua’”.

moradores (TORRES, 2004). Essa comunidade teve suas propriedades organizadas em lotes metrados e o espaço público iniciou a ser recortado por vielas e praças<sup>23</sup>.

Da primeira urbanização da cidade, ainda à época de Ângela e Nabos, a abertura de ruas se deu num leque a partir do centro, Rua da Praia, Rua da Igreja, Rua do Cotovelo. No meio destas se criaram ruelas e recôncavos que, na dispersão demográfica da cidade, se tornaram mais nucleares e assumiram, com o processo de higienização pública, a imagem da insalubridade, do insuportável, do anacronismo. Cento e cinquenta anos depois de Ornelas, um cerco imagético e policial já se estabelecia nos guetos da miséria localizadas no centro da cidade comercial. Acompanhando Pesavento (1991; 1994; 2001) na pesquisa histórica sobre Porto Alegre, é possível identificar a formalização das políticas de exclusão da pobreza sob a forma de redesenho dos bairros, na associação direta entre a pobreza e a má índole. Para uma capital que em 1900 já possuía mais de 70 mil moradores, que se queria “bela, higiênica, ordenada e branca”, alguns alvos foram priorizados na construção da *Cidade dos Iguais*. Feita a segmentação da cidade em distritos, regionalizados os pontos de mirada, logo fica claro os focos da desrazão:

Territórios condenados, malditos, desprezados, são eles os tais *maus lugares* da cidade, sobre os quais converge um tipo de representação construída e dada a ver pelo olhar cidadão que preside a ocupação formal do território (...) Tais representações afiguram-se de forma total e unificadora - todos os pretos são pobres, e os pobres são perigosos - ou parcelada e individualizada - certas ruas não são convenientes -, mas sempre envolvem questões mais profundas, presentes no que se poderia chamar de um imaginário urbano [grifos da autora]. (PESAVENTO, 2001, p. 25-26).

A nova cidade exigia passagem e os becos do centro da cidade logo se tornaram alvo das políticas de urbanização. Cresciam, no lugar, edifícios públicos, centros culturais, sobrados e casarões e propriedades das elites da cidade, sendo que os becos concentravam as pessoas de pouca renda. Mais que isso, esses locais se tornaram um foco de atenção da imprensa, que passa a trabalhar em paralelo para a construção de uma cidade higienizada – branca, enriquecida e culta. São memoráveis os termos usados pelos jornais para afirmar as ruelas do centro como espaço de “vagabundos”, de mulheres “vadias”, de pessoas “feias”, “sujas” e “malvadas” (PESAVENTO, 2001; L. COSTA, 2007; MAGNI, 2006).

---

<sup>23</sup> Os açorianos estabeleceram a subsistência com o cultivo de trigo, cevada, frutas, hortaliças e com a criação de ovelhas e gado, utilizando o excedente para instaurar um pequeno comércio (TORRES, 2004).



Porto Alegre necessitava espalhar para, conforme os conceitos da higiene social, escoar seus miasmas e alocar suas riquezas. A cidade vivia um crescimento econômico impulsionado pelas trocas marítimas com os países da bacia do Prata e pela ação mercantil dos imigrantes alemães do Vale dos Sinos. A gestão do intendente José Montaury (1897-1924) encarou a tarefa recuperando princípios do positivismo e da higiene social.

Em 1907, o prefeito instaura uma Comissão de Saneamento, dando sequência à vigilância e intervenção previstas nos Códigos de Posturas. Entre as medidas iniciais estava a instalação de uma rede de esgotos na área central da cidade, direcionando as águas pluviais e cloacais para as águas que margeiam a cidade, chamadas Rio Guaíba. O transtorno causado pelas obras e, com ele, o descrédito dado à comissão e seus técnicos, levou Montaury a contratar novos arquitetos e engenheiros, além de renomeá-la como Comissão de Melhoramentos e Embelezamento. Dentre os novos contratados estava o engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel, que fizera estágio de observações na Europa (França, Itália Alemanha e Áustria) e cujas compreensões urbanísticas orientaram o Plano Geral de Melhoramentos de 1914 (WEIMER, 2014). O chamado Plano Moreira Maciel não foi executado de pronto, levou décadas para ser implementado, mas se constitui numa referência importante para os redesenhos da cidade. Pondera o arquiteto Günter Weimer (2014) que o alargamento das ruas já estava em procedimento na cidade anos antes e que, apesar de se dizer um plano geral da cidade, o foco das ações de melhoramento foi apenas na área central, sobretudo em decorrência da construção do novo porto em 1910, não sendo assim uma estratégia que visasse a todo o corpo urbano. As principais ações do plano se referiram às questões estruturais (hidráulica, esgotos, luz e gás). Como parte do “embelezamento”, visaram sobretudo a eliminação dos prédios antigos, becos e vielas, destruindo caminhos clássicos da Porto Alegre Colonial, tidos como feios e antigos. No lugar, se previa a instauração de modelos arquitetônicos validados em outras capitais do país ou de fora.

Cabe a referência ao movimento instaurado no Rio de Janeiro à mesma época, no governo de Rodrigues Alves (1905-1910), chamado de “bota-abaxo”. O prefeito carioca, segundo Bárbara Freitag (2006), sob inspiração haussmanniana, derrubou “boa parte da herança colonial no centro do Rio de Janeiro, abrindo a avenida Central, hoje Rio Branco, entre várias outras reformas de iluminação e contenção das faixas litorâneas do centro à zona sul, de Copacabana ao futuro Leblon” (p. 128-129). A autora cita também ações de reforma urbanística desse caráter nas cidades de São Paulo e Santos.

Nas entranhas do centro, portanto, se realiza o primeiro asseio público. Diz Pesavento (2001) que este é o período de ataque às travessas e becos que cortavam principais ruas (dos Andradas, Duque de Caxias, Riachuelo e Fernando Machado) e “cujas denominações revelavam parte do panorama urbano que continham: beco do Mijo, dos Pecados Mortais, do Leite, da Fonte” (p. 42-43). No lugar, novos prédios eram construídos como se revestindo a cidade. Às ruas se davam nomes de heróis militares (sobretudo da Guerra do Paraguai). A pobreza, nesse redesenho, era varrida para mais adiante, em constantes progressões de ocupação dos territórios mais distantes do centro.

Quanto à circulação urbana e à modernização da cidade, as medidas – entre estratégias de embelezamento e escoamento – não se deram imediatamente. As grandes ações de asseio público ficaram apenas pretendidas no plano de Moreira Maciel, mas foram executadas com histórias próprias nas décadas seguintes, quando o arquiteto já havia deixado a cidade. Dentre os desenhos vislumbrados por Maciel estavam dois rasgos importantes para a cidade: o entorno do arroio Dilúvio e o alargamento da Rua General Paranhos (que já havia renomeado os becos do Poço, do Freitas e do Meirelles). Voltaremos a essa rua adiante, quando ela for chamada de Av. Borges de Medeiros. Importante agora é dizer que a cidade foi progressivamente apresentando técnicas de domesticar o fluxo urbano.

Na segmentação dos espaços, a periferia foi impulsionada pelo “surto fabril” do início do século XX e pelas medidas de saneamento do centro. De outro lado, a burguesia produzia um modo de vida ordenado, com áreas planejadas de lazer e cultura, consumo e trabalho. Destacam-se a construção de canteiros, praças e parques, como os Campos da Redenção – “lugar de desfile da burguesia da época, tem sua feição marcada por exposições, pela presença de um velódromo e de uma praça de touros” – e a criação de um circuito da vida burguesa, aproveitando o seu centro urbano dilatado: “as confeitarias, os cafés, os teatros, as associações carnavalescas, os hipódromos, o *footing* da Rua da Praia, as sessões dos cinematógrafos constituem as ambiências e as socialidades que atuam como palco de uma moda europeia para a burguesia porto-alegrense” (PESAVENTO, 1991, p. 44).

### **3.5 Periferização**

Na pobreza urbana, como já sabemos das grandes cidades europeias, projeta-se a imagem do perigo, da transgressão, da toxicidade, assim como da lentidão e da ociosidade.

Torna-se objeto primordial de intervenção na cidade vigiada e, assim, enuncia contundentemente a Questão social que emerge das fissuras do Estado de direitos. O vazio se expressa sobretudo em relação à imagem de família formulada pelo pensamento médico-burguês, que localiza o lar/casa como lócus do afeto, da intimidade, do privado. Em contraponto, a rua e a pobreza se afirmam como problema público, que anuncia ao mesmo tempo a moralidade presente no padrão exigido e a transgressão do rueiro. Na efervescência das cidades, o encontro entre público e privado foi planejado o máximo possível para o desencontro, de modo que as várias cidades pudessem coexistir em um duplo-cego.

A casa-cortiço da pobreza foi considerada como o avesso do padrão familiar e se tornaram alvo fácil dos códigos de posturas e das comissões de saneamento. O espaço era visto como foco de infecções, origem dos miasmas, que podiam espalhar-se por toda a cidade; foco também de vidas promíscuas, de relações de trabalho informais, de perigo social. Assim, a família pobre porto-alegrense do início do século XX foi alvo das medidas de moral, higiene e estética da cidade, sendo seus casebres varridos em movimentos de segregação da cidade, acusados de inadequação às condições de salubridade exigidas pelas leis da intendência. Um jornal da época retratou bem o pensamento:

Mas onde irá morar esta gente pobre? É fácil a resposta (...). Os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem sujeitar-se às regras e preceitos da higiene. Ora, num porão ou cortiço, não pode asseio e, conseqüentemente, a higiene desaparece (Gazeta da Tarde, 17 jan. 1898, *apud* PESAVENTO, 1994, p. 96)

O município, nesse afã, realiza visitas domiciliares para averiguar a situação higiênica dos espaços, sendo considerada uma medida importante pela sociedade no início do século XX. Todo o esforço garantiu aos poucos o realocamento da pobreza para as bordas da cidade. Domesticando o espaço se garantia o lugar certo de cada pessoa na urbe e, com efeito, Porto Alegre criava as bases para suas favelas.

O intervalo entre a cidade e o subúrbio gerava o que Lewis Mumford (1998) chama de “exurbano”, espaço-tempo em que poderiam se suspender as normativas da urbe, seja no seu imperativo fabril, seja na sua padronização higiênica. Esse campo medial é movimentado pelo vai e vem dos circuitos de subsistência, o que confere preço ao tempo, dá velocidade ao vazio e produz um imaginário de transição, como se a correria fosse o próprio existir. O geógrafo David Harvey (2012) afirma que as cidades modernas cumpriram o papel de gestar o fluxo do

capital e das pessoas, administrando tanto o produto excedente quanto os recursos humanos, erigindo a cidadania burguesa sob a manutenção da mais-valia, sob a exploração dos trabalhadores urbanos. Para Harvey “a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle de sua distribuição repousa em poucas mãos” (HARVEY, 2012, p. 74). A economia se torna a logística dos acúmulos e dos vazios, produzindo privilégios que são automatizados pela cultura, institucionalizando os direitos dos privilegiados sobre a cidade.

Para o sociólogo Loïc Wacquant (2001), o escoamento da massa residual se revelou uma cilada por apartar territorialmente uma grande população e concentrar nela a imagem de uma vida marginal. Esse campo coletivo produz, em relação com a cidade, um movimento de alteridade, com sistemas de leis e saberes que insurgem como estratégias de resistência/diferenciação ao modo de vida burguês. A existência nas comunidades é ampliada pela lente do medo citadino, produzindo a violência esperada numa especularidade que garante o olhar e a manutenção do conflito. Wacquant (2001) diz que esses territórios como tidos como “‘regiões-problema’, ‘áreas proibidas’, circuito ‘selvagem’, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social” (p.7). Serão, no Brasil, *favelas*; na França, *banlieue*; no Chile, *poblacione*; nos Estados Unidos, *guetos*; na Argentina, *villa miseria*. Populações retratadas, seguindo com Wacquant, “à distância, em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal” (p. 7).

O crescimento da malha urbana alimentou-se sobretudo pela consolidação do movimento de êxodo rural. No caso de Porto Alegre, esse movimento, segundo Magni (2006), gerou uma oferta de mão de obra excessiva, provocando o rebaixamento dos salários e o aprimoramento do setor terciário de biscates e subempregos. As novas “regiões-problema” são identificadas, já em 1940, como “vilas de malocas”, célebre nomeação feita pelo sociólogo Laudelino Teixeira de Medeiros nos seus “Ensaio sobre sociologia urbana”, de 1951. Na obra, o autor usa os dados da Prefeitura para falar das 4.558 malocas e mais de 15.000 almas distribuídas nos arrabaldes, todos habitantes dessa zona indefinida de pertença:

Economicamente, os habitantes dessas vilas pertencem às camadas inferiores, com agravante de uma percentagem mais elevada de desajustados, de miseráveis e indigentes. Politicamente, do mesmo modo, pois não só são simples governados como também em grande maioria nem eleitores são (MEDEIROS, 1951 *apud* MAGNI, 2006, p. 29).

Na organização da cidade, os proletários povoaram o entorno de Porto Alegre e forçaram a questão sobre a pertença, antes sustentada pelo trabalho nos campos, nas minas, na capatazia das casas de famílias abastadas, submersos nos movimentos de dispersão e acomodação da urbe. Mais precisamente, enunciam a questão do direito à cidade, expressa na luta por políticas de habitação e de trabalho.

Pouco a pouco ocorre um esvaziamento do centro enquanto unidade de moradia. A questão habitacional interroga a cidade sobre o direito à cidade. De quem é a cidade? Ou ainda: quais os limites da cidade? Quais os limites da vida ordenada? A explicação escapa em toda tentativa de resposta. A vida urbana flana entre os fluxos constituídos e adquire modos surpreendentes para as lentes viciadas de um determinado jeito de enxergar. Em face ao trabalhador honesto elogiado por sua docilidade e utilidade para o corpo social, as pessoas consideradas vadias são evidenciadas como um desajuste orgânico da cidade, segmentadas numa periferia que só faz crescer.

### **3.6 Rualização**

A rua, nesse desenho, se torna um não-lugar. É o espaço do movimento, do superficial, das trocas mínimas, do que Erving Goffman chama de “desestimulação defensiva” (GOFFMAN 1971 *apud* SENNETT, 2008, p. 368). Os corpos motorizados, funcionando por combustível fóssil, dão sentido à cidade radial, espalhada por artérias cada vez mais desabitadas por pessoas. Diz Richard Sennett (2008) que a “velocidade do automóvel estimula o recurso dos símbolos e aos julgamentos liminares” e, por conseguinte, favorece a segmentação da cidade: “casa, loja, escritório, escola não só têm funções precípuas como se encontram separados por áreas vazias, facilitando a rápida avaliação sobre o comportamento dos que não pertencem ao lugar” (p. 368).

Nesse sentido, questiona Henri Lefebvre (1999): a rua é a desordem? Ele mesmo responde afirmativamente: “todos os elementos da vida urbana noutra parte congelados numa

ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos” (p. 27). Entretanto, meio aos desordenamentos da rua, há o esforço de reconhecimento desse meio, de identificação de seus habitantes. Completa Lefebvre: “Essa desordem vive. Informa. Surpreende” (p. 27). O não-lugar é, portanto, o lugar do encontro inesperado da cidade.

Sobre a cena cotidiana de uma Porto Alegre modernizada, afirma Sandra Pesavento (1994):

as ruas se enchiam de gente do povo, num vaivém promíscuo de trajes e odores, que colocava lado a lado a distinta senhora que ia às compras com um descuidado cangueiro a caminho do porto. Quem sabe até se este, no seu modo desengonçado de andar, não roçaria um vestido trabalhado com rendas e faria balançar a sombrinha que resguardava a dama dos rigores do sol? (p. 84).

E surge, ainda com a historiadora, esse personagem habitante da rua:

um povo sem rosto parecia habitar as ruas. Eram, em princípio, pobres, mal vestidos, muitas vezes mal-encarados e frequentemente atemorizavam a vida das famílias burguesas. A caminho do trabalho, na volta da fábrica, fazendo biscates, mendigando ou simplesmente flanando, a rua parecia lhes pertencer (PESAVENTO, 1994, p. 84).

O encontro, portanto, há de ser desencontrado. O plano da cidade caminhava para a ordenação da vida moral e laboral, impondo a velocidade dos códigos, sendo fácil a identificação dos que não se enquadravam. A rua de modo preciso acolheu tais existências e, com isso, adquiriu, tal como os cortiços e as vilas, um caráter perigoso, duvidoso.

Os primeiros personagens dessa margem foram os estrangeiros desencaminhados pelo Novo Mundo, uma vez que índios e negros estavam aldeados ou escravizados no primeiro cenário da rua porto alegreense. Depois, os escravos libertos que não se incluíam nos regimes de trabalho, compuseram a imagem cidadina do não-trabalho, dos “vagabundos”. A essas figuras se somavam também os sujeitos da loucura, que pouco a pouco foram cientificizados pelo discurso do alienismo, apartados para o hospício. Restavam os improdutivos não criminosos e não doidos, para os quais deveria haver instituições adequadas, como os asilos.

Em especial, como vimos, o caso das crianças expostas foi o que principiou uma ação na rua. A incidência de “menores” abandonados era tema corrente desde a fundação da cidade,

e suas presenças nas ruas no início do século XX já causava horror à imprensa defensora da família burguesa. Diz um jornal da época:

Quem deambular pelas ruas da nossa capital [...] fica surpreendido, infalivelmente, pela grande quantidade de crianças, de um sexo ou de outro, a qualquer hora do dia, que, cobertas de trapos mais ou menos esfarrapados, passeiam a sua ociosidade pelo mercado e pela doca e, com particular predileção, pelas praças ajardinadas que enfeitam a cidade (O Independente, 15 abr. 1906, *apud* PESAVENTO, 1994, p.123).

A presença das crianças na rua era associada, de modo geral, à vagabundagem dos desempregados, dos bêbados e viciados, à promiscuidade das prostitutas e ao perigo dos criminosos. Essa associação fica evidente quando as primeiras leis de proteção social surgem no país. No caso do Código de Menores (1927), que retira as crianças do trabalho industrial, e da Lei de Férias (1925), que prevê um intervalo na exploração dos patrões, o questionamento vinha do pensamento hegemônico, produtor, burguês, branco. Recuperam Iamamoto e Carvalho (2012), uma publicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:

O código não garante (...) nem a segurança geral da sociedade, nem a segurança individual do operário. Nocivo aos mesmos, fere além disso à liberdade de trabalho, não em benefício da sociedade ou de qualquer de suas classes, mas para favorecer a calaçaria da adolescência e a multiplicação das prostitutas e dos criminosos. Isso não é declaração do capitalismo; é lição de experiência (p. 145).

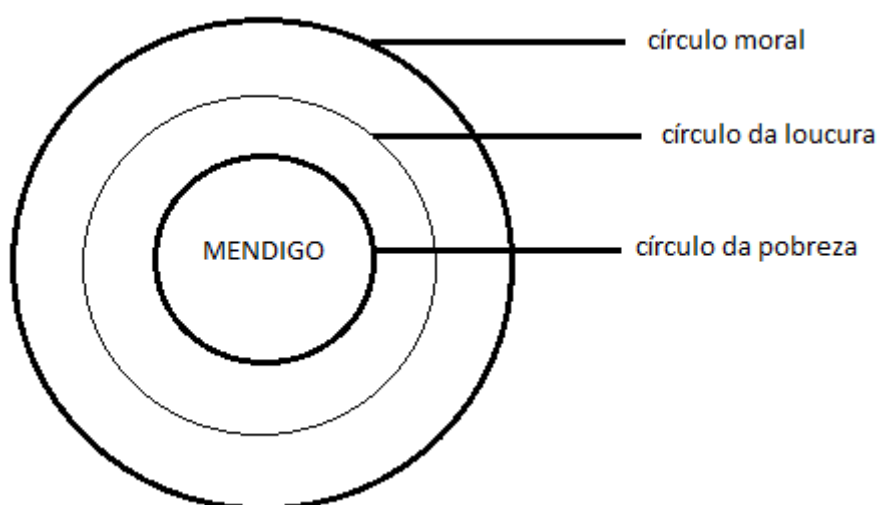
Se não na rua, onde então? Por mais orfanatos que se criassem, as crianças abandonadas brotavam na cidade e, num movimento contrário à dispersão urbana, regressavam ao centro para buscar a subsistência. Esse retorno, feito por idosos, mulheres, desempregados, famílias, enfim, ficou representado na imagem do mendigo, que tomava a rua como lócus de pertença e circulação, alimentando-se das esmolas distribuídas pelo caminho e se tornando uma imagem geral da rua. Paira sobre essa figura a dúvida sobre a legitimidade da situação, como nos mosteiros medievais, acusando todo deambular como suspeição de falsa identidade. Noutro trecho recuperado por Iamamoto e Carvalho (2012), atribuído ao Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo à propósito da lei de férias, fica clara a associação entre a rua e a indolência:

Ele não tem o culto do lar e procurará matar suas longas horas de inanição na rua (...). A rua provoca com frequência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto e presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta. Não nos alongaremos sobre a influência da rua na alma das crianças que mourejam na indústria e nos limitaremos a dizer que as férias operárias virão quebrar o equilíbrio de toda uma classe social da nação, mercê de uma floração de vícios, e talvez, de crimes que esta mesma classe não conhece no presente (p. 145).

Sobre os mendigos se exerceu um controle policial estrito. Em Porto Alegre chegou-se a distribuir um cartão aos mendigos inválidos na época imperial para distinguir dos vagabundos legítimos. Em São Paulo, a mendicância era uma transgressão prevista pela Polícia Administrativa, regulada em 1928, prevendo o enquadramento do mendigo junto aos demais desvios: “a autoridade policial, inspetor de quarteirão ou agente de segurança, que encontrar ou a quem for apresentado qualquer indivíduo, mendigo, vicioso, ébrio, ou louco perigoso, o porá em custódia no posto policial mais próximo ou na cadeia” (STOFFEL, 1977, p. 103).

A cientista social Marie-Ghislaine Stoffels (1977) informa que a normativa impeliu os mendigos, conforme o fluxo, para os asilos especiais do Serviço de Proteção aos Desvalidos da capital paulista, onde era realizada uma triagem do desvio: “depois de submetidos a rigoroso exame, serão os mendigos distribuídos pelos diferentes serviços do Departamento, conforme sejam inválidos, decrépitos, ou enfermos, capazes de trabalhar”. O desvio era, em todos os níveis, constituinte do mendigo, cujo estigma, para Stoffels, estava circunscrito nesse esquema:

Imagem 2: Esquema Social do Mendigo



Fonte: STOFFELS (1977, p. 106)



Expresso na criança abandonada, no sujeito da desrazão, no velho improdutivo, na família faminta, no trabalhador desempregado, no calaceiro, o mendigo se tornou um personagem importante das cidades. Sob as lentes da medicina, do judiciário, da Igreja, da imprensa, restava enquadrado nos códigos de desvio moral e direcionado, sempre que possível, aos lugares certos: manicômio, cadeia, asilo. Em todas as linhas, a terapêutica levará, no pleno, ao trabalho!

Mas não qualquer trabalho, sabemos. As mulheres que exerciam a prostituição foram incluídas na série da transgressão das ruas, assimilando também o discurso da higiene social e a imagem de afronta à família. Em Porto Alegre, esse era um tema recorrente quando se referia às vidas desajustadas. No antigo Beco do Poço, onde funcionavam os bordéis de Fausta e Domingas, eram comuns os casos de morte, beberagem, de aliciamento de crianças e toda ordem de atos considerados vis. A manchete era sempre de apuro, de impacto, acusando o perigo dos personagens em cena. Recupera Pesavento (1994) do jornal *Gazetinha* no ano 1898, quando o repórter adentra um puteiro do famoso beco:

fomos ter a uma rua estreita e suja, ou melhor, a um beco, pouco distante da principal rua de Porto Alegre, isto é, bem no centro desta piedosa capital de religiosidades e política. Eram talvez 9 horas da noite (...). Aqui e ali, de um lado e d'outro, há mulheres de má vida à janela ou junto à porta de suas pequenas moradias e a palestrarem em altas vozes com soldados, marinheiros e crioulos debochados - a palestra e ponteada com gargalhadas, ditos escandalosos, frases obscenas (...) Ouve-se o vozear de muitas pessoas, vindo do interior da tasca, prova de que lá dentro, em outro compartimento, há uma sociedade igual à que se acha na frente.

Oh! dirão muitos, isso é baixo, é sujo demais para ser tratado pela imprensa E nós lhe diremos: toda a questão que afeta o bem-estar da família, afeta a sociedade em geral; o desenvolvimento da prostituição e a infelicidade de muitas famílias cujo nome, por isso, é arrastado na lama da desonra. (Jornal *Gazetinha* 11 e 12 de maio de 1898, *apud* PESAVENTO, 1994, p. 132-133)

A prostituta era avessa ao modelo patriarcal constituído, que atribuía às mulheres um lugar ao mesmo tempo encantador e funcional. Tratava-se de um ciclo de vida moral iniciado na menina doce, passando pela amável donzela, pela esposa companheira, pela mãe educadora, chegando até a vida longa de uma avó bondosa. A prostituição acolhia de alguma maneira as desescalonadas desse ciclo e representava na cidade uma identificação da vida desregrada,

sendo vasta sua fama: “desencaminhavam a juventude, pervertiam crianças, seduziam pais de família, viviam cercadas de bêbados e jogadores” (PESAVENTO, 1994, p. 134).

Nesse cenário de bodegas e jogatina, onde se bebia com despreocupação o vinho, a cachaça, a cerveja de baixo nível, vigia um sistema de leis que o núcleo policial respeitava e que o centro jornalístico acusava. Tal rua noturna, embriagante, violenta, se somava a rua diurna dos mendigos, formando a primeira situação de rua de Porto Alegre e de outras cidades da América Latina, corporificada como menores abandonados, vagabundos, criminosos, mendicantes, prostitutas, alcoolistas, bodegueiros, loucos...

Nos arranjos de controle sanitaristas e higienistas das cidades, a rua obviamente tornou-se um espaço de vigilância. Segundo Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen (2012), “o urbanismo passou a constituir-se num saber-poder que visava ao remodelamento dos espaços; o higienismo da mesma forma enfatizava a profilaxia e a desagregação; a polícia, finalmente, tentava controlar desvios e incentivar a vigilância quanto aos comportamentos aceitáveis” (p. 14). Na Porto Alegre Moderna, os códigos de postura e ordenamentos urbanísticos caminharam para a segregação da população habitante das ruas, enquadrada sob as identidades do ócio, da violência, da promiscuidade, da drogadição.

### **Arraial do Partenon**

Rudinei vivia numa estância distante da capital. Era conhecido pela sua comunidade por vaguear pelos campos, dormindo em cocheiros, debaixo das árvores, alimentando-se da caça e do roubo das plantações e criações das propriedades. Sua existência era cuidada e, junto, vigiada. Quando lhe serviam, bebia a cachaça, mas não era sua preferência. Saindo de um bolicho certa feita, quando bebera por convite uma dose acima do costume, topou com uma senhora muito amável que, acompanhada da pequena filha, lhe deu passagem para o passo torto. Emocionado com o acolhimento inabitual, teve o ímpeto de beijar a criança e por atrapalhação caiu sobre a menina, colando seu rosto na face rosada dela. A cena restou impugnantíssima para a senhora, que denunciou ao marido – homem de lei na comunidade – a situação vexaminosa que passara: é um bugre, um bêbado, louco, vive do lixo e da rapina!

O caso de Rudinei passou a ser discutido pela cidade. Mesmo com a ameaça presente nos olhares, o homem não se afastou totalmente, mantendo a itinerância pelos matos e curtas

aparições na cidade. O chefe de polícia, no entanto, encontrou-o dormindo em propriedade alheia e, com o somatório da conduta, recluiu o homem na cadeia municipal. Dócil ao ambiente e, ao mesmo tempo, alheio a ele, entendeu-se que reunia os sintomas da degeneração e, como uma aposta humanitária, foi encaminhado para o Hospício São Pedro, na capital. No dia da partida, até a menina estava presente.

Adentrou a cidade de Porto Alegre no caixote da ambulância branca, marcada com a cruz vermelha da boa saúde. Dentro dela, chacoalhou todo o caminho, chegando ao manicômio desorientado, cagado e coberto de vômito. Seu caso foi entendido como grave de pronto. No seu registro foi marcado como “indigente”, de “quarta classe”, vítima de “monomanias”. Sem entender essa cidade das pessoas vestidas de branco, chegou a supor que havia morrido. Logo nos primeiros dias recebeu a *balneo therapia*, colocado sucessivamente em águas quentes e frias. Não captou o propósito, tampouco lhe foi explicado. Como resultado, sofreu de uma pneumonia que o deixou acamado por longo período. Mas não morreu.

Entregou seus anos posteriores a viver junto das freiras. Estas ensinavam a capina e o envolviam nas atividades agrícolas. O homem que trabalha, Deus cura, dignifica – diziam. O homem logo reconheceu todo o terreno do hospital, abrigado numa chácara com bosques amplos. A cena bucólica misturada com a suntuosidade do prédio erguido causava nele um conforto inesperado. Já reabilitado das doenças, integrado nas atividades laborais, seu caso foi repensado. Em seu prontuário, uma irmã registra: temos aqui um homem colaborador que poderia ser reintegrado à família. Um breve estudo social feito pela irmã descarta o retorno para casa: não consta no registro de encaminhamento do chefe de polícia algo sobre sua procedência e quando perguntamos a ele sobre o retorno a sua cidade ele diz “estou morto para aquela vida, tenho aqui tudo o que preciso”. Sem melhor encaminhamento, realocamos Rudinei Silva na Colônia Agrícola, completou no prontuário. O homem passou a viver no terreno que se estendia do Partenon ao Jardim Botânico, como ajudante das lidas diárias junto às crianças em recuperação.

Rudinei viu na mata um retorno ao seu habitat. Cuidava dos jardins conforme o aprendizado das freiras, plantava e colhia das hortas e também tratava dos animais que serviam para abate e alimentação dos internos do hospital. Havia adquirido, assim, uma funcionalidade dentro do sistema manicomial. Mas seu status, claro, nunca abandonou a

loucura.

Certa feita, ao chegar num bosque desabitado, encontrou uma roda de crianças em torno de uma menina desfalecida. Ao vê-lo, correram. Rudinei se debruçou sobre o corpo ensanguentado e, sem reação, ali ficou até anoitecer. Quis enterrar a menina antes que amanhecesse e cavou com suas mãos uma cova improvisada. Foi encontrado no clarear do dia todo repleto de barro e sangue, sem conseguir dizer palavra sobre o acontecido.

Ingressou no recém inaugurado Manicômio Judiciário, tido como psicopata. Avistava o verde dos campos pela grade da cela que compartilhava com mais outros loucos furiosos. Seus últimos dias foram plenos de “delírios e alucinações”, conforme a descrição da enfermaria. Internamente, sonhava com a vida do índio vago, que caminhava sem tempo e sem código, negociando cada dia junto ao que a natureza dava.

### 3.7 Questão Indígena

Cumprir dizer que na prévia dessa terra cidade, pouco contada, o território de Porto Alegre não era habitado por uma grande tribo, ainda que se registre a presença de índios Guaranis em pequenos aldeamentos. A invasão europeia, iniciada em 1500 pelo nordeste do país, trouxe consigo o modo de vida construído na Idade Média do Velho Mundo: a expropriação, como um costume de conquista desde o Mundo Antigo, destituiu os povos indígenas do controle de suas terras. Antes do *encobrimento*<sup>24</sup> da história indígena, estima-se que houvesse cerca de 1000 povos diferentes habitando o território hoje brasileiro, dos quais se reconhece a presença de diversas etnias, com culturas e linguagens próprias. *Jê, Aruák, Karib, Pano, Tukano, Charrua, Tupi-Guarani*, são algumas das etnias que estavam presentes no momento da invasão europeia (FUNAI, 2018).

O primeiro encontro entre europeus e indígenas foi marcado pelo escambo, pela tentativa de apaziguamento, de reconhecimento. Adiante, quando a cultura europeia foi introduzindo a moral, a economia, os modos de subsistência, diversos povos resistiram e produziram guerrilhas de defesa da cultura de seu território. No Brasil, o embate maior se deu

<sup>24</sup> O historiador e cientista política José Murilo de Carvalho chamou assim, em vez de descobrimento, considerando o etnocentrismo que impregnou a história nacional, a despeito da tragicidade do genocídio indígena: O encobrimento do Brasil (J. CARVALHO, 1999)

no litoral, mormente ocupado pelos Tupis. A repressão foi exercida de modo articulado com outras tribos, aliançadas por um sistema de escravidão e trabalho forçado. O número dos que desapareceram, escravizados ou dizimados pelos desbravadores das riquezas brasileiras é impreciso. Destaca-se nessa estatística de extermínio, o desaparecimento dos índios Caetés (com população estimada de 75 mil pessoas) e dos Tupinambás (100.000 aproximadamente), ainda no século XVI, em conflito direto com o exército português (WILL, 2014). A FUNAI refere a presença de três milhões de pessoas habitando o território antes do encobrimento<sup>25</sup>, outros autores falam de 10 milhões. Segundo os dados da Fundação, já em 1570 havia menos da metade da população original, atingidos também pelas doenças europeias para as quais não estavam imunizados.

Uma estratégia fundamental de aculturação nos primeiros séculos da colonização foram as missões jesuíticas, da Companhia de Jesus. Formada por religiosos abnegados do Velho Mundo, serviam ao Império na medida em que buscavam a paz e a produtividade dos índios com conhecimentos amplos sobre arte, agricultura, geografia, arquitetura. Diz o historiador Arthur Barcelos (2000, p. 99) que “muitos deles eram originários de famílias abastadas da Europa, que seguiram o caminho do clero. Em geral a formação destes homens era heterogênea, com base teológica, mas, em muitos casos, com sólidos fundamentos de filosofia, matemática, astronomia, geografia, etc.”. Pois esses abnegados, clérigos ou leigos, estimularam as reduções indígenas em toda a América do Sul, concentrando os índios em aldeias para a imposição da lei branca, do trabalho forçado (ainda que se aproveitassem do saber agrícola dos índios), e, claro, para a conversão à religião monoteísta dos católicos. Por esse método, segundo Luís Eduardo Wanderley (2010a), cerca de 150 mil índios foram convertidos à ordem europeia. Em alguns pontos do país as reduções se tornaram grandes polos produtivos.

Num caso bastante próximo, as Missões Orientais de jesuítas hispânicos formaram sete povoamentos de índios guaranis, com uma organização social que se complexificou ao longo dos anos, aprimorando o conhecimento recíproco das línguas maternas, os saberes artísticos, as construções, a gestão das riquezas do campo. Com o tratado de Madrid de 1750, o território passara a ser português, incorporado à Província de São Pedro. Com isso, as terras jesuíticas haveriam de ser retomadas, pois a Companhia de Jesus havia sido expulsa dos territórios portugueses, acusada de produzir uma sociedade à parte da Coroa, onde era privilegiada a língua

---

<sup>25</sup> Em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>.

dos guaranis, onde não se respeitavam os bispos e as autoridades locais, incitando os índios a lutarem contra os europeus (A. VIEIRA, 2005). Sem acordo, mesmo tendo os jesuítas pedido à Coroa Espanhola intercessão para evitar a desestruturação das cidades, os portugueses varreram as missões jesuíticas do país, na chamada guerra guaranítica, cuja ocorrência nos Sete Povos da Missão não se deu sem resistência de padres e nativos. A guerra espalhou o medo no território rio-grandense e o fácil aldeamento dos índios em outros pontos como Rio Pardo, São Nicolau do Jacuí (hoje, Cachoeira do Sul) e Aldeia Nossa Senhora dos Anjos (hoje, Gravataí).

Das guerras guaraníticas, passamos à atuação dos bugreiros – milícia especializada em identificar e destruir tribos na região sul do Brasil –, cuja existência estava autorizada em lei pela Carta Régia do príncipe regente Dom João Maria de Bragança em 05 de novembro de 1808<sup>26</sup>, obrigando os índios capturados a servirem por 15 anos aos milicianos ou proprietários das terras. Ainda que a lei de 27 de outubro de 1831 tenha revogado tal carta, há indícios da presença de bugreiros até o início do século XX no território de Santa Catarina, em perseguição aos índios Xokleng (S. SANTOS, 1973).

Registra-se também a ação de bandeirantes paulistas na expansão territorial do país, adentrando o interior das matas para expropriar do próprio Império riquezas privadas, estimulados, todavia, pelo mesmo. Segundo Darcy Ribeiro (1995), a empreitada desses

---

<sup>26</sup> Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente e quase total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelo Indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios, que nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultiva-las em beneficio do Estado(...) constando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinito rios, são susceptiveis não só da cultura de trigos, cevadas, milhoes e de todas as plantas cereaes e de pastos para gados, mas de linhos canhamos e de toda a qualidade de linho, assim como de muitas outras preciosas culturas, além de que se acham no mesmo territorio terras nitrogeneas e muitas minas de metaes preciosos e de outros não menos interessante; sendo-me tambem igualmente presentes os louvaveis fructos que têm resultado das providencias dadas contra os Botocudos, e fazendo-se cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos barbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade e avaliar o maior e mais solido bem que resulta do exercicio das faculdades moraes do espirito, muito superiores ás phisicas e corporaes: tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzil-os a aldeiar-se, e gosarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar ordenar-vos: Em primeiro logar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes barbaros Indios (Carta Régia do de 5 de novembro de 1808. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg\\_sn/antioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaoriginal-95554-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaoriginal-95554-pe.html)). Acesso em: 29 set. 2018.

portugueses, pela violação das mulheres indígenas, formou uma população de brasilíndios, chamados mamelucos, fruto do estupro europeu, manifesto claro da escravização dos povos indígenas:

O que buscavam no fundo dos matos a distâncias abismais era a única mercadoria que estava a seu alcance: índios para uso próprio e para a venda; índios inumeráveis, que suprissem as suas necessidades e se renovassem à medida que fossem sendo desgastados; índios que lhes abrissem roças, caçassem, pescassem, cozinhassem, produzissem tudo o que comiam, usavam ou vendiam; índios, peças de carga, que lhes carregassem toda a carga, ao longo dos mais longos e ásperos caminhos (p. 106).

A lei de 1837 indicava, no entanto, que os índios deviam ser exonerados da servidão, sendo considerados para todos os efeitos como órfãos, tutelados pelos juízes de paz. Kharen Will (2014) destaca que essa imposição tutelar inaugura no imaginário brasileiro a “imagem do índio como um ser mentalmente e juridicamente incapaz” (p. 45). Outras legislações, datadas dos anos 1834, 1845 e 1850<sup>27</sup>, acabaram por destituir qualquer validade dos saberes indígenas, além de qualificar as terras como propriedades adquiridas pelo sistema de compra e venda, colocando-os na posição de invasores, garantindo as medidas corretivas necessárias para o enquadramento dos transgressores.

Um reconhecimento mínimo das heranças do povo original veio apenas com o Decreto 8072 de 1910, que instaura o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e prevê, logo no artigo 2º: “garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios e, conjuntamente, do que neles se contiver, entrando em acordo com os governos locais, sempre que for necessário”. A necessidade de “acordos”, claro, foi grande:

---

<sup>27</sup> Lei de 12 de agosto de 1834: “as Assembléias legislativas provinciais e os seus governos cuidarão da civilização e catequese dos índios”. Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845, ou regimento das missões, obrigou os índios ao serviço público sob orientação dos poderes locais, mediante salário, e ao serviço militar, mas sem coação, e determinou prisão correccional de até seis dias. A Lei das Terras, ou Lei n.º.601, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império, oficializou o latifúndio, de modo que ficava proibida a aquisição de terra por outro título que não fosse o de compra. (WILL, 2014, p. 46)

Proteger, no sentido estipulado pelas autoridades do SPI, não significava necessariamente defender direitos sobre territórios auto reconhecidos como tradicionais pelos indígenas e/ou a manutenção de sistemas socioculturais particulares e específicos de cada grupo étnico. Na concepção das autoridades políticas e militares da República Velha (que de certa maneira teve continuidade no Estado Novo), a proteção oferecida pelo SPI aos indígenas deveria estar intimamente atrelada aos interesses da sociedade nacional, integrando-os e vinculando-os através de estratégias de atração e confinamento em locais específicos, determinados de acordo com o interesse de uma classe política e econômica dominante, de onde deveriam tirar seu sustento (NOTZOLD e BRINGMANN, 2013, p. 148)

Há consenso entre os autores estudados, ainda que se reconheça um princípio humanista na SPI – sobretudo na condução de Cândido Mariano Rondon, militar sertanista, descendente de índios nativos –, que o serviço cumpriu muito mais o papel de expansão da “civilização”, pacificando tribos e criando colônias agrícolas que servissem aos sistemas econômicos locais. O SPI ao mesmo tempo em que permitiu o estudo etnográfico de diversas tribos, reconhecendo suas culturas e aprendendo suas línguas, favoreceu a ampliação dos latifundiários e das empresas extrativistas, sobrepondo o direito de posse das terras pelo dever de produção do Estado. A criação de Postos Indígenas de Nacionalização no interior desses polos estabeleceu, conforme o historiador Elias dos Santos Bigio (2007) muito mais uma relação entre patronato e peões, conduzindo a política indigenista no sentido da reeducação produtiva, inserindo os índios no sistema capitalista tendo por base a concepção de que sua extinção era um caminho inevitável da humanidade. Concomitante à atuação desse serviço de proteção, registra-se uma redução esmagadora da população indígena no Brasil. Até 1957, segundo dados da FUNAI, o número de índios declarados havia diminuído para apenas 70 mil em todo o território nacional, sendo extintas muitas das tribos originais, ditas assimiladas pelo corpo urbano ou integradas ao modo de produção dos fazendeiros.

O genocídio indígena brasileiro ganhou destaque no plano internacional, sendo evidenciadas as formas de extermínio e corrupção do Sistema de Proteção Indígena, justificando, já no período militar, em 1967, a criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Por genocídio entendemos, junto com a portuguesa Karhen Lola Porfirio Will (2014), ainda que o termo tenha sido cunhado na Segunda Guerra Mundial, um extermínio não apenas das pessoas, mas também da cultura, dos modos de subsistência, das leis, dos ritos, dos costumes.

A constituição brasileira citará os índios pela primeira vez apenas em 1934, de forma rápida no artigo 129º, assegurando aos silvícolas o direito de posse das terras em que se



encontrem permanentemente localizados. A herança desta questão, diz Wanderley (2010a), mantém-se enraizada na estruturação das sociedades americanas, sendo mantida a sina de perseguição e opressão: “matanças, tomada de terras, massacres, atrasos nas demarcações de terras pela revisão dos dispositivos constitucionais (caso brasileiro) constituem fatos concretos dessa história interminável” (p. 84). Uma questão, enfim, que compõe o discurso de marginalização da burguesia nacional, forjada pela acusação de ociosidade dessas pessoas, por suas temporalidades, por suas ancestralidades, enfim, por suas diferenças.

### 3.8 Questão Negra

Cerca de 11 milhões de pessoas habitantes do continente africano foram sequestradas pelos europeus desde o século XVI até o XIX, transformadas em escravas no continente americano. A instituição da escravidão, diz Wanderley (2010a), moldou as sociedades no novo mundo nas suas relações jurídicas, sociais, econômicas, bem como arrimou os lugares do Estado e da Igreja. Para o Brasil foram destinados aproximadamente 40% dessas pessoas, num volume que foi crescente até o ano 1850, enquanto nos demais países já se vetava o tráfico de pessoas. Esse sistema de opressão pelo conceito de raça foi sustentado por diversas formas de violação, perpetrando a cultura, criando dissimetrias em cada relação. Para o literato Luiz Silva Cuti (2012), o princípio do racismo se espalha desse modo:

Um assaltante que invade a sua casa com armas possantes, mata familiares seus, estupra, transmite doença, rouba seus pertences, faz você trabalhar para ele, obedecer às suas ordens, esse assaltante pode, se ele for fisicamente diferente de você, atribuir a essas diferenças a superioridade em relação a você, acreditar nisso e fazer você crer nos argumentos dele, e ele pode também escrever livros e mais livros, produzir filmes e mais filmes, e ensinar para gerações e gerações, por vários meios, que você é inferior e ele é superior a você por conta das diferenças fenotípicas (p. 2).

As consequências desse pensamento são incalculáveis: “violência, tortura, morte e perversa exclusão” (p.2), completa Cuti. Abdias Nascimento (1980) refaz o caminho até o Brasil: os negros e negras africanos eram, após o sequestro, obrigados a longas caminhadas pelas florestas até a costa do Atlântico. A viagem era repleta de horrores: “fome, sede, epidemias, imobilidade do corpo, falta de ar” (p. 280). Muitos ficaram pelo caminho, mortos

ou assassinados, jogados ao mar. Os que aportavam no território brasileiro eram compulsoriamente batizados e, adiante, colocados no mercado de negros, sendo avaliados como produtos de posse e venda.

No exemplo de São Paulo, estudado por Lia Vainer Schucman (2014), os escravos foram comprados para trabalhar principalmente nos cafezais, impulsionando a produção nacional a índices até então impensados. O vínculo pelo trabalho forçado cumpria uma função econômica dentro da exportação de café para os grandes mercados europeus. Da força produtiva dos africanos se fez possível o crescimento das riquezas no país, especialmente voltada para o centro econômico formado no Vale do Paraíba, entre São Paulo e a capital do Império. Essa verdade foi – e segue – silenciada. Ao falar da função do negro na história do país, Abdias Nascimento (1980), diz o indispensável:

excetuando os índios, o africano escravizado foi o primeiro e único trabalhador, durante três séculos e meio, a erguer as estruturas desse país chamado Brasil. Creio ser dispensável evocar neste instante o chão que o africano regou com seu suor, lembrar ainda mais uma vez os canaviais, os algodoais, o ouro, o diamante e a prata, os cafezais, e todos os demais elementos da formação brasileira que se nutriram no sangue martirizado do escravo. O negro está longe de ser um arrivista ou um corpo estranho: ele é o próprio corpo e a alma desse país (p. 523).

Ao dizer as obviedades da violência feita, percebe-se mais ainda o trabalho de ocultação da opressão dos povos africanos expropriados. Com o fim da escravatura e o regime de posse dos negros, outros instrumentos irão cumprir a destinação de um lugar inferior na relação humana.

Justo à época em que os países americanos aboliram a escravidão, na Europa já se difundiam os termos da medicina científica, os conceitos da degenerescência de Morel e, junto, os laboratórios da psiquiatria. A produção de um saber biológico sobre a vida social, fundamentaram as estratégias técnico-políticas para distribuir as pessoas no conceito das populações, nos códigos de conduta ou transgressão. Para Foucault (2005), o conceito de raça genética foi central para a estruturação dos Estados Modernos. Esse pensamento racial estava no cerne do mecanismo de biopoder, mantendo a hierarquização social por raças, dispersando o saber científico ao corpo da urbe, submetendo os desajustados a disciplinarização, ao controle, à contenção, à eliminação. Fala o filósofo:

A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite o biopoder de exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano (p. 309).

Num raciocínio darwiniano, as raças inferiores tenderiam a desaparecer pela melhor adaptação da espécie mais favorecida. Entendeu-se, pelo pensamento biológico, que o branqueamento da população era um caminho matemático. Esse racismo científico penetrou o Brasil e colocava, segundo Lia Vainer Schucman (2014), um entrave para as elites nacionais, haja vista a grande população de negros e mestiços. A solução, diz a psicóloga social, foi o ideal de embranquecer a população, uma teoria tipicamente brasileira, graduando do negro ao branco o lugar de respeito, afirmando a mestiçagem nos tons do mulato e da mulata como marca nacional. O estímulo à imigração de brancos europeus para o trabalho nas lavouras – em substituição ao trabalho negro – foi, então, uma medida insuspeita.

O privilégio das raças dominantes foi constituindo-se com critérios de manutenção das diferenças, exercitado, em última instância, pelo reconhecimento dos níveis de melanina que a pessoa carrega na pele. A colocação social do negro alforriado, portanto, foi dificultada em muitos aspectos, pois desafiava o projeto das cidades da branquitude e enunciava um dos elementos fundamentais da questão social brasileira:

A questão negra tornou-se uma questão acirrada na agenda política após o processo abolicionista, quando se colocou o tema da interação dos ex-escravos no mercado e na vida societária. No Brasil, a sua substituição pela mão-de-obra de origem europeia, ademais da competição que ensejou, ampliou a sua marginalização social. Ela foi entendida, em certas conjunturas, como questão de higiene pública (WANDERLEY, 2010a, p. 98).

Frente à priorização da força produtiva branca, os negros ficavam associados à vagabundagem, ao não-trabalho, marcados como a mais baixa classe trabalhadora. Em Porto Alegre, justo na passagem para o século XX, os jornais questionavam o lugar do negro na cidade, conforme recupera Sandra Pesavento (1994):

Origina-se isto tudo de ter-se pregado a abolição da escravatura sem cuidar da sua substituição. Os evangelizadores, dominados pela ideia primordial, esqueceram as conseqüências, não determinaram as resultadoras e agora, eles e os libertos, estorcem-se, apertam-se dentro do círculo terrível da fome... É preciso agir, já e com energia, opondo uma barreira à crise que nos assoberba, regulamentando a vadiação dentro da lei, porque se o trabalho é livre para o ócio - que é um crime - não pode nem deve haver liberdade (GAZETA DA TARDE, 21 outubro 1897 *apud* PESAVENTO, 1994, p. 121).

E, como sabemos, as lentes serão as da cientificidade e dos conceitos de risco como os pronunciados pelo italiano César Lombroso – cuja influência na cidade se manifesta até hoje como um nome de rua – atrelando o comportamento delinquente, assassino, vadio, criminoso, a traços fenotípicos. Esse efeito marginalizante entranhou nas relações das cidades brasileiras e alcançou uma organização institucional bastante sólida no social. Para Jurema Werneck (2016), o Racismo Institucional é uma das dimensões mais negligenciadas do racismo. Chamado também de Racismo Sistêmico, “garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados” (p.541), operando pelo dispositivo da racialidade, que traduz a diversidade da população negra em heterogeneidade de práticas de reconhecimento e exclusão, validando e elencando os privilegiados em cada relação. Para a médica, tal dispositivo penetra

nos campos da vida social e produz seus resultados, o que nos permite compreender como o racismo estrutura profundamente o escopo de democracia no Brasil, reduzindo a abrangência da cidadania por estar na base da criação e manutenção de preconceitos, ou seja, ideias e imagens estereotipadas e inferiorizantes acerca da diferença do outro e do outro diferente, justificando o tratamento desigual (discriminação) (WERNECK, 2016, p. 541).

Com a industrialização das cidades e os modos de competição estabelecidos pelo mercado do lucro, sabemos que muitos ficaram à margem da formalização dos contratos sociais. O direito à cidade se efetivará não apenas pela inclusão no trabalho, mas pela submissão ao sistema hierárquico colocado. Assim, a concorrência por um salário submeteu o negro a uma dupla exploração: pelo capitalista industrial e pela classe trabalhadora qualificada (A. NASCIMENTO, 1980).

Os efeitos da opressão aos negros no país se confundem com a pobreza urbana que temos estudado e se estendem aos nossos dias. O negro é certamente um elemento crucial para a cidade higienizada/esquadrinhada, sendo a personificação de muitos fluxos marginais, habitando uma cidadania sempre questionável, mantendo as rotas de exclusão e extermínio do

Estado. Para Florestan Fernandes (2006), na afirmação da burguesia nacional, o negro “sofria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior” (p. 143). Em todo caso, juridicamente livre.

Para condensar a discriminação, fez-se crer num país de democracia racial. A franqueza do jornalista porto-alegrense de 1897, que citamos antes, será evitada. Junto com o mito do branqueamento, a ideologia racista brasileira também se fortaleceu pela autonegação de si mesma, conforme refere Cuti (2010), fazendo da mestiçagem um mito da igualdade das raças, onde os tons intermediários poderiam assumir, conforme a ótica, uma leitura de “quase branco” ou “quase negro”. Com tal artifício, procurou-se silenciar a opressão, marcando os tons de negro num lugar menor, mantendo-os como principal força de trabalho desse país.

### 3.9 Proteção Social

O modelo liberal da República foi sintônico ao crescimento industrial e econômico dos grandes centros, mas também correspondeu ao maior abandono das classes subalternas. Uma política sem Estado, diz Castel, que gerou, antes, na Europa, um pauperismo sem precedentes. A utopia da riqueza urbana revelou um problema fundamental para o Estado, mapeado ainda por Napoleão Bonaparte, num paralelo – feito por nós, com todas as reticências da expropriação colonial – ao que teríamos na República brasileira:

A indústria, essa fonte de riquezas, não tem hoje nem regra, nem organização, nem objetivo. É uma máquina que funciona sem regulador; pouco lhe importa a força motriz que emprega. Triturando em suas engrenagens tanto os homens como a matéria, despova os campos, concentra a população em espaços sem ar, enfraquece o espírito e o corpo e, em seguida, joga na rua, quando não sabe mais o que fazer com eles, os homens que, para enriquecê-la, sacrificaram sua força, sua juventude, sua existência (Luís Napoleão Bonaparte, *L'extinction du paupérisme*, 1844, *apud* CASTEL, 2015, p. 285).

A crescente massa marginal que se avolumava nas grandes cidades exigia de todos os lados uma iniciativa. Coberta de misericórdia e medo, as ações frente ao operariado visavam de um lado a correção dos desvios psicogenéticos e, de outro, a prevenção da degradação moral. Sob esses temores, segregam-se as classes sociais e, antes que se diga que a luta de classes tenha

partido dos oprimidos, o embate à pobreza foi estimulado pela população detentora do poder financeiro e da ordem moral.

Na divisão entre provedores e carentes, entre benemerente e necessitado, a *filantropia da prevenção* nasce ao mesmo tempo para ocupar o vazio estatal e demarcar a ordem moral das cidades. No Brasil, o assistencial começou a ser enunciado pelas empresas melhor estruturadas, com a criação de vilas operárias, creches comunitárias, ambulatórios, escolas (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012). Um troco, considerando os lucros das grandes empresas, ganho a partir da exploração do trabalho: “sua benemerência está subordinada a uma racionalidade empresarial em que não entra nenhum sentido de redistribuição” (p. 149).

A pressão por políticas protecionistas veio a partir do proletariado organizado, do partido comunista, e da Igreja – que havia perdido espaço no liberalismo nacional. Se fazia também, externamente, pelos pactos sociais criados em outros países, abrindo caminho para a seguridade social como atribuição fundamental do Estado.

A noção de um Estado de Bem-Estar Social surge da admissão, por parte das elites econômicas do globo, dos limites da regulação da pertença pelo mercado, resgatando o papel de Estado como mediador civilizador (CUNHA e CUNHA, 2008). Políticas sociais, sem prejuízo, claro, para a liberdade de produção e consumo, a qualquer custo. Adalgisa de Oliveira Sposati *et al* (1998) explicam:

Os programas sociais são as formas pelas quais o Estado amplia sua responsabilidade face ao custo de reprodução das condições de vida dos trabalhadores, constituindo-se, ao mesmo tempo, em formas de controle social e de diminuição dos graus explosivos da luta de classes. Não se trata, entretanto, de uma leitura imobilista do Estado burguês frente às classes subalternizadas. A leitura de seus limites não significa a negação de suas possibilidades. O *welfare state* foi a alternativa histórica das sociedades capitalistas do pós-guerra para a resolução das desigualdades sociais(...) As políticas sociais amenizavam tensões e conflitos, potencializando a produção ou facilitando consumo (SPOSATI *et al.*, 1998, p. 32)

As primeiras leis de proteção brasileiras buscavam, numa manobra, garantir a paz social através da concessão de direitos sociais mínimos e do atrelamento das organizações coletivas e da sociedade civil ao controle estatal. A legislação sindical é, na era varguista, um exemplo de contenção das organizações proletárias. As instituições da Previdência, da mesma maneira, continham esse duplo enquadre: proteção e controle.

A lei Elói Chaves, de 1923, que cria as Caixas de Pensão e Aposentadoria para os trabalhadores ferroviários, inaugurou um modelo de contribuição obrigatória que atrelou seus associados em uma extensa área de atendimentos: saúde, educação, área jurídica, além de benefícios assistenciais (TELLES, 2001). Esse sistema foi espreado depois para outras classes trabalhadoras, sempre em pontos estratégicos da produção nacional, diminuindo as tensões recorrentes quanto às garantias sociais. Essa amarração era de interesse das elites, positivando um determinado trabalhador, especializado e dócil, regulando as formações técnicas ao ritmo da modernização.

As leis sindicais, trabalhistas e previdenciárias foram no getulismo uma bandeira dos direitos sociais, sendo um marco importante das políticas públicas. Ao mesmo tempo, havia uma função política própria do *Welfare State*, mas com uma dimensão abasileirada, restrita, restando uma grande massa sem vinculação nesses termos. Esse novo Estado, entre garantidor e liberal, surgiria no Brasil de Getúlio Vargas (presidente de 1930 a 1945; 1951 a 1954), com avanços na proteção trabalhista, nas constituições de 1934 e 1946, prevendo a ampliação das Caixas de Pensão e a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP'S). Em paralelo, claro, desenvolvendo estratégias de assistência social aos não contribuintes da Previdência.

O terreno assistencial, campo de base desta tese, foi no Brasil, como no caso europeu, um encargo primeiro das ordens religiosas, das quais podemos datar as Santas Casas de Misericórdia desde o século XVI<sup>28</sup>. A profusão de ações no país cresceu na medida em que novas congregações se formavam, estimulada sobretudo pelos imigrantes que traziam da Europa os modelos de esmolagem e assistência. Com a República, todavia, as ordens perderam espaço, sobrepostas pela racionalidade econômica da burguesia industrial e pela selvageria que o capital propôs nas cidades. O recrudescimento substancial do poder da Igreja Católica em relação ao Estado, também reconhecido em outras sociedades do mundo, reflete uma perda de hegemonia na concepção de mundo, nos conceitos de salvação e perdição, no descompasso entre a humildade e a ostentação. Por outro lado, o catolicismo se via em desatrelamento das ações da sociedade civil, cujos processos de auto-organização assumiam a função assistencial, com orientadores diversos: laicos, protestantes, comunistas, burgueses, espíritas, etc.

---

<sup>28</sup> Olinda (1539), Santos (1543), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1582), São Paulo (1599), João Pessoa (1618), São Luiz (1657), São João Del Rei (1783), Porto Alegre (1803), Curitiba (1880), etc. Disponível em: <http://www.scmp.org.br/materia/61/a-historia-das-santas-casas>, consulta realizada em 29/05/2018.

A “reação católica”, dizem Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2012), iniciou pelo movimento laico, em meio às reivindicações proletárias, justo no momento em que se colocava em questão o social no país, buscando reassumir o protagonismo na sociedade:

a Igreja abandonará a posição contemplativa e se lançará a uma mobilização sem precedentes em sua história social. Seu objetivo será a conquista de sólidas posições na sociedade civil, através das quais procurará implementar projeto de restauração de sua ação normativa na cidade” (p. 164).

Buscou, portanto, reencarnar na cidade burguesa o espírito cristão, infiltrar-se no Estado pelas organizações da Sociedade Civil, disputando as tecnologias de controle das massas.

Foi em meio aos movimentos de dispersão, periferização e ruralização que as ações filantrópicas se procriaram nas cidades, amparadas por um Estado que não cumpriu sua promessa de cidadania, acolhendo justamente o improdutivo, o desfiliado, a ovelha perdida. A técnica foi a de uma educação moral e civil para a vida urbana, visando à redenção cidadã na terra e a servidão aos céus. Nessa dupla função, as organizações do catolicismo laico compunham com o novo capitalismo uma aproximação com as camadas mais vulneráveis do sistema, buscando uma adesão ao mundo do trabalho e da norma familiar. A técnica de enquadre recuperava as medidas de vigilância e policiamento da cidade, mas lançava mão do apelo ao transcendental, tocando no divino de cada um: “capaz de violar no fundo das consciências para assegurar o consentimento e a obediência” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2012, p. 174).

As ações benemerentes eram administradas inicialmente por moças, mães, senhoras, tal como nos exemplos da Liga das Senhoras Católicas (São Paulo) e da Associação das Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro). O surgimento do Centro de Estudos e Ação Social em São Paulo no ano 1932, absorveu a demanda por técnicas socioassistenciais, conformando uma protoforma de trabalho social, balizando a formação especializada de moças para o trabalho com o proletariado marginalizado, majoritariamente migrantes. Nasceram dessa instituição os primeiros Centros Operários e Centros Familiares, que se assumiram como campo para a formação em Serviço Social no Brasil.

No plano mundial, o *espírito social* do capitalismo foi energizado na década de 1940 pelo Plano Beveridge - estratégia dos grandes estados para estabelecer, no contraponto da exploração e da exclusão nos contratos civis, uma via assistencial - e pelo *New Deal* americano,



inspirado na teoria de John Maynard Keynes, que recentrava o Estado na condução da economia e prometia o emprego pleno como forma contrato social. Foram estimuladas, a partir desse contexto, as ações assistenciais da sociedade civil voltadas para as regiões periféricas, de modo a melhor construir o diagnóstico das carências e, com ele, criar medidas paliativas para a subsistência da população pobre.

No Brasil, para Iamamoto e Carvalho (2012), esse “espírito” alavancou o trabalho social pela sociedade civil, criando condições para um crescente mercado de trabalho para as profissões de “cunho social”, com um rápido desenvolvimento do ensino especializado do Serviço Social. Os focos de intervenção eram as ocupações mais desordenadas do espaço urbano. O Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS -, inaugurado em 1938, foi o primeiro instrumento de regulação do campo assistencial, colocando a Questão Social para dentro do Estado brasileiro, em parceria com os órgãos atuantes da sociedade civil, especialmente os ligados à Igreja Católica. Destaca-se nesse processo de estatização da Assistência Social o surgimento da Legião Brasileira de Assistência – LBA – formada após a Segunda Guerra Mundial para assistir inicialmente a família dos pracinhas da guerra. Inaugurada pela primeira dama Darcy Vargas, em 1942, inaugurou também o *primeiro-damismo* na condução das políticas de Assistência Social, sendo extinta somente em 1993. A LBA exercera na prática as diretrizes reguladoras do CNSS e se estruturará em níveis hierárquicos, federal, estadual e municipal, procurando, nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2012), “mobilizar e coordenar as obras particulares e as instituições públicas, ao mesmo tempo em que, através de iniciativas próprias, tenta suprir as brechas mais evidentes da rede assistencial” (p. 266). A Legião também se ocupará da distribuição das verbas “globalmente volumosas” para a adequação e melhoramento das obras particulares de assistência.

A LBA consubstanciou-se na grande instituição federal de assistência social, com a intervenção direta do Estado, inaugurando a benemerência estatal e valendo-se da mobilização voluntária do trabalho civil, feminino e de elite, procurando aglutinar as organizações assistenciais. Vários outros diplomas normativos, consignando sobretudo subvenções e incentivos fiscais às entidades assistenciais, denotam um esforço contínuo no sentido de incentivar a iniciativa privada a colaborar com o Estado na disponibilização da assistência social aos mais necessitados, já que a principal participação do Poder Público na proteção social, nesse período, se dava mediante a ampliação do campo subjetivo de amparo da previdência social e a busca da sua sistematização e unificação (A. MELO, 2010, p. 295)

Surgem no decorrer diversas instituições de caráter híbrido entre sociedade civil e Estado. No Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII, convênio entre a Prefeitura, a Ação Social Arquidiocesana e a Fundação Cristo Redentor, desenvolve desde 1946 uma ação territorial importante, voltada para as favelas. Numa estratégia de regionalização, são criados os Centros de Ação Social (CAS) e se consolida o trabalho social a partir de estratégias da Saúde e do Serviço Social, no qual se incluíam a Educação Popular, a concessão de auxílios, as ações de recreação e lazer, além do chamado Serviço dos Casos Individuais (com os inquiridos, entrevistas e visitas domiciliares).

A atuação nas favelas é entendida pela Fundação na ótica da subcultura, para a qual não há outra medida senão a reeducação. Conforme a diretora do Serviço Social da Fundação Leão XIII, Maria Luiza Moniz de Aragão, em relatório de 1947:

estamos certos de que o problema da favela é eminentemente o problema da falta de educação (...) doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenção etc., são males de uma população que vem vivendo anos a fio sem o benefício de uma palavra esclarecedora e amiga, que só a escola, na sua mais alta expressão, pode dar (...), pela educação, princípio de formação e regeneração dos indivíduos, poderá o Serviço Social atingir os mais altos fins (ARAGÃO, 1947 *apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 301).

Surge assim uma escola de Educação Popular, que busca diferenciar a cultura burguesa e os saberes populares, que acusa a visão vertical que segrega os espaços entre cidade e periferia, asfalto e favela, ampliando as distâncias, marcando os antagonismos de classe. O Estado direciona para essas populações, através das técnicas do Serviço Social, um olhar de vigília para os males da ociosidade, procurando adequá-las a um determinado quadro de pertença, disciplinando famílias e crianças para a utilidade e docilidade, aglutinando as estratégias comunitárias em torno das Associações de bairro, organizadas pela elite.

A moralidade dessa *filantropia comunitária* incidirá inclusive no tempo livre do trabalhador, com estratégias de lazer e convivência. Nesse controle, as férias, conforme refere Luís Carlos Mancini, primeiro presidente da Associação Brasileira de Assistente Sociais, poderiam ser contraproducentes:

Que fará, realmente, o operário em férias se, em lugar da associação onde cultive seu espírito, existe o botequim corrompedor, se a habitação é uma pocilga, se a família o atordoa com lamúrias, se os vícios são multiformes, acessíveis, vivem em cada canto acumpliciados para seduzi-lo, narcortizá-lo e

deprimi-lo” (MANCINI, 1940 *apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 305).

As comunidades, favelas, vilas de malocas, foram alvos portanto desses desviantes por natureza do modelo burguês, nomeados sob um conceito de marginalização, submetidos a um estado de constante acompanhamento, como se fossem “delinquentes sem delito”.

Entre as estratégias de inclusão para a vida produtiva, nascem instituições como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizado da Indústria), o SESI (Serviço Social da Indústria), o SESC, que procuraram estabelecer, ao par de um adestramento dos pobres para o trabalho – eram chamados de “ginásio para pobres” – um desatrelamento da função de estrita assistência. Para Sposati *et al.* (1998), configuram uma estratégia de evolução social: “essas atividades buscavam romper com o ciclo de dependência e provocar a integração de indivíduos e grupos no mercado de trabalho e a sociedade vigente, com a subjacente promessa de ascensão socioeconômica” (p. 47).

Surge, desse modo, para o Serviço Social, uma inclinação ao desenvolvimento social, diferenciando Assistência e Promoção Social. A primeira ficava ligada a uma lógica de concessão de favores financeiros, clientelista, do pronto-socorro social, limitado às carências mais imediatas, em grande parte executadas pelo voluntariado. Defende-se, noutra vertente, ainda com Sposati *et al.* (1998), um trabalho que seja progressivo, continuado, planejado, privilegiando o trabalho técnico como ferramenta primordial para o desenvolvimento humano e social.

### **Postão da Cruzeiro**

A Kombi saiu da sede do CREAS em Ipanema e correu pelas avenidas Juca Batista, Eduardo Prado, Cavahada, Nonoai, Teresópolis até chegar à Rua Ludolfo Boehl. Havíamos recebido um e-mail a partir de uma vizinha que estava preocupada com as pessoas que moravam na rua, indicando que um dos presentes gostaria de ser internado em uma “fazenda”. A solicitante tinha amizade com um político da gestão vigente e mandou o e-mail diretamente para ele. O texto era detalhado e continha fotos. O político encaminhou ao órgão competente pedindo atenção ao caso. Assim, chegou à FASC a demanda de abordagem para uma posterior internação psiquiátrica. Abaixo, no corpo do e-mail, estava o encaminhamento da

mensagem para um funcionário que conseguia as vagas em comunidades terapêuticas e, em resposta rápida, deixou as portas abertas, indicando o fluxo a ser percorrido. Ou seja, tínhamos não só a demanda, mas também a oferta.

Uma das fotos enviada mostrava cinco pessoas sentadas na mureta de uma casa: Valmir, Sidnei, Mário, Livramento e Lionel. Este, mais novo de todos, estava circulado em vermelho na imagem: era o sujeito a ser internado para desintoxicação e encaminhado para uma comunidade terapêutica. O plano para Lionel demorava 10 meses para ser concluído, mas nem o conhecíamos.

Andando lentamente com a Kombi no endereço citado, fomos procurando pelas pessoas até quase a Rua Marechal Mesquita, estando eles à direita, sentados na mesma mureta da foto, quase nas mesmas posições. Estacionamos. Puderam nos observar descendo, não comentaram nada entre si, esconderam uma garrafa de cachaça, não deram esboço de escapar da conversa. Na verdade, eles nos esperavam. A amiga solicitante avisou que tinha feito bem o trabalho e que certamente alguém viria.

A turma estava animada, haviam bebido bastante cachaça até àquela hora da manhã, 9 horas aproximadamente. Nos receberam com muitas histórias, cada qual com complexidades diversas. Valmir era o mais eloquente (possivelmente o mais alcoolizado também). Contava a história de todos. Os nomes dos amigos variavam de acordo com a cidade de origem: ali tem o Erechim, lá o Livramento, esse é o Paulo do Mato. Todos na volta dos 50 anos, moradores de rua no bairro Teresópolis, circulando pelas ramificações de ruas e a grande avenida com o nome do bairro. Estão nesse itinerário há cerca de 10 anos e têm uma vida de rua consolidada nesse território.

Nas últimas duas semanas, acolheram Lionel, de 20 anos, mas que apesar de ser bem mais novo que os demais, bebia em ritmo mais acelerado. Para os senhores do Teresópolis, era um menino que precisava de proteção, pois havia se envolvido em brigas numa outra região. Além disso, parecia doente: Lionel tinha uma demanda de saúde importante, reconhecia o fígado inchado o que era realmente visível. Nos dias em que esteve com o grupo, não se envolveu em conflitos, não usou crack. Mas mesmo apoiado no circuito já estabelecido pelos senhores, desejava tratar-se. Foi isso o que manifestou para a solicitante da abordagem. Era também o que endossavam os outros senhores.

Os mais velhos não queriam falar de sua relação com o álcool, mas entendiam que o

amigo bebia demais, que já estava deteriorado. Motivavam Lionel para fazer todo o tratamento. Sua demanda era principalmente o fígado, mas entendia que seria preciso parar de beber um tempo. Enfim, com algumas palavras de incentivo dos amigos, fomos para a avaliação de internação.

O roteiro indicava o Postão da Cruzeiro para atendimento inicial. Cidadãos de Porto Alegre internáveis são regulados pelo Pronto Atendimento Municipal (PAM) da Cruzeiro e o do IAPI. Chegamos com a Kombi no estacionamento reservado para elas no Pronto Atendimento. Mesmo sem documentos, indicamos o nome completo de Lionel, que ingressou para o atendimento de emergência psiquiátrica. Fomos atendidos com uma demora tolerável.

No banco de espera as conversas de fato ocorrem. Lionel já fora atendido pela FASC, tendo morado no abrigo Ingá Brita da Fundação antes dos 18 anos. Era o que se chama na nomenclatura do trabalho de jovem-adulto, possivelmente já abordado pelas equipes de criança e adolescente do Ação Rua no passado. Lionel parecia trazer no corpo as marcas da rua de Porto Alegre, referia o uso de loló à crack, acompanhando as transformações tóxicas da cidade.

Já na sala, a psiquiatra avaliou o nível da dependência química pela pergunta: quanto tu bebes por dia? A resposta demorada, elaborada com argumentos não numéricos, em torno de 5 a 6 garrafas. A cara da médica ao receber a resposta, com os olhos arregalados e os lábios apertados, denotava surpresa e certa satisfação. Balançou a cabeça afirmativamente e, após pensar três segundos olhando para o bloco de anotação, perguntou: tu ainda quer viver?

Sem muita conversa entre eles, ela indicou a internação para desintoxicação, mas antes pediu uma avaliação clínica. Era justa a avaliação, mas o setor clínico tinha seu fluxo independente da saúde mental, de modo que teríamos que começar novamente todo o processo. Triagem inicial, avaliação com médico, exames, resultado dos exames. Para tudo isso, era exigido um acompanhante. Nos surpreendemos um pouco, mas estávamos demasiado envolvidos com a situação que nem questionamos na hora, aceitamos permanecer em companhia a Lionel. Somente na parte clínica, ficamos 8 horas.

Como numa máquina conta-gotas, aguardamos todo o processo ser concluído, já no final do dia. A essa altura, estávamos todos cansados e com vontade de escapar daquele cenário de luzes brancas, amareladas pelo tempo. Lionel começou a manifestar descontentamento com a demora. Somente argumentávamos que era importante ter os

resultados dos exames para saber como melhorar, essas coisas. A abstinência em todas essas horas fez de Lionel uma pessoa mais esperta, atenta, porém bastante crítica e por vezes agressiva. Na volta para o setor da psiquiatria, pediu para fumar um cigarro na rua. Assentimos, entendendo que talvez todo o percurso de fluxo acabasse ali, mas Lionel conseguiu mangupear um cigarro com um transeunte e fumou no pátio do PAM. Retornou dizendo que só iria ficar se não demorasse mais.

Reentramos no fluxo da saúde mental já no início da noite. O saguão dessa vez estava mais cheio, eram casos variados, pessoas em surto psicótico, outros usuários de drogas acompanhados por familiares. A demora era maior que pela manhã, as pessoas reclamavam, o clima era tenso. Lionel se unia a eles e por mais de uma vez disse que iria embora. Até aquele momento, ainda era uma escolha, deixamos que pudesse escolher, mas salientamos, como disse a médica mais cedo, que ele precisava viver.

Chegamos novamente ao psiquiatra. O plantão havia mudado e dessa feita nos atendeu um rapaz. Lionel estava ansioso e nós também. Queríamos acabar com aquela jornada, já fazia 11 horas que estávamos juntos. O psiquiatra, todavia, estava paciente. Avaliou os exames e informou aquilo que já prevíamos: o fígado quase não existia. Os níveis aceitáveis de uma enzima que indicava desgaste do órgão era em torno de 150, ele tinha acima de 2000. Em todo caso, o médico não entendia o alcoolismo como um problema a ser tratado imediatamente. Começou a me perguntar sobre o que eu sabia sobre o paciente e qual era o plano. Expliquei que nos conhecemos naquele mesmo dia, que ele havia manifestado o desejo de tratar-se do fígado e do alcoolismo, que a avaliação da primeira médica era de desintoxicação.

O psiquiatra pediu para Lionel sair e falou comigo: seguinte, eu estou com a emergência lotada, para eu ficar com ele aqui teria que botar um colchão no chão, sendo que estavam chegando pessoas em grave situação. Um suspiro. Compreendia-o, quantas vezes eu acompanhei a fila para internação no Hospital São Pedro, quando adolescentes e seus familiares passavam três, quatro dias esperando uma vaga. Ali acampavam, os adolescentes aproveitavam os últimos minutos de liberdade. Agora eu estava na fila. Como uma mãe recheada de papéis, tirei o e-mail vindo dos meus superiores e expliquei o caso. Lionel dormiu no colchão do corredor, no outro dia foi encaminhado para uma internação no Hospital Vila Nova.

### 3.10 Questão Feminina

O recorte de gênero pautou a cidadania brasileira desde as primeiras constituições brasileiras. O voto feminino, por exemplo, veio a ser permitido apenas em 1932. Antes disso, ficavam as mulheres submetidas a uma indefinição cidadã também aplicada aos mendigos e analfabetos. Como já identificava Sandra Pesavento (1994), considerando a sociedade porto-alegrense do início do século, o destino das mulheres era traçado para o bem de uma família, assumindo desde a infância um lugar de equilíbrio nas casas, dedicando sua vida à ternura dos pais, ao trabalho do marido, ao afeto para os filhos, ao aconchego dos netos. Para Jaqueline Gomes de Jesus (2010), a construção das categorias de gênero esteve sustentada pelo pensamento científico, atribuindo às características biológicas a definição do papel a ser desempenhado na sociedade. Com base nas genitálias, se naturalizou a compreensão de que o sexo era um atributo da natureza, universal e binário (macho e fêmea). A autora, a propósito de suspender as determinações do gênero e pensar nas existências transversais a essas modulações, diz que o “conceito de gênero é relacional e político, independente das bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade – o que de forma alguma se restringe a sexualidade” (JESUS, 2010, p. 9). Os modos de vida disfuncionais a esse modelo binário construído socialmente, com efeito, se tornam alvo do pensamento moralizado e higienizado da cidade.

No caso porto-alegrense, na década de 1920, Yonissa Wadi (2008) destaca uma polícia médica sobre o feminino, com a prevalência de internações de mulheres no Hospital Psiquiátrico São Pedro, movimento também presente nas clínicas particulares:

Nas interpretações médicas do início do século XX, a loucura nos homens se manifestava fundamentalmente na quebra dos papéis sociais desempenhados no espaço público, o de trabalhador ou cidadão: ausência de razão, mau uso da liberdade, privação dos sentidos, comportamentos estranhos ou antissociais. Nas mulheres, ao contrário, a loucura se manifestava preferencialmente na esfera privada, dominada pelas questões do corpo, da sexualidade e da família, aparecendo como mais transgressiva do que nos homens (p. 54).

A partir de 1923 a população interna do Hospital São Pedro era predominantemente feminina, com internações mais longas que as masculinas, permanecendo sob uma tutela

médico-familiar. O mesmo fenômeno é presente no Hospital Psiquiátrico do Juquery em São Paulo, pelo que diz Maria Clementina Pereira Cunha (1989) numa pesquisa em prontuários da época, enquadrando o corpo feminino – tido como naturalmente turbulento – e a alma – “nervosa, cíclica, excitável, presa fácil das paixões e desvarios, de poucos pendores intelectuais, de sensibilidade à flor da pele e sujeita a todo tipo de perturbação da razão que, em última instância, decorriam de sua própria ‘instabilidade’ corporal” (p. 130).

Não será, entretanto, uma categoria aplicável ainda às mulheres proletárias, de rua, negras. Destina-se essencialmente aos lares da crescente burguesia, praticado dentro da família, em defesa de um modelo de mulher higiênica e moderna, “mãe de família, educadora, nutriz, moderadora dos ímpetos masculinos, cúmplice da medicina na prescrição de normas higiênicas, elo de coesão da esfera familiar, chefe na economia doméstica e na contabilidade dos afetos, fonte de estabilidade dos filhos e do marido” (M. CUNHA, 1989, p. 131). Às mulheres de classes sociais “inferiores”, se destinava um tratamento diferenciado, sustentado mormente pelas teses da degenerescência que indicavam uma falta de moralidade nas transmissões de famílias pobres, viciadas, vagabundas.

De modo mais direto, no entanto, a violência se fará no cotidiano dos lares, nos limites do privado, onde, como se viciou dizer, “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Os relatos da violência doméstica foram silenciados por muito tempo. Não há, em razão disso, historicamente, muitos dados sobre a violência praticada contra as mulheres e os demais desvios dos gêneros atribuídos pela cultura. Segundo informações trazidas por Maisa Campos Guimarães e Regina Lucia Sucupira Pedroza (2015, p. 257), as primeiras pesquisas, realizadas após a década de 1980, revelou que “43% delas já haviam sofrido algum tipo de violência sexista, sendo em 70% dos casos perpetradas por parceiros ou ex-parceiros conjugais”. As autoras recuperam a estimativa de que uma mulher é espancada a cada 15 segundos no Brasil para dar a dimensão da vulnerabilidade a que estão expostas.

Janice Regina Rangel Porto (2004), enfermeira, ao pensar formas de acolhimento humanizado para as mulheres vítimas de violência na cidade de Porto Alegre, encontrou, já nos anos 2000, matizes importantes das violências, informadas por mulheres atendidas nos serviços de saúde, trazendo à tona uma transgeracionalidade de violações. Conforme os relatos de uma das entrevistadas pela autora: “Meu pai amarrava minha mãe no pé da mesa e dava nela de corrente... Eu cresci vendo essa violência na minha mãe. E eu pensava pra mim que eu nunca ia ter isso” (p. 45); e outra: “Ele bebia, agredia a minha mãe e a minha mãe saía correndo pra



casa dos vizinhos com nós pequeno e ele ficava em casa quebrando tudo” (p. 46). A política de agressão e extermínio das mulheres se dava principalmente dentro das casas, naturalizada pelos conceitos de uma família nucleada em torno do patriarcado. Por consequência, infere Porto, a rua se tornou o destino de muitas mulheres como proteção à violência dos lares, como estratégia de construção de novos laços, novas famílias. Sabemos, no entanto, que os modos de opressão estarão igualmente presentes para as mulheres na rua, pois a própria condição de estar desassistida, sem a “posse” de um homem, infere uma condição de indignidade. Serão alvo, como sabemos, das políticas de controle da cidade, tal como a sina de Vitória, recuperada por Janice Porto (2004): “Daí comecei a andar pela rua, dormir na rua, passei uns trabalho na rua, comecei a fazer por na rua. Bá! Deus me livre... Passei em FEBEM, presídio, cadeia...” (p. 46).

Voltaremos, adiante, às violações por recorte de gênero nas ruas e sua inscrição nos códigos de correção. Antes, porém, será necessário caracterizar o aspecto de interseccionalidade dos eixos de opressão. Para Kimberle Crenshaw (2004), mulher, negra, professora de Direito das Universidades da Califórnia e de Columbia, não se pode olhar a discriminação da mulher apenas pela violação de gênero ou preconceito de raça. A autora defende uma análise de violências sobrepostas, consolidadas estruturalmente na sociedade, que subordina mulheres negras e pobres a um lugar marginal no trabalho, vulneráveis às violações do corpo, à manutenção de práticas escravistas. A intersecção de preconceitos projeta nessa mulher um lugar menor, inferiorizado, à mercê de toda ordem de violência. Crenshaw fala de uma “subordinação estrutural”, com a “confluência entre gênero, classe, globalização e raça” (p. 14). Jurema Werneck (2016), pesquisadora brasileira, identifica no país, em linha semelhante, um Racismo Institucionalizado que se estabelece na interseccionalidade das violações (pelo patriarcalismo, pela opressão de classe, pelo racismo de cor), naturalizando preconceitos na consistência de enlace desses eixos, desempoderando as mulheres em todos os níveis de relação.

A questão feminina gênero, assim, está entranhada aos aparelhos do Estado. O reconhecimento das violações resultantes da sobreposição das discriminações ainda é tardio e lento, mas anuncia contundentemente o genocídio imposto. Na análise das políticas de saúde, por exemplo, a dificuldade de acesso das pessoas, mesmo com a reivindicação cidadã e os movimentos de luta por políticas equitativas, permanece submetida às verdades técnicas (brancas, científicas, moralizadas) e, como decorrência, à falta de cuidados em saúde. Diz Jurema Werneck (2016):

É importante recordar que o racismo e a longa trajetória de discriminações combinados à persistência da precariedade e baixa qualidade dos serviços destinados a determinadas camadas da população, interpõem-se entre profissionais e usuários, influenciando visões preconceituosas e estereotipadas por parte dos profissionais em relação a integrantes de grupos subordinados e dificultando o estabelecimento de relações de confiança, seja entre os profissionais e usuários, ou entre estes e os serviços e todo o sistema de saúde (p. 545).

De modo extremo, segundo informam Guimarães e Pedroza (2015), de 1980 a 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no país. Esse extermínio enuncia, em associação com a questão negra, a questão indígena e a Questão Social das cidades, a opressão alicerçada nos privilégios do patriarcado burguês, marcada no cotidiano das vidas privadas e nas práticas das políticas públicas.

### **3.11 Políticas Públicas para a Rua I**

Considerando o já dito sobre a presença de pessoas sem aderência às cidades desde o Mundo Antigo, passando pelo investimento cristão na imagem do corpo adoecido e abandonado, chegando às medidas corretivas para os improdutivos e aos planos de higiene social das cidades, o sujeito rueiro seguiu seu rumo de indefinição. A categorização como mendigos e vagabundos surgida na literatura europeia, traduziu-se nas cidades modernas pela noção do lumpemproletariado ou do “trabalhador que não deu certo” (NEVES, 2010b). Um resíduo social que, recuperado na definição de Goffman por Magni (2006), se erigiu no fenômeno urbano com tamanha consistência que passou a convocar – ainda mais – as ações religiosas, as políticas de governo, as ciências sociais.

No plano político, Maria Carolina Tiraboschi Ferro (2012) infere que a política de remoção, assim como antes para as malocas, foi também a primeira direcionada à rua. A técnica, todavia, é mais violenta, corporal: “um primeiro tipo de política, que remonta à origem das ruas, é a criminalização e repressão dessas pessoas por agentes públicos: a violência tem sido prática habitual para afastar pessoas dos centros urbanos e levá-las para áreas remotas ou para outros municípios” (p. 36). O *rapa*, diremos logo. Mas dirá ainda a autora: “Esse tipo de ação estatal reflete, é claro, a cultura dominante em nossa sociedade de discriminação e culpabilização do indivíduo por estar e morar nas ruas, visão que é projetada e estimulada por diversos meios de

comunicação” (FERRO, 2012, p. 36). Se considerarmos que as técnicas psicomédicas já estavam presentes nas cidades, o *rapa* inicia um enquadre que acompanhará todo o movimento dos equipamentos de contenção e proteção, com suas tabelas de diagnósticos e tratamentos sendo elaboradas de período em período, adequando a disfunção social em conceitos da patologia mental ou moral.

O alvo primeiro das políticas da rua foram os mendigos. Ainda que negativamente, eles constavam desde a Primeira Constituição Republicana, para negar-lhes o voto. Os códigos penais e legislações que vieram adiante aprofundaram essa imagem negativa do mendigo. Destaca-se na Lei das Contravenções Penais (BRASIL, 1941) o enquadre dos artigos 59º e 60º para quem “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, sendo devida uma prisão simples de 15 dias a 3 meses. A mesma pena é aplicada para quem vive a “Mendigar por ociosidade ou cupidez”, sendo aumentada a reclusão se esta ação for “a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos”. Na abrangência das Polícias de Costumes, mira-se no mendigo, no vadio e no bêbados uma pessoa suspeita, presumidamente “perigosa” (art. 14º) e digna de correção. Esse olhar policial se desenvolveu especialmente na plataforma trabalhista de Vargas, contexto em que o não-trabalho se afirmou ainda mais como atitude indigna, não cidadã.

O tema dos “mendigos de rua” se tornou recorrente nas sociedades brasileiras, causando espanto às cidades e produzindo estratégias assistenciais cada vez mais organizadas. Em Porto Alegre, a Polícia Administrativa agia desde 1896, mas segundo Krishna Chiminzio Predebon (2011), poucos processos penais contra vadios ou mendigos se estabeleceram na cidade até 1940. A historiadora recupera outras pesquisas históricas de Porto Alegre para inferir que as prisões por vadiagem aconteciam certamente, mas enquadradas prevalentemente em outros códigos que não o jurídico. O mais comum era o encaminhamento das chefaturas de polícia para o Hospital São Pedro, cujo bonde se pegava com facilidade desde o centro da cidade. Mas mesmo com a lotação do hospício, sabemos, a conta não fechará. No abrigo de mendicidade de Padre Cacique, também já se constatava a presença dos que não se dobram ao discurso da moral, enquadrados como embustes, vagabundos natos, viciados, que preferem a vida na rua do que a caridade alheia. Os rueiros remanescentes passaram a ser perseguidos pelas políticas locais,

triados e categorizados sempre que possível. Eram, como hoje, objeto de atenção e argumento de pressão da imprensa local, como recupera Predebon (2011):

Não é segredo para ninguém, que em Porto Alegre, todas as noites, centenas de infelizes, desamparados, para não ficarem ao relento, sujeitam-se a dormir em xadrezes das delegacias de polícia, em promiscuidade com ladrões, bêbados e indivíduos de toda espécie, a troco de serviços que prestam pela manhã aos policias daquellas repartições. Outros perambulam a noite inteira, ou procuram os corredores das redacções dos jornaes, afim de descançarem um pouco, na falta de um albergue que os agasalhe (Diário de Notícias, 1931 *apud* PREDEBON, 2011, p. 7).

No mesmo ano da reportagem, surgem na cidade o Albergue do Instituto Dias da Cruz (IDC) e a Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados (SPAAN). Financiados pelo poder público, esses espaços serviram para a função de triagem que, em São Paulo, lembrando Stoffels (1977), já em 1928 era feita pelo Serviço de Proteção aos Desvalido, com características semelhantes: alimentado pela Polícia Administrativa, codificavam, como nos mosteiros medievais, o tipo de deficiência ou imoralidade, desmembrando-os entre os mendigos válidos, os falsos mendigos, os mendigos profissionais.

O albergue do IDC teve inclusive, segundo Predebon (2011), como um de seus idealizadores o policial João Pompilho de Almeida Filho. Conta a historiadora que anos antes ele teria inventado no andar térreo da prefeitura, após aceite do prefeito Otávio Rocha, um dormitório para as pessoas da rua, o qual teria funcionado de modo regular no final da década de 1920. A causa do policial e do político era também provocada pela imprensa da época. Era também a causa dos humanistas da cidade. Com a articulação de João Pompilho, uma iniciativa de cunho público se fez em parceria com o Instituto Dias da Cruz, a essa altura com mais de 20 anos de atuação da cidade. No primeiro ano em que assumiu a tarefa, o albergue teve 15831 atendimentos para homens (média de 75 por noite) e 692 mulheres. Já em 1948, esses números eram 28.065 e 12.086. Segundo o policial, em tese apresentada no 1º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul em 1945, a benesse era prestada entre 19 horas e 6 horas e 30 minutos, com ingresso restrito aos encaminhamentos policiais depois das 23horas, e incluía, conforme recupera e grifa por Krishna Predebon:

'banho [obrigatório] quente [a partir de 1938] e frio, alimentação, assistência médica, encaminhando para o trabalho, doutrinação contra os vícios, principalmente o alcoolismo' num 'misto de organização material e moral, capazes de salvar muitas criaturas dos desvios da estrada da vida, pela cura do corpo e polimento do espírito'. (ALMEIDA FILHO, 1945, p. V-VI, *apud* PREDEBOM, 2011, p. 17)

O albergue tinha uma relação muito próxima com os órgãos públicos, recebendo, além das pessoas captadas pela polícia, as desabrigadas pelas enchentes ou encaminhadas pela municipalidade. Contava também em seu corpo de trabalho com guardas da Chefatura de Polícia, acionado para o trato de “turbulentos”, indisciplinados.

No caso da SPAAN, a relação com as Delegacias era ainda mais próxima. Após ter sido idealizada pelo Rotary Club, iniciou as atividades em 1931, com funcionamento em uma sala concedida pelo município na Galeria Municipal. Dessa posição privilegiada, captava recursos com contribuintes regulares para formar uma caixa de esmolas e distribuir para os mais necessitados em quotas mensais. Os mercedores eram triados pelo Serviço de Sindicância, com base no relatório da instituição em 1943 recuperado por Predebon (2011), realizado frequentemente pelas Delegacias de Costumes. O escrutínio sobre o mendigo delimitava bem o verdadeiro indigente: aquele que não tem culpa de sua miséria, caso das “famílias abandonadas pelos seus provedores, das crianças desamparadas, dos doentes, dos inválidos, dos cegos, dos velhos” (PREDEBON, 2011 p. 32). Assim, o relatório da sindicância deveria apresentar: 1) a veracidade da causa, “uma das maiores dificuldades na assistência social”, 2) o tipo de necessidade: dinheiro, remédios, roupas, etc.; 3) o vínculo: provisório, permanente ou de emergência; 4) o nível de ajuda: básica ou média. A missão teve maior notoriedade, todavia, com a construção de um abrigo em 1942 que foi financiado e gerenciado em grande parte pela Chefia de Polícia do Estado.

A função do abrigo era estratégica. A historiadora diz que a SPAAN defendeu, ao lado das causas humanistas, um modelo de gestão das ruas, conforme já constava em relatório do ano 1932, requisitando a canalização dos investimentos para o setor privado:

[É necessário] que a chefatura de polícia torne efetiva a proibição da mendicância nas ruas e lugares públicos. Não quero discutir aqui os aspectos jurídicos, filosóficos e mesmo humano de tal medida (...). Pensar que a cada um compete recusar-se a dar esmolas em público e encaminhar estas a SPAAN e que, assim, cessando os doadores públicos, desaparecerão os mendicantes (PREDEBON, 2011 p. 40)

Sob o argumento da resolução do “problema” dos habitantes da rua, esse modelo de relação com o Estado garantiu a construção de nove pavilhões de acolhimento, que foi repassado da Polícia para a Sociedade no ano de 1949, ano em que atendiam, de alguma maneira, 1.200 pessoas. Adiante, a instituição seguiu sendo financiada pela LBA, com recursos que eram destinados aos devidos merecedores, conforme tradição de aferição dos mesmos.

As duas instituições estudada por Krishna Predebon (2011) cumpriam uma função, portanto, importante dentro da cidade, aprimorando as formas de captação de doações, implementando cadastros e classificações dos pobres urbanos, articuladas intimamente com o poder público, acoplando o sistema da misericórdia e da caridade às estratégias de controle urbano.

Não por acaso, concomitante ao olhar de desajuste das ruas, saberemos, o hospital psiquiátrico iria inflar, os abrigos de órfãos seriam ampliados, os asilos para idosos se espalhariam pela cidade, as cadeias abarrotariam de desviantes.

Desse conluio nascem as teorias de que o mendigo era um “trabalhador que não deu certo” e justificavam, no revés, as práticas de recuperação dos mesmos (NEVES, 2010). Neste contexto, se forma o que Maria Luiza Mestriner chama de *filantropia disciplinadora e educadora*, da qual partirá logo um olhar especializado para os moradores de rua.

**CAPÍTULO IV - POLÍTICAS DA CIDADE**

É impossível dizer

em quantas velocidades diferentes

se move uma cidade

a cada instante

(sem falar nos mortos

que voam para trás)

ou mesmo uma casa

onde a velocidade da cozinha

não é igual à da sala (aparentemente imóvel

nos seus jarros e bibelôs de porcelana)

nem à do quintal

escancarado às ventanias da época

e que dizer das ruas

de tráfego intenso e da circulação do dinheiro

e das mercadorias

desigual segundo o bairro e a classe, e da

rotação do capital

mais lenta nos legumes

mais rápida no setor industrial, e

da rotação do sono

sob a pele,

do sonho

nos cabelos?

Ferreira Gullar, Poema sujo - um fragmento: velocidades (GULLAR, 1975).

As cidades que estamos falando se tornaram um centro gravitacional para o trabalho, a conduta moral, os corpos saudáveis, as vidas úteis, para as casas confortáveis, para as velocidades. Do vértice que orienta o modo de vida capitalista-burguês, se deflete a imagem dos modos sedentários, do acúmulo, da família, do lar. A rua, em última instância, se torna espaço de vacância, de quem orbita fora do eixo normativo, dos que tem loucura ou coragem para redimensionar o espaço, o tempo, o corpo: reúne os descompassados com a imagem esperada, sendo a expressão pungente do que não encontra assento na cidade.

A figura do habitante da rua caracterizada inicialmente pelo mendigo, o vagabundo, a prostituta, vai se especializando e ampliando suas margens, aprofundando o detalhamento dos desvios na medida em que se aprimoravam também os padrões de produção e consumo. Surge então um perfil multiforme, heterogêneo, fugaz e, ao mesmo tempo, constante, que surpreende por seu efeito de massa.

O fenômeno ficou claro para o Ocidente na Depressão norte-americana de 1930, quando a população residual das cidades, que costumava viver em bairros de migrantes, de vínculos breves, voláteis como os negócios da cidade, assumiu uma posição de aderência mais efêmera na cidade, se especializado nas estratégias de subsistência nômades. Florestan Fernandes (1986), ao falar sobre os “desenraizados” da cidade, diz que a rua incorporou os mecanismos de exclusão presentes em outros tempos, de vínculos de trabalho frágeis como os das minas de carvão, onde ou se mantinha uma pertença escrava ou se destinava a uma nova migração, em busca de outras áreas de garimpo. Nas primeiras cidades urbanas, a moralidade burguesa e suas técnicas tinha no lumpesinato uma estratégia de controle do mercado de trabalho e do direito à cidade. Esses sujeitos tinham difícil aderência ao terreno urbano, ativando um modo de diáspora, percorrendo uma rota excludente das cidades.

Segundo David Snow e Leon Anderson (1998), esses sujeitos habitavam uma “zona marginal” do perímetro urbano, com vínculos informais destoantes da especialização exigida para o modelo industrial, vivendo de aluguéis em locais insalubres, da benemerência de entidades assistenciais: “a comida barata, os hotéis, loja de penhores e as missões da zona marginal atraíram uma população de derrotados, mais velhos e frequentemente deficientes, com mais de cinquenta anos em média” (1998, p. 39). Essas áreas ficaram afamadas nas cidades por sua associação com o uso abusivo de álcool, com a prostituição, pelo flerte com a rua, em movimentos constantes de aderência e desenraizamento: uma cidadania sempre duvidável. O fenômeno do desabrigo, completam os autores, se concretizou nas cidades em torno de três



pontos fundamentais: falta da habitação, literalmente; estruturação familiar (mais conforme com a vida efêmera da rua ou, noutra ponta, na ruína dos lares burgueses); representação social (em contraponto aos papéis da moralidade e da dignidade). Essas categorias se entrelaçam de maneira dinâmica e subentendem a noção de desabrigo às falhas na constituição da habitação, da família e do trabalho.

Os “desenraizados” assumiam nessas cidades o que Cláudia Turra Magni (2006) chama de “nomadismo urbano”, buscando na margem rueira uma estratégia de permanência na cidade. Pois esses fenômenos de exclusão e circulação, identificados por Snow e Anderson (1998), foram aprimorados após a primeira grande crise do capitalismo, especializando a figura do andarilho em *morador de rua*, assentado nas cidades em redes de proteção e pertença: assumem a provisoriade da vida na rua frente a constância dos desenraizamentos do capital. Nos Estados Unidos, ainda segundo os autores, estima-se que em 1934 havia cerca de 1,5 milhões de pessoas nessa condição, população composta por famílias inteiras, crianças abandonadas “sozinhas na estrada”, frequentadores assíduos dos abrigos da cidade. Em Nova York, a média de acolhimento nos albergues públicos chegava a 19 mil hóspedes por noite em 1935. Com a retomada do crescimento do capital e as estratégias do *Welfare State*, esse número decaiu já em 1944 para 550 acolhimentos diários.

O fenômeno das ruas foi matéria constante das ciências sociais modernas, assimilada como uma patologia social, sendo explicada de muitas formas. Para Rosane Silva (2005), o movimento das massas urbanas evidencia um efeito da dobra capitalística, transpondo o enquadre disciplinar e geográfico para uma produção subjetiva das existências: em vez de uma desterritorialização geográfica, uma distonia identitária. Assim, a desterritorialização “sem sair do lugar” dessas populações trazia à visibilidade os desenraizamentos da cidade, causando uma preocupação constante com o modelo de pertença possível, movimentando os saberes e os poderes da cidade. Rosane destaca, nesse ponto, a invenção de uma Psicologia das Massas ou das Multidões, sustentada, de um lado, pelo receio de que a grande massa urbana pudesse, a partir de uma consciência de classe, produzir uma revolução social como no passado francês; e, por outro, pela compreensão que os laços inconstantes eram perigosos, gerando um campo incógnito/ininteligível de ações, para além das classificações ou organizações de classe. A psicologia, nesse sentido, contribuiu para a construção de políticas sociais voltadas para a pobreza urbana, tecendo explicações sobre os fenômenos de massa:

Primeiro, tentará compreender a dinâmica de funcionamento das massas a fim de ensinar às classes dirigentes como fazer para melhor governá-las. Nisto ela se apresenta como a ciência de uma nova política (...) precisamente porque ela introduz no centro do debate político da época uma dimensão que até aquele momento fora negligenciada, a saber, a dimensão irracional que emerge quando os homens se acham reunidos e misturados (R. SILVA, 2005, p. 63)

Em dissimetria, conforme avançavam os estudos sobre o corpo e a mente humana, o estudo dos coletivos enfatizou os aspectos individuais, atrelados indissociavelmente à transmissão genética e cultural das famílias. Seguindo com Silva, “se institui uma nova relação entre o indivíduo e a massa: ao mesmo tempo em que a massa não é mais considerada como uma soma de indivíduos, o indivíduo é tomado como modelo para compreender o fenômeno das massas” (R. SILVA, 2005, p. 64). A conseqüente psicologização e biologização desses indivíduos fundamentará muito das compreensões sobre o fenômeno da rua, somando-se aos sentidos da martirização religiosa que secularmente já acompanham os desfilados. Retomaremos à especialização desses conceitos logo, mas cabe de pronto assinalar que o detalhamento dos desvios urbanos se deu na medida em que se aprimorou as teses sobre os desvios do corpo e da alma.

Por outro lado, os governos se desviavam da Questão Social das cidades, dos direitos civis e das políticas de proteção, implementando, no revés, movimentos de segmentação dos territórios, direcionando às entidades filantrópicas e às políticas de segurança o resíduo remanescente, enquadrando, por fim, os habitantes da rua em categoria própria, com políticas isoladas e campanhistas.

#### **4.1 Questão Habitacional**

Precisamos aprofundar um ponto fundamental sobre o tema que estamos estudando, e que, nas elucubrações sobre as razões da vida na rua, fica comumente preterida às causas psicossociais, banalizada pela falta: a habitação. O assentamento nas cidades se tornou uma questão irrevogável quando, já na década de 1950, cerca de 746 milhões da população mundial viviam no meio urbano (AHLERT, 2017). No Brasil, em 1940, 31% da população já estava nas cidades (LORENZETTI, 2001). Os efeitos iniciais de ordenamento do espaço direcionaram as

pessoas, como já vimos, em efeitos de periferização e rualização, ao “espaço marginal” ou residual (SNOW e ANDERSON, 1998).

A política do comum, como vimos especialmente com Sandra Pesavento (1991; 1994; 2001), se fez em favor do privatismo, da propriedade, de uma vida familiar: espaço “primário” de circulação, de representação simbólica e moral, de ocupação da cidade. O circuito primário rege, portanto, não apenas a casa, mas também os espaços públicos, organizando o mapa moral da cidade em movimentos de segmentações, criando as diferenças para os espaços secundários ou marginais. A questão habitacional se expressou nas cidades justamente na contraimagem da casa higienizada, da família moralizada, do trabalho digno. As malocas e cortiços foram, em reflexo, a manifestação do que não era ordenável na cidade, sendo varridas para mais adiante, removendo os becos e vielas do centro para as vilas e favelas. A ocupação da periferia em suas *áreas verdes* foi uma estratégia de proteção possível para as famílias pobres, desenhando a cidade com linhas mais sinuosas que as artérias urbanas, distanciando as vidas do *morro* e do *asfalto*. As remoções, como já dissemos, foram a primeira política pública de habitação das cidades.

O déficit habitacional, índice estatístico que contorna o desabrigo, se afirma pela falta de renda ou patrimônio para comprar ou alugar uma casa, bem como pela falta dos requisitos higiênicos de uma casa burguesa. No Brasil populista de Vargas, o país vivia sua questão urbana de modo latente, com uma crise habitacional sem precedentes:

a contínua expulsão dos trabalhadores, dos pobres, dos imigrantes e migrantes das áreas urbanas que se valorizavam no vai-e-vem das mudanças e reformas implementadas nas cidades possibilitou o processo de ocupação, cada vez mais intenso, dos espaços desprovidos das condições básicas para construção de habitação (DUARTE, 2013, p. 9).

As primeiras medidas do Estado brasileiro foram no sentido de acomodar seu exército de produção urbana, à revelia da questão cidadã do operário urbano, criando uma política tímida de habitação. Assim, aos trabalhadores assalariados, afiançados por contratos sociais que a nação assinaria, se destinaram as primeiras grandes intervenções habitacionais do Estado, com o financiamento direto de casas populares. Por outro lado, delegava para a construção civil a invenção dos conjuntos habitacionais, integrando os preceitos da higiene social e da economia:

as soluções higiênico-econômicas significaram a resposta universalizada para a casa popular: uma aliança acrítica entre a racionalização da construção (máximo de aproveitamento de espaços úteis, mínimo de gastos, maior aproveitamento do terreno) e a reprodução de valores burgueses (D. NASCIMENTO e BRAGA, 2009, p. 102).

Numa perspectiva desenvolvimentista, portanto, os setores da construção civil se aliaram ao Estado para fazer da questão habitacional uma estratégia econômica e moral. No primeiro plano, regulou o valor dos aluguéis a partir de 1942 pela lei do inquilinato, desestimulando os proprietários a manterem tais negócios, e vendeu o “sonho da casa própria” de modo que pudesse dar vazão aos empreendimentos imobiliários. Noutro plano, implementou os conceitos de uma cidade limpa e moderna: diz Maria Silva Barros Lorenzetti (2006) que o fato de dar posse de uma casa gerava uma incumbência ao sujeito de zelar pelo patrimônio material e, ao mesmo tempo, cultivar as boas condutas comunitárias e manter a ordem, sendo mais um elemento de estabilização social. As arquitetas Denise Nascimento e Raquel Braga (2009) entendem que essa estratégia habitacional cumpria bem o tripé técnica-higiene-moral:

compareceu como garantia de qualidade espacial e social e como solução para o déficit habitacional, reforçando a ótica de determinados segmentos da sociedade: aqueles que precisavam evitar a invasão de terrenos (proprietários de terra), assegurar o “ambiente higiênico” (Estado), controlar a “expansão da cidade” (capitalistas) e proteger “valores humanos” (Igreja) [grifos das autoras] (p. 102).

A aquisição de casas se deu em grande escala, logo adiante, através dos Institutos de Pensão e Aposentadoria e da Fundação da Casa Popular (criada em 1946), ambos com financiamento do Estado em hipotecas que, a rigor, se equiparavam ao custeio do aluguel. Deriva do ideal da casa própria uma associação clara entre o direito de moradia e a aquisição de uma propriedade privada. Nesse ponto, Lorenzetti (2006) pondera que o déficit habitacional não poderia ser medido pelo vetor de aquisição definitiva da casa, pois o direito de habitação deve se referir, antes, às condições de dignidade mínimas da casa normativa, como saneamento, infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, independente da posse de uma residência. Nesse sentido, as primeiras medidas foram mais populistas do que sociopolíticas, aprofundando o fenômeno de desabrigo no país.

Ao trazer a questão habitacional nas primeiras repúblicas brasileiras, percebemos que ela está atrelada à cidadania pelo trabalho. E, como essa tese quer chegar até a rua é preciso

colocar o pé no chão: bem sabemos que não haverá trabalho para todos na cidade; bem sabemos que não haverá a casa burguesa prometida. Para os habitantes da rua, repetimos, a casa pública foi a de correção, de internação, de prisão; remendada em parcerias privadas com as casas de caridade e reeducação. Enquanto se aprimorava os sonhos da casa privada, do lar operário, da vida burguesa, se ampliava por outro lado os que não poderiam entrar nesse sistema. O morador da rua se formou justamente em contraponto aos interesses da construção civil, das políticas higienistas e expansionistas da cidade. Sua existência insiste em não se enquadrar nos modos de vida urbano esperados pelo corpo social dominante, colocando-o sempre em movimento de fuga, em linha de suspeita, em rota de extermínio, por caminhos sempre provisórios. Sem direito à moradia, foram aos poucos consolidando um modo de vida particular da cidade moderna, algo jamais visto nos outros tempos: uma vida rueira.

#### **4.2 Políticas de Segurança**

A gestão militar das causas públicas sempre esteve presentes nas cidades brasileiras, aplicando aos desviantes o corretivo necessário, trazendo para as comunidades a luta anticomunista, sempre à serviço da “ordem” e do “progresso” nacional. De modo contundente, a quinta república brasileira foi o exemplo máximo das políticas de segurança, fruto de um governo militar que instalou no país em 1964 um regime ditatorial autoritário e nacionalista, extirpando muitos dos direitos civis, seja diretamente pelos Atos Institucionais e a criação dos crimes contra a segurança nacional, seja pelo afastamento das premissas assinadas junto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

O pós-guerra, ao contrário do que a declaração propunha, revelou uma tensão que se produzia desde a década de 20 nos países latino-americanos: a ameaça comunista. O período de Guerra Fria polarizado entre Estados Unidos e Rússia, foi marcado no cotidiano dos países da América do Sul por disputas entre os setores da burguesia ligados ao mercado externo norte-americano e os herdeiros do populismo trabalhista que simpatizavam com o modelo da Revolução Cubana. Decisivamente, diz Luiz Alberto Moniz Bandeira (2014), os Estados Unidos passaram a agir diretamente na realidade sul-americana através de sua agência de

inteligência – *Central Intelligence Agency* (CIA)<sup>29</sup> – de modo que pudessem criar uma instabilidade aos governos de João Goulart e Jânio Quadros. O primeiro governara poucos meses, mas demonstrava aproximação com a China e Cuba, tendo condecorado Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, em 20 de agosto de 1961. Cinco dias depois, alegando ameaça de “forças ocultas”, renunciou. O segundo, por sua vez, vinha da plataforma trabalhista e havia sido eleito vice-presidente com mais votos que o próprio presidente, tendo suas políticas de base guinadas em direção à reforma agrária, à reforma urbana (onde havia uma atenção à política habitacional), a ampliação dos votos aos analfabetos, entre outras ideias consideradas à esquerda. A instabilidade gerada por interferência externa era acolhida pelos setores militares que, em consonância com os ideais norte-americanos, buscaram derrubar os presidentes eleitos através do impedimento da posse de Jânio (que veio a se dar somente em 1963), seguida da instauração do regime parlamentar e, enfim, do golpe de 1964.

Entre os determinantes do sucesso do golpe, está a associação de grandes empreiteiras com o financiamento da imprensa brasileira, sendo destacada a fundação da Rede Globo de Televisão em 1965<sup>30</sup>, financiada por capital estrangeiro do grupo americano Time Life (P. CAMPOS, 2018). De outra parte, a campanha moral anticomunista foi estimulada por setores da Igreja Católica que ajudaram a realizar, um mês antes do golpe, a Marcha da Família com Deus, pela Liberdade; e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que pronunciou, dois meses depois da tomada militar, o apoio à intervenção (N. DE SOUZA, 2016).

Para Florestan Fernandes (2006), não há dúvida de que o regime militar foi operado pela burguesia nacional aliada à política monopolista do mercado externo, buscando a manutenção do poder e a proteção de suas posições. Não se trata, diz ele, de novas revoluções, pois não há necessidade de novas conquistas. À burguesia, tanto periférica quanto hegemônica, interessa, a qualquer tempo: “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação

---

<sup>29</sup> Os agentes da CIA e seus mercenários nativos, encarregados de promover “*hidden World War Three*”, executaram no Brasil, desde 1961, as mais variadas modalidades de operações políticas (PP), *covert action* e *spoiling action*, engravescendo a crise interna e induzindo, artificialmente, o conflito político à radicalização, muito além dos próprios impulsos intrínsecos das lutas sociais, das quais a comunidade empresarial norte-americana participava como significativo segmento de suas classes dominantes. A técnica consistiu em induzir a radicalização das lutas de classes, mediante uma guerra psicológica com atos de provocação, que buscava socavar a base de sustentação social do governo, de modo que só lhe restasse a apoio da extrema esquerda (BANDEIRA, 2014, p. 13). As comunicações entre o embaixador americano Lincoln Gordon e a CIA comprovam, segundo Luiz Alberto Bandeira, que houve por parte do governo americano o envio de agentes ao país, o ingresso de armamento de origem não americana para suporte dos levantes paramilitares, a veiculação na imprensa de falas pró-democracia e de ameaça comunista, o financiamento de grandes atos públicos em defesa da moral vigente.

<sup>30</sup> E em 1967 sua primeira afiliada, a Rede Brasil Sul (RBS), com sede em Porto Alegre.

burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deterioreem (FERNANDES, 2006, p. 343).

A Ditadura Militar se estabeleceu com o mesmo sentido, embora com estratégias de violência e tortura diferenciadas. A chamada Operação Condor revela que os serviços secretos de Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai agiam de modo a perseguir ativistas de esquerda, cadastrando-os, escondendo-os e exterminando-os. (F. DE SOUZA, 2011; GUENA, 2008). Ditaduras semelhantes também foram presentes em outros países do cone-sul americano (Argentina, 1966-1973, 1976-1983; Chile, 1973-1990; Uruguai, 1973-1985), repetindo o propósito inicial de causar a instabilidade na economia e, adiante, de consolidar por meio de estratégias variadas o sistema de economia liberal no continente.

A centralidade administrativa nas políticas públicas no período militar foi um modo de gerenciar os limites do Estado conforme convinha aos interesses liberais do mercado. Numa célebre frase de Fernandes, recuperada por Afrânio Mendes Catani, “a ditadura destampou a panela e regulou o fogo de acordo com sua própria culinária” (CATANI, 1982, p. 70). Do interior da panela advinha uma promessa fabulosa, o chamado “milagre econômico”, que com redução da inflação e crescimento de determinados setores da burguesia nacional, agradava à classe média. O cozido era, claro, distribuído para poucos e mantido sob um fogo áspero que afastava qualquer insujeição. João Bosco Hora Góis (2013) dirá que o “milagre” criou uma atmosfera irreal, alimentada pela imprensa nacional, asseverando de modo drástico a condição de pobreza da grande maioria populacional.

Quanto às políticas sociais, esse Estado, diretamente, pouco fará. A ausência de ações nos três níveis de governo aprimorou a função assistencial via incentivos filantrópicos, produzindo poucas estratégias de proteção que não as trabalhistas. Assim, apostava no desenvolvimento nacional, na modernização, no crescimento dos principais setores produtivos para garantir a pertença de todos. Esse estágio da vida política brasileira ocultará sobremaneira o efeito de periferização e rualização das cidades, pelo controle dos aparatos econômicos, culturais, midiáticos e de segurança do país, buscando ordem e progresso como na lenda positivista. O que sabemos é que já na década de 1970 as cidades haviam acumulado pessoas por todos os lados: nas restingas e zonas alagadiças, acima nos morros, debaixo nos túneis, metidos sob as marquises das construções, empoleirados em prédios abandonados, escondidos em mocós, vivendo em malocas, quebradas, *bretes* da cidade, andarilhos de caminhos invisíveis.

Em meados de 1980 a população urbana do país já passava de 80 milhões de pessoas, representando cerca de 67% do total de brasileiros. A desigualdade manifesta nas cidades se traduzia também nos números. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios indicam em 1981 cerca de 50,6 milhões de pobres, sendo 22 milhões em condição de indigência (BARROS *et al.*, 2000). Os economistas Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça (2000) dirão que nos anos 1980 haverá uma estabilização da distribuição de renda nacional – que seguirá nos anos 1990 –, na qual há uma perversa simetria social: “10% dos mais ricos se apropriam de 50% do total das rendas das famílias e, como por espelhamento, os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda nacional. Além disso, o 1% mais rico detém uma parcela de renda superior à apropriada por metade da população brasileira” (p. 24). Sônia Maria Fleury Teixeira (1989) diz que o déficit alimentar atingiu em 1975 cerca de 67% da população nacional, sendo que a desnutrição da população até 18 anos era de 58%. A mortalidade infantil no período era de 70 a cada 1000 nascidos vivos, sendo que a esperança de vida dos pobres não passava dos 55 anos. Cerca de 7 milhões de crianças encontram-se em situação de abandono ou semiabandono, sendo que em 1980, mais de 400 mil famílias viviam do trabalho exclusivo de menores. A autora refere ainda que a condição das habitações da população era mormente degradantes, sendo que apenas 25,6% estão ligadas à rede de esgoto e 20% da população dos grandes centros viviam em favelas e cortiços. Em 1985, o volume de pessoas carentes no meio urbano chegava a 20 milhões.

Em síntese, recuperando Hora Góis (2013), o lema do Regime Militar foi: restrição dos direitos civis e políticos e crescimento sem redistribuição. Para Sônia Teixeira (1989), que participará ativamente da construção das políticas cidadãs vindouras, do montante da pobreza nacional se deveria ter em mente alguns públicos prioritários para as políticas de redistribuição de renda: famílias que recebem até 2 salários mínimos mensais; crianças pobres, mulheres (que chefiavam 30% dos lares urbanos), idosos sem renda, o povo da rua. Dessa herança de acúmulo burguês e abandono popular surgem movimentos sociais em diversas vertentes, com planos para o enfrentamento da condição social da população brasileira.



### Pestes e Espíritos

O médico Ramiro D'ávila gostava dos becos, se perdia pelos cantos mais escondidos da cidade, levava consigo a máxima de que um médico não serviria para outra função se não a de assistir aos pobres e necessitados. Ainda estudante de medicina na Universidade Federal, acompanhou de perto os ratos da peste bubônica, preferindo estar nas ruas e nos domicílios do que nas bases do hospital. Com tal destemor, entranhava nas casas e cortiços, orientando quarentenas, prevenindo o contágio, rezando pelos espíritos que desencarnavam. De uma feita, virado pelo trabalho noturno, chegou à aula sem poder parar de pensar na senhora que atendera, em estado delirante pela fase final da varíola. Sentou ao lado do seu calouro, Oscar José Pithan, colega com quem partilhava, além da medicina, o estudo do pedagogo Allan Kardec. Logo desatou: se te digo que passei a noite conversando com uma mulher delirante de varíola? Estou sem um minuto de sono, mas mais aceso que este sol! Mas que conversa foi essa, quem era a dona? – questionou Oscar. Veja, o estado dela era terminal, mas o corpo seguia pulsante. A senhora em meio ao devaneio serviu sua voz para um sábio espírito, reencarnado umas quantas vezes; pelo que entendi: uma criança da época romana depois de Cristo, um índio de uma tribo na América antes da conquista, um homem trabalhador que morrera alienado na Prússia... Me comovi com o portal ali aberto, conversamos francamente, falei de nossos estudos, das doenças da cidade, ao que apenas respondeu que reconhecia nossos espíritos! Ramiro falava com perplexidade, perdendo o olhar numa janela da sala.

Oscar, impressionado, reafirma a certeza: a humanidade inteira não se encontra na terra, repetindo o Evangelho Segundo o Espiritismo. Agora, retoma Ramiro, como tamanho conhecimento do extra mundo pode residir numa senhora negra, moradora de uma espelunca infectada, ora racional, ora em fúria, que vive atada seus últimos dias, um sofrimento terreno enorme... Em silêncio, meditaram e logo após, Oscar falou, mantendo a referência à Kardec, Deus sempre é justo, e justa é a causa, nem a tristeza e a felicidade nos pertencem.

Abnegado na filosofia cristã-espírita, Ramiro seguiu sua missão de estar próximo dos pobres e estropiados, acompanhando com eles as mazelas que a cidade impunha. Como a alcunha dada à Bezerra de Menezes, o *Kardec brasileiro*, foi chamado de médico dos pobres. E, de fato, viveu até o fim da vida terrena o lema de que, fora da caridade, não haveria salvação. Durante a vida, não galgou lugares importantes na cidade, não fundou nenhuma

instituição ou empresa, manteve-se na humildade junto aos mais necessitados, onde a mão esquerda não sabe o que a direita está fazendo. Desencarnou com a grande leva de gaúchos abatidos pela febre espanhola, que alcançou primeiro os corpos da linha de frente.

Oscar tinha outros planos. Ligado à Sociedade Espírita Allan Kardec, realizava em sua casa muitas das reuniões do grupo, sendo um espaço também para estudos, atendimentos, sessões mediúnicas e passes. O grupo era formado por pessoas influentes para a cidade, mas mantinha discrição sobretudo porque o espiritismo era ainda considerado um crime de magia. Quase podemos ver nosso médico numa sessão de estudos discursando num ponto alto da sala de casa, cadeiras e bancos alinhados em círculo, a efusão nos olhos: Não precisamos estar nos banquetes dos ricos, não queremos ser convidados para os cultos materiais. Nossa vida é passagem, mas nossa missão é perene! A caridade, só acontece em movimento, precisamos nos mexer. Essa cidade sofre nas mãos de padres, políticos corruptos, mantendo, a preço de ostentação, as pessoas alienadas dentro de suas pobreza. E com a caridade, maior bem que podemos ter, temos a oportunidade de resgatar o próprio Deus, em espírito, na morada do sofrimento. Não há missão mais justa do que esta!

Logo após o dito, um amigo espiritual se aproxima: tenho um recado deles, debes construir um hospital para doidos e obsidiados! E eis que do chão as obras foram levantadas pela associação de contribuintes, carnês de parcela fixa, mas também pela doação de roupas, alimentos, móveis, etc. No ano em que se formou, 1912, Oscar idealizou junto com outros colegas um Hospital Espírita. Adiante, outras ações assistenciais nasceram na cidade sob a mesma orientação, mista de terrena e espiritual, local e universal, humilde e empreendedora.

Anos depois, quando Gedeon Leite passou a realizar sessões mediúnicas na sua casa, a cidade já havia concebido um albergue espírita para os mendigos (sob o nome do médico homeopata carioca Francisco de Menezes Dias da Cruz), além de ver funcionando o Hospital Espírita na cidade. Pois outra instituição nasceria logo ali, de dentro da casa de Gedeon e Lucila, sua esposa. O propósito era a caridade direta, aplicada a grande massa que circundava as ruas da capital. O nome da Sociedade, entretanto, veio do mentor espiritual do grupo ali reunido, o *médico dos pobres* brasileiro. O espírito do médico disse com poucas palavras, na voz de Lucila, o que o grupo em um círculo de pessoas cobertas de fé teve que decifrar: tenho aqui um moço, veio cedo, mas vive ainda nas ruas e vilas dessa cidade, nos chamam de igual, mas a verdade é que somos muitos. A Sociedade Espírita Ramiro D'Ávila fundou-se no ano

1932 e, no mesmo ano, como numa inspiração de Nabos, teve como ação principal a distribuição de sopas para os pobres.

### 4.3 Segmentações II

“O beco do poço estava impossível”, diziam os jornais e reclamavam as famílias do início do século XX. Nem a nomeação como Rua General Paranhos<sup>31</sup> alterou a moralidade do beco. Na repaginação do centro iniciada com o Plano de Melhoramentos, o beco esteve sempre em pauta. A ideia de Moreira Maciel era, inicialmente, construir uma passagem (possivelmente um túnel) que ligasse os dois lados da colina em cujo cume cruzava a Rua da Igreja, também militarizada sob o nome de Duque de Caxias, alargando a avenida em medidas até então inéditas para a cidade (WEIMER, 2014). A obra começou a ser executada em 1926 na gestão de Otávio Rocha e inaugurada em 1932, já na administração de Alberto Bins, não como um túnel, mas como uma estrutura aberta, sustentada por arcos de concreto. O viaduto rasgou o centro levando consigo diversos casebres, desfazendo os becos “imundos”, inaugurando na cidade um conceito de arquitetura que imitava cidades estrangeiras, com a construção de espigões que, sob isenções fiscais, se instalaram ao largo da avenida, renomeada com o nome do governador Borges de Medeiros.

O caminho foi um marco da amplidão da cidade higienizada, ampliando também as políticas de segregação dos indesejáveis, como sabemos, os negros, os indígenas, os pobres, os operários. Logo, a formação das “Vilas de Malocas” foram, na sequência das “melhorias” do centro, foram denunciadas pela imprensa alarmista e tornadas alvo das medidas municipais.

Não havia – como ainda não há, já podemos dizer – uma política de habitação na cidade, sendo muito tímidas as medidas tomadas para construção de casas populares. O município ficava submetido à especulação das construtoras, como destaca a Revista Egatea, recuperada por Sandra Pesavento (1994, p. 110), na década de 1920: “é de lastimar que nessa capital não haja empresas de construção com um fim filantrópico e que se satisfaçam com pequenos lucros. Há muitos capitalistas filantrópicos que poderiam se interessar”. A historiadora logo diz que possivelmente capital e filantropia ainda não se aliançavam para esse fim. Em todo caso,

---

<sup>31</sup> Militar importante, assim como seu irmão Visconde de Rio Branco, para a construção das primeiras repúblicas brasileiras.

surgiam a partir do empresariado industrial algumas medidas de loteamento na cidade, ampliando o controle de seus operários para além dos muros da indústria.

Enquanto política pública, temos na cidade a partir da década de 1940 a construção de bairros operários, sob estímulo da Fundação da Casa Popular da era Vargas. A partir dos Institutos de Pensão e Aposentadoria, na gestão de Ildo Meneguetti, se propiciou a construção da Vila dos Industriários e a Vila dos Comerciantes. A primeira teve a previsão de 2500 moradias inspirada no modelo de cidades-jardim, sendo considerada a maior construção nacional nesse sentido, contando com a presença de Getúlio Vargas na sua inauguração, em 1954. A segunda vila contou com um pouco mais de 200 casas. Data dessa época a criação do Serviço de Habitação Popular de Porto Alegre, em 1949, que adiante se chamará o Departamento Municipal da Casa Popular. Em 1959 é traçado o primeiro Plano Diretor de urbanismo da cidade. A essa época, conforme indicava o estudo de Laudelino Teixeira (1951), o déficit habitacional da cidade era de aproximadamente cinco mil casas (PORTO ALEGRE, 2009).

Em todo caso, a principal iniciativa foi a desapropriação. Depois da primeira higienização do centro, as primeiras margens da cidade se formaram nas partes baixas, nos pés dos morros, próximas dos córregos, passíveis de alagamentos, vítimas dos dilúvios, desvalorizadas, enfim, perante o mercado capitalista. A Ilhota, o Areal da Baronesa e a Colônia Africana são exemplos dessa urbanidade que se formava no entorno das áreas mais protegidas, ocupadas pelos cidadãos da cidade, acolhendo os negros, os indígenas, as mulheres, crianças e famílias pobres.

Os territórios negros, em especial, foram objeto da política branqueadora da cidade. Cabe recuperar brevemente a história da Colônia Africana, formada à beira da propriedade da então família escravista Mostardeiro, que teria alforriado seus africanos entre 1880 e 1886. A associação entre a soltura destes e a formação da Colônia não é direta, diz Sandra Pesavento (2001), mas o fato é que fez-se ali, na parte mais desfavorável do território, próximo ao Caminho do Meio, que hoje chamam-se Avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves (FRANCO, 1988), uma organização social da população negra, adensada adiante pelos migrantes, os desempregados, os excedentes da norma burguesa.

Mas essa margem também seria varrida. Com o crescimento da cidade e a ampliação do centro produtivo, as remoções passaram a ser feitas nas áreas mais baixas e calamitosas, saneadas pelas políticas de drenagem e pavimentação, para outros pontos do território.

Especialmente a partir da atuação de um Departamento de Habitação na cidade, estabeleceu-se as desapropriações em troca de construções populares, deslocadas do grande centro, com a venda de terrenos e casas financiadas sob incentivo estatal. Assim, a cidade não desejada se espalhou para o alto, como no caso do Morro da Cruz, e para o longe, como no caso da Restinga (ZAMBONI, 2009).

O documento de fundação do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), constante na Lei nº 2.902 (PORTO ALEGRE, 1965), previa como objetivo, ao artigo 1º: a “Habitação de interesse social (...) destinada a substituir por melhores padrões arquitetônicos as atuais moradias vulgarmente denominadas, em nosso meio, “malocas”. Definindo, no artigo 2º, que uma: “Política habitacional de interesse social é a que visa retirar das habitações marginais urbanas seus atuais moradores, proporcionando-lhes novas e melhores moradias para integrá-los na vida espiritual, econômica e cultural da comunidade”. No artigo 3º, define os critérios para remoção: “promover a desapropriação de imóveis declarados de utilidade pública ou interesse social, para utilização na política habitacional; promover loteamentos destinados a moradias populares e manter o respectivo cadastro”. O plano previa um financiamento especial das novas moradas (artigo 12º): “Nos loteamentos que visem especialmente à eliminação de “malocas” e outras formas sub-humanas de habitação, a prestação mensal não deverá ser superior a vinte e cinco por cento (25%) do salário mínimo regional vigente”.

Foi na Ditadura Militar, com a criação do Banco Nacional de Habitação, que as desapropriações se tornaram definitivamente uma política pública. O BNH tinha como lema: “remover para promover”. Em Porto Alegre, a invenção do bairro Restinga foi concomitante com essa política, deslocando comunidades que habitavam pontos desejados pela classe média burguesia e objeto da especulação imobiliária (ZAMBONI, 2009). Com a canalização do arroio Dilúvio, os “melhoramentos” feitos no entorno do Caminho do Meio, as áreas se tornaram de “utilidade pública ou social” e, assim, a cidade empurrou mais uma vez essa população dita insalubre, afamada por uma vida dita infernal, de brigas, imoralidades, promiscuidades, para mais adiante.

A Ilhota foi renomeada como Menino Deus, a Colônia Africana como Rio Branco (PESAVENTO, 2001). A Restinga surgirá em torno de 1966, acolhendo populações de diversas vilas da cidade, além da Ilhota e da Colônia, da Vila Santa Luzia (onde 1320 famílias foram desapropriadas em favor do IAP Marítimos, hoje bairro Santo Antônio), da Vila Theodora (das várzeas do Humaitá e Navegantes), entre outros (ZAMBONI, 2009; DAMASCENO, 2018).

Sob o argumento divino e branqueador, portanto, a população negra, pobre, desempregada, foi removida mais uma vez do centro ampliado.

As ações de remoção eram mediadas, muitas vezes, pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, sobretudo quando havia comoção social tal nos casos das enchentes e pestes, assumindo terrenos públicos para alocar “maloqueiros” (DEMHAB, 2009). A LBA promovia nos bairros recém-criados as organizações populares, estimulando associações comunitárias e canalizando os recursos de reparação do Estado para financiar equipamentos de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, etc. A ação social da cidade também respondia à periferação, com a construção dos Centros Comunitários e Esportivos, como o CECOBÍ (Centro Comunitário Bairro Ipiranga) em 1969, e mais oito centros descentralizados nos anos seguintes, como o CECORES (na Restinga) e o CECOPAM (Parque Madepinho - Cavallhada).

Anos depois, em 1977, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, surge a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), conforme Lei nº 4.308 (PORTO ALEGRE, 1977), financiada por subvenções públicas e privadas, tinha como finalidades administrar os Centros de Comunidade, o desenvolvimento de “Educação Social e Comunitária”, a articulação com os “organismos e grupos sociais” do território, de forma a “enquadrar-se com o desenvolvimento social e aspirações da comunidade onde estão inseridas”, celebrando os “contratos, convênios e termos de cooperação” com as entidades “atuantes na dimensão social do desenvolvimento do homem”. Os equipamentos públicos e descentralizados de Assistência Social surgidos com a FESC, se situam, portanto, num contexto de espraiamento da cidade. Se assumem, dentro da ordem vigente, numa lógica de compensação social, mediando a relação fendida no espaço territorial com conceitos de uma reeducação física e moral.

No plano espacial, o alargamento da cidade central e o escape dos carros foi favorecido por obras importantes, como as realizadas pelo prefeito Telmo Thompson Flores (1969-1975) à época do milagre econômico e da relação favorável entre o governo federal e as construtoras. Foram, na sua gestão, construídos os viadutos Loureiro da Silva, Dom Pedro I, Tiradentes, Leopoldina, Obirici, além do túnel e da elevada da Conceição (L. COSTA, 2007). Todas as intervenções em pontos capitais de circulação da cidade, favorecendo a velocidade das ruas e, junto, o espraiamento para pontos radiais. As chamadas perimetrais também foram inauguradas por Thompson, ligando caminhos intermediários numa rota ininterrupta, aproximando pontos

da cidade sem a necessária passagem pelo centro. Com tais redesenhos, a cidade ganha em mobilidade e, ao mesmo tempo, amplia suas zonas periféricas.

As remoções iniciadas nos territórios negros seguiram acontecendo em outros pontos da cidade, em movimentos constantes de gentrificação. Os caminhos criados para dispersão favoreciam, todavia, também o trânsito de pessoas marginalizadas, que retornavam ao próprio centro, reocupando vielas, vãos, praças, formando um modo de ocupação da cidade não prevista pelas políticas de segmentação.

#### **4.4 Desvio e Conduta**

O esquema de contenção dos desviantes de Porto Alegre funcionou até o início da década de 1960 através da tríade: hospício, casa de correção e abrigos de mendicidade. O primeiro sustentado pelo saber psiquiátrico, o segundo pelos códigos de postura e contravenções, o terceiro pela filantropia mendicante. Todos atulhados de pessoas cabíveis na projeção da imoralidade, da pobreza, da inutilidade, da indigência.

Os casos mais intoleráveis identificados pelas chefaturas de polícia eram, ainda numa medida de cuidado, encaminhados para o Hospício São Pedro. O perfil constituído dos internos nas primeiras décadas do hospital foi principalmente de imigrantes desajustados, brancos, conforme dado de 1909 – representavam 75% do todo (WADI, 2008; SCOTTI, 2013).

Pois será sobre os imorais que a psiquiatria gaúcha lançará seu principal interesse. A explicação moreliana que Jacinto Godoy incorporou nas práticas médico-mentais gaúchas abriu um campo de explicação e intervenção para as causas sociais da cidade, ampliando o olhar da psiquiatria através de estratégias de bioeducação, bem como aprimorando a especialização interna das psicopatias. Nesse investimento, o hospício passa a se chamar Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP).

Nas pesquisas desenvolvidas por Rosane Neves (2008), especialmente no Projeto “Patologias nos modos de ser criança e adolescente: uma análise dos motivos de internação no Hospital Psiquiátrico São Pedro”, que se debruçou sobre os arquivos do Hospital, foi identificada a prevalência dos encaminhamentos feitos pelas Prefeituras Municipais e suas Chefaturas de Polícia até a década de 1950, firmando a psiquiatria num lugar de regulação das condutas sociais, uma função de higiene mental da cidade (R. SILVA *et al.*, 2008).

Nessa relação do HPSP com a cidade, cabe recuperar um esforço de descentralização de Godoy com a criação de um Posto de Psicopatas em Porto Alegre, parceria do alienista com o intendente Otávio Rocha. O equipamento descentralizado teria funcionado, conforme o historiador Fábio Rosa Faturi (2012), de 1928 a 1938, se ocupando de mais de 7000 diagnósticos no período, sendo um órgão bastante ativo no período. O serviço foi desativado e não encontramos maiores detalhes sobre sua existência, mas podemos inferir que havia o intento de dispersão do saber psiquiátrico pela cidade, enumerando os desvios numa base territorial, alimentando a centralidade do hospício.

Mas no propósito de higienização mental da cidade, o código dos desajustes pouco importava. Num estudo feito em conjunto com Maíra Ainhoren no referido projeto de pesquisa (AINHOREN e CUNDA, 2009), os diagnósticos usados no hospital variavam conforme os conceitos nacionais e internacionais, ampliando as possibilidades de inclusão na medida em que também aumentavam as demandas de normação. Para entendermos a banalização dos códigos, acompanhamos as mudanças: na década de 1930 a escala de referência, amparada na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Rio de Janeiro, tinha 12 diagnósticos; em 1944 assume a classificação do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), com 16 quadros; já em 1949 o hospital acolhe a classificação aprovada pelo 5º Congresso Brasileiro de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal realizado no ano anterior, com mais de 40 diagnósticos agrupados em 13 áreas; em 1962, o médico-diretor Luiz Ciulla, envia um documento ao SNDM, após o trabalho de uma comissão de nove psiquiatras de diversos estados, que durante três meses trabalharam em cima de novas propostas nosográficas (CIULLA, 1962). O código – último a ser construído nacionalmente – aumentava ainda mais as possibilidades de explicação, chegando a 52 doenças<sup>32</sup>.

A discussão presente, conforme o relatório de Ciulla, se refere ao encontro e ao desencontro entre a demanda sintomatológica que chegava ao HPSP e a “rubrica” que enquadrava tal sintomatologia dentro de uma determinada faixa de patologia mental e de uma estratégia de tratamento. A exemplo das Psicoses Exotóxicas, segundo a formulação de 1960, a sugestão era substituir a rubrica das toxicomanias pela do alcoolismo, já que esta era disparada

---

<sup>32</sup> O relatório de Luiz Pinto Ciulla, datado de 22 de abril de 1962, é recuperado por Maria Mendes de Camargo, Chefe da seção de Estatística, em registro contido no Museu do Hospital São Pedro. Ao final do relatório do médico, em conclusão, Camargo diz: “Antes de mais nada o HOSPITAL SÃO PEDRO é uma escola de humanidade” (CIULLA, 1962).



a principal demanda relativa aos tóxicos, especializando a categoria em estágios e formas de manifestação do alcoolismo. Outro exemplo claro se refere às oligofrenias, tidas inicialmente como funcionamento parcial das faculdades mentais – idiotias, em geral – sendo corrente nos prontuários do ano de 1945, justificando a internação de 23% das crianças encaminhadas. Para Ciulla (1962), não há que se crer em um tratamento psiquiátrico para esses sujeitos, “o único tratamento viável é o pedagógico”, centrando o diagnóstico na medida do coeficiente de inteligência: “‘educáveis’ para os que tenham quociente intelectual entre 50 e 75, ‘adestráveis’ para os de QI entre 20 e 49 e ‘dependentes’ para os de QI inferior a 20” (p. 5). No entanto, o percentual das oligofrenias decresce nos outros anos analisados, chegando a apenas 5% no ano de 1965.

Outra rubrica que chama atenção é o das Psicoses, bastante modificada, desmembrada, especializada, esmiuçada nos códigos, sendo prevalente nos entendimentos sobre a patologia mental. Condiz com esse movimento o advento da psicanálise enquanto saber psiquiátrico, sendo bastante marcante no HPSP a experiência comandada pelo psicanalista David Zimmermann na década 60. O hospício vivia no período um forte questionamento da ordem psiquiátrica, um movimento de avaliação das questões sociais que se interferem na patologização, restando as psicoses como extrato do estatuto da doença psiquiátrica. Eis nossa hipótese para a classificação de 40% das crianças encaminhadas ao HPSP como psicóticas em algum grau.

Uma das especializações mais importantes para o campo social se refere ao “desajuste social” como categoria própria, separada pela primeira vez das demais patologias. As “Personalidades Psicopáticas”, diz Ciulla (1962):

constituem o mais discutido dos grupos, tantos são os tipos descritos. Esta personalidade, cujo desenvolvimento teria estacionado ao longo da maturidade, são estruturadas num plano existencial que comandaria a conduta reprovável. Julgamos, todavia, conveniente isolar três subgrupos para destacar os anti-sociais e os perversos sexuais, dos demais, menos nocivos à sociedade, portadores de anomalias do temperamento e de caráter (p. 4).

Surge assim, sem delongas, o diagnóstico direto sobre a conduta, atrelado à construção de personalidade – também herança das construções psicanalíticas. Com efeito, a variedade de códigos favorecia o enquadre da população desviante: os prontuários após a década de 1960

apresentam uma ampla gama de diagnósticos, referentes a um número também crescente de pessoas internadas.

Quanto aos demandantes, temos, nos anos analisados (1940-1960) a propósito das internações infanto-juvenis (CUNDA, 2011), um aumento considerável de encaminhamentos a partir das famílias. Denotamos que o saber médico já estava disseminado na família urbana, sendo de uso comum uma sintomatologia dispersa nas justificativas de internação: “ataque agressivo, distúrbio de conduta, má conduta, comportamentos ruins associados à menstruação, ataque epilético, convulsões, depressão” (CUNDA, 2011, p. 68). Ao mirar a conduta, estaremos falando do público que progressivamente povoou as internações psiquiátricas: o indigente, viciado, mendigo, inapto ao trabalho, às normas sociais; refratário também aos modelos de correção e reeducação propostos pelos arranjos filantrópicos e policiais da cidade.

Em 1951, segundo a historiadora Nádia Maria Weber Santos (2015), havia quase 3000 internos, sendo 1297 tidos como “indigentes mulheres” e 1236 “indigentes homens”. Em 1955 havia mais de 3200 internos e 7500 transitantes, segundo dado produzido pelo setor de estatística do hospital. O déficit de leitos era enorme, ficando os pacientes submetidos a uma triagem aleatória coordenada pelas freiras da ordem das Josefinas, atuantes no distrito do Partenon desde 1960. Cerca de 40% dos internos sequer tinham diagnóstico.

Sabemos que, assim como no conto da Casa Verde<sup>33</sup>, onde o alienista codificou a cidade inteira dentro dos desajustes das faculdades mentais, o Hospital Psiquiátrico São Pedro inchou, como se pudesse absorver a matéria caótica que a cidade não assimilava. O número de internos em 1971, conforme recupera Nádia Santos (2015) na proximidade do centenário do hospital, passava dos 5000, sendo que os leitos na época não passavam de 1200. A situação era presente também nos demais hospitais psiquiátricos do país, com relatos de violências cotidianas, implementação de técnicas de tratamento moral (trabalho e isolamento) e físico-somático (como insulinoterapia, malarioterapia e eletroconvulsoterapia). Essas práticas eram aplicadas, considerando o déficit de trabalhadores e o grande volume de internos, de modo experimental por freiras, técnicos, assistentes e guardas. Num novo laboratório das irracionalidades da sociedade brasileira, podemos inferir que as práticas eugênicas idealizadas pela liga nacional de Higiene Mental, como aponta Jurandir Freire Costa (1989), não se deram apenas no campo

---

<sup>33</sup> Hospício criado no conto “O Alienista” de Machado de Assis, lançado em 1882.

discursivo, mas orientaram, de fato, diversas iniciativas de cunho genocida na sociedade urbana brasileira, adentrando com força nos aparatos psiquiátricos.

#### 4.5 Sofredores de Rua

O panorama social do país ao fim do período militar foi marcado pelas mazelas dos grandes centros urbanos do país, sendo indisfarçável a presença massiva de pessoas vivendo na rua. Esse cenário foi terreno fértil para a atuação das comunidades religiosas. Em São Paulo, destacamos a história da Organização do Auxílio Fraternal, composta por religiosos da Fraternidade de São Bento, fundada em 1955 e que se dedicou desde a nascerça aos habitantes da rua. Em texto da OAF, recuperado pelo antropólogo Daniel De Lucca Reis Costa, está clara a distinção, no espectro geral da pobreza, do fenômeno que se via nas ruas:

Quando pensamos nos pobres como povo, nos vem a ideia do povo situado na periferia da cidade. Na nossa missão, porém, o povo faz parte de uma periferia especial; sua demarcação não é geográfica, mas sociológica, é a "periferia do centro". Aqui os pobres não são notados, sua presença está escondida. A simples vista não percebe que atrás da porta de uma antiga mansão mora, talvez, uma centena de pessoas, que nem outras centenas de homens e mulheres pelas ruas sem destino (OAF, 1982 *apud* D. COSTA, 2007, p.44)

O grupo desenvolveu, entre outras ações, a Oficina São Bento, o albergue Lígia Jardim e a Ronda Noturna. Um fragmento da metodologia utilizada está contido no relato de uma das religiosas, Irmã Fortunata, ao antropólogo:

Na ronda a gente saía à noite na rua para levar lanche e conversar com as pessoas. Tinha café e às vezes sanduíche. Levava sempre o violão. Este era o trabalho que (eu) mais gostava de fazer. Aí a gente ficava lá. Falava do Evangelho. Conversava, violão, as músicas, o canto. Tinha gente sem documento, sem nada, sem trabalho e sem coisa nenhuma. Sem para onde ir. Que estavam na rua sem lugar para dormir (...) A gente falava de Deus com as pessoas. Ficava com elas. Chamava para trabalhar oficina e nos lugares. Trabalhar nas fábricas. (D. COSTA, 2007, p. 50)

Esse grupo veio a influenciar grande parte do debate na década de 1970, com a criação da Missão do Povo da Rua, e adiante uma Casa de Convivência (Casa de Oração) ao lado do Mosteiro São Bento (1978). No mesmo período surge a Pastoral da Rua. A ordem ganhou

espaço justamente no momento de “inflexão” nos ventos da cidade, impulsionada por anseios de reformas dentro da Igreja e do Estado (D. COSTA, 2007). A afirmação da comunidade dos “sofredores de rua”, reunia, a um tempo, conforme o antropólogo: o princípio humanista contido na Teologia da Libertação, nascida na II Conferência do Episcopado latino-americano de Medellín em 1968, com o reconhecimento do poder divino de cada pobre; a noção de injustiça social a que estão submetidos, estigmatizados na imagem dos vagabundos, malandros, mendigos; a denúncia das violências que sofriam nas ruas, escondida sob o controle do Estado Ditatorial; a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, sobretudo após o início do pontificado de João Paulo II em 1978; e a Conferência de Puebla de 1979, quando a Igreja define estratégias de inserção urbana no território latino-americano, reconhecida nas feições de um povo abandonado<sup>34</sup>.

No plano das ações municipais, conforme recupera Tiago Lemões (2017), surge em 1975 em São Paulo a Operação Inverno, executada pela polícia civil e militar, com objetivo de recolher os mendigos à triagem social, médica e policial no agora Serviço de Proteção e Previdência, sendo oferecida passagem de retorno para outras cidades. No Rio de Janeiro, à mesma época, segundo Delma Pessanha Neves (2010b), surgem Centros de Recolhimento de Mendigos ou Centros Recuperação Social, nos quais também eram testadas a veracidade da limitação ao trabalho. A antropóloga, que fizera campo em alguns desses serviços, sintetiza algumas das razões acusadas para terem ingressado na mendicância ou passaram a viver nas calçadas:

---

<sup>34</sup> Consta no documento conclusivo da conferência, o Documento de Puebla, o foco nas mazelas das cidades do continente americano: “Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (que nos questiona e interpela) : – feições de crianças, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda a vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família; – feições de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação; – feições de indígenas e, com frequência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres; – feições de camponeses, que, como grupo social, vivem relegados em quase todo o nosso continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram; – feições de operários, com frequência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos; – feições de subempregados e desempregados, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos; – feições de marginalizados e amontoados das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais; – feições de anciãos cada dia mais numerosos, frequentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescinde das pessoas que não produzem. (CEPAL, 1979, p. 70).

- Ausência de condições familiares estáveis para a constituição como adulto. Por exemplo: perda de pais ou de um deles, socialização infantil e juvenil na condição de agregado em outra família, assim preparado para atender mandados e obedecer ordens.
  
- Separações em famílias conjugais, por motivos que iam de tensões e incompreensões entre o casal, geralmente pelo desemprego recorrente e prolongado, pelo longo período de migração visando à inserção em mercado de trabalho distanciado do local em que a família residia, abandono por esposas e companheiras que constituíram outras unidades conjugais ou retornaram para a casa paterna. Em certos casos, todos os vínculos anteriormente citados eram apontados como interrompidos, por eles não conseguirem corresponder ao papel esperado de contexto, o uso excessivo de bebida alcoólica. Destaca-se também que a grande maioria dos casos incidia sobre homens em diversos ciclos de vida, sendo bastante rara a presença de mulheres. E, se presentes, elas eram geralmente consideradas velhas e desprotegidas; e, quando em idade reprodutiva, geralmente afetadas por problemas de ordem psíquica (NEVES, 2010b, p. 101)

No plano acadêmico, o tema dos mendigos e do povo da rua começou a ser aprofundado a partir da década de 1970, sendo um marcador importante o estudo da socióloga Marie-Ghislène Stoffels, em 1977. As produções que surgiram adiante davam interesse a um recorte importante dessa população, os *menores*. Era visível nas cidades a presença de crianças em situação de mendicância, pertencentes a núcleos familiares nômades. A constância dessa imagem provocava o efeito de inaceitável, insuportável, provocando uma discussão sobre o futuro das crianças brasileiras, manifesta preocupação das cidades. Surge aí o termo “menor de rua”, que adiante será desdobrado na figura do *menino e menina de rua* e das *crianças e jovens em situação de rua* (NEVES, 2010a). Nesse período, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, veremos uma condensação da discussão sobre o tema da criança na rua. O contexto é de abertura política e energização filantrópica, mas ao mesmo tempo de imbricação entre o lugar de desassistido e de delinquente. O Código de Menores de 1979 mantém em grande parte a moralidade contida no código precedente, de 1927, ao considerar uma determinada criança como objeto do código, aquela em situação irregular, conforme define o artigo 2º:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal.

Essa *criança irregular* havia já movimentado o governo ditatorial desde a criação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) em 1964, alvo de práticas tutelares sob os das políticas de segurança nacional. A fundação propunha um tratamento integral ao menor, rompendo com os verdadeiros cárceres dos Serviços de Assistência ao Menor de antes (LUPPI, 1995), regendo a política nacional do menor e, ao mesmo tempo, coordenando os internatos. Na prática, conta o jornalista Carlos Alberto Luppi, apoiado na dissertação de Luis Cavalieri Bazílio, a execução das ações descentralizadas nos Estados através da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) recuperava o esquema de centralidade do poder na imagem do diretor das casas, oscilante entre a figura de autoridade pragmática e do popular “de bom coração”. Em linha direta, transpõe a culpabilidade do desvio social para o corpo do *menor*: “a documentação apresentada pela FUNABEM encara a marginalidade como doença ou disjunção e uma leitura mais atenta pode revelar que a instituição culpa a família pelo seu próprio fracasso”. Ainda: “a instituição recorre de forma intensa a conceitos de natureza médica e jurídica. Parte-se do pressuposto de que o menor é socialmente inadaptado e que necessita de diagnóstico, terapia e custódia para se inserir na sociedade” (LUPPI, 1995, p. 52). O Código afirmava o hibridismo contido na FEBEM, misto de polícia e tutela, criando de um lado a imagem de proteção do Estado – vendida durante a ditadura militar – e do outro a face violenta de uma política que se mostrou ainda mais nociva às populações pobres da cidade.

Nesse contexto, a Pastoral do Menor teve um papel fundamental na defesa dos direitos de meninos e meninas, crianças e adolescentes, especialmente daquelas que se encontravam em situação de miséria extrema, habitando a rua ou casas efêmeras. Baseada em ações voluntárias, os religiosos iniciaram um campo consistente nas ruas e praças de São Paulo, desenvolvendo sob os preceitos de uma Pedagogia da Presença, uma estratégia de Educação Social. Muito da inspiração reside na produção de Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido, que questiona as

possibilidades de reabilitação social ou ressocialização dos educandos, evidenciando que este enfoque produzia, antes, uma posição de distanciamento da realidade do menino ou menina, servindo apenas para a codificação entre normais e disfuncionais, como indica Walter Ferreira de Oliveira (2010).

A técnica do Educador de Rua, conforme Freire (1989) deve, sobretudo, estabelecer um laço de vínculo e confiança em primeiro plano, neutralizando as defesas naturais de um povo que vive a ser violentado pelo Estado e seus agentes:

Como se colocar diante da criança? Colocar-se como pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança, seus valores e suas expectativas. Com autenticidade e verdade, coerência. O importante é saber por quem estamos fazendo opção e aliança. É o oprimido e não o opressor. Estamos do lado do menino, do explorado, do oprimido. Há uma identificação com os interesses das classes populares. É preciso ter cuidado para não invadir o mundo do menor, caso ele não queira ser abordado. Não ultrapassar o espaço vital do menino, que é real, sem que o menino queira, sem que ele permita. Seria violentá-lo. Esperar o "momento mágico" quando o menino se desarmar. Ter paciência histórica para iniciar o processo, para aguardar a plenitude desse momento – o momento em que se descobre o mistério existencial do menino (FREIRE, 1989, p. 13).

A causa das crianças de rua ganhou a imprensa nacional e internacional, afirmando a pobreza do Brasil como questão inadiável das pautas políticas. Como prova, em 1982 o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Fundo das Nações Unidas – UNICEF – formam uma parceria: o Projeto de Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua, que incorporava a metodologia da Educação Social de Rua e a noção de que a intervenção deveria envolver a comunidade de origem dos atendidos. Esse movimento, diz Walter de Oliveira, propiciou também o desenvolvimento de uma Pedagogia Social de Base Comunitária, interligando a situação de rua com as realidades da periferia, buscando formas coletivas de defesa dos direitos humanos:

os educadores começaram a perceber a organização de situações de rua nos arrabaldes da cidade e a necessidade de trabalhar, na periferia, a organização comunitária. Passaram a priorizar ações para a defesa de dos direitos, surgindo os Centros de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCAs), grupos comunitários voltados para a educação civil, enfatizando a igualdade de direitos para todos os cidadãos (OLIVEIRA, 2010, p. 454).

Esse movimento de territorialização será fundamental para a construção das futuras políticas redemocratizadas, assim como será influente esse pensamento político-filantrópico na organização dos movimentos sociais da população de rua.

O Projeto Alternativas patrocinou em 1984 o I Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias para Crianças de Rua, que reuniu em Brasília muitos militantes da causa, afirmando a Educação Social de Rua como uma estratégia política contra-hegemônica. Desse encontro também surge o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, formado por militantes que são, antes de objeto, “agentes de suas próprias vidas”. No ano seguinte, 1985, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que passaria a ter frequência trienal, contando com representação de todas as federações brasileiras.

Na afirmação da voz de quem vive as violências cotidianas da rua, a dimensão do sofrimento é substituída pela noção de “risco”, haja vista a rota de extermínio a que estão submetidos (OLIVEIRA, 2010; D. COSTA, 2007). A denúncia continha a compreensão de que não eram dignos de tal situação, seja pela cidadania dos homens, seja pela bondade de Deus. O sofrimento pode ser passageiro, mas que futuro se pensa para tais pessoas? O futuro pelo que se lutou havia de ser assegurado de forma mais perene nas leis nacionais, combatendo os riscos e vulnerabilidades de forma proativa na base das famílias e comunidades.

### **Praça Navegantes**

Felipe Diel nasceu no Morro dos Bugres em São Leopoldo. Na juventude entrara no seminário, como um destino possível para descendentes alemães no estado. Dentre os três irmãos, apenas ele tomou o rumo da consagração. De largada foi ser sacerdote na cidade de Taquara por 12 anos. Causava-lhe bem acordar cedo e entrar nas zonas mais escondidas da pequena cidade, acudindo as pessoas mais necessitadas, promovendo a caridade como instrumento de fé, organizando ajudas comunitárias desde sua posição paroquial.

Uma feita veio a convite para a festa de navegantes, em Porto Alegre, sendo um dos padres que celebrou a novena, passando cerca de 10 dias na capital. O volume de pessoas que se somavam a cada dia foi impressionante para o padre que havia se especializado no sofrimento das pessoas do interior. A empresa era grande, muitos voluntários ajudavam e aquela engrenagem também lhe encantou. Havia muito trabalho! Ajudou no que pode. Em



todos os dias a quermesse estava instalada, sendo povoada crescentemente a cada dia. No bar, se vendia bolos, pastéis, pipoca, algodão doce (que conheceu pela primeira vez), além das bebidas gasosas doces, o vinho, o conhaque, a cachaça no martelo. Trabalhou na venda dos tíquetes em diversos momentos, razão pela qual conheceu os principais bebedores da festa, dentre eles, o Chico. O homem vestia um terno batido mas bem afeitado, um chapéu quebrado na aba e um facão entrecruzado na cintura. Chegava todo dia já bêbado para a novena e ficava se equilibrando na pia batismal que ficava ao fundo da igreja. Sempre que Felipe voltava para a copa, Chico já estava pendurado na porta de acesso, servindo de porteiro para os funcionários, gentileza que era paga por vezes com algumas doses que pareciam não lhe mudar o estado geral. Na sétima noite, ao encerrar as atividades festivas, Felipe foi caminhando em oração para o escuro de seu quarto quando encontrou Chico atirado em uma vala, do lado de fora da paróquia. O homem babava e parecia inconsciente, a meio metro de um fio de água corrente. Diel não teve dúvida em acudi-lo, mas o homem não dava resposta. Sem ajuda, localizou um carro de mão, jogou o corpo para dentro dele e levou para o seu quarto. Chico tinha, além da embriaguez, um corte de faca na perna, a orelha inchada e sangrenta. Com calma, Felipe limpou as feridas, e sem despertar o homem, colocou-o para dormir em sua cama. Assim fez pelos dias que faltavam para o retorno à Taquara, tratando-o até uma boa recuperação.

No dia da procissão havia não só Chicos, mas pessoas em geral muito diferentes: chagadas ou adoecidas, senhoras de sombrinhas caras, negros, brancos, europeus e africanos, todos a cultuar a senhora que iluminou os caminhos para os navegantes trazerem o próprio Cristo ao Brasil e a Porto Alegre. A multidão que alcançou a capela trouxe a imagem da Santa nos ombros. Muitos choravam, caminhavam de joelhos, erguiam bebês vestidos de anjo, bradavam com força em retorno ao puxador da reza: Viva Nossa Senhora – Viva! A festa foi ocupada em todos os seus espaços, faltando em poucas horas os secos e os molhados, resistindo sempre uma gaita que alternava valsas com uma polca repetida que, em três notas, fazia a pista se encher. Felipe guardará por semanas aqueles acordes simples. Guardará também a imagem final da festa: muitas famílias pobres ficaram acampadas no entorno da paróquia, à mercê de alguma ajuda para retornarem aos seus bairros, muitos Chicos, muitas Madalenas. Mas, o ímpeto inicial de Diel em ajudá-las foi esmorecido pela constatação de

que todos pareciam bem, aproveitando o calor de fevereiro: ficaram dias numa mendicância fértil, recolhendo os restos do festejo e a indulgência da cidade.

Quando o Padre lhe convidou para assumir a paróquia, anos depois, estava seguro que esse era o desafio de sua vida: Essa paróquia é para os homens de Deus um encontro com o próprio, expresso no povo mutilado pela fome, pelo desemprego, pelos vícios – discursou na chegada. Viu nas mazelas da cidade grande um terreno amplo para as ações da misericórdia. Com devoção, procurava as pessoas que se encontravam nas situações mais difíceis da urbe, refratárias às instituições públicas de assistência e correção, num ponto limítrofe da vida material. Nesse extremo, foi ao encontro dos sofrendores da rua, conhecendo seus esconderijos, seus amores, seus odores e suas doenças. Buscou sempre articular uma estratégia coletiva que pudesse trazer o bem a essas pessoas, ficando também notável frente à nobreza da cidade, não sendo discriminador entre o pobre e o rico. Em todo caso, não abdicava de sua doação pessoal, desapegando de todos os bens que pudesse conter, sendo necessário a cada ano ser renovada suas roupas, pois ia se desfazendo delas na medida em que o próximo sentia mais frio. Era costumeiro encontrá-lo malvestido. Seu quarto se transformava muitas vezes em um dormitório coletivo e o chão lhe era conforto suficiente para dormir. Dizia: nada mais preciso do que estar com o povo, pois aí temos a expressão mais cândida do poder de deus.

Viveu cerca de quatro décadas desse modo. Ganhou os títulos de Cônego e de Monsenhor, sendo reconhecida na arquidiocese seu zelo pela obra divina. Na notícia de sua morte, o bispo registrou na Revista *Unitas* de agosto de 1946: “Foi um grande amigo do povo e abnegado apóstolo da caridade. Viveu sempre na maior pobreza, e os seus poucos emolumentos distribuía aos indigentes à porta de casa. Realmente, nada possuía. Na modesta casa canônica que ocupou até a morte, tinha alguns livros e os móveis mais indispensáveis.”.

Após sua subida aos céus, na terra os sofrendores de rua, pessoas pobres de choupanas distantes, mantiveram o costume de buscar na paróquia a benemerência cotidiana. A demanda espontânea foi aumentada com a construção de um complexo de pontes anos depois sobre a Igreja, desaguando o povo vindo da zona sul do Estado. Neste ponto, fez-se a encruzilhada de muitos caminhos da desproteção e a Irmandade Nossa Senhora dos Navegantes se assumiu como portadora das insígnias bem-aventurada para acolher seus filhos degredados.

#### 4.6 Reforma Cidadã

Já na década de 1980, as medidas de reforma eram urgentes. O movimento de redemocratização brasileira, iniciado num momento de “abertura” do regime militar, defendeu uma cidadania ampliada para todos os setores da população, considerando a necessidade de qualificação das políticas sociais, especialmente no referente à seguridade social: saúde, assistência social e previdência social.

Decorrem desse momento histórico o encadeamento de discursos protecionistas que tradicionalmente estavam submetidos aos ventos liberais do Estado brasileiro. Para Teixeira (1989), o país havia incluído até então em sua história as pessoas mais carentes por um modelo de “cidadania invertida”, reconhecida pela limitação às posições sociais cidadãs, a lembrar, da família burguesa, branca, trabalhadora, dócil, domiciliada, contribuinte. A cobertura da seguridade estava condicionada ao vínculo de trabalho. O enquadre do anticidadão, portanto, foi uma inclusão que sempre favoreceu as medidas de higiene social das cidades e estimulou as ações sociais de ordem filantrópica, especialmente quando subsidiadas pelo Estado.

O seguro social, diz Sônia Teixeira, foi uma forma de “cidadania regulada” pelo modelo trabalhista, persistindo como forma de proteção primordial até a década de 1980, mantendo as distinções entre os beneficiários desse sistema, contribuindo para a manutenção das injustiças sociais e a desigualdade no acesso às políticas públicas. No desterro do milagre do período ditatorial, os movimentos sociais brasileiros, impulsionados pela crise social pungente, com a crescente abertura política e a influência do discurso acadêmico e intelectual, produziram a defesa de um Estado de Bem-Estar Social, onde houvesse uma “cidadania plena”. Nesta, o direito social era inerente à condição da pessoa, garantindo um mínimo vital a cada brasileiro.

No que tange à Previdência Social, um movimento já havia sido iniciado em 1974 quando o governo militar cria o Ministério da Previdência e da Assistência Social (MPAS). O viés do ministério, conforme Sposati (2010), era aliar o trabalho social com os conceitos desenvolvimentistas da nação, avançando, ainda que timidamente, no sentido de ampliação da cobertura dos desassistidos. Destacava-se entre esses movimentos a criação, no mesmo ano, do auxílio-maternidade e o benefício de meio-salário mínimo para idosos com mais de 70 anos ou inválidos. Em 1977 surge o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, que condensava todas as ações de seguridade do Estado Brasileiro, conforme resume Adriana Melo (2010): o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto Nacional de Assistência

Médica da Previdência Social (INAMPS), a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) e a Central de Medicamentos (CEME).

Essa organização ligada ao MPAS estabeleceu procedimentos cada vez mais burocráticos para a concessão dos benefícios, alterando a própria relação com as entidades da sociedade civil que executavam as políticas de Saúde e Assistência social. Em análise feita pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas sobre as políticas sociais brasileiras na década de 1980, apresentada no I Fórum de Administração de Políticas Sociais e recuperada por Teixeira (1989), o aparelho estatal foi caracterizada como:

inadequado ante as demandas prevalentes; ineficaz em suas ações; centralizado e autoritário; fragmentado e sem coordenação; insuficiente quanto aos recursos alocados; disperso quanto às fontes de dotação de recursos financeiros; concentrador de renda; concentrado em termos da localização dos serviços; baixa produtividade; clientelista; baixa qualificação dos recursos humanos; ausência de plano de carreiras e programas de desenvolvimento de recursos humanos; péssimos salários; extremamente burocratizado; incapacidade gerencial; vulnerável aos ciclos recessivos; privatizado e mercantilizado; baixa cobertura; discriminador da clientela; paternalista e outros (I Fórum de Administração de Políticas Sociais, RAP, n. 4, out/dez. 87, v. 21, *apud* TEIXEIRA, 1989, p. 89).

No campo da Saúde, a crise estava deflagrada em várias áreas. Do ponto de vista do financiamento, o INPS havia desenvolvido uma política privatista da saúde, concentrado 90% de sua receita entre 1969 e 1975 na compra de serviços terceirizados. Com a regulação do MPAS e do FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social), o financiamento do setor privado foi custeado por empréstimo públicos, ampliando a rede hospitalar privada em aproximadamente 500% (J. CUNHA e R. CUNHA, 2001). Com a crise recessiva do início dos anos 1980, o modelo de seguridade social foi deveras questionado, sobretudo pela constatação que “o modelo de privilegiamento dos produtores privados de serviços de saúde implantado é corruptor, incontrolável e sofisticado, o que o torna extremamente oneroso” (J. CUNHA e R. CUNHA, 2001, p.296). Além da crise financeira e político-institucional, o sistema de saúde vivia uma crise em sua concepção técnica-conceitual.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), vinculada a Organização Mundial da Saúde (OMS), já propagava desde a década de 1960 os conceitos de uma Medicina Preventiva,

pública e de caráter Social (ESCOREL, 1999; LIMA, 2002), passando a nortear também posicionamentos dentro do sistema hegemônico de saúde. Uma das ramificações desse pensamento foi o desenvolvimento da Medicina Comunitária, apoiada pela OMS e estimulada nos países latino-americanos por ser considerada uma estratégia barata e ampliada, considerando a crescente demanda em saúde dos povos.

Sarah Escorel (1999), a propósito da reformulação do campo da saúde brasileira, identifica que o questionamento do modelo privatista e hospitalar nasce das produções acadêmicas que defendiam um modelo de assistência ampliado, divergente do monopólio das ações especializadas, das quais se destaca a obra “O Dilema Preventivista” de Sérgio Arouca. O texto era condizente com o movimento desencadeado em nível mundial de questionamento das grandes financiadoras dos serviços de saúde, a OMS e a UNICEF. Nesse sentido, a Conferência de Alma-Ata realizada em 1978 na então União Soviética, sintetizou a crítica aos sistemas de saúde – especialmente dos países periféricos – e propôs inversões importantes, conforme a declaração resultante do encontro<sup>35</sup>: compreensão ampla da saúde como “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”; inversão da lógica de priorização do nível de alta complexidade, direcionando às ações de atenção primária em nível regionalizado como estratégia privilegiada do sistema de saúde; afirmação da saúde como direito humano fundamental, onde “a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial”; entendimento da saúde como um processo a ser construído em conjunto com os atendidos, estimulando sua participação nos processos de gestão; composição com as outras políticas para atingir a meta de “saúde para todos” até o ano 2000.

A noção de uma medicina preventivista e social alcançou o movimento estudantil setorizado da década de 1970, produzindo nos meios acadêmicos uma leitura dos conceitos de uma clínica ampliada e territorializada para o Brasil. O chamado Movimento da Reforma Sanitária passou a defender um sistema nacional de saúde através da propagação dos orientadores de uma Saúde Coletiva<sup>36</sup> e o questionamento interno da estrutura do Ministério da Saúde, rendido às contingências do MPAS. O período de dissolução do regime militar na década de 1980 foi propício para que essas ideias pudessem ser desenvolvidas junto à academia, aos

---

<sup>35</sup> Declaração de Alma-Ata (1978). Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

<sup>36</sup> Destaca-se a criação do Centro Brasileiros de Estudos de Saúde e a Revista Saúde em Debate, em 1976.

movimentos sociais, à sociedade civil, de modo que a XVIII Conferência Nacional de Saúde de 1986 recuperou muitos conceitos do movimento sanitarista para referendá-los como orientadores da política pública de saúde prevista na Constituição Federal de 1988 (CF 88). A saber, tinha como princípios doutrinários: a *universalização* do acesso, independente do vínculo trabalhista; a *equidade* das ações, atendendo a diversidade das necessidades da população investindo mais onde há maior carência, sendo um princípio de justiça social; a *integralidade* na compreensão do processo saúde-doença, ampliando a articulação com outras políticas intersetoriais. E com princípios organizativos: *regionalização* e *hierarquização*, onde são pensadas as redes de atenção em níveis de relação e complexidade, definindo os fluxos e critérios de atuação; *descentralização* e *comando único*, direcionando para os municípios a responsabilidade de articular em nível territorial o sistema de saúde, mantendo a esfera de gestão centralizada na figura dos representantes do Estado; *participação popular*, estimulada pela atuação dos Conselhos de Saúde e através das Conferências de Saúde nos três níveis de governo, avaliando, controlando e criando as estratégias em saúde (ESCOREL, 1999; J. CUNHA e R. CUNHA, 2001)

A história de lutas na Assistência Social também encontrou nas décadas de 1970 e 1980 terreno para a produção dos conceitos de atenção territorial e controle social, compondo o direcionamento das políticas sociais contidas na Constituição Federal de 1988. O principal desafio para o campo era superar o clientelismo que condicionava historicamente a prática da Assistência Social. Para Maria Carmelita Yazbek (2003) as políticas sociais sempre buscaram atrelar o operário a uma posição subalterna, submetendo-o a relações de dominação e exploração, ligado a interesses que não são os seus. Na prevalência de poucos sobre muitos, manteve-se a lógica dominadora nas relações entre classes, perpetuando favores e legitimando-os pela via do Estado. O pertencimento à classe, ainda com Yazbek, não é, portanto, uma atribuição individual, mas ligada a uma experiência comum nas cidades, de “coexistência no interior de uma estrutura social, cultural e institucional estabelecida por aqueles que estão por cima” (HOBSBAWM, 1987, *apud* YAZBEK, 2003, p.18). Nesse enquadre, a posição de *assistido* confere ao sujeito uma imagem defletida do centro purificador, embranquecedor, produtor, normatizador. O pobre que vive na miséria, cuja faixa populacional representa 50% da população, é submetido, assim, a uma relação de favores ao 1% de detentores da maioria da riqueza nacional. Os programas sociais dos diversos governos surgiram justamente para mediar esses desacordos, construindo uma relação de confiança e dependência com os atendidos:

Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se a lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida (YAZBEK, 2003, p. 41).

Adalgisa Sposati (1998) no histórico livro “Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras”, em 1985, diz que a Assistência Social no senso comum do pensamento liberal é uma política superficial, da provisoriedade, sem efeitos transformadores, o que a mantém em desarticulação com as demais políticas sociais. Por outro lado, uma defesa de “asepsia técnica” havia gerado uma prática altamente burocratizada, tratando a população de modo paternalista, mantendo um olhar de controle e dominação, repassando, noutra mão, benesses que mantêm a lógica de favor.

O esboço de um plano para a política de Assistência Social não contributiva, direito de quem dela precisar, se deu ainda em 1984. A proposta foi redigida em conjunto pela Secretaria Nacional de Assistência Social, os movimentos de reforma sanitária e previdenciária, incitando o dever de proteção social do Estado, defendendo, como recupera Sposati: “uma estratégia global de política social pelo Estado, imprescindível na conjuntura atual da revisão de inclusão e exclusão das demandas sociais dos grupos menos privilegiados” (2010, p. 30). Até a promulgação da CF 88, foram criados grupos de trabalho e pesquisa em todo país, se realizaram diversos seminários nacionais e regionais, concebendo a política de Assistência Social dentro do tripé da seguridade social: “trata-se de uma forte guinada de concepção, pois, como segurança social, está sendo tratada como bem público e social do estatuto de uma sociedade para alcançar todos os seus membros” (SPOSATI, 2009, p. 15).

A Constituição Cidadã de 1988, apoiada nas bases da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de um Estado de Bem-Estar Social, nasce, enfim, do movimento de abertura política e democrática do país, estabelece compromisso de uma cidadania plena a toda pessoa que vive no território brasileiro, “sem distinção de qualquer natureza”. No título da ordem social, a seguridade social é definida como “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Artigo 194º). Nos primeiros anos da nova constituição se formularam as

Leis Orgânicas que traduziram em normativas os conceitos contidos no tema da seguridade social: a Saúde com a Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990); a Previdência Social, com a Lei nº 8.213 (BRASIL, 1991); a Assistência social, com a LOAS, (BRASIL, 1993).

#### **4.7 População em Situação de Rua**

Os moradores das ruas de Porto Alegre, ou habitantes da rua, como refere Cláudia Turra Magni (2006), são tão diversos em sua composição que seria difícil criar perfis sobre modos de vida ou hábitos. Em todo caso, essa é uma tentativa sempre reiterada pelos governos. Em nossos dias, há uma categoria que enquadra as diversas situações: População em Situação de Rua. Buscamos mostrar até aqui o quanto esse público já foi nomeado (andarilhos, desgraçados, vagabundos, mendigos, sofredores, meninos de rua, moradores de rua, povo da rua, etc.), cada nome com seus enquadres e critérios de classificação, geralmente construídos ao revés: pela falta de crença, pela falta de comida, pela falta de trabalho, pela falta de domicílio.

O que hoje denominamos como População em Situação de Rua é uma categorização que surge mais recentemente nos anos 1990, no movimento de visibilização das populações historicamente abandonadas da nação brasileira. Diz a antropóloga Delma Pessanha Neves (2010a) que, diferente dos países desenvolvidos onde o habitante da rua foi nomeado em relação à falta do domicílio (*homeless, sans domicile fixe*), no Brasil se deu destaque à heterogeneidade das situações que levam a pessoa a ir para a rua, permanecer nela, habitá-la, enfim, como estratégia de moradia. Mais que uma definição da falta (sem casa), a designação atesta uma identidade: *ser* população de rua (NEVES, 2010a). Esse público é composto por gradações de desfilados do campo, dos pobres urbanos, dos trabalhadores informais, coletores ou catadores de lixo, e toda sorte de pessoas que não conseguem a ancoragem formal da cidade.

Uma produção relevante dessa época foi o livro “População de Rua: quem é, como vive, como é vista” organizado pela Prefeitura de São Paulo no ano 1992, a partir da análise das pesquisadoras Maria Antonieta da Costa Vieira, Eneida Maria Ramos Bezerra e Cleisa Moreno Maffei Rosa. Eram os primeiros anos da Nova República e justamente se exercitavam os conceitos de uma cidadania plena, razão pela qual as pessoas moradoras da rua passaram a ser reconhecidas como pessoas de direito. O texto situa a população de rua como um segmento da classe trabalhadora, acelerada pela recessão econômica dos anos 1980, formada no revés do trabalhador formal, “honesto”, “chefe de família responsável”, provedor da família: uma



inserção próxima da marginalidade, caracterizados por trabalhos irregulares e ganhos indefinidos (M. VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Os pesquisadores identificaram, com base nos campos já identificados pela Comunidade dos Sofredores de Rua, muitos perfis de pessoas habitando a rua, tais como o peão, o boia-fria, o biscateiro, o migrante, o trecheiro, o circulante das favelas periféricas e dos cortiços do centro, o catador, etc. Ao todo, conforme dado apresentado naquele ano, foram encontradas 3392 pessoas habitando as ruas da capital paulista, assentadas em ruas/avenidas (60%), praças e largos (15%), viadutos (12%), entre outros, sendo que a grande maioria (cerca de 85%) estava na área central da cidade, especialmente no entorno da Praça da Sé. O público analisado apresentava também uma relação diversa com a rua, categorizada pelos pesquisadores da seguinte forma: ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) e ser da rua (permanentemente). As relações com as instituições públicas ou privadas são bastante presentes para esse público, colocados de forma ambígua entre atendido e assistido, sendo que uma grande parcela precisa negociar cotidianamente as formas de viver na rua: “sua vida está sempre começando. Quase nada é permanente, a não ser a procura cotidiana da sobrevivência, o que torna sua vida extremamente fragmentada” (M. VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 22). A experiência fica assim repartida em pequenas negociações diárias, escondendo muitos processos de exclusão e violência, tornando a miséria um espetáculo urbano bastante presente nas microrrelações da cidade.

Frente à compreensão da heterogeneidade da rua, o conceito de **situacionalidade** surge como forma de atestar a pluralidade das situações e, da mesma forma, a gradação de violações as pessoas sofrem. Para Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen (2012), cientistas sociais e pesquisadores de Porto Alegre, a nomenclatura da “pessoa em situação de rua” representa uma ruptura com os termos “morador de rua” ou “sofredor de rua” que produziam uma noção estigmatizada e generalizadora do fenômeno. Assim, dizem, se procurou “de um lado atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas e, de outro, combater processos de estigmatização da população, definindo-os a partir da concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível” (2012, p.16). Os pesquisadores recuperam Michel de Certeau para afirmar o espaço da rua como um lugar “praticado”, com uma dimensão “existencial” e “simbólica”, afirmando a dinâmica de ocupação da cidade em movimentos constantes de pertença e expulsão ao corpo urbano (SCHUCH e GEHLER, 2012; SCHUCH *et al.*, 2008).

Pelo prisma da População em Situação de Rua essas pessoas puderam ser reconhecidas como cidadãos dignos de assistência e não apenas mercedores – conforme os estigmas

construídos sobre o perfil do pobre desejado. Sob tal enquadre, no Brasil do final do século passado, o Estado definiu políticas públicas específicas para essa população, com instrumentos de monitoramento sobre seu crescimento demográfico, sobre os seus perfis, de modo a estabelecer estratégias de cuidado e controle.

A produção acadêmica sobre o tema também acompanhou o movimento de garantia de direitos para essa população. Neves (2010a) recupera que, após o estudo de Marie-Ghislene Stoffels (1977), as pesquisas da década de 1980 tinham como tema central os “mendigos” e os “menores de rua”, evidenciando as formas de subsistência dos moradores da rua e as violações que sofriam. A partir da década de 1990, progressivamente a nomenclatura do mendigo vai desaparecendo dos textos, dando espaço para os estudos afirmativos de um modo de vida na rua, segmentando algumas experiências como a dos catadores de material reciclável, bem como das crianças e adolescentes, especialmente após o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1991<sup>37</sup>. A produção de teses e dissertações contidas no arquivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme pesquisa da assistente social Cláudia Lúcia da Silva entre 1993 e 1999, estavam situadas, no total de dezessete pesquisas sobre o tema, nas áreas: Serviço Social (5), Antropologia (2), Sociologia (2) Saúde Pública (2), Administração (2), além de trabalhos únicos de psicologia, urbanismo, enfermagem e medicina (C. SILVA, 2012).

Outro marco importante no campo de visibilidade das pessoas que vivem na rua se deu no ano 1993, em Belo Horizonte, com o I Fórum de População de Rua. Estimulado pela gestão popular de Patrus Ananias, previa a representação dos rueiros nos conselhos e espaços participativos da cidade, disparando o I Encontro Nacional da População de Rua em 1995 e realizando censos da rua nos anos 1995 e 1998 na capital mineira (FROTA e BRASIL, 2013).

Delma Neves (2010a) entende que o interesse pelo tema da rua na década de 1990 advinda do poder público e das universidades foi importante por dimensionar o fenômeno urbano, mas através das pesquisas, por outro lado, reforçou a caricatura da pessoa da rua nas

---

<sup>37</sup> A Lei 8.069 de 1990 interrompe a vigência dos códigos de menores e atribui à criança e ao adolescente direitos fundamentais: “gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Art. 3º); sendo punível “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Art. 5º).

associações com o uso de álcool, com os frágeis vínculos de trabalho, com o rompimento familiar, com a prevalência dos homens em idade produtiva. De alguma maneira, os estudos do final do século passado contornavam a figura do “vagabundo” e suas formas urbanas.

No entanto, é a partir dos anos 2000 que a “População em Situação de Rua” surge como categoria separada das demais mazelas da cidade, afirmada como questão fundamental de qualquer grande urbanidade. Cláudia Silva (2012) enumera na primeira década do século 109 teses e dissertações, com destaque para 22 pesquisas em Serviço Social, 16 em Sociologia, 16 em Psicologia, 11 em Saúde Pública, 6 em Antropologia, 6 em Educação, 6 em Teologia. Proliferam entre elas as pesquisas etnográficas ou de inspiração etnográfica, o recorte dos catadores e recicladores, o foco na atuação dos serviços públicos ou não governamentais com o povo da rua. Em paralelo, os censos da rua se espalham pelas cidades capitais do país, sendo tentada inclusive uma contagem nacional em 2009, no documento “Rua, aprendendo a contar”, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A pesquisa se fez em 71 cidades, sendo 23 capitais, mas sem considerar cidades como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, que haviam feito censos próprios. Ao todo, contou cerca de 32 mil pessoas, reconhecendo a “rua” como uma categoria difusa:

o termo “rua” foi considerado em sentido amplo, incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência e que poderiam servir desta forma, como abrigo. Portanto, a “rua” incluiu, por exemplo, espaços públicos como parques praças ou privados como prédios e depósitos abandonados. Além disso, tendo em vista que grande parte dessa população encontra-se em instituições de pernoite, a população assim abrigada também foi abordada (BRASIL, 2009c).

O perfil da pessoa em situação de rua brasileira se afirma, no documento, prevalente do gênero masculino (82%), na faixa etária entre 26 e 35 anos, negro ou pardo em 67%, com primeiro grau incompleto na maior parte (63%), que ganhou a rua em 71% dos casos por umas dessas causas: problemas com álcool ou outras drogas, desemprego, desavença com os familiares. Um terço das pessoas encontradas estava na rua a menos de um ano. Cerca da metade, porém, já estava há dois anos nessa situação, sendo que quase 30% está há mais de 5 anos habitando a rua. Essa pessoa veio de perto: em 46% da própria cidade e em 30% de uma cidade do mesmo estado. O *trecheiro*, figura clássica da rua, andarilho de cidades, sem ancoradouro certo, representa 12% do perfil, tendo habitado pelo menos em seis cidades. Ainda

segundo a pesquisa (BRASIL, 2009c), 46% das vezes dorme na rua e 44% nos albergues, conforme alegam não querem acessar mais esse serviço pela falta de liberdade (44%), pelos horários inflexíveis (27%), por não poder fazer uso de alguma droga (21%) ou porque, quando se dispõe a encarar tais condições, não há vaga (20%). Ao pernoitar no albergue, 70% do motivo foi o medo da violência na rua. Cerca de 71% do montante pesquisado trabalha em empregos variados, frequentemente como catador (27,5%) e guardador de carro – *flanelinha* – (14%), mas também na construção civil, na limpeza urbana, como carregador/estivador, e mais outras categorias impensadas. Metade do perfil, todavia, sequer trabalhou com o contrato da carteira de trabalho e a outra metade que “assinou a carteira” o fez há pelo menos cinco anos (50%) ou dois (23%); apenas 1,9% referiu estar empregado pela carteira. Cerca de 15% mendiga para viver, o que difere dos primeiros estudos nacionais que colocavam o mendigo como a principal cara da rua. O mendicante é o que mais passa fome, um terço deles refere não ter sequer uma refeição diária, ainda que 80% do perfil geral admita que consegue pelo menos isso. Possuem o documento RG em 60% dos casos, o CPF em 42%, o Título de Eleitor em 38%. Um quarto de todos os pesquisados não possui nenhuma documentação. A grande maioria (88%) não recebe nem uma espécie de benefício estatal.

Recebem da cidade, por outro lado, com bastante frequência, a porta fechada. Dos que tentam adentrar nos espaços públicos ou privados, mais da metade (55%) refere não ter conseguido penetrar em tais ambientes, especialmente em lojas comerciais (31,8%), *shoppings centers* (31,3%), transportes coletivos (29,8%), bancos (26,7%), órgãos públicos (21,7%). A luta cotidiana frente a tais impedimentos se faz, para 95%, sem uma organização formal; apenas 2,9% participava de algum movimento social (BRASIL, 2009c).

O olhar para essa população é concomitante com o crescimento dela. Veremos no decorrer dos anos 2000 diversas pesquisas censitárias no país que tinham como objetivo o reconhecimento do fenômeno e, por outro lado, a fundamentação de políticas públicas ajustadas para esse perfil. Assim, seja no espectro das políticas públicas, seja no interesse acadêmico, seja campo de luta dos movimentos sociais, seja na atuação das organizações não governamentais, seja no espetáculo midiático, seja na defesa do judiciário às violações constantes ao povo da rua, o fato é que a vida rueira é tema corrente nas grandes cidades, ocupando uma agenda de preocupação dos legisladores e um sem fim de políticas informais de caridade e repressão do rueiro.

#### 4.8 Políticas Públicas para a Rua II

Da ação de triagem dos albergues, passamos, na cidade de Porto Alegre, assim como ocorreu em São Paulo e outras cidades brasileiras, a ter ações de encontro diretamente com a população nas ruas. Apesar de essa história estar na narrativa de muitos trabalhadores do campo assistencial, não encontramos muito material sobre a chamada “Ronda Social” e as primeiras “Operações” de Inverno da cidade. Numa entrevista concedida a propósito desta tese, as assistentes sociais Sandra Nunes e Jozélia Schvarstzaupt (2018), narram uma Porto Alegre do final da década de 1980 e início dos anos 1990, onde a Assistência Social estava à cargo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). O trabalho social nas ruas de Porto Alegre era realizado inicialmente por alguns profissionais da FGTAS nos períodos de inverno. A “Ronda” estava conectada com os albergues existentes na cidade, mediante parcerias reguladas pela própria fundação. Faziam parte dessa organização o Albergue Felipe Diel (inaugurado em 1968 pela Igreja Nossa Senhora dos Navegantes), o já conhecido Albergue Dias da Cruz, o Albergue Maria Flor<sup>38</sup> (equipamento que abria somente nos invernos na Rua 24 de Outubro) e, a partir de 1987, o Albergue Bom Jesus, à cargo da Secretaria Municipal da Saúde, com o trabalho voltado especialmente para os migrantes.

Com a municipalização das políticas sociais pós CF88 e a promulgação da LOAS em 1993, os Estados federados deixam de ter uma condução direta da política assistencial, reduzindo a pasta da Assistência Social a um pequeno departamento (DAS), conforme Decreto nº 36.843 (RIO GRANDE DO SUL, 1996). Os municípios deviam, pois, implementar e gerenciar uma rede de proteção social, com base nas garantias afirmadas pela constituição. As fundações, modelo de economia mista, foram então difundidas pelo país para a prestação da política de Assistência Social. Em Porto Alegre, a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) foi alterada em 1994 pela Lei nº 7.414 (PORTO ALEGRE, 1994), assumindo a incumbência dessa política, com a criação de cargos de provimento efetivo, integrada às políticas de saúde através da então Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social, assumindo os Albergues Bom Jesus e Ingá Brita (para crianças e adolescentes). A rede era composta, ainda,

---

<sup>38</sup>O nome era uma homenagem a uma mulher habitante da rua, falecida em abandono.

pelos Centros Regionais já mencionados, e pela Casa de Convivência. Na época, diz Sandra Nunes, o perfil da população de rua estava em transformação:

A partir de 1994, começou uma demanda de atendimento à população de rua. Por que começou a aparecer pessoas na rua, dormindo na rua, vivendo na rua, que não eram consideradas migrantes, eram pessoas que estavam ali usando álcool, dormindo, e era uma população absolutamente desconhecida para toda a população (...) Não eram os mendigos, mas eram pessoas que começaram a permanecer nos espaços das ruas. E a população começou a se incomodar, por fazerem o xixi e cocô na rua, ficavam na frente dos estabelecimentos comerciais ou das casas e tal. E aí começou uma demanda da comunidade de reclamar para a prefeitura. O prefeito tomou para si essa demanda e começou a acionar a FESC no sentido de dar atendimento a essa população (...); não era nem conhecer nem atender, era dar uma solução (NUNES e SCHVARSTZHaupt, 2018)

O receio de políticas higienistas por parte dos técnicos, dizem Nunes e Schvarstzhaupt (2018), era constante. Havia um “plantão” social que funcionava na sede da FESC, no qual os técnicos eram demandados a agir em situações específicas. As profissionais referem as solicitações de abordagem redigidos por membros do alto escalão municipal, sendo consideradas ações prioritárias para a circulação da urbe. A demanda se transformou em tarefa, em 1996, através da Ordem de Trabalho nº 10, que “determina a responsabilidade da FESC em realizar o monitoramento, abordagem, encaminhamento social e assistencial das pessoas que ocupam os equipamentos e obras de arte do perímetro central da cidade e adjacências” (Ordem de Serviço nº 10 do Município de Porto Alegre, de 16 de abril de 1996). O caráter da “ordem”, embora se dissesse continuada, era pontual e respondia basicamente às solicitações higienistas da cidade: “foi um esgotamento de tolerância”, refere Sandra (NUNES e SCHVARSTZHaupt, 2018).

No plano institucional, houve a criação de um novo Abrigo, chamado inicialmente de Abrivivência, pois reunia no mesmo espaço a atribuição da Casa de Convivência e, ademais, o trabalho de busca ativa na rua. Com o tempo, esses espaços assumiram funções distintas: surge o Abrigo Marlene, a Casa de Convivência em local separado e, no ano de 1997, o Atendimento Social de Rua (ASR), todos sob coordenação da Rede de Proteção Especializada da FESC. O ASR tinha por base a Casa de Convivência, tentando estabelecer uma retaguarda mínima de alimentação, higiene, proteção. Na rua, as equipes buscavam, numa linha divergente da ordem

higienista, a construção de vínculo com as pessoas. A conexão entre o reconhecimento das pessoas e o acesso aos recursos era, todavia, lenta. Disse Sandra, a título de ilustração:

Uma coisa muito complicada na época, que, na verdade, dava a cara da lentidão do trabalho e também das dificuldades que tínhamos no trabalho, era a comunicação (...). Esse serviço era feito via *mobi*. O kit de trabalho era um *mobi/bipe* e um saco de ficha de orelhão (...). Quando era para passarmos uma demanda era através da central do bipe (NUNES e SCHVARSTZHAUPT, 2018).

E, sobretudo, pondera Sandra, por mais que se criassem estratégias de abordagem na rua, seria necessária uma intervenção estrutural na cidade, com envolvimento de todas as políticas, pois, como bem ilustra, se a torneira não parar de pingar, nunca será interrompida a inundação. As assistentes sociais Rejane Pizzato e Simone Machado, municipais que trabalharam junto ao ASR, contam de uma realidade de crescimento constante da população de rua. Para elas, o movimento de rualização foi acelerado pelos próprios centros urbanos da cidade e do estado. A metodologia desenvolvida pelo ASR teve que se adaptar a tal realidade:

As intervenções, muitas vezes tornavam-se acompanhamentos sistemáticos individuais e coletivos, possibilitando a construção de vínculos ainda maior. Foi possível construir metodologia de trabalho, a partir das experiências vividas no cotidiano, e o protagonismo dos sujeitos que se encontravam nesta situação ocupou um espaço significativo na construção de outros serviços especializados (S. MACHADO, 2012, p. 84)

Nessa trajetória, nos aproximamos de muitos sujeitos que permanecem sozinhos ou em grupos, nas calçadas largas ou estreitas da cidade, nos mais diversos mocós embaixo de “abas”, sob e sobre pontes e viadutos, em terrenos baldios, praças, parques de esporte e lazer, em carros abandonados na via pública, em barracas improvisadas de lona plástica ou amontoado de tapumes, dentro de canos, de caixas de água, em carrinhos de papeleiros, nas escadas da catedral, dentro de bueiro, sob árvores ou mesmo no alto delas, em vagão de trem sucateado, em casas e prédios abandonados, embaixo de monumentos, boiando junto à escada do Cais do Porto, sob amontoados de entulhos, em verdadeiros túneis junto à linha do Trensurb, em terminais ou em abrigos de ônibus, em matagais distantes do centro, no túnel da Rodoviária, entre tantos outros (PIZZATO, 2012, p. 75-76).

O trabalho junto aos demandantes das ações de abordagem também se tornou uma das funções da equipe, visto que surgiam cada vez mais pedidos de remoção dos habitantes da rua.

Segundo um trabalhador entrevistado por Rejane Pizzato, em sua dissertação de mestrado, a limpeza da cidade era requisitada por proprietários que pagam seus impostos:

quando vinha a ligação telefônica, inclusive esse era um trabalho: o de problematizar desde o lugar de quem liga e desde a sua referência, o que está representado ali naquele pedido. Se é simplesmente tirar “porque eu pago imposto”, isso não é uma verdade, porque a população de rua paga muito imposto (PIZZATO, 2012, p. 73)

Mas a goteira, como ponderava Sandra Nunes, não fechava. O fenômeno na rua foi medido em Porto Alegre num primeiro censo realizado em 1994, identificando 222 pessoas acima de 14 anos vivendo nas ruas da cidade. Após esta primeira pesquisa, refere Rejane Pizzato (2012), foi realizado o I Encontro de Moradores de Rua na entidade Ramiro D’Ávila, com uma devolução sobre os dados levantados pelo censo. Entre 1999 e 2001 o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a População de Rua da PUCRS identificou 207 adultos em situação de rua na cidade (PIZZATO, 2012).

Em 2000, a FESC passa a se chamar Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) pela Lei nº 8.509, acompanhando a reforma nos conceitos da política de Assistência Social (PORTO ALEGRE, 2000). No mesmo ano a equipe do Atendimento Social de Rua e passou a atender solicitações de toda a cidade e no ano seguinte o serviço passou a ser executado junto à Casa de Convivência para a população de rua da FASC. Na cidade, o número de pessoas em situação de rua crescia consideravelmente: entre 2007 e 2008, uma nova pesquisa já indicava 1203 pessoas morando nas ruas (SCHUCH *et al.*, 2008). Nesse período (2000-2010) o ASR e as Casas de Convivência (um equipamento próprio do município e um conveniado à entidade Ilê Mulher) se tornaram uma referência para os habitantes da rua – especialmente os que se localizavam no centro da cidade –, estabelecendo uma rede junto aos demais serviços e estimulando o protagonismo desse público.

No que tange aos meninos e meninas de rua, a atuação pública se deu de modo definitivo após o Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação na cidade, através da Lei Municipal nº 6.787 (PORTO ALEGRE, 1991), dos Conselhos Tutelares, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de um Fundo Municipal para o financiamento das ações. Em todos os espaços, estava prevista uma articulação entre o poder público e as organizações não governamentais atuantes com esse público na cidade.



Os primeiros serviços para esse público foram criados nos anos seguintes, compondo um Programa de Atenção Integral à Criança a Crianças e Adolescentes (PAICA), executado por diversas secretarias. As primeiras ações desse Programa na rua (PAICA-RUA), a partir de 1994, buscaram um mapeamento das crianças e adolescentes através de abordagens entre a região da Praça da Alfândega e o entorno da rodoviária, numa trabalho integrado entre Assistência Social e Educação, articulado também com saúde, cultura e esporte (FINKLER, 2011; PIZZATO, 2012; MACERATA, 2010). Adiante, detalha Lirene Finkler (2011), o trabalho com esse público foi incrementado pela crescente política de proteção da infância e da adolescência, integrando o trabalho da rua com outras iniciativas, como na ramificação do PAICA-USPA (Programa de Atenção Integral à Criança a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas), na articulação com os serviços de base comunitária ligados aos Centros Regionais com a previsão de um repasse financeiro às famílias com crianças em situação de rua<sup>39</sup>, na consolidação de uma rede de atendimento no centro da cidade, integrada pela Escola Porto Alegre (Educação), o Serviço Ambulatorial Pró-Jovem e a Casa Harmonia (Saúde), a Casa de Acolhimento e o Acolhimento Noturno (Assistência Social), além dos serviços conveniados de acolhimento diurnos: Lar Dom Bosco (Assistência Social) e Odomodê (Cultura).

O trabalho que integrava o PAICA foi ampliado no ano 2000 e chamado Serviço de Educação Social de Rua (SESRUA). O serviço foi executado com núcleo intersetorial e outro próprio da FASC até 2006 (FINKLER 2011; PIZZATO, 2012). O SESRUA trouxe para a cidade uma definição conceitual e de diretrizes, apoiado sobre ECA. No entanto, mantinha uma atuação localizada prioritariamente na área central de Porto Alegre. Com a necessidade de descentralizar e ampliar a atuação de técnicos e educadores nos territórios, diversas iniciativas da cidade de cunho público-privado se estenderam pela cidade. Iacã Macerata (2010) e Lirene Finkler (2011), trabalhadores e pesquisadores desse período em Porto Alegre, identificam algumas das iniciativas tomadas pela gestão municipal: ampliação da equipe do SESRUA através de convênio com a entidade “LDB” entre 2006 e 2007; a Educação Social de Rua Comunitária, com atuação descentralizada em três regiões da cidade no ano 2000 (Leste, Glória/Cruzeiro/Cristal, Lomba do Pinheiro/Partenon) através de convênio com Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (ASAFOM); o projeto

---

<sup>39</sup> Iniciado pelo Projeto Sinal Verde, vinculado posteriormente ao Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NASF) e, adiante, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (FINKLER, 2011)

SOBRESSAIR (Sorrindo, Brincando e Saindo da Rua) que previa atuação no centro da cidade entre 2005 e 2006, a partir de convênio com a Associação Cristã de Moços (ACM); o Serviço de Atendimento Socioeducativo (SASE) Travessia, entre 2004 e 2007 a partir de convênio com ACM e com o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis (CPCA), atuando nas mesmas regiões mapeadas pela ASAFOM.

Em 2007, surge o Programa Ação Rua, que sintetiza grande parte do referencial construído pelo SESRUA, incorporando a parceria com as organizações não governamentais que já atuavam com crianças e adolescentes na cidade:

A construção do projeto Ação Rua parte da necessidade de articular diferentes ações que vêm sendo desenvolvidas na cidade de Porto Alegre, considerando o conjunto de políticas sociais e a execução por serviços governamentais e não governamentais com reconhecida intervenção e experiência na área. Visa não apenas unir sociedade civil e governo na construção do enfrentamento desse grave fenômeno socioeconômico cultural, mas reunir a experiência acumulada pelo conjunto dos serviços de modo a superar nós diagnosticados através da prática (PORTO ALEGRE, 2006).

Voltaremos ao projeto do Ação Rua adiante.

Para completar esse segundo cenário de políticas da rua na cidade é preciso salientar que o trabalho realizado pelo ASR e pelo SESRUA tinham por base uma linha de cuidados que buscava a redução dos riscos, vulnerabilidades e danos dos atendidos. No campo da saúde, a capital gaúcha foi pioneira numa aproximação junto ao povo da rua, ainda em 1997, com a atuação do Programa de Redução de Danos (PRD) na cidade, fazendo abordagens em “praças, parques, viadutos, bares, etc.”, frequentando o cotidiano dos locais onde as pessoas viviam e usavam drogas. O foco no início do trabalho foi a prevenção do contágio do HIV, distribuindo no primeiro ano 20 mil seringas e 43 mil preservativos<sup>40</sup>. Este serviço estabeleceu uma relação estreita com as pessoas da rua na cidade, construindo uma estratégia de aproximação que visava, antes da abstinência ou da saída da rua, a construção de uma metodologia de cuidado.

As políticas dessa época anunciavam, enfim, as políticas redemocratizadas do país, apoiadas em modelos de gestão populares. No entanto, o PRD foi perdendo espaço dentro das ações da Secretaria Municipal de Saúde, sem a contratação de novos redutores de danos, ficando

---

<sup>40</sup> Dados contidos no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=63854&p\\_secao=3&di=2006-06-06](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=63854&p_secao=3&di=2006-06-06). Acesso em: 23 set. 2018.

à margem das políticas da cidade. Em 2003, a Política para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde, assume a redução de danos como estratégia de “intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde e dos direitos humanos” (BRASIL, 2003). A proposta da política seguia os preceitos da reforma psiquiátrica brasileira, apostando em uma rede de cuidados substitutiva a repetida lógica de internação psiquiátrica.

Em soma, as políticas da rua realizadas no município ao final do século XX foram consideradas avançadas frente ao panorama nacional, tanto no nível organizacional pela constituição dos serviços, quanto no nível conceitual pela humanização das técnicas de intervenção.

### **Morro da Cruz**

Ângela descia o Morro da Guampa com os olhos na cidade que acordava. Do alto, via as luzes ainda acesas da cidade, tendo como fundo a laguna prateada que transitava ao lado dos grandes prédios do centro. Conhecia os degraus de cor, seu pai ajudou a construí-los na década passada, ainda quando se afirmavam os primeiros moradores da antiga chácara José Murialdo. Descia salteado no sapato de plataforma alta e bico afinado. O dia seria tenso.

A mulher acompanhou pequena quando sua família fora transladada da Ilhota, como muitas das famílias negras que ali moravam. Guardou consigo a indignação daquele dia, de ter abandonado suas brincadeiras no arroio e a familiaridade segura daquela vizinhança. Mas, sabedora da perseguição a sua gente, aprendeu a gostar do morro, a defender seu quinhão de terra: não existe lugar melhor, costuma dizer, o melhor é ter um lugar. Havia firmado sua liderança pelo estímulo dos professores da escola estadual que se encravava na base do morro, de onde iniciou a militância pelos direitos sociais da comunidade. A situação de opressão e abandono lhe parecia ainda mais pungente com o conhecimento. Ao concluir os estudos, passou a dar aulas particulares e organizou uma turma de alfabetização que realizava sem cobrar dos alunos numa parte do terreiro de sua avó. Por ali mobilizaram outros moradores para ações sociais no bairro, seja de limpeza, de abertura de ruas, de construção de casas, diversas ações, enfim, que o poder público se acostumou a não fazer. Com a amplitude das ações organizaram formas de arrecadar verbas, com feijoadas, rifas e até um baile. Tornou-

se uma das líderes desse grupo e ganhou legitimidade ao protocolar os pedidos de maneira formal na câmara de vereadores, se tornando uma porta-voz do morro.

Subir o morro e descer, portanto, foi um hábito cotidiano. Fazê-lo de salto alto é necessário algumas vezes: a política às vezes se faz por caminhos estranhos. A reunião daquele dia era na escola, sobre uma ocupação recente realizada nos altos do morro. Logo na chegada percebeu a cena e os papéis: duas professoras com cabelos aparados ao ar, uma com colar que quase alcançava a mesa e a outra com óculos de lentes fundas; um padre vestido em hábito talar e uma assistente social com um xale elegante; um médico e uma enfermeira com aventais hierarquizados pelos tons de branco. Pensou na hora que deveria ter amarrado melhor o cabelo, talvez escondido a guia de proteção, mas logo se agarrou nela, decidida a bancar aquela gente branca.

Começou a professora: saudamos muito tua presença, Ângela, que (olhando para os demais) é filha dessa comunidade, formada nessa escola, situando seu papel na cena. Seguiu: como sabes, temos tido muitas situações com o pessoal que chegou no alto do morro desde o ano passado. Há notícia de que vocês já fizeram algumas intervenções no local, podés nos dizer? A negra num fio de segundo lembrou das noites que passaram batendo madeira e erguendo casebres no meio do mato, depois cortando árvores, fazendo comida para as crianças... Claro, disse, é um pessoal conhecido nosso, vieram de muitos lugares, tem gente ali até de Santa Catarina, passam muito trabalho, chegaram sem nada. Fizemos até um requerimento à prefeitura para que desse assistência a esse povo, mas até agora nada.

O médico, um pouco incomodado, de pronto disse: nada não é bem a palavra, desde que abrimos o posto de puericultura temos recebido muita gente, mas, assim, falando o português claro, são um bando de vagabundos, não fazem o tratamento que indicamos e, para piorar, se contagiam e passam aos filhos o lema da vida fácil e do vício. Ângela respirou fundo e enquanto pensava como retrucar o branco mais branco da sala, a assistente social, em mediação, entrevistou calmamente. Em verdade, temos uma situação em especial que precisamos tratar, os filhos da senhora Rosa, especialmente da menina Gina. Sabes? Eles estão inscritos na Creche da Associação, mas recentemente têm apresentado comportamentos duvidosos, além de se estarem sempre com fome, malvestidos e por vezes machucados pelos namorados da mãe. Um novo suspiro de Ângela. Conhecia Rosa. Era uma mulher negra que se estabeleceu com os filhos numa peça improvisada no morro, que chegou com a cara roxa de

hematomas, o lábio alto por uma agressão. Lembra que nunca falaram sobre isso, que no dia a mulher segurou o olhar fixo em Ângela e foi o suficiente para que entendesse tudo.

Sem meios de viver, os meninos pediam dinheiro na avenida de baixo e pouco a pouco foram ganhando uma fama de pivetes ladrões. A menina, caso que mais alarmava, aos 12 anos já se prostituía junto com a mãe na mesma avenida. De lá, tiravam o sustento pro alto do morro. A situação já havia sido abordada meses antes, quando se providenciou a escola para os filhos menores. Mas, agora, a situação havia agravado. Frente aos olhares de inquisição, Ângela limitou-se a dizer: conheço a Rosa, sei de todo o trabalho que ela passa, mas que querem dela? A professora se acomoda na cadeira e, com decisão, informa o real motivo da conversa: chegou até a escola um oficial de justiça, com a demanda de recolhimento das crianças. Temos o entendimento que essa gente, me corrige doutor se falar bobagem, sofre de degenerescência moral. Em verdade, completa a enfermeira, os transtornos estão bem agravados, mas o quanto antes cessar a vida desregrada, mais chances de corrigi-lo antes de serem adultos. A respiração de Ângela vem lentamente do fundo, uma gotícula de suor se forma na testa: e o que vão fazer com elas, meu Deus? O padre, que até então assistia com interesse a conversa, disse num português alemoado que seriam recolhidas em local apropriado perto dali, na Casa da Criança, vinculada à Associação de Proteção à Infância. Tudo estava, como parecia, arranjado. O próprio juiz da Vara de Menores já havia decretado o feito, com base em relatórios feitos por aquela rede, e o município garantido as despesas junto à entidade filantrópica. Ângela olha para o Padre e vê na túnica um vulto negro, se assusta, mas não demonstra. Apenas pergunta: e o que querem de mim? Disse o médico: precisamos saber apenas como chegar até a casa, o carro do oficial foi barrado duas vezes no local e não queremos conflito.

Com a cabeça baixa, balançando em negativo, sussurrou para si: agora entendo. A mulher se reposicionou na cadeira, sentindo no estômago toda a opressão de seu povo, mas, estratégica, cruzou as pernas com elegância e começou agradecendo por chamar a Associação, narrando os feitos assistenciais, as lideranças formadas, a luta por políticas sociais. O ritmo das palavras já havia colocado todos aos seus encostos, menores frente ao conhecimento que a mulher expressava. Percebendo o efeito, Ângela propõe: converso com eles, não é problema. Agora, vejo que vocês estão organizados e temos lá no morro outras situações que procuramos resolver entre nós e que, do contrário, vocês não nos deixam passar.

Precisamos do apoio de vocês para o saneamento das casas, para inserir os jovens no trabalho, para regularizar nossos lotes. Como fazemos?

A inversão trouxe tanto espanto quanto encanto. A assistente social e a enfermeira imaginaram ter Ângela como uma colaboradora, assim como o que havia lido sobre líderes comunitários atuando nos postos de saúde, aprimorando o conhecimento sobre os problemas e soluções do microssistema social; o médico pensou na possibilidade de abrir um campo de saúde comunitária para seus alunos; o padre reconheceu com escárnio e inveja a malandragem dela para negociar. Ao fim, vendo o terreno ganho, Ângela pediu cinco dias para o oficial retornar e garantiu uma proximidade que se mostrará benéfica com a rede pública da região.

Saiu da reunião com o cigarro na mão, acendendo dois passos após deixar o círculo. Que gente perigosa, pensou. Demorou ali até cumprir meia dose do tabaco. Já respirando melhor, iniciou a subida criando as palavras para falar com Rosa. Sentia-se como Cândido Neves no conto “Pai contra mãe”, de seu autor preferido. Mas, nesse caso, o caçador não encontrará a caça. Era certo que ali, mapeada por tal policiamento, seria impossível de Rosa permanecer. Quando chegou no alto, perto da casa da vizinha, esbaforida, tombou a bunda na banqueta que estava à frente da mulher. Acudi-a para perto. Buscando ar, pegou mais um cigarro. Disse a primeira palavra depois de duas longas tragadas: fui numa reunião com os homens lá embaixo. Os olhos de Rosa já dilataram em espreita. Ângela reconheceu o pavor de Rosa e balançou a cabeça em afirmação. Tua menina e os guris. Rosa deu dois passos atrás e escorou o corpo lentamente contra uma árvore. Olhou com detalhe para a casa que tinha montado. Não seria a primeira vez, nem a última. Estava há dois anos ali. Protegida pelas relações criadas, não sofrera violência nesse período. Mas era a sina. Ângela lhe alcançou um cigarro, acendeu-o na boca da mulher, que só lhe perguntou com o ar pleno de fumaça: quanto tempo?

#### 4.9 Neofilantropia

Os ventos do norte que assistiram ao país na ditadura não deixaram de soprar, sabemos. No plano mundial, assistimos desde a década de 1970 uma lenta dissolução do conflito ideológico entre socialismo e capitalismo, estabelecendo para todas as nações uma nova ordem mundial, de abertura econômica, de liberalismo nas acumulações e fusões, construindo um

mercado global. A onda *neoliberal* atingiu a todos, da Rússia ao Peru, da China ao Senegal, da Finlândia ao Panamá. Como na receita do capitalismo clássico, o poder finda localizado numa parcela mínima de pessoas, que, a partir da posição de privilégio estabelecida, produz as regras das relações comerciais e das formas de financiamento, imprime o ritmo da modernização industrial e regula o mercado de trabalho.

Para Sílvia Caccia Bava (2000), o receituário imposto por organismos como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial impuseram como condição para participação nos lucros, a abertura das barreiras protecionistas, exigindo a privatização das empresas públicas, a flexibilização das leis de trabalho e o questionamento das leis previdenciárias. O chamado Estado Mínimo era mínimo apenas para os interesses coletivos, reservada sua ação na defesa dos interesses do capital financeiro. A liberdade ao mercado, setorizando-o como uma esfera distinta do Estado, também dissociou deste a responsabilidade das políticas sociais. Paulo Eduardo Arantes (2000) resume:

Três setores, a saber: os dois subsistemas estruturados pelo funcionamento supostamente neutro e impessoal dos meios de poder e dinheiro e o vasto Mundo da Vida em que floresce o gosto pela sociabilidade de que tanto carece o ambiente competitivo do novo cenário econômico (p.11).

O chamado terceiro setor terá grande incidência nas ações filantrópicas, nas organizações comunitárias, ficando delegada à Sociedade Civil a política social, reconhecendo a incapacidade do Estado executar as políticas sociais, atuando apenas como regulador tecnocrático dos recursos.

Surge por aí uma dicotomia da nova ordem, uma vez que financia em grande parte as ações sociais, com a destinação de um volume extenso de recursos e isenções tributárias às empresas filantrópicas, e ao mesmo tempo cria instrumentos de monitoramento e planificação dos dados, propondo uma coexistência de funções com o setor privado: uma parceirização que redesenhou as funções estatais. Disse Robert Castel que, no campo assistencial francês ainda à década de 1970, passaremos a uma esfera não mais de resolução, mas gestão dos riscos:

o domínio a Ação Sanitária e Social é sem dúvida característico do modo de gestão que queria promover um Estado neoliberal, esta estratégia que tenta conjugar a planificação centralizadora e a iniciativa privada, o autoritarismo dos tecnocratas e a convivência das associações espontâneas dos cidadãos, a objetividade que emprestamos aos profissionais e os bons sentimentos que se imaginam ser o apanágio dos benévolos (CASTEL, 1987, p. 118).

No Brasil, o terceiro setor foi acionado massivamente a partir da década de 1990, com a condução das políticas neoliberais de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Curiosamente, anos após ter constituído um sistema de seguridade social protecionista. Nesse modelo de gestão, a Sociedade Civil organizada, que havia sido fundamental para a construção dos movimentos sociais de reabertura política e para a Constituição Cidadã, respondeu ao chamado assumindo a parcela de complementaridade da esfera pública. A parceria está prevista na legislação, como no caso da Saúde:

A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos (Artigo 199º da CF88)

Na Assistência Social, conforme a Lei Orgânica (BRASIL, 1993), as organizações são definidas no artigo 3º: “Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”, prevendo como condição sua concordância ao Conselho Nacional de Assistência Social, regulador dos cadastros de entidades e, de uma maneira geral, da política de Assistência Social no país.

O terceiro setor, nesse contexto, proliferou. Nas palavras da Ruth Cardoso, primeira dama no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo protagonista na extinção da LBA em 1995 e na criação de diversos programas assistenciais, as organizações inovam o modo público de fazer a política social:



Sua afirmação tem o grande mérito de romper a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público (...). Na década de 80 foram as ONGS que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. Hoje percebemos que o conceito do terceiro setor é bem mais abrangente. Inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde educação e bem-estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas (CARDOSO, 1997, *apud* CACCIA BAVA, 2000, p. 51-52).

O novo desenho do Estado é contornado, então, por um espaço amplo e difuso de entidades da sociedade civil. Até o fim da gestão FHC ao ano 2002, segundo dados do IBGE sobre as Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL), havia mais de 500 mil entidades constantes no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), sendo que 275 mil delas apresentavam o seguinte critério: “organizações institucionalizadas, privadas, não distribuidoras de lucro, auto-administradas, e voluntárias” (IBGE, 2004, p. 19). Estavam agrupadas em grandes setores, dos quais destacamos, com números aproximados: Religião (70 mil entidades), Associações Comunitárias de Desenvolvimento e Defesa de Direitos (45 mil), Cultura e Recreação (37 mil), Assistência Social (32 mil), Educação (17 mil), Saúde (menos de 4 mil) e Habitação (pouco mais de 300 entidades). O censo sobre essas entidades também revelou que mais de 50% delas, ou seja, 140 mil aproximadamente, foram criadas entre 1991 e 2000. No Rio Grande do Sul, em 2002, o montante de entidades sem fins lucrativos passava dos 25 mil.

Esse cenário foi favorável para a construção de políticas de cunho campanhista, apoiada em projetos de captação organizados e direcionados para as causas públicas. No espectro da legislação, a promulgação da LOAS não garantiu a construção de uma política nacional de Assistência Social, concedendo pequenos avanços enquanto se produzia articulações importantes no campo filantrópico. Para Luis Eduardo Wanderley (2010b), as políticas assistenciais formuladas no período iam ao contrário do previsto constitucionalmente, retirando delas o “estatuto de direito social”, dando-lhes um “caráter de não política” (p. 220). Dentre as destacadas ações do período, cabe recuperar a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria, e Pela Vida”, liderada por Herbert de Souza (Betinho) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que Caccia Bava (2000) refere ter sido apoiado por mais de 5 milhões

de pessoas, mobilizando diversos setores na sociedade brasileira, tendo distribuído mais de 500 toneladas de alimentos. Sua maior importância, diz o autor, foi ter provocado “uma experiência de solidariedade de âmbito nacional, inscreveu na agenda política a sua inconformidade com o estado de pobreza de muitos brasileiros, e abriu espaço junto aos poderes públicos para negociar políticas de combate à pobreza” (CACCIA BAVA, 2000, p. 56).

De fato, houve o surgimento adiante do Conselho Nacional de Política de Segurança Alimentar e ações mais direcionadas ao combate à fome. Por outro lado, aprimorava a função do esmoler, diluído em sistemas de captação facilitados (como por telefone), estimulados pelos meios de comunicação hegemônicos. A filosofia de solidariedade estava presente também no Programa Comunidade Solidária, a cargo de Ruth Cardoso, que propunha ações de emergência na sociedade brasileira, com foco na fome, no analfabetismo, no trabalho infantil. Surgem nesse contexto, recupera Adalgisa Sposati (2010), programas como o de Alfabetização Solidária (ao custo de R\$ 34 reais por aluno, executado por entidades sem fins lucrativos, à base do voluntariado) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), composto por convênios em estados e municípios com a sociedade civil para conceder benefício de renda mínima, com a garantia de inclusão escolar de crianças em turno integral e qualificação profissional dos adultos da família. No âmbito protecionista da LOAS, em 1996 começa a ser disponibilizado o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos com mais de 67 anos e pessoas portadoras de deficiências. Logo, no popular, se chamará essa garantia mínima de “bolsa LOAS”.

Por outro lado, o Estado buscou regular a sociedade civil com as intenções autoritárias do plano neoliberal, tendo por base uma legislação democrática e protecionista. Dentro desse cenário de contradições, uma das alterações importantes, prevista na LOAS, foi a instauração do Conselho Nacional de Assistência Social em 1993, destituindo o CNSS como órgão regulador dos certificados de filantropia e das subvenções ou isenções decorrentes. O CNAS, diferente do CNSS que tinha sua composição ditada pelo governo, é um órgão paritário, composto por governo e sociedade civil, onde se incluem os usuários dos serviços, entidades do terceiro setor e trabalhadores. O CNAS foi, segundo Maria Luiza Mestriner (2008), um instrumento de guinada para uma *Filantropia Democratizada*.

No campo governamental, são extintas a LBA (1995) e o Ministério de Bem-Estar Social, sendo criada, a Secretaria Nacional de Assistência Social, ligada ao Ministério de Previdência e Assistência Social, e, de maneira colegiada, são criados os Conselhos Estaduais

e Municipais de Assistência Social, do qual os representantes do governo municipal tem assento fundamental. Em contrapartida, a sociedade civil ganha espaço formal na legislação brasileira. São avanços das organizações, elencados por Patrícia Reis (2013), a lei do voluntariado (1998), a lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público de (1999) e a regulação pelo Código Civil de 2002.

Nas estratégias públicas-privadas neoliberais, Mestriner acusa o fortalecimento de uma *Filantropia Solidária*, uma vez que se manteve um continuum das relações do Estado com o terceiro setor. De fato, as entidades socioassistenciais passaram a ocupar de modo massivo os espaços colegiados, alimentando o assistencialismo e o clientelismo, controlando a relação entre os recursos públicos e as renúncias fiscais. Diz ela:

O padrão de relação público-privado na assistência social continua discricionário, burocrático e cartorial, sem nenhuma avaliação qualitativa, permitindo que uma instância pública burguesa, um conjunto de instituições, num “corporativismo” pouco explícito, continuem dominando a área, numa aliança conivente com o Estado (MESTRINER, 2008, p. 264-265)

O terceiro setor adentrou o mercado social com estratégias de marketing e captações diversificadas, compondo aglomerados de parcerizações, arranjos campanhistas, adaptando o campo socioassistencial ao modelo neoliberal. Justamente esse movimento adaptativo que estamos chamando de *Neofilantropia*.

#### **4.10 Segmentações III**

Com a previsão da Reforma Urbana na Constituição de 1988, a situação do assentamento urbano veio à pauta das cidades, sendo tratada na Lei Orgânica de Porto Alegre de 1990. No governo popular do Partido dos Trabalhadores na cidade (1989 a 2004), foi criado, através da Secretaria Municipal de Planejamento, um Programa de Regularização Fundiária e se aplicou a previsão constitucional (artigo 183º) de usucapião urbano especial, destinado às áreas ocupadas por mais de cinco anos, não ultrapassando 250 metros quadrados e sendo utilizado para moradia. As ações do programa se balizavam pelo artigo 208 da Lei Orgânica, que assegurava:

I - a urbanização, a regularização e a titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção de moradores, exceto em situação de risco de vida ou à saúde, ou em caso de excedentes populacionais que não permitam condições dignas à existência, quando poderão ser transferidos, mediante prévia consulta às populações atingidas, para área próxima, em local onde o acesso a equipamentos e serviços não sofra prejuízo, no reassentamento, em relação à área ocupada originariamente; II - a regularização dos loteamentos irregulares, clandestinos, abandonados e não-titulados; III - a participação ativa das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas; IV - a manutenção das áreas de exploração agrícola e pecuária, e o estímulo a estas atividades primárias; V - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio paisagístico e cultural; VI - a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública.

Jaqueline Severo da Silva (2005) narra que o trabalho de regularização fundiária não era bem visto pela elite da cidade. No exemplo da Vila Planetário, com a construção de um conjunto habitacional no próprio local onde a vila estava assentada, logo nos anos 1990 e 1991, em uma área central com alta densidade populacional – bairro Santana – provocou uma discussão na cidade. A imprensa deu vazão às críticas e até mesmo uma ação popular foi encabeçada por um vereador para tentar impedir o loteamento, com fins de “evitar conflitos sociais”, possivelmente se referindo ao pensamento contido nos jornais da época:

Oriundos, na sua quase totalidade, do interior do Estado, sem qualquer vocação para a vida urbana, desajustados, por isso mesmo social, cultural, profissional e economicamente, em relação à vizinhança com a qual convivem diuturnamente, os ocupantes da Planetário, assim como o de qualquer outra plantada no seio da região mais central de Porto Alegre, ali inseridos por contingências da vida, num ambiente com o qual não se ajustam, buscam na bebida, na agressão ao patrimônio alheio e nas mais diferentes formas de desrespeito a elementares direitos de seus vizinhos, uma forma de compensação para a desumana e triste vida que levam infelizmente. Nenhuma medida que não implique na remoção da Vila para uma área distante do Centro, onde possam escapar à permanente agressão das desigualdades, sua origem e sua cultura, será justa, prudente e capaz de sanar o problema (Zero Hora, 08 de agosto de 1991 *apud* J. S. SILVA, 2005, p 34).

E no ano seguinte, outra reportagem de cunho higienista (Zero Hora, 13 de junho de 1992 *apud* J. S. SILVA, 2005, p 35):

Moro há 15 anos no bairro Santana e vi nascer a Vila Planetário, verdadeira chaga desta parte da cidade. Agora recebi estarrecido a notícia de que os moradores da vila vão ganhar casas de alvenaria, novinhas em folha para morar. Quer dizer: as pessoas invadiram um terreno no qual deveria ter sido construído um colégio, construíram malocas, transformaram o jardim do Planetário num verdadeiro chiqueiro, infernizaram a vida dos moradores das proximidades, transformaram as imediações num depósito de lixo e sujeira e ainda vão ser premiadas por isso (...). Sou trabalhador, assalariado e pago meus impostos, mas até hoje não consegui adquirir casa própria. Vou invadir um terreno qualquer também, construir uma maloqueira, e esperar 10 ou 15 anos para receber minha casinha da Prefeitura.

A pressão sobre as áreas irregulares da cidade era constante no noticiário, sendo defendida pelas construtoras a privatização dos espaços mais centrais, com a contrapartida de criação de comunidades regionalizadas, sob a alegação de que seria possível dispor de melhor estruturação. Na Zero Hora de 16 de agosto de 1992, o tema da Planetário e de outros enclaves da cidade é alvo de críticas do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (SINDUSCON), com a manchete de que “a venda de áreas nobres reduziria os problemas”. Na mesma reportagem, a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN) entende que a remoção se faz necessária porque que as vilas atingem o “ambiente natural” e urbano da cidade, especialmente no caso dos arrabaldes do Rio Guaíba; a OAB, como representante do saber jurídico, reconhece a legalidade das ações previstas na lei orgânica municipal, mas alerta para o benefício ao município se vendesse os terrenos nobres; enfim, urbanistas ligados ao projeto “Porto Alegre Ano 2000”, que afirma a política de regularização da prefeitura como “charlatanismo urbanístico”.

Sob tal pressão, o coordenador do Programa de Regulação Fundiária admite que o modelo aplicado na Vila Planetário não deverá ser aplicado em outros pontos calamitosos, cabendo uma análise das propostas de compra dos terrenos e do plano socioeconômico e geográfico do território em questão. A reportagem evidencia as políticas voltadas para os enclaves urbanos, mas também sobre a faixa de terreno que se situa na margem do Rio: a Vila Cai-Cai. A foto que estampa a capa do jornal dominical daquele agosto mostra a aglomeração de casebres ao lado da Av. Beira Rio, no areal fronteiro ao rio. A mensagem, ao final, era de insuportabilidade. O relato de uma criança que fora atropelada na faixa de circulação dos cidadãos motorizados se soma ao tom de esgotamento da situação. De fato, a Cai-Cai não durará muito neste local. Em 1995, mesmo com as estratégias populares, as famílias foram transferidas para o Loteamento Cavalhada, mais conhecido como Cidade de Deus (COMIM, 2010).

As remoções seguirão acontecendo na cidade, pela ocupação das áreas por gente nobre, para construções ditas revitalizantes, sobrepondo a vida que até então ali existia. O movimento é chamado de “gentrificação” por diversos autores da sociologia, especialmente a partir de Ruth Glass em 1964, recuperando uma antiga palavra francesa *gentrifier*, que remete às pessoas gentis, nobres (MATHEMA, 2015). A desapropriação dessas áreas por pessoas nobres é estudada no âmbito das políticas públicas justamente pela interferência do Estado na condução dessas remoções, estimulada pelo financiamento de iniciativas privadas, que propõem, a altos custos, a vitalização capitalística dessas áreas. São exemplos recentes na cidade de Porto Alegre a remoção de 783 famílias das Vilas Campos do Cristal e Arroio Cavalhada para construção do Barra Shopping Sul no bairro Cristal (COMIM, 2010), a previsão de retirada de mais de 1500 famílias da Vila Tronco a propósito da construção de uma grande perimetral que virá estabelecer uma nova rota para zona sul da cidade, e cerca de 1500 famílias da Vila Dique removidas pela ampliação do aeroporto e a previsão da descida de aviões de grande porte na cidade (PORTO ALEGRE, 2009; WOBETO, 2014; DAMASCENO, 2018).

Tudo regimentado dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, criado em 1999 e complementado em 2010 e 2011. O texto recorta as cidades em zonas e macrozonas de produção econômica, de ocupação intensiva e rarefeita do território, regulamenta o uso do solo e da superfície e suas tributações, define um modelo espacial de ocupação do território, com o zoneamento do seu uso. Conforme o artigo 31º do PDDUA, as zonas de uso da cidade são conceituadas em:

I – Cidade Miscigenada – caracteriza-se pela presença de diferentes atividades em todo o território, desde que compatíveis com condicionantes paisagísticos, ambientais, infraestruturais ou com outras atividades instaladas; II – Policentralidade – o conjunto dos espaços urbanos que configura a distribuição das centralidades conforme proposto no modelo espacial; III – Centralidade – a qualidade de um espaço dito central, que reúne características próprias de densificação, fluxos, animação, miscigenação, acessibilidade e tipo de infraestrutura que podem se apresentar em diferentes graus ou hierarquias, constituindo centralidades de caráter metropolitano, urbano, regional ou local; IV – Incômodo – o estado de desacordo de alguma atividade com condicionantes locais como vivências sociais, qualidade ambiental e/ou outras atividades vizinhas; V – Impacto – a repercussão, positiva ou negativa, ocasionada pela implantação de uma atividade específica no ambiente, na estrutura ou na infraestrutura da cidade, bairro ou região; VI – Manutenção do Patrimônio Ambiental do Município através da preservação dos bens naturais e culturais; VII – Estímulo à produção primária.

E no artigo seguinte, define as áreas com peculiaridades específicas, de interesse cultural, ambiental, institucional, agroindustrial, esportivo e recreativo, de produção, enfim. Dessas, destacamos a previsão das Áreas com Potencial de Intensiva, que ficam disponíveis aos interesses do “urbanizador” que deseje construir projetos de habitações de interesse social. Em termos legais, portanto, há no documento o mapeamento das zonas de incômodo e, no mesmo raciocínio, as zonas de reacomodação. As pessoas são citadas apenas sete vezes no documento, especialmente no que se refere à mobilidade; os veículos são citados em 29 oportunidades. É o mesmo sentimento contido no Estatuto das Cidades – Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001b) – e nos demais Planos Diretores Municipais que orientam a organização urbanística de cada cidade. Os documentos públicos evidenciam a cidade enquanto espaço de produção e escoamento do capital. As pessoas praticamente não são citadas.

No caso de Porto Alegre, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (Lei Complementar nº 434, de 1999, atualizada pelas LC 646/2010 e 667/2011), estabelece um plano espacial de ocupação em macrozonas de uso do território, prevendo estratégias de mobilidade, de preservação ambiental, dos modos de produção e promoção econômica (PORTO ALEGRE, 1999; 2010; 2011). Recorta-se a cidade dentro de uma utilidade racional, sendo o disfuncional um ponto de entrave, de incômodo: alvo das políticas de gentrificação.

#### **4.11 Reforma e Contrarreforma na Saúde Mental**

A denúncia às violências do alienismo veio à tona na década de 1970, com a constatação de se ter realizado no Brasil um verdadeiro genocídio dentro dos hospitais psiquiátricos, o que Daniela Arbex (2013), a propósito do que se passou com mais de 60 mil pessoas no Hospital Colônia de Barbacena, chamou de Holocausto Brasileiro. Como imagem desse morredouro, a autora evoca a lembrança de uma trabalhadora do Colônia, cargo de assistente psiquiátrico, no encontro com o manicômio no seu primeiro dia de trabalho:

Marlene foi surpreendida pelo odor fétido, vindo do interior do prédio. Nem tinha se referido de tamanho mal-estar, quando avistou montes de capim espalhados pelo chão. Junto ao mato havia seres humanos esqueléticos. Duzentos e oitenta homens, a maioria nu, rastejavam pelo assoalho branco com tozetas pretas em meio à imundície do esgoto aberto que cruzava todo o pavilhão (...) Avistou num canto da ala um cadáver misturado entre os vivos. Observou quando dois homens de jaleco branco embrulharam o morto num lençol, o décimo sexto naquele dia, embora muitos outros agonizassem. Na tentativa de se aquecerem durante a noite, os pacientes dormiam empilhados, sendo comum que os de baixo fossem encontrados mortos, como naquele dia. (ARBEX, 2013, p. 18)

A crítica ao modelo de tratamento dos hospícios se fez de muitos modos. Acusava-se, no plano administrativo, a irresolutividade do modelo de tratamento e, num outro, a necessidade de investimentos constantes para aprimoramento das técnicas, o que não se mostrava rentável em relação ao benefício. No Hospital Psiquiátrico São Pedro, a falta de investimento acabou por sucatear toda a lataria científica com a qual a medicina gaúcha trabalhou para corrigir os internos. Uma medida de esvaziamento foi tomada logo no início da década de 1970, com a tentativa de devolver aos municípios os sujeitos que já habitavam um sem-tempo no hospital: o Programa de Setorização incorporou assistentes sociais para o trabalho de regionalizar a demanda contida no São Pedro túrgido. Em 1975, conforme estudamos no curso do mestrado, o número de internos havia diminuído para 3200 moradores; em 1983, viviam ainda 1820 pessoas (CUNDA, 2011).

Já no plano técnico, o modelo era a essa altura questionado internacionalmente, especialmente após a Reforma Psiquiátrica italiana, liderada e conceituada por Franco Basaglia e Franco Rotelli. No Brasil, a crítica ao modelo manicomial se fez em paralelo ao movimento de Reforma Sanitária, crescendo ao final dos anos 1970 e ajudando a formular um novo conceito de atenção. Data de 1979 uma primeira organização com o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental, do qual surgem os principais questionamentos dos manicômios brasileiros (BRASIL, 2005, p. 7)

É sobretudo este Movimento, através de variados campos de luta, que passa a protagonizar e a construir a partir deste período a denúncia da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais.



O movimento que culminará em 1987 com a realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental, defenderá reformas nos aspectos jurídicos, culturais e assistenciais, prevendo o fechamento dos hospitais psiquiátricos e a construção de uma rede de atendimento descentralizada, com intervenções em níveis distintos de complexidade. Surge, ainda em 1987, em São Paulo, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), se assumindo como modelo de atendimento territorializado, com alternados graus de cuidado e tutela.

A rede defendida na “luta antimanicomial” previa ainda o trabalho em nível de atenção básica, os serviços de geração de renda e economia solidária, os serviços residenciais terapêuticos e a garantia de leitos psiquiátricos em hospital geral. No Rio Grande do Sul, a Lei nº 9.716 da Reforma Psiquiátrica (RIO GRANDE DO SUL, 1992), exigia a substituição progressiva dos leitos em hospitais psiquiátricos por uma rede diversificada de atenção, composta, conforme o artigo 2º da lei, por serviços como: “ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares”. Em Porto Alegre, os primeiros CAPS foram criados em 1996, chamados Cais Mental, como pontos de amparo à loucura numa cidade que se queria humana e democrática (PALOMBINI, 2007).

Em paralelo aos movimentos de reforma, a psiquiatria buscou renovação. Já na década de 1970 entranha no Hospital Psiquiátrico São Pedro os códigos internacionais de doenças CID VIII, com seus quadros psíquicos, mas também diagnósticos do DMS-II e DSM III. A especialização dos códigos exigiu também uma especialização dos encaminhamentos. As demandas que chegavam ao setor infanto-juvenil, como estudamos na pesquisa de mestrado, reforçam, apesar dos diagnósticos, uma relação direta com os distúrbios comportamentais: “agitação, agressividade, crise psicomotora, revolta, fuga de casa, uso de tóxicos”, diminuindo significativamente os sintomas clássicos da loucura como “visões ou alucinações” (CUNDA, 2011, p. 70). A toxicomania, percebiam, ainda ficava à beira dos diagnósticos, submetido aos transtornos de personalidade, como no caso de uma menina de 15 anos encaminhada pela FEBEM em 1972, que tinha nas justificativas iniciais de internação “viciada em tóxicos, prostituição e violência psicomotora” e no diagnóstico “Distúrbio de Personalidade”. E assim, encaminhamentos semelhantes de meninos e meninas proliferaram na década de 1980 (especialmente dos abrigados na FEBEM), contendo na justificativa o uso de álcool, cola e inalantes, alertavam para os riscos de agressão e agitação, brigas e tentativas de suicídio. Numa

explicação psicologizada, se coloca que são sujeitos de famílias desestruturadas, abrigados em instituições ou vigiados de perto pelos sistemas comunitários de acompanhamento familiar (SCISLESKI *et al.*, 2008). Diagnosticados, enfim, com os novos nomes da loucura.

A partir da década de 1990, quando já estaremos na vigência da CID 10, os códigos mais prevalentes serão, além do genérico transtorno de incapacidade “Deficiência Mental leve”, o do “transtorno de personalidade antissocial” e a “dependência de drogas” (CUNDA, 2011). E, como um espelho dos desajustes da rua, o aparelho psiquiátrico registrou no código F14 do CID 10, os “Transtornos Mentais e Comportamentais devidos ao uso de drogas – síndrome de dependência” e, em especial, a variação o quadro F14.2, que se refere à dependência da cocaína ou derivados. Os adolescentes estudados na década de 2000 viviam uma itinerância pelas instituições asilares, assistenciais e policiais, sendo comum estarem na internação por ordem judicial (SCISLESKI, 2006; CUNDA, 2011). O fenômeno estado por Maria Cristina Vicentin e Miriam Debieux Rosa (2010) é concomitante com a luta por direitos de crianças e adolescentes, sendo a internação psiquiátrica justificada pelo Estatuto que regulamenta os modos de cuidado e tutela dos sujeitos não adultos. Por essa razão, veremos nos encaminhantes a presença constante dos Conselhos Tutelares, bem como das Varas de Juizado da Infância e Adolescência.

Quando o crack estalou das pedras na década de 2000, entretanto, assistimos a um movimento claro de contrarreforma. Já havia em 2002, mais de quatrocentos CAPS no país (PITTA, 2011), estimulado pela Lei da Reforma Psiquiátrica de 2001 (BRASIL, 2001a) e pela portaria que regulamenta as modalidades de CAPS de 2002<sup>41</sup>. Mas a chamada “epidemia de crack” aclamada pela mídia policial como temor às famílias brasileiras, reacendeu o discurso intensivista em saúde mental, reabrindo leitos no São Pedro para dependência química (a Unidade Jurandir Barcelos), conveniando leitos com clínicas particulares, e permeando o cenário de atenção psicossocial com os saberes religiosos e filantrópicos das Comunidades Terapêuticas (CUNDA, 2011).

Entre idas e vindas, o elemento manicomial seguiu vivo com a demanda de arrimo dos desviantes, acelerado pelo argumento da “dependência química” e do “transtorno de conduta”, produzindo novos campos de concentração ao lado dos serviços previstos pelas reformas sanitária e psiquiátrica. Ao par que, segundo Ana Pitta (2011), em 2010 já eram 1650 CAPS no

---

<sup>41</sup> Portaria Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002).

país, nos bairros rurais de Porto Alegre, nas cidades satélite da região metropolitana, em casas religiosas de toda ordem de orientação, associações comunitárias ou filantrópicas, brotaram novas formas de manicômio no modelo de “Fazendas Terapêuticas”, Centros de Recuperação, Casas Lares, Clínicas de idosos e de pessoas com deficiência (PCD). Esse subsistema, que exploraremos logo, será bastante atuante no cenário contemporâneo das políticas sociais da cidade, sendo um destino comum para os inassimiláveis da cidade.

### Chapéu do Sol

Chovia pelo quarto dia seguido em Porto Alegre. Havia uma combinação tácita de que em dias de muito chuva sairíamos à campo apenas por solicitação. Mas, quando a chuva afinou e o céu passou para um cinza mais claro, achamos que era possível ir à rua. Vamos para a Ludolfo, fazer uma *sistemática* no *Tereza* (campo de rotina no bairro Teresópolis). Guarda-chuva, coletes, pranchetas. O Sr. Antônio, motorista da Kombi, a quem chamávamos de “velho”, levantou com pesar da cadeira ao lado da Tia Vera, com a qual tomava café e liam juntos um Diário Gaúcho. Ao nos ver, de certo pensou: que vão inventar? Disse: vem mais chuva, hein? Pois, Letícia respondeu, já tamos cansados de ser sapo. O velho ajeitou a manta e o chapéu de lã, fomos.

De fato, na altura da Avenida Cavallhada a chuva retomou com força, como se ainda não tivesse caído água suficiente na semana. Os arroios já estavam altos, certamente mais famílias teriam problemas. Falávamos sobre isso quando dobramos na Ludolfo Bohel, mal conseguíamos ver, menos pela chuva do que pelos vidros embaçados pelo ar quente que ainda levávamos. Chegamos ao ponto costumeiro de encontro. Descemos. Ninguém. No bar que ficava próximo encontramos a dona Ana e um único cliente tomando seu biter com cachaça. Eles estavam mais para baixo ontem, numa aba perto do clube, disse a mulher. Eu e Márcio aproveitamos o contato para pegar café quente. Chove, uma manhã fria em Porto Alegre, cantou ele. Reconheci a música e saí pensando nas estradas, praias e morros que o Ramil cantava. Era um prenúncio.

Valmir e Santiago estavam em frente a uma sapataria fechada, que possuía uma aba malfeita, que serve de abrigo apenas para chuvas fracas. Os dois estavam bastante molhados. Valmir, entre deitado e sentado, custou a nos reconhecer, gemia uma dor de frio, tinha todos

os músculos contraídos. O amigo que relata: o índio tá mal, não come, não dorme, ainda tem esse problema na perna, não caminha, só bebe. Ao fazer menção de desmentir o relato, Valmir foi repreendido pelo companheiro: e não é verdade? Pra que mentir, tá que não se aguenta, ainda botou fora a vaga no abrigo, agora tá aqui passando trabalho. Valmir mal conseguia falar. O frio, somado ao vento e à chuva era penetrante. Há dias, seu aquecimento vinha da cachaça bebida e da própria urina feita nas calças.

Olhei para a Letícia, que olhou para o Márcio, que olhava para mim. Conforme sabia Santiago, já havíamos encaminhado Valmir para os diversos serviços disponíveis na cidade, mas naquele momento as portas estavam fechadas para ele pelo soco dado em um funcionário. Talvez fosse possível internar. Sempre é. Não fazia muito que havíamos usado esse recurso, Valmir lembrava, ficou 15 dias no Hospital Vila Nova (HVN). Quando falamos da possibilidade, ele disse: só morto. Apesar do atendimento razoável, do acolhimento universal, o HVN tinha a fama de matar pessoas. Mas Valmir não queria morrer. Virou um terço da garrafa de cachaça num sorvo só e repetiu o que já escutamos outras vezes: eu sou mestre de obras, me dá uma casa para fazer que eu te mostro, engenheiro de obras, pai de seis filhos, já fiz de tudo, fui pastor de igreja, eu acredito muito em Deus, ele não vai me abandonar. Pastor, foi? Essa eu não sabia. Vixe, tu não acredita, eu tinha minha igreja, a gente cuidava das pessoas alcoólatras, fazia boas ações... Parou para mais um gole, tentou mexer com a perna, nada.

Enquanto Valmir tentava achar melhor posição para sentar, nós da equipe nos olhamos, alguém disse: e o Mad Max? Bah... a fazenda do Pastor Evandir. Conhecemos meses antes ao irmos buscar uma pessoa atendida por nós. Acolhia pessoas da rua a qualquer hora, em qualquer situação, sem necessidade de encaminhamento ou fluxo. O preço? Trabalhar na obra da igreja, doar ou colher doações, se integrar no sistema hierárquico da seita. O risco? Sabidamente um lugar violador de liberdades, alienante, distante da cidade, com métodos de cura que desconhecíamos.

Ao ver que Valmir não se mexia de frio, preocupados, mencionamos a fazenda: sabes que falava de Deus e por acaso lembramos de uma comunidade religiosa que, se tu tiver interesse, poderia te receber hoje, e não é no Céu, fica no Chapéu do Sol. Explicamos as ponderações, mas Santiago fez a motivação: tu nem anda mais, índio! Vai morrer aqui com essa perna travada! Valmir, em resposta, abnegando a morte, iniciou um hino de louvor –

outra novidade. Eu tenho Deus no coração, vamos pra casa do pastor.

Valmir caminhou carregado por dois de nós até a Kombi. O Velho nos recebeu com a cara em espanto e o nariz afetado pelo cheiro, explicamos mais ou menos o trajeto, ao que ele respondeu: eu sei onde fica, mas abram bem essas janelas. Fomos com o vento cortando o rosto, num frio tão forte quanto o odor das roupas de Valmir. A viagem era ao extremo-sul da cidade, passando Ipanema, Aberta dos Morros, Hípica e a entrada da Restinga: praias, estradas e morros. Após a Avenida Juca Batista, chegamos na Estrada Chapéu do Sol. A visão nublada não afetou o GPS mental do motorista, que acertou de primeira a entrada numa estrada de terra batida, por onde andamos bons minutos. Na lembrança de quando fomos no verão, a poeira tomava conta da estrada, escondendo a construção heterogênea de casas, casebres e galpões, uns poucos veículos e uma centena de pessoas mato adentro. Dessa feita, o pó era barro e a estrada era difícil. Mas Antônio segurou bem, nos deixou na porta da secretaria da sede, que continha o título: Associação Comunitária Cristã de Auxílio aos Carentes do Rio Grande do Sul.

A Kombi e os coletes denunciavam quem éramos, um obreiro logo chamou o pastor: podia ser uma inspeção. Evandir chegou em dois minutos em um Gol “bolinha” com sérias avarias na lataria. Ao descer, calmamente, estendeu a mão para o cumprimento a cerca de um metro antes do encontro, saudando-nos com voz de radialista: Paz e Bem! Veja só, pastor, desenrolamos, esse é o Valmir, tá numa situação de desabrigo grave, com muito frio, já estive nos abrigos, topou vir para cá porque... Eu já fui pastor, gritou Valmir, eu tenho Deus no coração, já fui engenheiro, arquiteto e a apresentação toda, dessa vez sem novidades.

Evandir acolheu. Chamou dois obreiros e de pronto Valmir foi colocado em uma cadeira de rodas e levado diretamente para tomar um banho quente. Enquanto isso, passamos os dados do atendido e conversamos sobre as formas de acesso na fazenda, sobre os recursos, enfim. O pastor foi claro: aqui tudo é obra de Deus, desde o alimento que você doa, até o trabalho que você faz. Se você olha ali, apontando para um extremo do galpão, estamos construindo mais camas. Era possível ver as tábuas sendo pregadas, aumentando o galpão em um L, num ritmo minhoco. Se a família tem um recurso, completa, a gente acerta também, ou se tem um benefício, igual. Importante é que a gente consiga fazer o plano de Deus. O pastor nos mostrou a fazenda, imaginando talvez que pudéssemos ser um investidor futuro, contando das divisões (banhos, refeitórios, oficina, cozinhas, casas de família, galpões

dormitório, casas de oração, etc.) e da rotina de trabalho de todos. Ao voltarmos, Valmir já estava banhado, com novas roupas, tomando um chá quente. Deixamos com eles dois cobertores, nossos telefones e, para Valmir, um abraço de boa sorte, qualquer coisa pede para nos ligar.

Sem contato em uma semana, voltamos à Fazenda. Valmir estava fazendo um trabalho manual na oficina, nem pudemos entender o que era pois logo que nos viu, veio andando ao nosso encontro. Feliz por nos ver, nos abraçou e se aprontou em dizer. Estou bem, passei bem. Mas já tá bom. Vou com vocês, certo? Perguntamos a um obreiro sobre como ele estava, o mesmo, com um cara de decepção forçada, disse: não quis mais participar das orações, só fala em voltar pra casa, já tá em recaída da cachaça, ô droga triste. Alegre, Valmir entrou na Kombi sem prestar atenção no sermão. No caminho disse que era acordado às 3h da madrugada para orações, que nas refeições havia a comida principal para o pastor, seus familiares e principais correligionários, uma ração com menos variação era servida para o grupo de trabalhadores mais empenhados na obra, restando uma refeição diminuta, calculada entre a soma do que foi arrecadado ou comprado na semana e a quantidade de bocas que habitavam aquele chão. Não é pra mim, disse. Deus é justo, não cruel. Foi bom uns dias, mas prefiro voltar pro meu lugar, repetindo a clássica música de Roberto Carlos.

#### 4.12 Sistema Único de Assistência Social

A Assistência Social enquanto política pública ganhará novos contornos no governo popular de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016). O período é marcado inicialmente pelo sistema posto ao final do governo FHC, a lembrar, programista, campanhista, mesclando as concessões à iniciativa privada com as medidas de transferência de renda mínima. A construção do Programa Fome Zero (2002) e Bolsa Família (2003), seguem esse protótipo (WANDERLEY, 2010b). A situação no país, conforme dados de 2002, indicavam que mais de 75 milhões de brasileiros viviam “em situação de pobreza”, com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*. E, na “condição de extrema pobreza”, mais de 36 milhões de pessoas, medidas pela renda inferior a ¼ do salário mínimo (BRASIL, 2010b). O quadro da desigualdade social seguia semelhante ao informado no início dos anos 1990, sendo em 2002 considerado uma das quatro nações mais desiguais na distribuição de renda do planeta. Nesse sentido, o

avanço dos programas emergenciais foi bem acolhido, mas logo adiante exigiam uma política mais estruturada.

A partir da criação do Ministério de Desenvolvimento Social em 2003, há avanços significativos na construção da política de Assistência Social enquanto direito social garantido em lei, apostando nela enquanto estratégia de proteção e desenvolvimento social, tentando desfazer-se da área assistencialista que cativava o campo. Em nível documental, o CNAS produziu para 2004 a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), prevendo a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com regulamentações que vieram adiante na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e na Norma Operativa Básica de Recursos Humanos (2011).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se estabeleceu como uma política de **Proteção Social**, compreendendo o contexto multidimensional, onde as vulnerabilidades e os riscos sociais se expressam e têm significados variados de acordo com as características de cada território, buscando assegurar em âmbito nacional o acolhimento das questões sociais.

Ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar; territorialização; a proteção proativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas (...); ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por garantias: segurança de acolhida; segurança social de renda; segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais. (BRASIL, 2004, p. 11)

Em linhas gerais, conforme a PNAS, a Proteção Social consiste no “conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (BRASIL, 2004, p. 11). Assim, as ações desenvolvidas no âmbito da Assistência Social, visando à garantia dos direitos e ao desenvolvimento humano, devem afiançar seguranças socioassistenciais aos usuários expressas nas: segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar; segurança de acolhida. Tais seguranças visam, principalmente, ao fortalecimento de vínculos, à autoestima, à autonomia, ao protagonismo, à participação e à capacidade de proteção das famílias, indivíduos e comunidades. É importante ressaltar que sua

efetivação está associada a outras ações, pertinentes às demais políticas públicas que, de forma articulada e indissociável, visam garantir direitos aos cidadãos.

Nessa direção, o SUAS organiza-se considerando dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (BRASIL, 2004, 2009a). A primeira oferta um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que visa prevenir situações de vulnerabilidades, riscos pessoais e sociais, violações de direitos, através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou, fragilização dos vínculos afetivos, relacionais ou comunitários (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade estatal de referência desta proteção, com objetivos de prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como articular a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância social, com a sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS. O posicionamento geográfico dos CRAS, com uma leitura mais apurada dos microterritórios, torna-se um ator importante para o diagnóstico da pobreza e das violações na cidade.

Os indicadores de risco pessoal e social se expressam na iminência ou ocorrência de eventos como: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrente de isolamento social, dentre outros. A atenção a tais violações se referencia na Proteção Social Especial (PSE), organizada, conforme tipificação, em serviços de média (CREAS e Centros POP) e alta complexidade (Serviços de Acolhimento Institucional). Destacamos, na média complexidade, a definição do CREAS, conforme a Lei Federal nº 12.435/2011, como uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel construir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Já os serviços de Proteção Social de Alta Complexidade, são compostos pelos abrigos, repúblicas, casas lares para crianças e adolescentes, para adultos e idosos, bem como famílias (BRASIL, 2011a; 2011b).



O habitante da rua possui trânsito entre as diversas complexidades, tendo especialmente relação com a PSE. De modo bastante radical, as violações de direitos encontram na situação de rua o espaço-tempo de expressão das desigualdades e violências da cidade, configurando a complexidade do trabalho de proteção social no espaço urbano.

Os serviços tipificados apresentam uma descentralização da administração estatal, com uma rede conveniada bastante capilarizada, reordenada em torno da nova ordem pública. As entidades filantrópicas, incluídas desde a nascente da LOAS e da PNAS, estavam previstas também na NOB SUAS (BRASIL, 2005) e NOB RH, recolocadas, porém, dentro do novo contexto da política de Assistência Social. Esse acordo, todavia, não se dá facilmente.

A previsão de gestão do SUAS defendia a intersetorialidade, sobretudo na articulação com a esfera privada, estabelecendo o diálogo como estratégia de composição dos interesses em prol, unicamente, da garantia de direitos aos usuários, assegurada pelo acesso universal, pela equidade de atenção, pela articulação de uma rede socioassistencial diversificada. Diz Berenice Couto *et al.* (2012) sobre a função estatal no gerenciamento dessa rede:

A centralidade do papel do Estado na condução da política pública tem o caráter de garantir que ela realmente atenda a “quem dela necessitar”, guardando os princípios de igualdade do acesso, da transparência administrativa e da probidade no uso dos recursos. A rede socioassistencial beneficente deve participar do atendimento às demandas, mas cabe ao Estado estruturar o sistema e resguardar o atendimento às necessidades sociais. Assim, o sistema é beneficiado pela experiência acumulada nesse campo pelas entidades, mas é preservado no sentido de garantir que a rede será formada com base no caráter público e de inclusão de todos (p. 270).

Por outro lado, face à verticalidade do Sistema Único de Assistência Social, a defesa da *expertise* comunitária das entidades se fez mais visível, manifesta no saber territorial consolidado em lógicas de poder peculiares, construídas ao peso do tempo. Dicotomicamente, às garantias estatais, diz Robert Castel (1987), forjada pelo centralismo liberal, se aliança um encorajamento das ações de associacionismo e benevolência, cada vez mais marginais, atuando na organização de tecidos urbanos decididamente abandonados pelo poder público. Castel recupera a fala de um filantropo francês, François Bloch-Lainé, para dar a dimensão do poder que tais estratégias podem assumir:

a administração não saberia reservar seu apoio calculado às soluções que já fizeram suas provas e estão homologadas. Há mais benefícios a esperar que

perigos a temer de uma prática consistindo, nesses domínios, em controlar *a posteriori* mais do que *a priori*” (CASTEL, 1987, p. 120-121).

Essa defesa está presente também no texto de Patrícia Reis (2013). Para a pesquisadora, a vinculação ao SUAS é fundamental, assim como são fundamentais as organizações que historicamente atuam no campo socioassistencial. Nesse sentido, o conjunto de leis e decretos que buscaram criar parâmetros de adequação das instituições, foi considerado por muitos um enquadramento rigoroso, que não levava em conta o histórico acumulado de tais entidades. Afirma Reis:

A questão principal é que as instituições sociais desenvolvem seu trabalho institucional, em torno de uma missão institucional, missão esta que define as preferências e vocações da atuação das instituições, porém, ao aderirem ao SUAS, devem criar uma relação dialógica entre a sua missão institucional e as diretrizes políticas da assistência no país. Contudo, esta relação pode entrar em conflito quando algumas organizações consideram as prerrogativas do gestor demandadas de forma verticalizada, e sem o devido diálogo com as entidades que fazem parte da rede socioassistencial (REIS, 2013, p. 113)

E assim assistiremos em Porto Alegre e no país, sob os condutores de um Sistema Único, um hibridismo de ações públicas de caráter privado e público, com parcerias, convênios, acordos que regulam os conceitos e o repasse financeiro. Desse conglomerado que fortalece uma política social pública e, ao mesmo tempo, se subsidia o mercado filantrópico.

#### **4.13 Políticas Públicas para a Rua III**

A categorização da População em Situação de Rua se afirma, portanto, a partir da visibilização das violações que vivem as pessoas que habitam a rua. A inflexão iniciada após a CF 88 encontrou nas gestões “populares” do Partido dos Trabalhadores uma expressão mais concreta da cidadania prevista aos tradicionalmente excluídos, sendo claro os exemplos de mirada para população de rua nas gestões de Luiza Erundina em São Paulo (1989-1993), de Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont e João Verle em Porto Alegre (1989-2005), de Patrus Ananias em Belo Horizonte (1993-1997) e, no âmbito nacional, com a gestão de Luís Inácio da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016).

Mas a organização de uma política mais consistente veio através do movimento social de pessoas da rua, disparado junto com as pauladas que mataram na Praça da Sé, em duas noites

de agosto de 2004, oito meninos que ali pernoitavam<sup>42</sup>. O massacre ganhou o noticiário e a comoção nacional fez lembrar a história desses meninos, os acompanhamentos feitos pela rede de atendimento, seus dramas, suas estratégias de sobrevivência. Por essa violência, se olhou para a rua definitivamente e um espaço de luta se estabeleceu no país em defesa dos direitos dessas pessoas (T. SILVA, 2017). Nasceu aí, já em 2005, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), fundado anos antes. A organização será fundamental para as mudanças políticas vindouras, assumindo o lugar de enunciação da rua, falando por eles próprios, com o apoio de militantes, religiosos, acadêmicos, etc.

Na sequência desses acontecimentos, surgem portarias do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS): 556/2005; 136/2006; 138/2006; 381/2006; 224/2007; 225/2007; 431/2008, que progressivamente colocam na pauta a situação de rua, incluindo responsabilidades aos gestores para a Inclusão Produtiva, a Economia Solidária, a readequação das unidades de Acolhimento Institucional, as formas de cofinanciamento entre as prefeituras e as organizações não governamentais, entre outros pontos de ampliação da discussão.

Como etapa importante desse processo, em 2006 se realizou o I Encontro Nacional da População em Situação de Rua, organizado pelo governo federal, contando com a presença de técnicos do MDS, representação de 12 municípios brasileiros, ligados ao governo e às entidades não governamentais, além da presença de pessoas vinculadas aos movimentos sociais da rua (MNPR, MNCMR, entre outros). Do encontro se definiu algumas prioridades: intersectorialidade, deslocando da centralidade posta nos serviços de Assistência Social; realização de um censo nacional (que já citamos, feito em 2009); Trabalho e Renda; Moradia; tratamento adequado nos espaços de atendimento, com qualificação dos profissionais (BRASIL, 2006). Depois desse encontro, em 2007 o governo federal cria um Grupo de Trabalho Interministerial para pensar uma política nacional para a população de rua, composta por representantes de 6 ministérios e setores da sociedade civil, como o MNPR. Fruto do trabalho desse grupo, nasce em 2009, finalmente, uma proposta de Política Nacional para essa População, apresentado no II Encontro Nacional da População em Situação de Rua realizado no mesmo ano (FERRO, 2012; LEMÕES, 2017).

---

<sup>42</sup> O crime fora cometido por policiais ligados a empresas privadas, que seguiram impunes perseguindo testemunhas e tentando condicionar os assassinatos aos eventos de disputa da rua.

Pelo Decreto 7053/2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b) surge como uma conquista do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, dos usuários, trabalhadores, apoiadores dos direitos fundamentais dessa população. O texto do decreto repete os direitos constitucionais como o direito à convivência familiar e comunitária, o atendimento humanizado e universalizado, enfatiza a luta pela garantia dos direitos humanos desta fatia populacional e prevê a necessidade de “ações educativas destinadas à superação do preconceito” (Art. 6º - Inciso IX), de modo a formar uma “cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais” (Art7º - Inciso V). A execução da Política fica a cargo de nove ministérios, sendo que a articulação intersetorial mais evidente está contida como objetivo no Art. 7º, inciso X: “criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços” (BRASIL, 2009b). Na concepção do texto, a pessoa em situação de rua está numa condição de exclusão decorrente do trinômio: expulsão, desenraizamento e privação. Subentende, assim, que seu lugar de direito não é na rua. E define, no artigo primeiro, uma experiência comum da rua, apesar de sua diversidade:

o grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009b, Art. 1º).

No campo da Assistência Social, a Política Nacional e a proposição de um Sistema Único permitiu que se pudesse olhar para essas pessoas que historicamente estiveram às margens do cuidado, alvo da caridade seletiva, e no centro da lupa da anormalidade/irregularidade. A garantia não se efetiva de um dia para o outro, mas afirma uma posição de cidadania a todas as camadas da população. Para os sujeitos da rua, foram tipificados serviços padronizados para o território nacional, em modalidades como Abrigos, Casas de Passagem, Repúblicas, Centros de Referência Especializados para pessoas em situação de rua (Centros Pop), Serviços de Abordagem Social.

Orientada pela Política Nacional de Assistência Social e pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, a cidade de Porto Alegre inicia em 2010 a implementação do SUAS com o reordenamento dos serviços de proteção social básica e de média complexidade em CRAS,

CREAS, Centro POP. Nessa reorganização, o Atendimento Social de Rua encerrou suas atividades e a Abordagem Social passou a ser executada pelos CREAS, regionalizados conforme territorialização da Assistência Social na cidade (PIZZATO, 2012). Em suma, pela orientação da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, se constituiu um Comitê Intersetorial, coordenado pela Secretaria dos Direitos Humanos, composto ainda por Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Esportes, Cultura, Meio Ambiente, Habitação.

Com esses orientadores, a FASC constitui em 2010 o Projeto Técnico da Abordagem Social (PORTO ALEGRE, 2010), aprovado no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em 12 de julho do mesmo ano, e o Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua (PORTO ALEGRE, 2011). Esses documentos traduzem as conquistas da PSR e do SUAS para um plano operacional na cidade de Porto Alegre. Dentre as definições, concebe a população de rua em sua diversidade:

Aos tradicionais “mendigos”, “loucos” e “alcoolistas” somam-se indivíduos e famílias que são descartados pelo processo de precarização das relações de trabalho, perdendo seus vínculos tanto profissionais quanto afetivos e familiares. Trata-se de crianças, adolescentes, adultos, idosos e mesmo famílias que, em suas trajetórias de vida, tiveram rompimentos ou afastamentos dos vínculos familiares e comunitários, perda de emprego, uso abusivo de substâncias psicoativas, doença mental, fazendo com que, aos poucos, fossem perdendo a perspectiva de seus projetos de vida. Os perfis dos habitantes da rua, portanto, diferenciam-se através de suas histórias de vida e pelas suas condições de pobreza (PORTO ALEGRE, 2010, p.2).

O Plano Municipal indicou o reordenamento das Casas de Convivência para Centros Pop, o reordenamento dos abrigos municipais para população adulta, implantou o Núcleo de Acolhimento para a demanda de acolhimento institucional, encaminhou um novo censo da PSR na cidade (feito em 2011), estabeleceu a qualificação das novas equipes de Abordagem Social dos CREAS, incluiu representantes da PSR nos fóruns de discussão sobre o plano e, enfim, mapeou o trabalho intersetorial a ser executado em parceria com as secretarias de Saúde (SMS), Indústria e Comércio (SMIC), Trabalho e Emprego (SMTE), Educação (SMED), Habitação (DEMHAB), Direitos Humanos, Cultura, Procempa, Turismo, Esporte. O plano previa a execução dessas proposições até o ano de 2013.

O convênio com as organizações que compõem o Ação Rua seguiu voltado para o público de crianças e adolescentes, integrando suas ações ao Serviço Especializado de

Abordagem Social dos CREAS constituídos em cada região. O remodelo da parceria foi documentado na revisão do Projeto Técnico do Ação Rua, em 2014, com a renovação do convênio com as entidades parceiras (PORTO ALEGRE, 2014). O projeto garantia a integração ao trabalho de média complexidade localizado nos CREAS, sobretudo com as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado de Famílias e Indivíduos – PAEFI. O documento recupera uma definição de conceitos teórico-práticos que perpassam desde a observação e o mapeamento do território até a articulação da rede intersetorial, traduzindo o acúmulo do trabalho realizado por quase uma década.

Os CREAS de Porto Alegre, ponto inicial dessa pesquisa sobre a rua, ofertam, além do obrigatório Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço de Execução de Medidas Socioeducativas – PEMSE – e a Abordagem Social (BRASIL, 2011a, 2011b). Na constituição do trabalho, herdaram um grande número de famílias com direitos violados já em acompanhamento na cidade. Com uma equipe mínima para executar os três serviços e tendo em vista a centralidade do PAEFI por sua complexidade e sua tarefa de reaver direitos violados, a Abordagem Social foi executada apenas parcialmente na cidade, com diferenças territoriais, no período de 2010 a 2015. Um dos exemplos de execução sistemática da abordagem social foi no CREAS Sul/Centro-Sul, tornando-se uma das referências deste trabalho na cidade.

O quadro de déficit de recursos humanos dos CREAS, somado ao número crescente de pessoas em situação de rua, gerou questões sobre as lacunas de atendimento da assistência social na cidade e a falta de um trabalho integrado com as demais secretarias. Frente a essa situação, em julho de 2014, Porto Alegre adere a Política Nacional para inclusão da PSR, o que implicava necessariamente em uma composição intersetorial, com atribuições distribuídas entre diversas as secretarias e a formação do comitê para avaliação e monitoramento da política.

Quase um ano após aderir à política nacional e em meio a uma pressão midiática por respostas para o número crescente de pessoas habitando as ruas, em junho de 2015 a prefeitura apresenta o Plano de Atenção Pop Rua, com previsão de ampliar, qualificar, acompanhar ações já existentes. O Plano – o segundo em menos de cinco anos - traz novas possibilidades do recursos como o aluguel social, aumento de vagas em albergues, novas repúblicas, criação do serviço de hospedagem, previsão unidades no Minha Casa, Minha Vida, ampliação da Abordagem Social, contratação de redutores de danos, criação de um Serviço de Convivência

e Fortalecimento de Vínculos para a PSR, implantação do novo restaurante popular, além da realização de um censo atualizado para a cidade (feito em 2016).

No mês seguinte, foi instituído via decreto o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, chamado “Comitê POP RUA” (PORTO ALEGRE, 2015), composto, além das secretarias, por representantes da sociedade civil, do Movimento Nacional da População de Rua, das organizações (Ilê Mulher, Campi, SIMPA, SAJU/UFRGS) e, principalmente, pelas pessoas em situação de rua: todos com a tarefa de avaliar a execução da Política Nacional no Plano Municipal.

No que tange a Abordagem Social, a ampliação das equipes se deu pelo aditamento do convênio com as entidades parceiras da execução do Serviço de Abordagem Social - Ação Rua. Na justificativa do aditamento, apresentada e aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social em 23 de novembro de 2015 (CMAS, 2015), consta:

O aditamento implicará na extensão das ações às pessoas adultas em situação de rua, estando embasado no projeto Técnico do Serviço de Abordagem Social, em execução desde 2010. Destaca-se que a proposta de trabalho do Serviço Abordagem Social sustenta-se na construção e articulação das políticas sociais realizadas e constituídas pela rede de atendimento na cidade de Porto Alegre. Sua atuação já tem se direcionado no sentido do fortalecimento das micro e das macro redes, em que há um conjunto de práticas de trabalho e de interlocução em rede, internas e externas ao Serviço, que necessitam ser mantidas e ampliadas. A experiência exitosa do Serviço Ação Rua no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias, desenvolvido desde 2007 através do convênio com Organizações Não Governamentais, justifica a proposta de constituir o presente aditamento.

Desse modo, o CREAS deixa de executar diretamente a Abordagem Social, o que localiza o formato da Abordagem Social em análise nesse texto no período de 2011 a 2015, com as garantias do funcionalismo público e com a precarização dos equipamentos geridos pela prefeitura. A partir de janeiro de 2016, portanto, temos a unificação das equipes de Abordagem Social no convênio Ação Rua, referência agora para crianças, adolescentes, adultos e idosos, permitindo desenvolver o aspecto multigeracional da Abordagem Social. Na região Sul/Centro-Sul a entidade conveniada foi o Instituto Calábria, ligado à Congregação Pobres Servos da Divina Providência.

No campo da Saúde, surge em 2010 uma proposição do Ministério da Saúde mais efetiva na aproximação junto à população de rua: os Consultórios de Rua. A experiência, que

iniciou em 1999 na cidade de Salvador/BA, torna-se estratégia dentro do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde<sup>43</sup> e do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas<sup>44</sup>.

Consta no texto que regulamenta o Consultório na Rua:

trata-se de uma distância histórica entre os serviços da rede de saúde e a população usuária de drogas em situação de rua, que levanta, há muito tempo, a necessidade de articular intervenções biopsicossociais efetivas, urgentes e integradas *in loco* (BRASIL, 2010a, p.4).

A implementação dos Consultórios na Rua em Porto Alegre iniciou em 2010 com uma unidade na zona norte (executada pela equipe do Grupo Hospitalar Conceição) e em 2012 uma equipe da prefeitura municipal iniciou os trabalhos no centro da cidade. A intervenção é feita na rua, com equipe técnica interdisciplinar, suprimindo uma lacuna de atendimento não preenchida pelas Unidades Básicas de Saúde ou Estratégias de Saúde da Família.

Assim, a Porto Alegre que ganha nossos dias produz uma discussão constante sobre a População em Situação de Rua, nem sempre pela construção de linhas de proteção, mas repetidamente como pauta de uma imprensa alarmada. A municipalidade, por sua vez, repetidamente cria planos municipais com esquemas que possam - ou ao menos diga que possa - “resolver” a situação. No âmbito técnico-político, a vanguarda dos equipamentos públicos dos anos 1990 foram ao pouco perdendo investimento, sendo priorizadas as parcerias com a sociedade civil. No campo de forças, os movimentos sociais trarão a luta para dentro dos espaços de gerenciamento, modificando o campo das verdades sobre a população de rua, propondo alternativas com as evidências de quem vive na rua.

---

<sup>43</sup> Portaria nº 1190, de 04 de junho de 2009

<sup>44</sup> Decreto Presidencial nº 7179 de 20 de maio de 2010.



## CAPÍTULO V - VIDA RUEIRA

Alice Brasileira - Oi guriazinha loira como é teu nome?  
 Alice do País das Maravilhas - Oi. Meu nome é Alice. E o seu?  
 AB - É Alice também.  
 APM - Que coincidência.  
 AB - De onde tu vem?  
 APM - De um buraco?  
 AB - A vila do Buraco Quente?  
 APM - Não.  
 AB - Do esgoto, de um subterrâneo?  
 APM - Eu caí no buraco.  
 AB - Então o teu mundo é do outro lado. Mas eu pensei que lá ficava o Japão e tu não tem cara de japonesa.  
 APM - Eu estou no País das Maravilhas?  
 AB - Não. Tu está no Brasil, que não é maravilhoso, mas tem o seu lado bom. As pessoas são solidárias por aqui. Ajudam uns aos outros.  
 (BOQUINHA..., 2016, p. 6)

Pelos caminhos tortos dos planos histórico-sociais que traçamos até aqui, houve uma questão constante sobre o direito à cidade, sobre as políticas da urbe, sobre os mercedores da caridade, bem como seus refratários ou não aderentes. A cidadania prevista pelas repúblicas brasileiras esteve muito mais para registro jurídico, permanecendo para muitos uma “cidadania de papel”: frágil, que se desmancha assim que a chuva cai mais forte no barraco, quando o vento sopra mais forte na rua, levando sempre para mais adiante, atestando, no reverso, o anonimato de muitas vidas.

Ao anticidadão muitas políticas foram inventadas desde que as cidades se tornaram polos de trabalho e proteção, com seus regimes de utilidade e subserviência, banindo, matando e prendendo desde o Mundo Antigo; internando, corrigindo, reeducando desde os Tempos Modernos. A rua acolhera muitos desses nomes, assumindo inicialmente um lugar de provisoriedade, imagem de uma desgraça ou de um flagelo, vivendo da caridade da cidade; adiante, movimentando todo um aparato policial, assistencial e psiquiátrico, imagem recortada em códigos de contravenções, insanidades, desproteções.

No esgotamento desses modelos – embora sigam presentes – surge do meio da cidade a percepção do não-lugar, assentado na via pública, uma nova rua, de constância. A provisoriedade ou a situacionalidade do assentamento na rua é, antes, uma regularidade presente nas grandes cidades do país, assim como do mundo todo. Configura um modo de vida urbano

que se sustenta das efemeridades, de laços de proteção instáveis, mas também das estratégias de resistência aos mecanismos de vigilância e correção, negociando cotidianamente a cidadania.

Leon Anderson e David Snow (1992) dirão que surge dessa cena residual da cidade uma cultura própria, exercida pelos já adaptados ao modo de viver nas ruas, acolhedora dos recém-chegados, daqueles que vacilam entre o mundo domiciliado e o da rua, além dos “outsiders”, descritos pelos autores como “andarilhos”, “mendigos” e “doentes mentais”. Estabelecem na rua um cotidiano regulado por rotinas, com vínculos que se formam e se desfazem na velocidade da cidade bruta, negociando com o capital e a moral sua permanência. No cenário norte-americano estudado por esses autores na década de 1980, numa amostra de 168 pessoas, a presença mais prevalente foi a dos “vacilantes regulares” (33%), que tinham uma regularidade de pertença na rua, mas marcada com rupturas bruscas, intercalando a rua com uma rede de proteção ou instituição de correção, reiniciando novas relações na cidade posteriormente. Cerca de 20% era composta de recém-chegados e os mendigos tradicionais eram 18%. Acompanhando a vida de muitos desses sujeitos, os sociólogos identificaram um ritmo de vida na rua, composto por circuitos feitos na relação com a cidade, ordenando o dia conforme as fontes de alimentação, do pernoite, da proteção, bem como as relações de amizade e pertença, de compartilhamento das estratégias de subsistência. Formam, para Snow e Anderson, uma “subcultura” da cidade, com os saberes construídos em adaptação às ruas, orientados num repertório razoavelmente conhecido de respostas, na busca por alternativas de pertença e convivência face às restrições da cidade. Como conhecimento dessa cultura, o sujeito da rua adquire, por um lado, compasso com a volatilidade da cidade e, pelo outro, reinicia a cada dia e em qualquer ponto da urbanidade, a política de subsistência rueira.

Da instabilidade surgem permanências e se nomeiam papéis, onde logo se acomodam as existências desacomodadas, onde se formam relações que poderiam ser chamadas de familiares em meio à desconfiança dos laços. Marilyn “Mom”, moradora de Austin nos anos 1980, pode nos dizer um pouco sobre essa dicotomia: “Marilyn é uma mulher expansiva que muitos dos mais jovens chamam de mãe, mas ela pode tornar-se muito briguenta quando bêbada e, em diversas ocasiões, foi proibida de entrar em diversos estabelecimentos frequentados pelos moradores de rua” (ANDERSON e SNOW, 1992, p. 110). Uma cultura, afinal, de laços tênues, de trabalhos sombrios, de vigília moral, onde a proximidade com as instituições estatais e filantrópicas se dão em momentos específicos do dia, numa rotina montada a toda sorte pela dinâmica da rua.

Na etnografia feita no início dos anos 1990 por Cláudia Turra Magni (2006) em Porto Alegre, intitulada “Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre”, a antropóloga encontrou nas ruas um perfil de morador itinerante, com alguns pontos de ancoragem constituídos, acionados de acordo com os movimentos da vida, da fome, do prazer, do medo, do sono, das amizades. Magni mapeou diversos acampamentos dos habitantes da rua, formados em “viadutos, vias elevadas, pontes, parques, largos, praças, calçadas e praias, além de algumas propriedades particulares abandonadas, como estruturas inacabadas, prédios e terrenos baldios” (MAGNI, 2006, p. 32), frequentado por pessoas em sua maioria vinda do interior do estado e das favelas metropolitanas, intercalando a rua com sub-habitações de conhecidos ou familiares. A permanência na rua se dava numa mobilidade que desafia o modo sedentário da cidade, construindo um circuito territorial e existencial. Escreve:

Frente ao modelo hierárquico de centro/periferia e à ótica sedentária que rege o meio urbano, este segmento social nômade não cede às pressões sócio-econômicas, fiscais e policiais que tenta lhes jogar para uma periferia distante e estéril, longe dos serviços municipais e da fatura que se concentra no centro urbano. Ao contrário, ele usa livremente os espaços da cidade, construindo circuitos territoriais e invadindo fronteiras simbólicas que deveriam demarcar os limites das classes sociais e então passa a sobreviver dos rejeitos esbanjados pelos segmentos mais privilegiados da população. (MAGNI, 2006, p. 39)

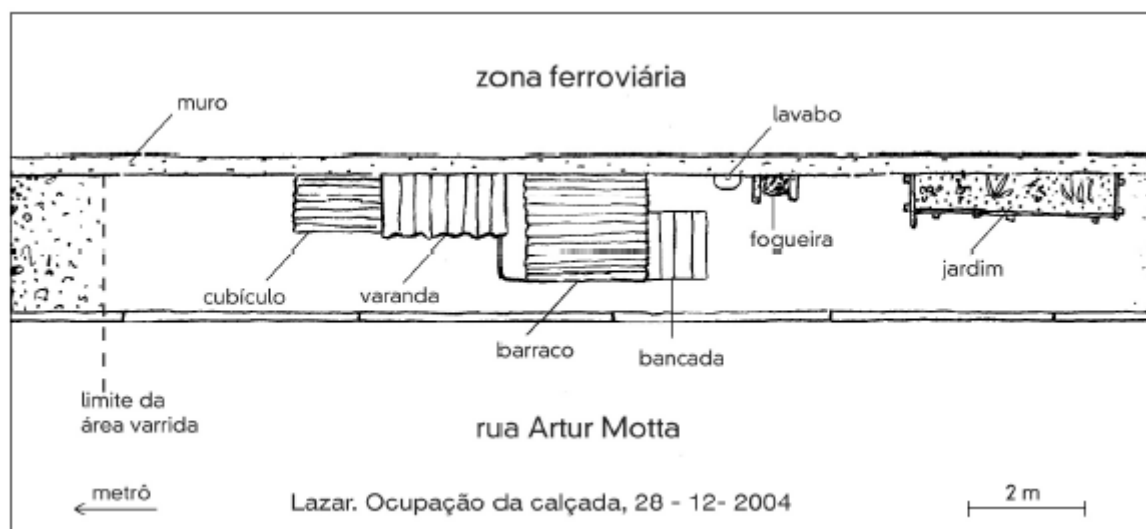
Magni aponta para o nomadismo como a forma de melhor captar as riquezas deixadas pela cidade. O caminho se faz na relação com a esmola, com os trabalhos rápidos, com a coleta de materiais rejeitados, com os furtos, com a venda do sexo, sendo estratégias comuns de viver da rua. A arte de viver na rua, diz Magni. Com base em seis sítios arqueológicos urbanos, tais como embaixo da elevada da Rua Conceição (no entorno da Rodoviária), a Praça Júlio Mesquita (em frente ao Gasômetro) e o canteiro central da Avenida Ipiranga (próximo da Avenida Azenha), caracteriza os acampamentos com a semelhança da provisão de água e fogo para o cozimento dos alimentos, assim como um mobiliário básico formado de camas (montadas por vezes na palha, no papelão, em pedaços de espuma), armários, balcões e mesas improvisadas, utensílios para o uso diário como panelas, pratos e talheres, objetos decorativos, etc. Tudo disposto por vezes em repartições, com paredes erguidas com lonas ou papelões, com bancos e espaços de convívio que procuram delimitar um espaço doméstico em meio a cidade. Esses assentamentos são montados com os próprios rejeitos da cidade, triados nos lixos depositados em toda parte e, assim como surgem, são desmontados constantemente pelas obras higiênicas

da cidade, que negociam a ordem moral no cotidiano da rua. Conta Magni sobre a história de uma casa feita sob uma ponte do Arroio Dilúvio, na altura da Avenida Beira Rio:

um casal de papeleiros que chegou de uma cidade do interior com apenas uma mochila estruturou uma casa de quartos, sala, cozinha, mobiliário, acessórios e decoração além de roupas e objetos pessoais somente com objetos encontrados nos lixos da cidade durante atividade de coleta de papelão. Entretanto, se nesse caso particular houve a possibilidade de acumular uma série de bens materiais, cerca de quatro meses depois de estabelecido o casal foi pressionado pelos agentes fiscais a saírem do local e, sem a possibilidade de transportarem os objetos acumulados nem local para onde levar, os abandonaram o acampamento como está, o qual é imediatamente e ocupado pelos vizinhos na outra extremidade da ponta mais resistentes às pressões oficiais (MAGNI, 2006, p. 75)

A montagem de uma casa na rua adquire, nesse exemplo, uma noção de propriedade impessoal. Habitada por transeuntes da cidade, erguida com os materiais que a cidade dispõe, sempre em reconstrução, numa pertença mutante, mas aderente à urbe: uma territorialidade que está sempre a se espriar, gerada em cada ponto do terreno, numa bricolagem de materiais e de relações. Ao analisar os assentamentos das pessoas da rua em São Paulo, o antropólogo Christian Kasper (2006), com campo etnográfico entre 2004 e 2005, identifica um elemento fundamental nas moradas: a “cultura material”, manifesta nos utensílios inventados para cozinhar, dormir, vedar, arrançados singularmente em uma “tática” de ocupação e proteção, antecipando o que pode vir a acontecer, recombinaando os elementos da territorialidade. Kasper encontrou nessas moradas urbanas alguns aspectos que, com toda a heterogeneidade possível, se mantêm presentes: o espaço apropriável, domínio público propriamente dito (calçadas, praças, faixas gramadas) ou residual (ilhas triangulares formadas pela sobras das avenidas ou alças, os vãos sob os viadutos); a área varrida, que delimita o território a ser vigiado; o acampamento, marcado pelo exercício de moradia na área, sendo caracterizado pela ocupação regular; o abrigo, área realmente restrita, íntima, mormente o lugar onde se dorme. Uma ilustração feita por Kasper (2006, p. 55) identifica esses elementos na morada feita por Lazar, senhor com quem manteve contato durante a pesquisa, numa rua próxima à estação ferroviária. Eis:

Imagem 3: Casa de Lazar



Fonte: KASPER (2006, p. 55).

Todavia, nem todos estão assentados dessa maneira. A psicóloga Elaine Pedreira Rabinovich (1992), ao visitar 18 “casas dos sem-casa” em São Paulo no ano 1991, identificou 61 pessoas vivendo nessas casas e, de modo esquemático, tentou qualificá-los como: os “assentados” e os moradores de “cavernas”, que estabelecem suas casas nos vértices dos viadutos e outros concretos da cidade, habitada por famílias mais estruturadas em busca de proteção; os “selvagens”, que habitam as zonas mais sujas, mais abandonadas, que não estabelecem assento, vivem apenas do que carregam consigo; além dos “nômades”, maioria nesta amostra, que, tais como os estudados por Magni (2006), estabelecem acampamentos sempre provisórios, imediatistas, onde os espaços privados não estão tão delimitados, acomodando grupos transitórios de pessoas que mantêm entre si a cumplicidade da vida rueira.

Em grandes cidades, o efeito “caverna” se estabelece também nos túneis subterrâneos para águas, fios, transportes. No documentário *Dark Days*, de Marc Singer (2000), filmado nos anos 1990 nos túneis ferroviários de Nova York, podemos observar um modo de vida rueiro que se estabelece distante da cidade e seus ritmos, mas próximo das relações de troca, bastando um buraco no muro ou a subida de um tubo para adentrar no mundo das luzes. A escuridão permite vidas em comunidade: reúne acampamentos nômades, casas erguidas com material sólido, repletas de materiais colhidos nas ruas de cima, além de acolher os sujeitos mais desfilados de qualquer rede, que se aproximam dos “selvagens” de Rabinovich (1992). Essas comunidades assumem uma estratégia coletiva para manter-se ali, defendendo-se da

visibilidade de obras sociais ou ações policiais, bem como dos conflitos que possuem na cidade. Construíram formas de relação próximas entre os moradores, no qual o afeto era comum, especialmente com os animais (cachorros, gatos e ratos), tratados domesticamente, como parte da família. Operacionalmente, esse sistema criou uma estratégia de lidar com a água, de gerir as excreções, de se proteger com rotinas de vigilância compartilhadas, de fazer renda pela catação dos abundantes materiais recicláveis e toda sorte de produtos encontrados no lixo. O subterrâneo acolhe muitas pessoas ofuscadas pela *Big Apple*. Especialmente os *crackheads*, afastados de suas famílias, com filhos recolhidos em abrigos, limitados às relações que circundam o consumo da droga. O compartilhamento do uso também é um ritual do espaço, alumando o escuro com os lampejos da pedra.

Mesmo no caso dos túneis e outras cavernas, não há habitante da rua sem um laço com a cidade. Os circuitos na rua podem ser compostos por muitos outros pontos, ancoragens que se estabelecem pelas necessidades cotidianas, tais como alimentação e higiene, pelas rotinas de trabalho – especialmente pela catação de materiais recicláveis —, mas também pelos locais de performance para a mendicância, os pontos para a venda do corpo, além dos trajetos para compra e uso do álcool e de outras substâncias. Todos esses pontos marcados por relações sociais que variam entre efêmeras e consolidadas, que se constituem por vezes como linhas de cuidado, por vezes como janelas de exposição e violência. Ou seja, redes que podem ser estreitas ou frouxas, criando a necessidade de um cerzir constantemente vigilante, criando com a cidade as conexões necessárias para a subsistência material e afetiva.

A estratégia cotidiana de negociação das relações foi também estudada pelo antropólogo Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo (2011), com etnografias em Curitiba no ano de 2010. O autor identificou pela fala dos sujeitos entrevistados uma estratégia constante na tessitura dessas relações urbanas: o “mangueio”. Para o autor, manguear é um processo complexo de negociação da vida na rua, assumindo diversas formas de expressão conforme o interlocutor, habitando as posições instáveis que a cidade propõe, transitando por papéis móveis. Diz ele que a atitude de mangueio “está ligada às formas de dar soluções temporárias ao aspecto econômico da vida na rua (...) [e também] sintetiza uma diversidade de possibilidades de ações para conseguir recursos, seja em forma de dinheiro, alimentação, roupa ou demais objetos, serviços e acessos” (2011, p. 60-61). Ao recuperar a origem da palavra, Tomás Melo salienta o aspecto dramático do mangueio, que aproxima a narrativa à mentira, à enganação, à trapaça, composta por histórias frequentemente tristes e inverossímeis, como se tivesse, tal ao ilusionismo, algum

recurso sob a manga da camisa. Essa prática, todavia, se diferencia do roubo, do furto, da aquisição forçada do necessário, se assume como estratégia de ingressar nos circuitos de benemerência da cidade, tanto nas relações privadas como nas redes institucionais.

As entidades filantrópicas e/ou religiosas se colocam também no itinerário da rua, seja no encontro direto para a distribuição de comida, seja na busca feita em equipamentos de natureza pública. Os pontos de alimentação possuem uma regularidade sabida pelos rueiros, orientadas em dias de semana e horário de refeição (normalmente nas horas em que os demais cidadãos comem: almoço e jantar). Nesses pontos, há sempre uma dúvida acerca do discurso que se deve assumir, precisando muitas vezes retomar o discurso do sofrimento para se adequar ao escrutínio do merecimento: afirma a visibilidade como um lugar de cuidado e proteção, mantendo uma indefinição sobre os lugares a serem representados. Tiago Lemões da Silva (2012), em etnografia realizada na cidade de Pelotas no ano 2010, identifica essa ambiência dos pontos de distribuição de comida:

Ao longo da rua, quase imperceptíveis, surgem pessoas instigantes, interessantes, dúbias por estarem como que sob espreita. E a impressão que se tem é que vieram de algum lugar impossível de se traçar o trajeto ou ponto de partida. Numa esquina, avista-se uma mulher acompanhada por duas crianças, empurrando um carrinho de bebê. Em outra aparece, repentinamente, um homem sentado ao chão. Nos degraus de uma loja acomoda-se um menino de posse de sacos plásticos escuros. As pessoas aproximam-se, mas num primeiro momento não interagem, estão dispersas ao longo da rua. No ar, uma tensão parece tomar conta (T. SILVA, 2012, p. 109).

Diz T. Silva que os carros de um Centro Espírita chegam juntos e alteram a disposição espacial da rua. A fila é ordenada de modo impreciso, puxada pelos de fome mais intensa. É também um espaço de espiritualização, todos são obrigados a rezar: “o ritual é procedido por um dos membros que percorre a fila formando pequenos grupos de oração, agradecendo ao alimento ofertado e suplicando à providência divina a amenização do sofrimento e aflição dos que vivem nas ruas” (2012, p. 110). O carisma também se exerce com sermões sobre os desvios, dado individualmente em alguns casos. A comida, enfim, é servida em caixas de leites transformadas em pratos, com talheres de plástico. Essa ação se fez hábito para todas as segundas-feiras às 19h, razão pela qual na rua era chamado do “rango das sete”.

Outra forma de relação cooperada se dá na relação com os albergues. Daniel De Lucca Reis Costa (2007), ao estudar a relação do povo da rua com os albergues – um dos pontos mais

acessados pelas pessoas da rua, por seu caráter emergencial –, revela que o sujeito está ciente das formas de poder colocadas nessas instituições, negociando sua entrada desde a fila, na relação com os porteiros e guardas iniciais. O rueiro adentra num espaço de relações assimétricas bastante claras, onde seu papel, sua posição social e estética são sobrepostas pelos fluxos de vigília e higiene, padronizando as relações numa indiferenciação atroz. Os que se filiam a esse sistema são chamados muitas vezes “albergados”, sendo diferenciados dos rueiros propriamente ditos. A mesma interface pode se dar na relação com os abrigos – de caráter mais programático e planejado –, mantendo o encontro desencontrado entre o estilo rueiro e a modulação institucional.

Frequentemente, o contato com a política social é visto com desconfiança, descrédito, menorizado em comparação com as redes informais – quentes – constituídas na rua. No filme “Habitantes de Rua”<sup>45</sup> de Cláudia Magni no início dos anos 1990, a visão sobre o trabalho da prefeitura aparece de forma descrente: “às vezes, muitas vezes vêm assistentes social, vem isso e aquilo, e quer tirar o cara debaixo da ponte; mas não dizem onde é que nós vamos ir. Só diz assim: não pode ficar aqui. Ora não pode? Eu acho que a terra de Deus e cada um tem um lugar aqui”. A política cotidiana da rua no encontro com a política municipal se dá de modo aleatório, composto de estratégias híbridas de controle e cuidado. Esses ancoradouros públicos, privados ou, mais comumente, público-privados, estão no itinerário das pessoas da rua como qualquer outro ponto de proteção e subsistência: não estão no centro das redes, tampouco se relacionam com os demais pontos. A relação com o Estado, todavia, se dará mais presentemente pelas políticas de segurança, aprofundaremos isso logo. Cabe recuperar agora o campo base desta pesquisa, a zona sul da cidade de Porto Alegre, e a territorialidade presente, com seus circuitos de pertença e subsistência.

## 5.1 Territorialidade

O território da rua é instável, dinâmico, mutante, mas não dista do que se passa nos bairros e comunidades. No livro “Brasil, território e sociedade”, Milton Santos e Maria Laura

---

<sup>45</sup> Habitantes da HABITANTES DA RUA. Direção: Cláudia Turra Magni e Nuno Godolphin. Porto Alegre: Núcleo de Antropologia Visual – PPG Antropologia Social, 1996 – 52min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PVnMHRCAuTE>



Silveira (2006) percebem o espaço como expansivo e poroso, expandindo suas ondas de interferência na urbe ao mesmo tempo que incorpora os movimentos de uma economia globalizada: absorve no cotidiano das cidades as grandes empresas e os fluxos que regulam o trabalho, sempre volátil em relação ao mercado internacional. Nesse ponto, a instabilidade do território se faz de modo perverso, pois antes de uma ordem, o modelo de capital neoliberal produz “uma permanente produção de desordem, que a cada momento é diferente da desordem precedente e da desordem seguinte”. Com efeito, completam os autores, “o resultado já sabido é que, a partir de sua origem exógena, as frações do território assim atingidas acabam por manifestar uma verdadeira crise de identidade” (M. SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 298-299). Esse efeito pode assumir nas periferias indicadas por Wacquant (2001), com base nos conceitos de territorialidade das políticas sociais brasileiras, o entendimento que Edson Passeti (2013), entre outros autores, têm de comunidades como campos de concentração a céu aberto, governados por uma patronagem local, submetida a organizações do Estado, instituições religiosas, ONG’S, etc.

A guetização é contrariada por Sposati, na defesa de que sempre haverá formas de transposição dos regimes controle, seja pela mobilidade do povo, pelos processos de comunicação ou pela própria amplidão do mundo globalizado. Nesse sentido, diz Sposati:

Processos de territorialização contêm, em si mesmo, processos de desterritorialização, pelo conhecimento e por relações. Quando, por exemplo, são analisadas as conexões entre unidades epistêmicas, ocorre um espraiamento de interesses entre diversos territórios. Desta forma, um dado interesse comum pode, ao mesmo tempo, territorializar ou desterritorializar (SPOSATI, 2013, p. 7).

Além de apresentar esses pontos fundamentais de discussão sobre o território, cabe para essa tese uma compreensão da multiculturalização a que essas pessoas estão submetidas na urbe e, especialmente, da efemeridade como os signos da vida contemporânea se movimentam no cotidiano da rua.

No caderno feito pelo Ministério da Saúde chamado “Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Rua com Ênfase nas Equipes de Consultório na Rua” (2015), o território é visto com suas dinâmicas de poder, com suas relações sociais, com seus modos de inclusão ou exclusão. No campo da rua, essa vivacidade ganha traços ainda mais dinâmicos:

A rua é o território que, no universo urbano, tem formas de vida extremamente estranhas e diferentes dos padrões mais comuns das metrópoles: diferente das formas “normais” de morar, comer, trabalhar, de passar o tempo, a família, as relações interpessoais. A rua é um espaço de vida, ao mesmo tempo, fora dos padrões estabelecidos na cidade, mas totalmente dentro da cidade, produto de suas dinâmicas de exclusão: um “fora-dentro da cidade”. Fora de suas leis e de suas dinâmicas oficiais. A rua expressa as diferenças entre as cidades em uma mesma cidade (BRASIL, 2015, p.13).

Nos estudos da Psicologia Social, da Geografia Política, da Antropologia Social, entretanto, avança-se no estudo da produção de subjetividade que decorre das relações dentro-fora do território em relação aos processos vizinhos, à cidade, ao país, ao globo. As relações expressam mais do que a ocupação geográfica, fluxos e limites, mas revelam a dimensão subjetiva, histórica e cultural, ampliam a cartografia para uma leitura dos sentidos de viver, de se representar, do modo como a pessoa absorve e é absorvida pelo corpo da urbe.

Não é que o espaço influencia na subjetividade de um sujeito: o próprio espaço comporta uma dimensão subjetiva ao conter nele mesmo enunciações, afetos, intensidades pré-pessoais (...). Não há, contudo, uma ordenação, um modelo de subjetivação; há dinâmicas de agenciamento. As interações entre corpo e espaço construído se desdobram através de campos de virtualidade cuja complexidade beira o caos (MACERATA, 2015, p. 42-43).

É possível, portanto, como indica Suely Rolnik (2011), cartografar “paisagens psicossociais” (p. 23), nas quais se reconhecem todos os atores e não apenas os objetos em questão. “A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros” (ROLNIK, 2011, p. 23). Desterritorializar, portanto, é também um modo de falar sobre o território. A cartografia de Deleuze e Guattari se fundamenta no princípio do rizoma, este enquanto afirmação da vida no real, cumprindo linhas sempre aleatórias e, ao mesmo tempo, conformadas em alguns enquadres. A linha do rizoma é por essência descentrada, desalinhada. Subjetiva-se pelos ares da cidade, impregna-se das marcas do capital, da vigilância, da norma, da boa saúde; mas se afeta sobretudo pela pulsão de uma vida a vir, do prenúncio de existência, de reterritorialização do cotidiano. Escreve Macerata:

A subjetividade é um emaranhado de trajetos e é composta pelos componentes dos meios. Se configura como trajetos, rede de conexões agenciadas em um corpo que age e percebe um mundo. Trajetos em meios institucionais, comunitários, econômicos, culturais, e toda a sorte de meios que podemos e não podemos categorizar. Sobreposição de mapas de trajetos, mapas sobre mapas, que se remanejam (MACERATA, 2015, p. 43).

Iacã Macerata, em tese que tem por base o campo da rua, recuperando Guattari, diz que o território existencial é composto por elementos parciais, conectados pela afecção, em etapas pré-representativas, não corporificadas, agenciada por processos de singularização que emergem como efeito do coletivo. Em suas palavras:

É um ethos, um movimento em constante produção, um agir infinitivo que é ao mesmo tempo morada e estilo: domínio. Mas o domínio, é o domínio de uma expressividade, onde o personagem ou sujeito formado é apenas efeito desta expressividade. O mendigo, com qual Hélio Oiticica teve o insight da noção estética do parangolé fazia uma vestimenta que era um “envoltório de trapos, tralhas, sacos plásticos, latas, sua parafernália de bugigangas recolhidas da descarga da grande cidade, como um ato expressivo que constitui sua territorialidade. Marca um território, uma morada, uma assinatura (MACERATA, 2015, p. 45).

O território existencial, ainda com Macerata, se afirma como paisagens cotidianas que articulam, num plano as relações materiais e imateriais que permitem enunciar um sujeito. No espaço da rua, essa dimensão ganha ainda mais rigor na medida em que a dinâmica dessas relações é acelerada pelas violências e efemeridades das vias urbanas. Habitar a rua, exige, enfim, assumir/incorporar um território existencial que assegure não apenas as condições mínimas de subsistência, mas também um plano de expressão do sujeito: ancora-se não apenas em uma rede de recursos, mas em uma rede de enunciação.

A noção de atuação ao nível do “território”, por sua vez, está marcada nas políticas sociais que seguiram a CF88, impulsionada pelos movimentos de reforma urbana, que direcionavam maior autonomia aos municípios na condução das políticas da cidade. A descentralização administrativa e a regionalização produziam, segundo Adalgisa Sposati (2013), uma aproximação do Estado ao cidadão, delegando etapas decisórias mais condizentes com a história e a realidade de cada território: “para as políticas sociais, o território, para além de um espaço geográfico, é um chão histórico, marcado por múltiplas relações, que materializa a identidade de uma dada política social, no cotidiano relacional da vida das pessoas” (p. 9).

Diz, ainda, que expressa as relações de poder ao nível da territorialidade, dimensionado as assimetrias em fluxos, redes, nós e rupturas. Como consta no texto da Política Nacional de Assistência Social, construída em 2004:

Ao agir na capilaridade dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (BRASIL, 2004, p. 16).

No SUS, igualmente, o documento da Política Nacional de Atenção Básica, concebe um território adscrito de atuação de uma equipe, lançando mão de agentes comunitários de saúde com vínculos comunitários, com o intuito de “permitir o planejamento, a programação descentralizada e o desenvolvimento de ações setoriais e intersetoriais com impacto na situação, nos condicionantes e nos determinantes da saúde das coletividades que constituem aquele território” (BRASIL, 2012, p.20). No documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”, as vulnerabilidades e riscos sociais são compreendidas em sua diversidade de expressão, caracterizando a análise do território como fundamental para o planejamento das ações do SUAS. O texto se apoia no conceito de território do geógrafo Milton Santos, afirmando políticas redistributivas, instrumentando os territórios em sua instância de poder, respeitando sua origem e organização.

O território, veja-se, é concebido no campo das políticas públicas como locus de gestão descentralizada, ainda que afirme em todos os cantos suas idiossincrasias, singularidades, modos e culturas. Ao garantir a visibilidade das comunidades, bairros, periferias, sabemos, entranham as técnicas de rastreamento de riscos e vulnerabilidades, epidemiologias, propondo ações de prevenção, de vinculação, de alteração da realidade de exclusão que estão na base das reformas sanitárias, psiquiátrica e socioassistencial. Em todo caso, diremos, essa noção territorial da política pública comporá os territórios existenciais comunitários não com a centralidade proposta pelos textos, mas na interface com as identidades marginais e rueiras, produzindo caminhos sempre rizomáticos de fuga e proteção.

### 5.1.1 Territorialidade da Praça Potti

Como exercício etnográfico, queremos agora apresentar a territorialidade da Praça Potti e seu campo existencial, identificando a rede de subsistência e a interferência que as políticas públicas propõem.

A praça, colocada no miolo do bairro Camaquã de Porto Alegre, funciona como ponto de convivência das pessoas que vivem nas ruas do entorno. Chegar à praça é como chegar ao bairro: como um satélite, ela reverbera o que se passa na região. Quem enuncia essa reverberação é um grupo efêmero de pessoas, mas que mantém algumas referências de contato. No período entre 2011 e 2014, foram “abordados” pelo CREAS Sul/Centro-Sul cerca de 50 pessoas diferentes em situação de rua na praça. Em parte formada por nômades da cidade, em parte por pessoas ligadas ao bairro intimamente, a voz de rua se enuncia na permanência de alguns senhores que se intitulam “síndicos” da praça.

Imagem 4: Vida Praceira



Fonte: Arquivo pessoal

O espaço é formado por um triângulo de ruas periféricas do bairro: três ângulos entre a Dr. Barcelos, Afonso Arinos, Sílvio Soares que, por sua vez, desembocam em grandes avenidas da zona sul (Otto Niemeyer, Coronel Massot, Cavallhada e Wenceslau Escobar). Para além desses nomes históricos a Praça Poti é ponto de encontro de uma diversidade de pessoas tão imperfiláveis quanto indefiníveis. Mas força-se a nomeação: Cacaca, Pedro, Dari, Carlos, Jesus, etc. Carregam marcas de toda uma urbanidade, da mescla brasileira negra, indígena, religiosa, colona, formando um espelho da cidade.

Imagem 5: Triângulo Urbano



Fonte: Google Maps (consulta realizada em 29/09/2017).

O deslocamento pela cidade é favorecido pela centralidade da praça, exceto no caminho para a Wenceslau Escobar (onde há um morro e o destino é uma classe média de nariz empinado), os caminhos são planos até as avenidas. Nelas, o ônibus cruza farto; o acesso a ele, todavia, não. Fica-se muito no caminho, entre um ponto e outro. Há bastante comércio nas avenidas, há pontos de tráfico em vilas próximas, há um público de classe média que no entra-e-sai do carro faz a sua caridade. Nesse itinerário, forma-se um roteiro, uma tessitura de rede, composta de vínculos, ganhos, afetos. Para cada qual é um, cruzando o bairro atrás da comida, da droga, da segurança, da diversão.

Imagem 6: Linhas de Cuidado



Fonte: Google Maps (consulta realizada em 29/09/2017), grifo nosso.

Esquadrinhar o indefinível é tarefa insólita, mas esse exercício dá a dimensão do fluxo não linear da vida rueira. Os pontos de referência são espalhados pelo entorno da praça como se fosse jogado um punhado de feijões sobre o mapa. Numa lógica aparentemente aleatória, os pontos da figura abaixo marcam locais de encontro com os frequentadores da praça, em suas redes próximas. O caminho, contudo, possui escondedouros e portais formados por caronas, passagens de ônibus, serviços pequenos, Kombis e ambulâncias da prefeitura, que carregam os rueiros para mais adiante, refletindo e mudando sempre a imagem que se forma num encontro de ruas, num encontro.

Imagem 7: Pontos de Ancoragem



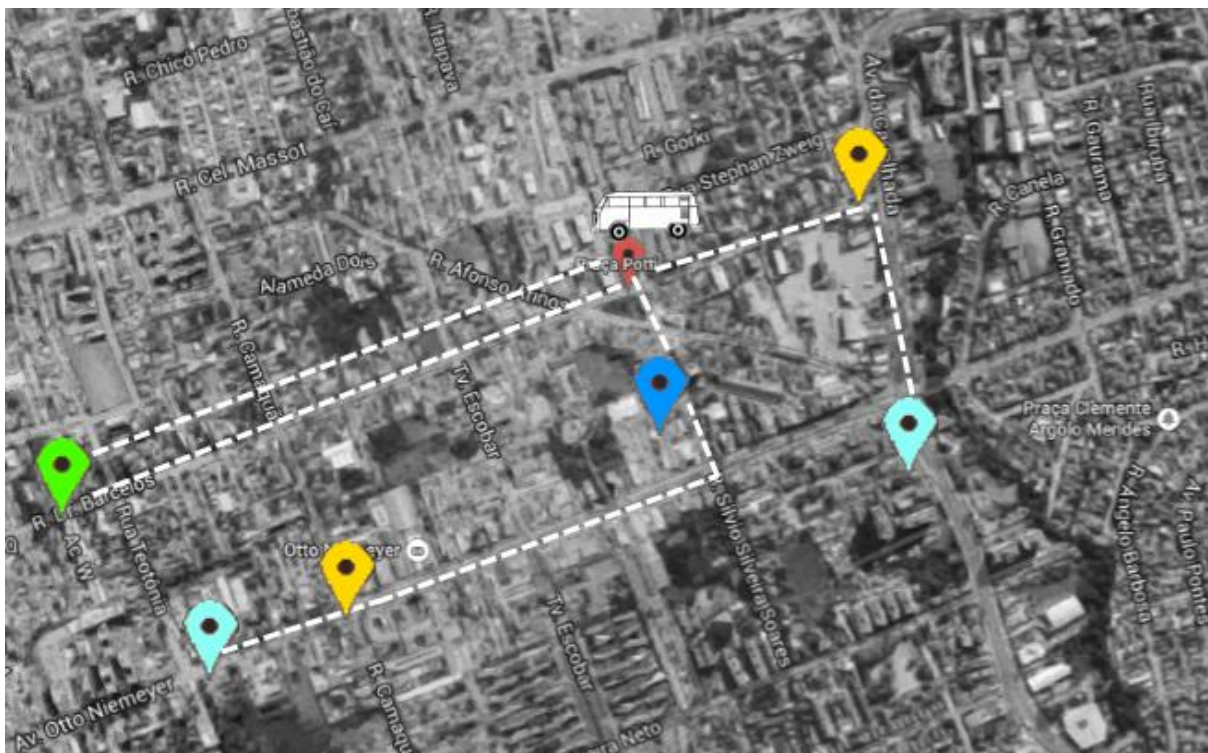
Fonte: Google Maps (consulta realizada em 29/09/2017), grifo nosso.





Os percursos de Alessandro (Cacaca) não se distanciavam muito da praça, evitando grandes deslocamentos. Destacamos no exercício cartográfico alguns pontos fundamentais. Para o pernoite: a Oficina do Pastor Daniel, na Av. Otto Niemeyer, onde lhe permitiram ficar dentro da casa na condição de apresentar-se sóbrio – razão pela qual pouco tempo ficou na parte de dentro – mas tinha ao menos um canto protegido numa aba; e a marquise do Mercado Asun na Avenida Cavallhada, ao lado do Posto de Gasolina que funcionava 24 horas, dando mais segurança. Para a alimentação: pela manhã, era comum ganhar um copo de café e um pão no Restaurante Casa Nova, ainda na Otto Niemeyer; as outras refeições fazia com os restos disponibilizados pelo Rei do Frango, quase em frente ao Casa Nova; além do Bar do Alemão, já na esquina da Dr. Barcelos com a Cavallhada. A cachaça e o tabaco conseguia cedo com alguns trocados que pedia ou ganhava de conhecidos, comprada no Supermercado Cavallhada, que ficava na Rua Silvio Silveira Soares, mas essas drogas chegavam a todo momento diretamente na praça, reunindo outros usuários com seus palheiros e garrafas, consumindo-os desde cedo com poucas interrupções. A droga ilícita tinha na Vila Funil um caminho fácil, embora houvessem outros caminhos conhecidos.

Imagem 9: Tessitura Cacaca



Fonte: Arquivo pessoal.

A Kombi no mapa representa o encontro com a equipe do CREAS, que ocorria com a frequência média de uma vez por semana, conectando a praça com outros pontos da cidade. Vejamos, apenas no caso de Alessandro: Hospital Vila Nova, Postão da Cruzeiro, Tudo Fácil, Centro POP I, Albergue Dias da Cruz, Abrigo Bom Jesus, Hospital Cristo Redentor, além de idas à casa sua irmã. O serviço ao mesmo tempo ampliava a circulação do homem na cidade e enquadrava Alessandro nos códigos institucionais: tratamento, documentos, trabalho, família. Era um alçapão no território, para onde caíam técnicos, educadores e, claro, o próprio Alessandro.

Habitar o território da rua exige, sem dúvida, habilidade. Para os que permanecem mais estabelecidos, como a legião de senhores com quatro ou cinco décadas de vida, alcoolistas e dissidentes de um modelo de inclusão pelo trabalho e pela família, a intensidade que a cidade vive é incorporada por eles de modo direto, bruto: compassados estão com a velocidade da urbe. Assim, ocorre de acolherem pessoas como Lionel, já conectados a outros hedonismos, excedentes dos campos de concentração da periferia, excedentes dos aparelhos do Estado e que apanham da cidade.

Pode-se dizer que a rua é um satélite dos movimentos macrossociais da cidade, tal como a Praça Potti funciona, acolhendo os novos seres com todo o calor e a violência que uma entrada nessa atmosfera causa. Pois um dos objetivos deste texto é evidenciar essas estratégias de sobrevivência, a apropriação de uma vida na rua, transformando brutalidades em potências. Nesse sentido, em contraponto a vida geral definida pela Política Nacional que prevê novos projetos de vida, entendemos que a vida rueira desafia a métrica da cidade, fazendo do abandono um lar doméstico, criando raízes onde se diz desenraizamento, sendo incluído em redes de cuidado, quando se diz excluído.

## 5.2 Violências e Violações

Um vento arrepiante de duríssimo inverno varria para o nascente os véus de uma noite de neblina, que transcorreram na pobreza dolorosa de um céu sem estrelas. No cumprimento de nosso dever policial estávamos no terreno ao fundo da antiga usina elétrica municipal, à esquina das ruas Voluntários da Pátria em Pinto Bandeira, onde um grupo de homens dormia ao relento, aquecendo os seus corpos malvestidos junto às escórias incandescentes transportadas das possantes caldeiras. Um deles não devia mais acordar para os sofrimentos da terra... Jazia de boca aberta, olhos vítreos, tendo o corpo inteiriçado pelo frio da morte.

As políticas de violência da cidade se orientam pela função dos governos em gerenciar o terreno urbano, privilegiando as formas de vida desejadas. Aos indesejáveis se exerceu um poder de extermínio muitas vezes direto, atestado pela indignação da condição alheia, pelo anonimato de seus corpos. Indiretamente, a não-política, o abandono, o descrédito, gera justamente a condição de extrema pobreza, mantendo os enquadres da anticidadania. Michel Foucault (2005), no curso “Em defesa da sociedade” diz que o Estado Moderno exercerá sua função de “fazer viver” ou “fazer morrer”, amparado nos saberes de uma ciência racista e misógina, aprimorando as questões indígena, negra e feminina na questão social da cidade.

A citação do início não é a noticiada em julho de 2017, quando um habitante da rua morreu de frio na Avenida Goethe, em uma noite com temperatura abaixo de 5 graus em Porto Alegre. Se trata de um relato de 1925, recuperado por Krishna Predebon (ALMEIDA FILHO, 1945, p. III-IV *apud* PREDEBON, 2011, p. 16), que nos remonta à constância das políticas de abandono e extermínio da capital gaúcha. Contribui para essa compreensão o fato de, na mesma semana da morte de 2017, o prefeito Nelson Marchezan Júnior publica em redes sociais uma imagem em que brinca com o frio que atingia a cidade, imaginando um *white walker* (personagem da série de televisão norte americana *Game of Thrones* que, já morto, habita zonas gélidas), caminhando já sem preocupação com o frio, cruzando o Viaduto Otávio Rocha. A cena remonta os achados da rua, reconhecidos como corpos estranhos, anônimos, dúbios, frios como na cidadania antiga. Considerados mortos em vida, são avivados por uma imprensa alarmada na hora da morte, que se regozija ao saber se já possuía antecedentes criminais e, portanto, era merecedor desse fim.

Imagem 10: Caminhante branco.



Fonte: Facebook, publicação de 16 de junho de 2017.

Além da própria condição de viver ao relento, diretamente se fará uma política genocida aos habitantes da rua em ações anônimas ou públicas, caracterizando a rua como espaço de violência aos sujeitos. A indiferenciação de suas histórias sob a áurea da conduta antissocial, da vagabundagem, da promiscuidade, justifica, nessa lógica perversa, massacres e desaparecimentos. A situações de mortalidade na rua ganharam destaque após a ditadura militar, justo no momento de renascimento democrático e de denúncia às políticas de extermínio daquele período. Assim, espantou o país a morte de 8 meninos em situação de rua em 1993, metralhados por milicianos enquanto dormiam no entorno da Igreja da Candelária. No ano de 1997, houve o conhecimento da morte do índio Galdino Jesus dos Santos da etnia pataxó-hã-hãe, incendiado por jovens da classe abastada de Brasília enquanto dormia ao relento da rua,

numa parada de ônibus. Galdino era um líder comunitário, estava na cidade para celebrar o Dia do Índio. Em 2004, como já dissemos, já representava insuportável a notícia da morte de moradores de rua na Praça da Sé em São Paulo, sendo um disparador para a construção das políticas públicas dos anos seguintes. Essas histórias foram midiaticamente tratadas sob a área do espetáculo, dando contornos dramáticos à violência sofrida, narrados em tons cinematográficos. Mas, apesar da espetacularização, serviram como veículo de denúncia das violências que esses sujeitos, índios, negros, pobres, que sofrem no país desde sua colonização. Os assassinos hoje já estão livres e se somam aos demais torturadores e assassinos anônimos das cidades.

No livro-denúncia de Maria Avelina de Carvalho de 1991, “Tô Vivu - Histórias dos Meninos de Rua”, a autora encontrou no campo de pesquisa na cidade de Goiânia, diversos meninos que viviam no limite da cidade, equilibrando-se a cada dia numa vida rueria. O panorama encontrado pela pesquisadora foi de muita violência, narrado pelos próprios meninos:

Nois é menino de rua ma num é pá qualqué um ficá chegano e bateno não (...) [dá] uma escola, um serviço, uma educação, um trem, num batê, falá, exprica que nó expricano pra nós, tia, nois tá. Expricando no vai bem, levano nós cum calma, nós vai longe, mais bateno com espancamento num leva ninguém pra frente” (M. CARVALHO, 1991, p. 193).

Quando o enquadre pegava, todavia, o relato é que os policiais aplicavam toda sorte de métodos de tortura, conforme os próprios meninos:

O choque no telefone é assim, ó (...) um negócio que roda assim ó... aí vai rodano... aí vai rodano e amarra o pano moiado no pescoço e coloca um fio num lado e o fio do o to e vai rodano o negócio... aí a gente vai pegano e cumeçano a nem falá... e quando a gente qué falá a gente bate o pé (M. CARVALHO, 1991, p. 199).

Ao menino desse relato, que levava na entrevista com Avelina uma “marca horrível” no pescoço, foi oferecida ajuda para denunciar a violência, que rejeitou pela certeza de uma represália breve. A autora ainda recupera situações em que os meninos eram, além de espancados, objeto de perversidades como serem obrigados a tomar água do vaso sanitário ou submetidos à tortura de ter uma agulha enfiada sob as unhas. O feminino também é um alvo comum das perversões, enquadrado nos códigos da família e do patriarcado. As cenas de estupro com as meninas eram frequentes:

É, aí, né, tia, quando el pegaro a faca pa... pa cortá o pesçoço dar imã da X, aí nois pegô no mei, falô que nela num ia.. que ela era moça, ez num ia fazê nada, né? El falo ‘ssim, “já coceis nunqué vê ela morta, e nem istrupada, então ces vai dexá fazê noceis”, aí eu e a X virô, ‘ssim, pode fazê, mais nela num faiz não, aí eu e a X (grávida) que transô cun ele (...). P.: Mas a X está grávida, mesmo assim transaram com ela? Foi... Nois falava pra ela... eu falei pra ele, ele cumeço a dá tapa na barriga dela” (M. CARVALHO, 1991, p. 205).

O Boca de Rua, jornal feito em Porto Alegre desde 2001 por moradores da rua, denuncia constantemente situações de violências cotidianas da cidade, perpetradas por justiceiros, milicianos, policiais, skinheads e toda sorte de torturadores. Mostram, como costumam dizer, o que a cidade não sabe, que o jornal de elite não diz, pois “enquanto você dormia, muita coisa acontecia” (BOCA..., 2013). No segundo trimestre de 2017 o jornal nº 63 identificou quatro mortes por violência nas ruas: Ana Carmem, enforcada e jogada no contêiner de lixo; Jederson Michel e Rodrigo (Pelezinho) a pauladas; Paulo Ricardo com cinco tiros na Praça da Matriz. Além disso, o jornal identificou num único final de semana pelo menos 11 situações de violação de direitos e agressões no início daquele ano, com ações repressivas da polícia especialmente nos parques, sobrando truculência, olhos roxos, patas de cavalo em corpos deitados, prisões, documentos rasgados (LUTO..., 2017). O alarme estava dado. Na sequência, foram realizadas audiências públicas na Câmara Municipal de Porto Alegre e na Assembleia Legislativa do Estado, com o detalhamento das situações e a fragilidade das investigações, banalizando as mortes por terem “antecedentes criminais”, serem usuários de drogas ou simplesmente por serem moradores de rua. Em audiência realizada em 31 de março de 2017 pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança (CEDECONDH) da Câmara Municipal, os técnicos da FASC atuantes nos serviços de atendimento e acolhimento das pessoas da rua, identificaram na época o aumento de barracos queimados sob os viadutos, bem como violência física contra pessoas transgêneros, muitas delas ficaram internadas em coma nos hospitais<sup>46</sup>.

Para as mulheres, a situação na rua é ainda mais perigosa. O Boca de Rua número 59 trouxe a história de “Donas Sem Casa”, que habitam as ruas da cidade. São mulheres com histórias de vida marcadas pela violência e que, agora jornalistas, conseguem narrar muitas das agruras sofridas. Dizem:

---

<sup>46</sup> Relato da audiência, veiculado no Jornal do Comércio de 31/03/2017 (SANDER, 2017).

O desrespeito não tem lado certo para vir. Existem abusadores entre policiais, monitores (de abrigos e albergues), homens que passam nas ruas – a pé ou de carro – e até entre os moradores de rua. No caso de policiais, é comum passarem a mão por tudo quanto é canto quando revistam e também ameaçarem “plantar uma pedra” (enxertar pedra na mochila) se a mulher não fizer o que eles querem. Eles levam para o mato (DONAS..., 2016, p. 2)

O sofrimento é maior quando essas mulheres são enquadradas no padrão de maternidade exigido pela sociedade brasileira, com conceituações de proteção social psicologizadas, psiquiatrizadas e, enfim, judicializadas, que destituem o “poder familiar” delas sobre os filhos. São comuns os relatos de internações compulsórias durante a gravidez e, após o acolhimento institucional dos recém nascidos. “Quando eu ganhei meu filho me entupiram de remédio. Eu acordei e a criança não estava mais lá. Até hoje não sei onde está. Ninguém me deu explicação”. No jornal nº 65, no trimestre final de 2017, a questão volta com o título: “Por que não podemos ser mães?”. A reportagem denuncia um esquema já estabelecido nos hospitais (especialmente o hospital público Presidente Vargas), nos quais é feita uma triagem das mulheres que estão em situação de rua e/ou uso de drogas, associando tal condição com a incapacidade de maternagem. Essa Casa da Roda compulsória leva a criança retida ao judiciário que, com grande agilidade, realiza audiências para determinar a destituição e encaminhar para familiares (se houverem, nas condições exigidas), para os abrigos, ou diretamente para adoção. Elas resumem a violação:

mulher na rua é uma provocação que a sociedade não aceita. A pergunta que mais se houve é “Por que essas mulheres têm filhos?”. Nós perguntamos: por que não: Não somos mulheres também? Por que vocês nos diferenciam das outras mulheres? Por que direcionam esse questionamento tão áspero para nós? A cor da pele, a situação social, o fato de ter ou não ter uma casa, tira o direito de alguém de gestar, criar e conviver com seus filhos? Infelizmente e injustamente para nós sim (POR QUE..., 2017, p. 2)

Há ainda as políticas de genocídio tecnicizadas. Já vimos como o hospital psiquiátrico serviu para o escoamento dos indesejáveis, produzindo à pretexto de uma cura moral, o anestesiamento de muitas vidas com as técnicas biomédicas e filantrópicas. O manicômio São Pedro, exemplo próximo, enquadrou um sem fim de pessoas, com histórias sem fim. Hoje, aproximadamente 100 pessoas das 7000 que lotaram o São Pedro ainda aguardam sua sentença final no clássico prédio, sendo a morte a principal medida de desospitalização. Sob esse véu de saber e poder bio-psico-jurídico, muitos homens e mulheres desapareceram.

As violações vividas nos hospitais psiquiátricos são ainda presentes, sem dúvida, pelo exercício das técnicas de ajustamento exercidos em parceria do saber médico e assistencial com os conceitos da empresa filantrópico-religiosa. São exemplos da permanência do sistema manicomial as fazendas terapêuticas e os asilos para idosos.

As primeiras atuam de modo ampliado nas cidades, sendo estimuladas pelo governo federal na atuação junto aos “dependentes químicos”, especialmente aos que estão em situação de rua. Conforme o dossiê realizado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (de publicação censurada por uma ação judicial) e o Relatório de Inspeção das Comunidades Terapêuticas conduzida pelo Ministério Público Federal e Conselho Federal de Psicologia, é presente as ações de trabalho forçado, de intolerância religiosa, de medicação excessiva, de homofobia, bem como o relato de torturas e violências nesses espaços. Muitos deles sequer são regularizados, de modo que tampouco são fiscalizados, abrindo margem para violações que, sabemos, são cotidianas. No caso das entidades financiadas por verba pública da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Janaína Maurer recupera o funcionamento do Instituto Gratidão em 2013, do estado do Paraná:

em depoimento tomado pelo Ministério Público do Trabalho no início de 2014, um interno (que teve sua identidade preservada diante do medo de retaliação), afirmou que assim que chegou no Instituto foi obrigado a assinar um termo de trabalho voluntário, sendo esse termo um pré-requisito para sua admissão. Informou que haviam metas diárias na venda dos chaveiros, e que se estas não fossem cumpridas sofriam coação moral e física (MAURER, 2014, p. 52)

O condicionamento ao tratamento muitas vezes se dá pela via judicial, achatando nesse enquadre os códigos jurídicos, psiquiátricos e religiosos. Sob a medida de “proteção”, se fundamenta uma prática de correção moralizante, com aspectos de organização militar, padronizando os diagnósticos, as identidades de gênero, o valor do trabalho, o lugar de Deus e dos homens. Em Porto Alegre, o Ministério Público Estadual, junto com a polícia civil, prendeu em 2008 o Pastor Quirino, diretor da Associação Terapêutica Cristã Cidade do Refúgio, por “crimes de tortura, cárcere privado, lesão corporal, maus tratos, entre outros” cometidos contra dependentes químicos em uma fazenda na cidade de Guaíba, “sofrendo espancamentos, afogamento em fossa, além de estarem sendo medicados sem prescrição médica e proibidos de



sair do estabelecimento sem autorização”<sup>47</sup>. Anos mais tarde, essa mesma “Cidade” se formará no Extremo-Sul de Porto Alegre, nas estradas do Lami, do Chapéu do Sol, da Ponta Grossa, comandadas por outros pastores, buscando o que chamam de recuperação moral e física de moradores de rua e dependentes químicos<sup>48</sup>.

Os asilos de idosos também foram alvo de investigações recentemente, como no caso revelado pelo Ministério Público de Cachoeira do Sul. Foram encontradas na cidade em 2015, 768 pessoas vivendo em 25 casas geriátricas, que acolhiam, além dos idosos, mais de 260 pessoas adultas com limitações diversas, comumente diagnosticados entre o “deficiente físico” e o “esquizofrênico”. A cidade se tornou um polo comercial para essas entidades, recebendo, conforme informa a promotora Maristela Schneider que conduziu o caso, sujeitos de 55 municípios diferentes. O esquema iniciava pelo contato com diversos hospitais do Rio Grande do Sul, cada qual com seus casos insolúveis, querendo vagar um leito para o próximo. Só que, do outro lado, nem sempre houve o leito, a comida, o cuidado. Os relatos das pessoas assistidas nessas instituições foram colhidos pelo MP e alguns estão presentes no documentário “Projeto Cuidar - Histórias Reconstruídas” (PROJETO..., 2018). Uma das mulheres que aceitaram falar sobre o tratamento prestado, afirma no vídeo: “Às vezes nem comida davam lá pra nós. E ela chamava a gente de desgraçada, infeliz. (Dizia) Vocês nunca vão sair daqui (...) Chegamos num ponto de não ter mais esperança”. Outra interna exemplifica alguns dos atos de tortura que estavam submetidos: “Eles botavam um esparadrapo na boca da gente com uma bucha de pano e batiam em toda a volta do esparadrapo com a bucha de pano dentro da boca. Aí quando a mulher via que a boca da gente tava arroxando, ela ia lá e tirava o algodão”. Esses registros

---

<sup>47</sup> Conforme noticiado no site do Ministério Público Estadual (DIRETOR..., 2008).

<sup>48</sup> Conforme consta no site da Associação Comunitária Cristã de Auxílio aos Carentes do Rio Grande do Sul (ASCOMCA, 2010), eis os orientadores: “Missão: Trabalhar com conscientização e orientação dependentes químicos, promovendo a reinserção social. Objetivos: 1. Promover a recuperação moral e física dos dependentes químicos; 2. Conscientizar os familiares dos recuperandos sobre a doença melhorando sua qualidade de vida; 3. Promover a qualificação profissional como forma de inserção ao mercado de trabalho; 4. Promover a recuperação espiritual do ser humano através da reflexão e prática dos ensinamentos bíblicos. Metodologia de Trabalho: A instituição desenvolve o trabalho de Laborterapia que consiste no tratamento de enfermidades nervosas e mentais através do trabalho como forma Terapêutica Ocupacional. A Laborterapia fortalece a proposta de reinserção social, da retomada de responsabilidades muitas vezes perdida com a dependência química, estimulando também a descoberta de qualidades. Os internos têm participação ativa nas atividades de Laborterapias: limpeza da casa, higiene pessoal, rodízio nas tarefas diárias, obras e reformas, cuidados na horta, trabalho de reciclagem, cuidado de animais, oficina mecânica, além do trabalho espiritual. Outro fator trabalhado é a disciplina incentivando o residente a ter uma postura adequada, boas maneiras e educação (respeito com os outros e consigo mesmo). Mostrando que a disciplina só traz benefícios e que agir assim causa prazer, resgatando o valor pela sua vida. Atividades: Palestras de orientação com bases no programa de Doze Passos dos Grupos Anônimos; Palestras sobre Padrões Comportamentais; Reuniões de Desenvolvimento Espiritual; Laborterapia; Encaminhamento para o Trabalho; Profissionalização na área mecânica”.

instruíram o processo público para o fechamento dessas instituições e alguns fragmentos foram recuperados pelo documentário publicado em 2018 (PROJETO..., 2018).

A experiência de viver na rua produz um cotidiano de sobrevivência que os privilegiados jamais saberão. Submetidos a mácula de uma “cultura inferior”, sofrem uma violação que se inicia na não-política ou política de abandono, se materializa na pancada da rua e se espalha de modo institucionalizado pelos equipamentos de saúde, assistência social, habitação, etc. Assim, as violências se presentificam na rua, como no relato dos meninos de Goiânia ou se atualizam nas instituições de controle e correção que atuam nas cidades, como sabemos dos novos manicômios. Assim, a interseccionalidade das violações se renova na ameaça proximal ou institucional que traz para a vida rueira uma constante vigilância, onde um olho sempre há de ficar aberto e a morte está sempre à espreita.

### **Viaduto Obirici**

Maria Flor havia dormido no albergue da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, como um costume que já havia criado na relação com a cidade. Saía cedo também como uma rotina e iria cumprir seu dia a mendigar em alguns pontos sabidos para garantir a alimentação e o *trago*. Nas duas horas de caminhada até o centro encontrou conhecidos que lhe deram alguns goles de cachaça, ajudando na energia, completando o trecho em passos lentos. Na altura da rodoviária, resolveu guinar para o burburinho do terminal, cuidando dos guardinhas que vigiavam as rueiras. Esgueirando-se por um ponto limite entre a vigilância e o tumulto de pessoas, começou a pedir para os portadores de malas e mochilas. Depois de quatro caras fechadas e o olhar de um guarda, tocou para o lado dos táxis. Viu uns embarcantes chegarem a um táxi com muitas sacolas, tenta ajudar, lhe negam contato, sequer lhe olharam. Ao saírem com pressa, todavia, deixaram voar de uma carteira desatenta algumas notas de cruzeiro alto. Juntou o que pode rapidamente, escapando ligeira por entre os carros, Deus era justo, pensou. O dinheiro era suficiente para alugar uma peça por uns dias, para comer bem.

Antes, porém, foi comemorar com os amigos de sempre. Retornando pelo caminho, passou no primeiro mercadinho e comprou carne, limão, sal grosso e cachaça: ia fazer um churrasco. Há dias pensava numa carne suculenta, algo distante de sua ração diária. O fogo

se iniciou às duas da tarde, a caipira antes disso. Quando a noite caiu, veio também o samba. Com o samba vieram mais convivas, e quando a rua perdeu o movimento dos carros a festa se estendeu para dentro da Av. Voluntários da Pátria. Flor já via as coisas turvas sentada num sofá abandonado à beira, já não conseguia levantar. Ao seu lado, estava desmaiada uma menina negra, encontrada com o mesmo aspecto num chão ali perto, foi carregada para lá.

O mucuvuco a essa altura era grande, acrescido pelas mulheres e gays da prostituição do entorno. Num relance que o seu olho não acompanhou, o invólucro marginal foi abordado por um conjunto de pessoas armadas de paus e armas: sobrou para todos. No susto, Maria tentou erguer-se, mas com a debilidade, caiu com as mãos hasteadas no chão, sendo chutada na boca do estômago, nos seios e no rosto. Com a força dos chutes, voltou para cima do sofá, encobrendo a menina. Desacordada por uns instantes, reacordou com a adrenalina no extremo, viu os amigos fugindo ao longe, outros caídos em poças de sangue. Planejou correr, mas seguiu fingindo desmaio. A cena foi se desfazendo de pessoas vivas. Era hora de correr, a polícia logo chegaria. Num salto só, botou os pés no chão e sacudiu forte a menina que ainda ressonava. Ela acordou e, pela expressão da mulher em frente e pela visão da cena ao lado, dilatou as pupilas em apuro, e saiu de mão dadas com Flor sem trocarem uma palavra sequer.

Caminharam com ritmo acelerado até a Avenida Benjamin Constant, depois seguiram mais lentamente pela Assis Brasil até o encontro com a Avenida Plínio Brasil Milano, onde ficava o viaduto Obirici. Ali encontraram um acampamento abandonado por outro rueiro, com papelões e um cavalete, localizado num ponto sombrio da elevada de concreto. Caíram ali. Quando o sol raiou, Maria Flor levantou o olho inchado e avistou a claridade da cidade por entre o frágil papelão que lhes divisava, ouviu o barulho dos carros, sentiu a menina dormindo em posição fetal encaixada ao seu corpo. O peso da pálpebra não permitia avançar na cena, voltou a dormir.

As duas que não se conheciam até aquela madrugada, ficaram juntas como quem habita a mesma casa. Sou Marlene, disse a mais nova, obrigada por me salvar ontem. Flor em acolhida deu um tapa na bunda da nova amiga e chamou-a de vadia: que tu fazia atirada lá? Elas riram. Nos cinco dias em que permaneceram ali, Marlene foi narrando sua história como se fosse a de Maria, marcada pela violência, pela perda da guarda dos filhos, pela rua. Na verdade, a história de muitas. Quando falava no filho perdido há pouco para o Estado, a mais nova ainda soluçava ao lembrar do dia que o tiraram de dentro do barraco. Na ocasião, conta,

foi abordada por oficiais da justiça e do município. A casa improvisada estava na barranca que beirava Avenida Bento Gonçalves, numa zona ainda com aspecto rural. O companheiro tentou reagir e foi logo contido pela Brigada Militar, que acompanhava a cena. Restando uma dívida com a justiça, foi retirado junto com a criança. Deixei o mato e vim pra zona do fervero, disse resignada. Estava bebendo há mais de uma semana, não lembrava em que parte da cidade começou seu itinerário.

Nos dias em que conviveram juntas, arranjaram mais elementos para o acampamento, uns tijolos seriam o fogão, uma lata seria a panela, um cobertor seria o telhado: assim se protegeram das agruras da cidade. Por sorte, fazia calor e o frio não era um inimigo no momento. Flor temia o inverno, passara muito frio na campanha, de onde viera, mas os ventos de agosto também alcançavam o concreto da cidade, razão pela qual ela seguiu narrando: “Toc, toc. Quem é? É o vento frio. Que queres? Levar os cavalos vadios”. Por via das dúvidas, mesmo com o verão, era bom ter espaço para uma fogueira. No quarto dia, quando Marlene arranjou um vaso de flor para colocar na entrada da chegada da barraca, Maria Flor disse olhando por cima dos carros, não te apegas muito a esse canto, a gente sabe onde ele fica, a gente sabe o que a gente tem nele, mas a gente não sabe até quando. Sua velha rancorosa, devolveu Marlene, vamos animar esse corpo. Numa saída rápida, ao cair do dia, a jovem conseguiu uma garrafa de gim em fonte desconhecida para a mais velha. Tomaram toda. Depois, Maria revelou uns trocados para comprar uma garrafa de cachaça, beberam até cair, conversando alto, gritando e cantando nos ecos do viaduto. A vizinhança de alguma parte cercana reclamou.

O serviço de limpeza da cidade chegou cedo e num chute só levantou o pequeno acampamento. Maria de imediato cobriu o rosto em defesa, mas a violência do dia era outra: vamos circulando! A menina estava inerte. Nega, os gari tão aqui, disse sacudindo-a, mas sem efeito. Sem esperar por melhor solução, Pacífico, um dos funcionários da limpeza jogou metade de seu balde de água já misturado com um pouco de *clorofila*. Marlene acordou tremendo, enxugando o rosto que ardia pela substância, ajeitando o seio que se revelava pelo movimento brusco. Vamo acordar, suas vadias, disse outro funcionário, acabou a putaria. Marlene quis reagir jogando a panela, mas Maria Flor retirou-a lentamente da cena: a luta nesse contexto seria ainda mais desigual. Caminharam por vinte metros apenas, quando se escoraram em uma cerca e assistiram ao desmonte do pequeno barraco.

Dali seguiram, buscando a sobrevivência num novo dia, Maria e Marlene irão desaparecer em algum momento como seus convivas da rua, mas até lá farão da cidade um campo de luta e de alegria.

### 5.3 Política Rueira

Em sua obra-manifesto “*Le droit à la Ville*”, de 1968, Henri Lefebvre trouxe o tema do Direito à cidade com uma análise sobre a forma urbana, sua relação com os modos de produção e de exclusão. A proposição de Lefebvre problematizava o conceito de cidadania, restrito ao voto livre e à liberdade de expressão, pouco acolhedor das diferenças, com um gerenciamento das formas de habitar a cidade. Fato é que o direito à cidade não está ligado à liberdade individual de acesso aos recursos, mas à possibilidade de modificar a cidade pelos modos de diferir de cada um: “à liberdade de construir e reconstruir a cidade a nós mesmos (...) um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos” (HARVEY, 2012, p. 74).

Pois é justamente com a cidade negada, das margens, que insurgem, usando a referência de Wacquant (2001), organizações coletivas de questionamento das políticas da cidade. Os movimentos sociais urbanos estabeleceram um campo de lutas contra as políticas de exclusão que as cidades modernas propõem.

Um produto recente dessa luta foi a construção da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, em 2006, após as discussões realizadas no Fórum Social das Américas (em 2004, Quito), no Fórum Mundial Urbano (também em 2004, Barcelona) e V Fórum Social Mundial (2005 em Porto Alegre). A Carta reitera a existência de desigualdades históricas nas cidades que distam de uma oferta de serviços universal, equitativo, justo aos seus habitantes. Também, enfatiza a necessidade de uma nova maneira de viver, com respeito, defesa e efetivação dos direitos civis e políticos, com metas econômicas, sociais, culturais e ambientais, asseguradas nos instrumentos regionais e internacionais de Direitos Humanos.

No campo da rua, a luta se ergueu do luto das mortes e das violações cotidianas que sofrem. Delas surgiram o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 1985, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em 1999, e, após o massacre da Sé, o Movimento Nacional da População de Rua, em 2005. O MNPR construiu sua luta para além da divisão em classes: volta-se para o estigma com os que se encontram à margem da

produção, contra a generalização de que a PSR é composta por mendigos, vagabundos, bandidos. Acusam que tal condição expõe a toda sorte de violação de direitos, estabelecendo no corpo dos cidadãos as marcas de um olhar de vigia, criminalizando sua condição, inserindo-os nas instituições de correção clássicas ou inovadas, como o hospital psiquiátrico, a prisão e os asilos. Diz a cartilha organizada pelo MNPR:

Nas ruas vemos isolamento e conflitos, mas também vemos que a própria sobrevivência exige certa organização para cuidar da vida, como no momento da alimentação, para a proteção do frio e durante o sono. Neste sentido, o Movimento Nacional da População de Rua surgiu para enfrentar os riscos na rua. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana (MNPR, 2010, p. 28)

O Movimento, diante de tantas violações de direitos, tem as seguintes bandeiras de luta: resgate da cidadania por meio de trabalho digno; salários suficientes para o sustento; moradia digna; atendimento à saúde; além de atuar na defesa e construção das políticas públicas voltados para a população de rua.

Em Porto Alegre, uma primeira organização rueira partiu de algumas equipes que atuavam com este público na cidade, especialmente do Atendimento Social de Rua e da Casa de Convivência. Em 2008, segundo Richard de Campos *et al.* (2017), esses serviços acolhiam muitos sujeitos vitimados pela violência das ruas, perpetrados muitas vezes pelo poder público, especialmente agentes da segurança pública, mas também da Secretaria do Meio Ambiente (SMAM), do Departamento de Limpeza Urbana (DMLU), da Guarda Municipal e da própria Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), que atuava através dos Cargos de Confiança em ações de remoção. A necessidade de estabelecer um veículo de denúncia era urgente. Foi a partir desses serviços públicos, considerando a atribuição prevista pela Política Nacional de Assistência Social da organização coletiva e do protagonismo dos usuários das políticas, que se formou no mesmo ano o Movimento Aquarela da População de Rua. Segundo alguns de seus integrantes, muitos deles fundadores, a organização propunha uma leitura multiversa da rua, colorida, distante do olhar sombrio que se costumava projetar para a população de rua (R. CAMPOS *et al.*, 2017). Logo, o saber da rua foi adentrando o campo de discussões técnicas e políticas sobre o trabalho com a rua, com questões nascidas da vivência cotidiana das desproteções e das necessidades mais prevalentes. Por tal razão, dizem os autores,

alguns trabalhadores dos serviços públicos não estavam preparados para aquela desacomodação: “dentre uma das funções do mesmo (movimento), está a de criticar os processos de trabalho quando não estão satisfatórios, a partir da opinião de quem acessa os mesmos (...) é consciência crítica sobre o mundo que se cerca”. O grupo era autogestionado, sem a figura de um coordenador, com reuniões no Sindicato dos Municípios de Porto Alegre. A necessidade de uma representatividade formal nos fóruns nacional entre 2008 e 2010, na avaliação dos autores, contribuiu para o encerramento das atividades por dois anos.

Em 2013, conforme os mesmos autores, surge então o Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Sul, se incorporando ao movimento iniciado em 2005 no país. Desde então, o MNPR-RS tem atuado em defesa dos direitos da população de rua, uma luta cotidiana para assegurar as conquistas cidadãs do país, reivindicando as políticas sociais previstas – especialmente a Política Nacional da População de Rua criada em 2009 com a participação dos movimentos sociais – respeitando os saberes de quem vive essa condição. Tomás Melo (2011) diz que após a assinatura do decreto 7053/2009, a luta se tornou mais sólida, pois havia o reconhecimento governamental das demandas, trazendo dignidade a um campo que costumeiramente foi tratado com “abstração incansável”, com margem para políticas de tutela e controle. Principalmente com a tipificação do Sistema Único de Assistência Social, a prática assistencial historicamente prestada a esse público passava de um espaço impreciso para uma política de proteções sociais, efetivada por equipamentos que traduzem o ideário contido na PNAS.

A luta passou pela efetivação do SUAS com qualidade. O que, pelo menos em Porto Alegre, não ocorreu. Dizia-se nos atos públicos da FASC: “será como trocar um pneu com o carro andando”. Foram comuns, nessa imagem, os carros que pararam no brejo, que bateram num poste; os trabalhadores que se machucaram na impossível tarefa; os passageiros que mal saíram do lugar. Através do jornal Boca de Rua e, especialmente, via o Comitê Intersetorial POP RUA, cujos integrantes são frequentemente militantes do MNPR, se denunciou a precariedade dos atendimentos, as promessas não cumpridas, as violações vividas, sendo um veículo importante de questionamento dos serviços ofertados pelos governos. Os questionamentos ao SUAS se concentram sobretudo em relação aos Centros POP, substitutos das Casas de Convivência, aos albergues e, com menor incidência, aos abrigos.

De modo influente, a política rueira de Porto Alegre foi determinante para a construção de políticas e estratégias de proteção social na cidade, se tornando uma voz sempre presente,

um saber colocado um passo adiante do técnico e do jurídico, enunciando as principais pautas e sendo um fiscalizador incansável das políticas da cidade. São exemplos as denúncias de remoções e desaparecimentos no período anterior à Copa do Mundo de 2014, para a qual Porto Alegre foi sede, contribuindo para a criação da Patrulha dos Direitos Humanos – um “guarda-chuva” de proteção pelo período dos jogos – em conjunto com Ministério Público, Defensoria Pública, comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal; a manutenção da Escola Porto Alegre, atuante há 20 anos na cidade com a população de rua e ameaçada de remoção, através de ações junto ao judiciário; a reabertura do Restaurante Popular<sup>49</sup> por pressão nos comitês em meio à construção do Plano de Atenção Pop Rua de 2015.

Já no ano de 2017, gestão de Nelson Marchezan Jr., a luta se intensificou. Assim como se passou no país, o plano de exceção é posto como norma, acusando o Estado de falência, de improdutividade, de inoperância. Esse pensamento, no plano nacional, derrubara, junto com outras forças, o governo de Dilma Rousseff. No golpe, o MDS é desaparelhado, aglutinando ainda a questão agrária, tornando-se o MDSA (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário); em Porto Alegre, a FASC é diminuída para uma pasta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte<sup>50</sup>. O desmonte do SUAS, assim, se fez não apenas em Porto Alegre – onde o carro sequer havia “trocado” o pneu –, mas em muitas cidades do país. O Boca de Rua dirá:

As pessoas em situação de rua estão abandonadas em tudo. O sistema está falido e a FASC, que foi criada para ajudar a população em situação de rua, não está ajudando. O prefeito Nelson Marchezan Jr. já falou que a assistência social não seria prioridade do seu governo e diz que não tem mais verba para nada. Se seguir do jeito que está, vão acabar fechando tudo (ASSISTÊNCIA..., 2017, p. 11).

Na prática, houve a diminuição dos acessos nos abrigos e aos Centros Pop, ou mesmo o fechamento temporário destes e do próprio Albergue Municipal, por falta de pagamento dos trabalhadores terceirizados. Em contraponto às denúncias dos equipamentos do “Estado”, o Serviço de Convivência para a População Adulta, serviço pioneiro da cidade, inaugurado em

---

<sup>49</sup> Um “Bandejão Popular” e um Restaurante Popular já havia funcionado na cidade antes, o primeiro na Avenida Érico Veríssimo e o outro na Avenida Conceição até 2013, além de provisoriamente ter funcionado no espaço do Albergue Municipal de 2015 a 2016.

<sup>50</sup> Apesar da proposta de conversão da pasta, o projeto de lei não foi aprovado na Câmara Municipal, sendo uma mudança oficiosa, mas que na prática já direciona à FASC um lugar menor nas políticas da cidade.



2016 após convênio da FASC com a Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher, e sediado num prédio pago pela municipalidade, é constantemente elogiado. No entendimento editorial do Boca de Rua, o “Ilê”, que tem tradição de atuação na cidade por gerir, sob convênio, entre 2005 e 2013 uma Casa de Convivência em espaço contíguo ao Albergue Municipal, “ganha de 10 a 0” dos serviços da FASC. A diferenciação entre os serviços da FASC deixa transparecer a lógica ainda clientelista existente no campo assistencial, com a diminuição do lugar estatal tanto na gestão – com a burocratização dos processos –, quanto na execução – com a precarização dos serviços –, em contraponto às isenções tributárias aplicadas e as vocações alegadas nas entidades privadas. Para além dessas questões, os jornalistas do Boca de Rua entendem que o diferencial do Ilê Mulher é a capacidade de escutar a voz da rua: “mudou para melhor porque ouviu os usuários, pois antes também existiam muitos problemas por lá. O diálogo e o respeito é que realmente fazem a diferença” (ASSISTÊNCIA..., 2017, p. 5). A política pública, vejamos, é construída para além do Estado.

E a política rueira, com efeito, se afirma no reconhecimento dos laços e das redes que se estabelecem entre os homens e as mulheres que habitam a rua. Se por um lado há a luta por políticas públicas, isso não representa a institucionalização das pessoas, que seguirão fazendo da cidade seu lar, das relações de amizade a sua família. Ponderam:

Ainda que todas as mazelas do nosso mundo fossem resolvidas, teriam mesmo assim pessoas que não se identificam com estar em uma casa com a família de origem, mas que constroem, no lugar disso, outras possibilidades de afetos, de trocas, de gestar a vida e as cidades devem avançar na inclusão e no acolhimento dessas pessoas em seus territórios. Tais gentes são gentes e trazem consigo desejos, laços de afetos, potencialidades. A rua não é um lugar fora do nosso mundo, nela existe violência, cooperação, competição, animosidades, amizades, amores, partilhas e tudo que há na vida de quem mora em a-par-ta-mentos (R. CAMPOS *et al.*, 2017, p. 196)

Cabe nesse sentido sinalar que as vozes que vem das ruas são como um eco da cidade, manifesta com muitos nomes, com muitas casas, feita de inúmeras fugas e incontáveis encontros. Entonada como política de subsistência, exige respeito e licença para seguir sua vida. Exigem o mínimo previsto em lei, mas precisam lutar e criar alternativas, visto que nem isso lhe é garantido.

De modo preciso, na questão habitacional, a população de rua se soma aos demais desabrigados da cidade, sujeitos que vivem em “áreas verdes”, “invasões”, ocupações, muitos

em condições de sub-habitação, alvo constante das políticas de remoção. Essa população “sem teto”, da qual o povo da rua faz parte, teve aumento significativo após novos desenhos urbanísticos propostos na cidade em razão da Copa 2014. Entre os viadutos, pontes, corredores e perimetrais propostos, dois pontos periféricos, especialmente, impediam o “avanço” da cidade. O capital estipula o seu preço, com novas tecnologias, novas velocidades, expandindo, ao mesmo tempo, a higiene social e moral, o branqueamento e a docilidade. A Vila Dique e a Vila Tronco, na Cruzeiro, são os novos becos do centro antigo, ou as ribeiras do dilúvio.

A Dique, situada ao lado do aeroporto, foi desapropriada pelo tamanho dos aviões que uma nova Porto Alegre haveria de acolher a partir de 2014. Nesse voo, iniciado em 2009, mais de 900 famílias deixaram o local para viverem no Conjunto Habitacional Porto Novo, no Porto Seco, extremo norte da cidade; mais de 300 famílias ainda resistem no local, mas com a venda do aeroporto pelo governo nacional para uma multinacional em 2017<sup>51</sup>, a pressão tem sido maior. A Vila Tronco, todavia, se refere a uma nova artéria da cidade, dessa vez rumo à zona sul, onde há uma área de grande especulação imobiliária. Por estar em uma zona de transição, como diz o PDDUA, entre a “cidade radiocêntrica” (macrozona 1) e a “cidade jardim” (macrozona 5), foi cortado pelo meio em nome de novas rotas do capital. Betina Ahlert (2017) estuda a ação de dois programas de reassentamento involuntário na região, estimulados por interesses do Estado e do mercado: o Programa Integrado Socioambiental (PISA), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que propôs obras de saneamento e drenagem em áreas do bairro Cristal e Cavahada (especialmente no entorno das avenidas Icaraí e Campos Velho; e o Projeto Nova Tronco, recuperando um plano antigo da cidade de construir uma nova rota cruzando a grande Cruzeiro. O primeiro previu a remoção de 1713 famílias, o segundo 1525. O destino: Restinga e Extremo-sul. Os imóveis eram parte do programa Minha Casa, Minha Vida, que previa a construção de habitações populares para famílias de baixa renda. Entre a remoção e a concessão das casas, a política mais comum prestada pelo DEMHAB foi o Aluguel Social, intervalando o direito à moradia por uma bolsa temporária.

O aluguel social também foi usado como estratégia junto à população de rua, especialmente após o Plano de Atenção de 2015, com o chamado Aluguel Pop Rua. Destinou-se primeiramente para a remoção da população de rua de pontos de visibilidade da cidade (habitantes do Parque Harmonia em véspera de Acampamento Farroupilha<sup>52</sup>, e moradores de

---

<sup>51</sup> Fraport AG, empresa de capital aberto de Frankfurt, Alemanha.

<sup>52</sup> Festa gaúcha que se realiza em todo o mês de setembro neste parque da capital.

rua que fizeram casa na frente de um CRAS na zona centro-sul, por exemplo) para, adivinhem, Restinga Velha. Adiante, o programa foi ampliado como recurso para as equipes de CREAS/Abordagem Social, Centros POP, Albergues e Abrigos. O reconhecimento da demanda era feito pela FASC, mas o processamento da oferta e o efetivo pagamento da moradia era feito pelo DEMHAB. Houve entre 2016 a 2017, três instruções normativas que regulavam essa relação, mas na prática, o fluxo apresentou muitos problemas. O principal se deu na contratação das moradias, dificultada pela documentação exigida aos proprietários e, noutra parte, pela indisposição destes em receber o povo da rua. Assim, os espaços acolhedores do aluguel social dos rueiros foram, também, locais de natureza jurídica duvidosa, facilitando o acesso em nome de um negócio que, cumulativamente, era atrativo. Foi o caso das pensões e pousadas que acolhiam como preço de aluguel uma casa de hospedagem que lotaram com o recurso municipal, alocando as pessoas em condições frequentemente precárias. Já em 2016, com o acirramento das normas do aluguel social, muitos contratos foram barrados pelo departamento jurídico do DEMHAB, outros não foram renovados por descumprimento de prazos, e, mais precisamente, por falta de recursos no final da gestão de José Fortunati. O que se viu, ao final, foram cenas de despejo, reforçando o não-lugar na cidade, a marca do abandono, o estigma de marginalidade.

Uma reação à política de remoção e segmentação da cidade se deu em 2016 com a Ocupação do prédio do DEMHAB, feita pelo MNPR em conjunto com os Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). A fragilidade da política habitacional na cidade foi escancarada pelo coletivo de pessoas que, de zonas diversas da cidade (como as vilas Dique, Campo Grande, Progresso e Tronco, além de ocupações como a Lanceiros Negros e as “aldeias” de população de rua), estavam condicionadas a entregar sua casa (em espaço privado ou público) pela previsão de um benefício eventual. Na aula pública realizada na Ocupação DEMHAB no dia 10 de agosto de 2016 (um dia antes da remoção por ordem judicial), publicada pela Rádio “A Voz do Morro” (AULA..., 2016), algumas lideranças falaram sobre a política habitacional da cidade. Scheila Motta, moradora da Vila Dique, disse nesse dia:

A Prefeitura de Porto Alegre e o DEMHAB quer nos tirar de lá, demolir nossas casas, nos colocar no aluguel social, isso tudo à força, na marra, sem diálogo. O único meio que eles têm é chegar lá e dizer “você têm que sair, você vão sair, e nós vamos usar a Brigada Militar pra tirar você daí desse espaço e acabou, e você vão ter que ir pra nova moradia (...) uma casa que eles querem nos engolir a goela abaixo, de 40m<sup>2</sup> (...) [deixando casas] com terreno onde nós temos as nossas hortas, que nós temos as nossas plantas, em cujos quais nós temos os nossos bichos, em cujos quais nós criamos nossas crianças livres, brincando na terra, jogando futebol, e eles querem nos tirar de cima de um terreno que é nosso há 40 anos.

Richard de Campos, representante do MNPR, na mesma aula, ao falar sobre a ação pública da cidade, afirmou que “se a prefeitura não utiliza as autarquias como o DEMHAB para a função social da cidade, o povo pobre e organizado da cidade vai fazer isso” (AULA..., 2016). E tem feito, de alguma maneira. As ocupações têm sido uma forma de gestão da cidade que, na inoperância de uma reforma urbana, tem sido uma necessidade. Como dizem os movimentos, “enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um dever!”. O jornal Boca de Rua nº 61 (MINHA..., 2016) aponta a inversão feita pela grande mídia sobre as ocupações como “invasões”, facilitando a compreensão de que são “invasores”, criminosos, sem direitos de posse. Não mostram a reivindicação contida no ato, que remete não apenas àqueles indivíduos, mas à grande massa que vive na rua ou à beira dela.

Imagem 11: Minha Rua, Minha Casa.



Fonte: Capa do Jornal Boca de Rua, edição 61 (MINHA..., 2016).

No bojo dessa posição, diversas ocupações ocorreram na cidade como uma estratégia organizada de acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade ou vítima de violência, fazendo frente às estratégias estatais de proteção. O jornal destaca a organização comunitária que acontece em uma ocupação, acolhendo “mulheres – até grávidas –, idosos e crianças”, com algumas regras de convivência: “ninguém pode permanecer alcoolizado ou chapado e nem fazer bagunça. Quem desrespeita, é expulso” (MINHA..., 2016, p. 2). São exemplos dessas formas coletivas a Ocupação Lanceiros Negros e a Ocupação Mulheres Mirabal, localizadas em prédios centrais da cidade, acolhendo, respectivamente, famílias alvo da gentrificação da cidade e mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero que não encontram suporte nas redes formais de atenção. Também são chamadas de “Aldeias”, proliferando em alguns pontos da cidade, sempre na mira das políticas de Estado, lhe sendo negada a moradia pela ausência de posse da propriedade ou terreno. Em 2018, a Aldeia Harmonia, em frente ao Tribunal Regional Federal da 4ª zona foi removida sob o pretexto de segurança para o julgamento do último recurso do ex-presidente Lula, em 24 de janeiro, antes de se tornar um preso político. Os habitantes dessa Aldeia se espalharam pelo entorno da região e em março, enquanto prendiam o ex-presidente, integraram a Ocupa Aldeia Zumbi dos Palmares, feita pelo Movimento Nacional da População de Rua/RS num terreno abandonado na Av. Loureiro da Silva, próximo ao Gasômetro. Na Carta Aberta da Ocupação, o MNPR escreve: “Nossa intenção é construirmos aqui nossa moradia e um ponto de cultura, segurança, integração e geração de renda – através de uma horta comunitária, principalmente” (CARTA..., 2018, p. 11). Ademais, descartam o aluguel social como política e defendem moradia digna e fixa, considerado um investimento mais inteligente e seguro. Essa organização durou quatro meses no local com tais propósitos, sendo desmontada com máquinas escavadeiras no dia 24 de julho de 2018.

A política rueira, assim, se posiciona como uma política pública por uma vida mais cidadã, criando suas próprias políticas de habitação, cultura, trabalho, proteção social, segurança, etc. Mesmo assim, como nas organizações relatadas, se tornam objeto de vigilância assim que sua visibilidade passa a incomodar a cidade, sendo alvo constante de repressão pela municipalidade. Os habitantes da rua perguntam: “O que é uma casa? É um teto e quatro paredes? Se a oca dos índios é considerada casa, por que uma barraca não pode ser também? A lei não determina que a casa é um lugar privado? (...) Mas destroem as casas dos moradores de

rua e eles ainda são vistos como bandidos” (ADEUS..., 2018, p. 3). Junto com esse questionamento, há uma sempre outra pergunta: por quanto tempo?

#### 5.4 Numeralha

A contagem das pessoas da rua, iniciada junto a problematização da vida nas ruas e a categorização da “População em Situação de Rua”, identificou, em números, um crescimento exponencial nas grandes cidades brasileiras. Em Porto Alegre, dois censos haviam sido feitos na parceria entre a FASC e a Universidade Federal em 2007 e 2011, sendo repetida a estratégia no ano de 2015. Os números: 1203 pessoas em 2007, 1347 pessoas em 2011 e, em 2016, 2115 habitantes da rua, acusando um crescimento de 57% em 5 anos. A mesma expansão da vida rueira se viu nas demais cidades brasileiras, como detalhamos na tabela abaixo:

Tabela 1: População em situação de rua em alguns municípios brasileiros.

Cidade	2000	2005	2008	2009	2011	2013	2015	2016	2017
São Paulo <sup>53</sup>	8706			13666	14478		15905		
Rio de Janeiro			1906 <sup>58</sup>			5580 <sup>54</sup>		14279 <sup>55</sup>	
Belo Horizonte		1164 <sup>60</sup>				1827 <sup>56</sup>			4553 <sup>57</sup>
Porto Alegre			1203 <sup>58</sup>		1347 <sup>59</sup>			2115 <sup>60</sup>	4000 <sup>61</sup>

<sup>53</sup> Todos os dados de São Paulo em FIPE (2015); Recife (2005)

<sup>54</sup> Os dados de 2008 e 2013 estão no documento “População de Rua 2013 – Um direito à cidade” (RIO DE JANEIRO, 2013).

<sup>55</sup> Levantamento feito pela prefeitura a partir dos dados da Abordagem Social da SMASDH. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6982189> e <https://oestadorj.com.br/populacao-de-rua-triplica-e-prefeitura-do-rio-pede-ajuda/>

<sup>56</sup> Conforme recupera o terceiro censo da população de rua (BELO HORIZONTE, 2014).

<sup>57</sup> Levantamento feito pela prefeitura a partir dos cadastros da Assistência Social, noticiado em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/03/prefeitura-de-bh-intensificou-recolhimento-de-pertences-de-populacao-de-rua/> e <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/populacao-de-rua-cresce-em-belo-horizonte-e-atinge-numero-de-45-mil-moradores.ghtml>.

<sup>58</sup> Dado referente à pesquisa realizada em 2007 (GEHLEN; SILVA; SANTOS, 2008).

<sup>59</sup> Cadastro dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2012).

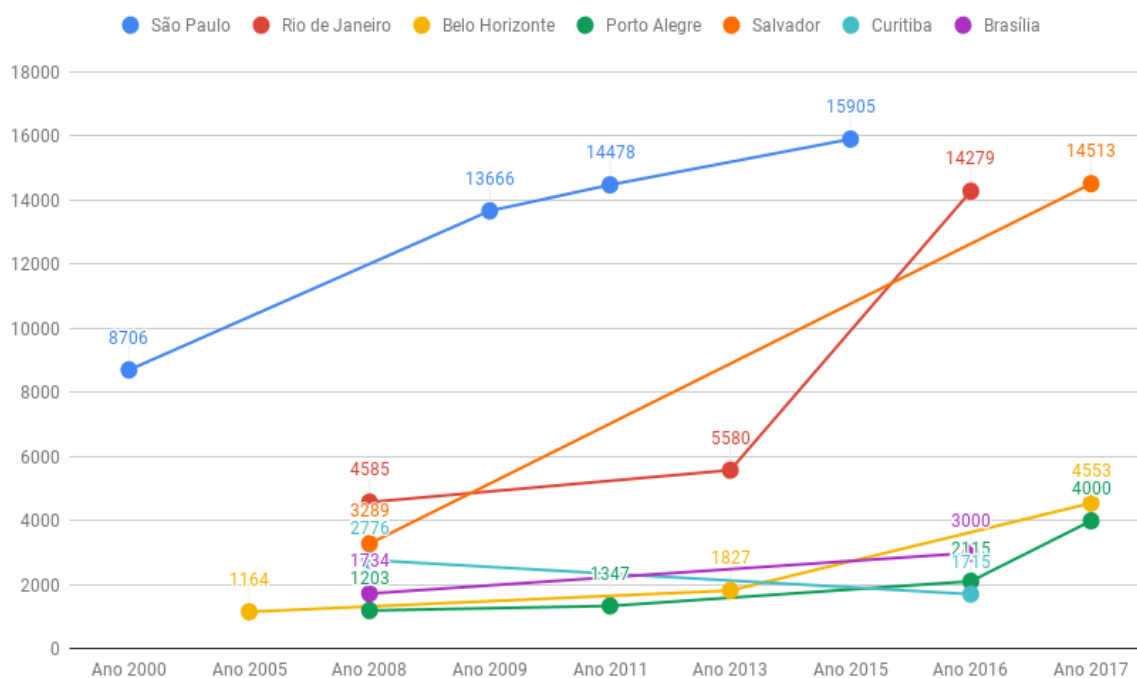
<sup>60</sup> Em: População de rua: políticas públicas, práticas e vivências (SCHUCH; GEHLEN; SANTOS, 2017).

<sup>61</sup> Número apresentado pela prefeitura com base nos registros feitos pela Assistência Social e pela Saúde, presente na justificativa do Plano Municipal da Superação da Situação de Rua de 2001, noticiado em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/05/prefeitura-preve-ate-15-mil-moradias-para-tirar-pessoas-das-ruas-em-porto-alegre-cjgqoqrp2024201pam4ntoniv.html>.

Salvador			3289 <sup>62</sup>						14513 <sup>63</sup>
Curitiba			2776 <sup>66</sup>						1715 <sup>64</sup>
Brasília			1734 <sup>66</sup>						3000 <sup>65</sup>

Estes dados postos em gráfico nos dá a seguinte imagem de expansão:

Tabela 2: Crescimento da população de rua nas principais cidades brasileiras.



Segundo Marco Antônio Carvalho Natalino (2016), no texto para discussão do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), a estimativa da população de rua no país para aquele

<sup>62</sup> Pesquisa Nacional da População de Rua “Aprendendo a contar” (BRASIL, 2009c).

<sup>63</sup> Os dados foram divulgados pela Defensoria Pública de Salvador, obtidos a partir da pesquisa – *Cartografias dos desejos e dos direitos: Mapeamento e contagem da população em situação de rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil*, realizada pelo Projeto Axé, UFBA e Movimento Nacional da População de Rua, noticiado em: <https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=36010>

<sup>64</sup> Dados da Fundação de Assistência Social (FAS) em pesquisa que durou 20 dias e considerou apenas os espaços da rua. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126>

<sup>65</sup> Dados do Serviço de Abordagem Social do município, divulgados pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh), noticiado em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/25/interna\\_cidadesdf.680561/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df-cresce-20-em-um-ano.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/25/interna_cidadesdf.680561/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df-cresce-20-em-um-ano.shtml).

ano passava dos 100 mil. O método utilizado por Natalino incluía a leitura de dados do Cadastro Único, além das pesquisas censitárias. Como resultado, identifica-se que 40% dessa população está concentrada em 17 metrópoles brasileiras, com 37% vivendo em 266 cidades grandes (acima de 100 mil habitantes), e o restante está registrado em municípios de porte médio e pequeno porte, sendo que nas cidades com população abaixo de 20 mil (representando 70% de todos os municípios brasileiros), reside apenas 6% da população de rua. O dado associa, enfim, a população de rua às grandes urbanidades, sendo que na região sudeste, por sua concentração populacional e produtiva, se localizam quase metade de todo o povo de rua brasileiro (NATALINO, 2016).

Trazer números sobre os habitantes da rua é sempre desafiador, uma vez que as imprecisões são características fundamentais dessa população. Por conta dessa amplitude de possibilidades, os dados demográficos se desencontram pelo mundo. O conceito da vida na rua para os grandes centros ocidentais fica categorizado principalmente sob critério da moradia, numa associação direta ao perfil do *homeless*, do *sem teto*. Nesse aspecto, o documento “Diálogos sobre a População de Rua no Brasil e na Europa”, produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2013), faz uma distinção entre os níveis de relação com a rua, incluindo as condições de moradias precárias e outras situações. O documento se pauta pela tipologia da *European Federation of National Organisations Working with the Homeless* (FEANTSA), com tais categorias:

Tabela 3: ETHOS (*European Typology of Homelessness and housing exclusion*)

<b>Categoria Conceitual</b>		<b>Categoria Operacional</b>	<b>Sub categoria</b>	<b>Definição</b>
Sem teto	1	A viver em espaço público	1.1 1.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A dormir na rua</li> <li>• Contatado por equipes de rua</li> </ul>
	2	Alojado em abrigo de emergência e/ou forçado a passar várias horas por dia em espaço público	2.1 2.2 2.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrigo noturno de acesso direto</li> <li>• Alojamento precário (ex: quarto, pensão barata)</li> <li>• Centro de acolhimento temporário (&lt; 3 meses)</li> </ul>
Sem Casa	3	Centro de acolhimento temporário	3.1	• Centro de acolhimento temporário para sem-abrigo
			3.2	• Alojamento temporário (tempo de permanência indefinido)
			3.3	• Alojamento temporário (tempo de permanência definido)
			3.4	• Alojamento temporário (permanência longa)



	4	Acomodação temporária	4.1 4.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casas abrigo /centros acolhimento</li> <li>• Alojamento apoiado</li> </ul>
	5	Casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica	5.1 5.2 5.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centros de acolhimento</li> <li>• Alojamento para repatriados</li> <li>• Centros para trabalhadores imigrantes</li> </ul>
	6	Centros de acolhimento para imigrantes e refugiados/ requerentes de asilo Instituições de apoio à desinstitucionalização	6.1 6.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições penais (período definido a nível nacional)</li> <li>• Outras instituições (hospitais e unidades de prestação de cuidados)</li> </ul>
	7	Alojamento apoiado dirigido especificamente a população sem-abrigo	7.1 7.2 7.3 7.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitação assistida (grupo)</li> <li>• Habitação assistida (individual)</li> <li>• “Foyers”</li> <li>• Alojamento para mães/pais adolescentes</li> </ul>
Habitação Insegura	8	Sem contrato	8.1 8.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A viver temporariamente com família ou amigos (não por opção)</li> <li>• A viver em domicílio sem arrendamento legal (exclui squatters)</li> </ul>
	9	Ameaça de despejo	9.1 9.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com ordem legal de despejo (arrendamento)</li> <li>• Com direito de resolução (propriedade)</li> </ul>
	10	Violência	10.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A viver sob ameaça de violência por parte do/a companheiro/a ou família (incidentes registrados na polícia)</li> </ul>
Habitação Inadequada	11	Estruturas temporárias	11.1 11.2 11.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa móvel / caravana (excluindo alojamento de férias)</li> <li>• Ocupação ilegal de terreno (ex: Ciganos)</li> <li>• Ocupação ilegal de prédio</li> </ul>
	12	Habitação sem condições	12.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alojamentos não adequados para habitação sob legislação nacional</li> </ul>
	13	Sobreocupação extrema	13.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrão nacional relativo ao índice de Sobreocupação</li> </ul>

Fonte: BRASIL (2013, p. 113)

Seja na habitação, seja na renda, seja no trabalho, o conceito da rua se forma pela negatividade, pela precariedade, pela falta de autonomia: a ausência de posses ou vínculos, vida degradada, dependência dos serviços do estado. Enquanto no Brasil, o número da rua se refere, mormente, a pessoas sem teto e sem casa (categorias 1 e 2 do ETHOS), em outros países o *homeless*, o *sans domicile fixe*, as *personas sin hogar* são medidas em categorias diversas, indeterminando o que se refere a rua estritamente ou também às sub-habitações da cidade. São exemplos as cidades de Barcelona, que possui cerca de 3000 *personas sin hogar* (FEANTSA,

2012), de Munique (com uma população total de 1,3 milhões – próximo a de Porto Alegre) que tem aproximadamente 5000 *people in social distress*, e de Nova York, que em 2018 reconhecia mais de 63 mil *homeless* dormindo a cada noite em média nos albergues, sendo que grande parte desse número é composto por famílias, com mais de 25 mil crianças nessa condição (ROUTHIER, 2018). A tabela abaixo reúne algumas informações encontradas com o recorte da população de rua em alguns países:

Tabela 4: População sem teto ou casa/habitação insegura em alguns países.

<b>País</b>	<b>Pessoas</b>	<b>Fonte</b>
Alemanha	250.000	FEANTSA (2012)
Canadá	150.000	The Lancet (2014)
Chile	12.255	Chile (2012)
Estados Unidos	610.042	The 2013 Annual Homeless Assessment Report (AHAR) to Congress (USA, 2013)
França	141.500	Representados pela sigla SDF, Sans Domicile Fixe. INSEE (2013)
Grécia	20.000	FEANTSA (2012)
Itália	47.648	Dado de 2012. Incluídas tipologias 1-3 da ETHOS. FEANTSA (2012)
Inglaterra	185.000	FEANTSA (2012)

A ONU, em 2005, conforme recupera Comassetto (2017), reconhece que viviam naquele ano mais de 100 milhões de pessoas em tal situação.

Em Porto Alegre, o último censo realizado (2016), conforme sintetizam Patrice Schuch *et al.*(2017b), informa um crescimento das pessoas habitando as ruas do Centro Histórico: representam cerca de 40% do total da população de rua da cidade, enquanto em 2007 eram 23% e em 2011, 27%. Se considerarmos o centro ampliado da cidade, composto pelos bairros Azenha, Bom Fim, Centro Histórico, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Menino Deus, Moinhos de Vento, Navegantes, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana, esse número alcança mais de 80% da população de rua da cidade. A proporção de gênero permanece semelhantes às pesquisas passadas, com ligeiro aumento da

proporção de homens (chegando a 85,5%), e redução do número de mulheres encontradas. Quanto à origem, são cada vez mais pessoas da própria cidade de Porto Alegre ou região metropolitana (quase 60%), ficando como segundo maior afluente o fluxo interior-capital (32%), além de um pequeno percentual de “trecheiros” de outros estados ou mesmo de outros países. A faixa etária, em comparação com 2008 e 2011, indica o envelhecimento dessa população, assim como se passa com os domiciliados, crescendo especialmente as faixas de 35 a 44 anos (de 22% em 2011 para 29%) e de 45 a 59 anos (de 23,5% para 25,3% no mesmo período).

Um quarto de todas as pessoas reconhecidas está na rua a menos de um ano, indicando uma constância também presente nas demais pesquisas: a entrada regular de uma parcela de pessoas às ruas visto que não encontram assento na cidade. Outros 25% estão entre 1 ano e 5 anos morando na rua, sendo um recorte que tem diminuído em comparação (foi quase 30% em 2011). Podemos inferir que eles passaram para a categoria de 5 a 10 anos (18,6%, mantendo os índices anteriores) e, por conseguinte, registrando cada vez mais pessoas que estão há mais de 10 na rua (30% do total, era 26% em 2011) (SCHUCH *et al.*, 2017b). Esse dado pode ser representativo do enraizamento da vida rueira na cidade, ancorada nas redes de proteção e subsistência que falamos.

São, em maioria (mais de 55%), negros, pardos, “morenos”, “saráás”, “mulatos”, mantendo a proporção dos outros anos. Possuem majoritariamente o ensino fundamental incompleto (57%), um percentual semelhante ao que se encontra nas populações pobres da cidade. Os resultados também indicam que a grande maioria trabalha em alguma atividade de reconhecimento e pertença na cidade. As funções mais citadas foram: catador/reciclador (24%), jardinagem (14%), lava/guarda-carros (12,8%). Menos de 10% relatam viver de mendicância. Cerca de 34% alegou receber Bolsa Família. Entre os motivos alegados para terem chegado à situação de rua estão, principalmente, o uso de álcool e drogas (25%), violência doméstica (12,5%), separação amorosa (10%), desemprego (9%), entre outras muitas motivações como a morte de um familiar, a perda da moradia, endividamento, ameaças de morte, egressos da FASE ou do Sistema Penitenciário. Cerca de 5% dizem que estão na rua porque gostam/opção. Possuem, na maioria, documentos como Carteira de Identidade (65%), CPF e Certidão de Nascimento (61% ambos). Esse dado é crescente em comparação às demais pesquisas (SCHUCH *et al.*, 2017b).

Durante o dia, um terço da população de rua estudada fica pelas ruas perambulando, outros 17% ficam em praças, parques, pontes ou viadutos e 18% está trabalhando ou a procura por emprego. A busca pelos serviços públicos no cotidiano se dá para menos de 10% deles, especialmente os Centros POP (6,3%). Durante à noite, todavia, a busca pelos albergues municipais é feita por 23,7% das pessoas como primeira opção de pernoite; índice semelhante aos que escolhem as calçadas, marquises e abas das ruas (23,3%), mas que somado aos que dormem em praças e parques (15%) e pontes/viadutos (12%), representam mais da metade de pessoas que dormem “cotidianamente e prioritariamente em lugares de risco e improvisados e com forte exposição ao ambiente natural” (SCHUCH *et al.*, 2017b, p. 85).

As situações de violência foram citadas por mais de 60% das pessoas, seja pela agressão física, seja pela expulsão de algum lugar público (indicado por 45% dos entrevistados, já retirados de calçadas, praças e marquises), em pontos de atendimento como hospitais e postos de saúde; em áreas privadas de comércio, especialmente dos bancos. Os agentes da violência são, conforme informa, em 31% policiais; outros grupos da rua em 23%; pessoas desconhecidas, 16%. Mais de 33% já foi impedido de entrar no transporte coletivo e 20% nos *shoppings center*. Ao todo, a compreensão de que a cidade lhe destina um olhar de preconceito é indicada pela grande maioria, nas categorias “com desconfiança” ou “com medo”, ambas com mais de 80% de respostas afirmativas, sendo que 75% reconhecem um olhar de indiferença.

Quanto à saúde da população de rua de Porto Alegre, a pesquisa perguntou aos entrevistados, dentro de uma lista de possibilidades, se tinham ou não alguma doença. Num quadro comparativo com as outras pesquisas, o resultado foi o seguinte, conforme sintetizam os pesquisadores (SCHUCH *et al.*, 2017b):

Tabela 5: Problemas de saúde relatados nas pesquisas.

<b>DOENÇA / PROBLEMA (%)</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>
Doenças de pele	14,5	11,5	7,8
DST	9,3	7,8	8,1
HIV / AIDS	11,4	10,3	15,0
Doença mental / Psiquiátrica / Psicológica / Depressão / Dos nervos / Da cabeça	30,7	33,1	36,1

Dependência química / Álcool	40,1	49,6	58,1
Doenças respiratórias / Asma	19,9	20,3	23,6
Tuberculose	5,7	5,6	7,2
Diabetes	4,3	4,6	5,1
Hepatite	6,7	8,1	8,1
Doença cardíaca	9,4	9,7	9,5
Dores no corpo	37,2	41,4	43,7
Pressão alta	20,9	23,9	21,1
Nos dentes	40,1	49,5	47,2
Deficiência física	11,5	10,5	13,4

Os problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas são reconhecidos por 58% dos entrevistados, mantendo o crescimento em relação às últimas pesquisas. Em comparação ao mundo domiciliado, apesar de poucos dados, temos no II Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, realizado em 2005 pelo Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, a informação que 75% das pessoas a partir de 12 anos haviam feito uso de álcool, sendo que a estimativa da população dependente dessa droga chegava, somando as 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do país, mais de 6 milhões de pessoas (CEBRID, 2006). Já em 2010, o VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais-Brasileiras (CEBRID, 2010), identificou nas escolas privadas de Porto Alegre o uso de SPA ilícitas para 71% dos sujeitos entre 16 e 18 anos, sendo prevalentes o uso de maconha, solventes e ansiolíticos. Os dados indicam um grande consumo em toda a população domiciliada. Para a população de rua porto-alegrense, a droga mais utilizada, conforme o censo de 2016, foi o tabaco.

Quanto aos problemas dentários, segundo maior problema de saúde relatado (47%), a dentista e pesquisadora Marcela Obst Comassetto (2017), fez um estudo com os profissionais de saúde e as pessoas da rua que acessavam os Centros Pop, abrigos e albergues da cidade. No estudo, considerou que o agravamento das condições de saúde bucal da população de rua se deve em parte aos serviços de saúde que não estão preparados para o acolhimento dessa população, o que dificulta o acesso e conseqüentemente a resolução dos problemas. Com efeito,

há uma grande incidência nessa população de perdas dentárias, com muitas experiências de dor dentária durante a vida, prejudicando a realização das tarefas habituais. Diz Comassetto que “Mesmo com episódios de dor intensa, a maioria não procurou o dentista e preferiu fazer o auto manejo da dor, incluindo o uso de álcool ou drogas” (COMASSETO, 2017, p. 76).

Enfim, a crescente presença de pessoas com “doenças dos nervos” na rua é indicada em 36%, manifestando também as dificuldades de acesso desse público a uma rede de atendimento. Conforme dados do Núcleo de Acolhimento da FASC de 2017, que regula o acesso às vagas nos abrigos, 40% das demandas seriam para equipamentos de saúde, sendo que 60% seriam serviços de Saúde Mental. Dizem os autores-trabalhadores da Proteção Social Especial:

As demandas advindas dos serviços de saúde nos falam de uma população extremamente adoecida. A vivência na rua expõe a população a diversas doenças, favorece sua cronificação, dificulta a continuidade dos tratamentos. Muitas altas hospitalares recomendam que os cuidados sejam continuados “em casa”, mas como fazer com quem não tem casa? (FINKLER *et al.*, 2017, p. 176)

Considerando os critérios rigorosos para o ingresso nos Serviços Residenciais Terapêuticos (substituto do modelo manicomial e asilar), o direcionamento aos Serviços de Acolhimento Institucional da Política de Assistência Social acaba por gerar uma especialização nos casos graves, com permanências indefinidas, reconfigurando esses espaços de proteção social numa lógica semelhante ao do *sem-tempo* dos manicômios (FINKLER *et al.*, 2017).

Nessa matemática, escapam números invisíveis, palavras, códigos, histórias e estórias sobre uma vida infinitesimal. Entre as casas decimais, centésimas, milésimas, milionésimas correm números “fora da casa”, propondo arranjos não simétricos, contas que não dão o resultado “certo”. Embora o desatino não seja estatisticamente mais prevalente nas pessoas que vivem na rua (em detrimento das que vivem em uma “casa”), a probabilidade de ele ser percebido, mapeado, abordado, é maior.

## **5.5 Abordagens: Encontro e Desencontro**

O encontro de uma pessoa da rua com as políticas do Estado pode ser bastante desencontrado. Isto porque de pronto todos reconhecem seu papel na cena, numa naturalidade hierárquica que domina a atmosfera inicial até que a conversa propriamente dita se instale. Por

vezes, todavia, nunca ocorre. Nesses encontros, forçam-se os personagens, buscam-se as definições, mas por toda a parte escapam vidas inassimiláveis e políticas imprevisíveis, cuja categoria sempre haverá de ser inventada, e quando a escuta do interlocutor deve estar apurada.

Considerando a singularidade do encontro com a pessoa na rua – ainda que existam, no quadro em cena, dois lados – a margem do encontro pressupõe linhas difusas: a tarefa implícita aponta para a reabilitação do sujeito para a vida “adequada”; a explícita, todavia, apresenta tantas possibilidades de abertura, quanto de fechamento. Em todo caso, há uma conversação (que por vezes se assume como negociação) sobre os modos de cuidado e proteção da pessoa, bem como sua relação com a cidade.

No plano de ação, portanto, há infinitas possibilidades de encontro. São movimentos que escapam da tela em análise, desfazem a figura da “Pessoa em Situação de Rua”, do “Técnico Social” ou do “Educador Social”. O que se passa no meio, pode, num descuido, desmentir a política e o estigma, inventar caminhos singulares pela cidade, nomes aquecidos por redes de afeto e consumos. Nesse limiar, as figuras do técnico e do rueiro podem se misturar com a cidade: tanto o papelão pode virar colchão ou quanto a prancheta virar assento.

A antropóloga Ondina Fachel Leal e o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos (1999), ao pesquisarem as populações da Vila Mirim e Vila Dique, identificam, nessa mistura entre as realidades do pesquisador e do pesquisado, um paradoxo inexorável.

As possibilidades de um diálogo efetivo parecem estar comprometidas toda a vez que a antropologia pretender ter qualquer aplicabilidade, pois ela enfrentará a problemática da ética que só se equaciona no horizonte da comunicação intersubjetiva que, entre outras condições, impõe a da igualdade dos intervenientes no diálogo. A menos que a intervenção antropológica se dê sob o parâmetro da possibilidade de uma “fusão de horizontes” tendo como base moral comum (a nativos e pesquisadores) a busca do “bem viver”. Sendo assim, o que está em jogo é a constituição e o reconhecimento dos grupos locais como sujeitos morais num diálogo tendo como horizonte uma questão ética, cujo fundo é a preocupação com o “bem viver” e com todas as modalidades, inclusive políticas que isto implica na mobilização de recursos para que isto venha a acontecer (LEAL e DOS ANJOS, 1999, p. 164-165).

Uma “fusão de horizontes”, poderia interferir em ambos os lados da cena (pesquisador e nativo; profissional e usuário de uma política), mas seria incauto desconsiderar a assimetria existente. O desafio ético, em qualquer tentativa de “bom encontro” ou “bom viver”, não será resolver definitivamente as verticalidades, tampouco impor uma estética à vida rueira e

colonizá-la: muito mais, seria possibilitar que a questão se desloque no tempo e nos discursos, conforme impelem os fluxos da cidade. Para além de uma utopia do encontro pleno, entendemos que mais importante é ter a disposição de ir aos encontros, de construir uma relação com os instituídos. Nesse sentido, diz o grupo de trabalhadores do Serviço de Abordagem Social na cidade, num artigo escrito a propósito do Censo de 2016:

No trabalho da rua, o vínculo se torna potente quando o trabalhador lança mão do dispositivo de escuta, que vai além da “mediação na garantia de direitos”. Percebemos a potência transformadora do trabalho quando nos despimos desse discurso e nos deixamos ser levados pelo encontro e pelo percurso desses sujeitos, testemunhamos suas histórias e apostamos que ali há um desejo de vida, não de norma social. O diálogo, o lugar de fala na cena do encontro, deve ser uma costura entre a história e os desejos da pessoa em situação de rua e as ferramentas que o trabalhador dispõe para escutá-lo, tecendo outras possibilidades de caminhos a serem trilhados em conjunto (FONTANIVE *et al.*, 2017, p. 149)

A demanda para a Abordagem Social é disparada frequentemente pela visibilidade de um sujeito que está destoando da cidade limpa, saudável, trabalhadora. E a percepção dessas pessoas surge numa linha de encontro/desencontro como a cidade, quando, por exemplo, a relação comunitária do vivente se esgota por algum motivo, quando a capacidade de negociação política do rueiro é insuficiente para defender-se de remoções ou internações, ou ainda quando a pessoa esbarra no acesso a uma política de proteção. Por outro lado, o próprio serviço de Abordagem Social procura visibilizar os sujeitos e suas demandas através de uma estratégia de aproximação horizontal, sistemática. Nos dois casos, o poder – vertical – de resolução é direcionada ao Estado, numa linha tênue entre o direito à cidade e as estratégias de exclusão dela. Assim, não é a vulnerabilidade que sustenta a maioria dos pedidos de intervenção, mas a visibilidade de sua condição em relação a um plano de fundo urbano. O que chega para a política de Assistência Social é, muito mais, um manifesto dos embates entre a vida rueira e vida domiciliada, entre os saberes da rua e os conhecimentos técnicos, entre o abandono e as instituições de cuidado. O diagnóstico será dado na medida em que não houver acordo na cena em questão, direcionando luzes para o rueiro como uma “Pessoa em Situação de Rua”, cujo projeto de vida, com sabemos pelos orientadores da política, está falho e precisa de correção.

A Abordagem Social, nesse encontro desencontrado, é uma intervenção franca, feita diretamente no local onde pessoa vive, permanece. A distância entre a equipe e a rua é percorrida caminhando, de ônibus ou em um veículo alugado (comumente uma Kombi branca),



mediada por pranchetas e coletes. No primeiro plano do encontro, os papéis reproduzem a hierarquia evidente: a equipe como Estado e o cidadão como usuário quase irrevogável do serviço que estamos oferecendo. O trabalho inicia, portanto, ao desfazer a atmosfera de controle e trazer a conversa para a procura do cuidado com a pessoa. Entre as questões, certamente se faz a fundamental, sobre o que ele planeja, quiçá sobre o que deseja e, enfim, se precisa de alguma ajuda.

A ação, se necessária, pode começar pela feitura da documentação, pela inscrição no Cadastro Único do Bolsa Família, pelo acesso ao Restaurante Popular. Havendo confiança entre o profissional e o atendido, pode-se pensar numa rede de cuidado mais ampla. Os três albergues<sup>66</sup> e dois abrigos da cidade são geralmente demandados ou oferecidos: as vagas para albergues podem ser imediatas, mas os abrigos possuem fila de espera que pode durar meses. Em todo caso, considerando a localização central da maioria dos equipamentos, para as demais regiões da cidade, como a Sul/Centro-Sul, há uma baixa adesão à proteção oferecida: em parte pela distância da localização desses equipamentos, em parte por estarem defasados em estrutura física e de recursos humanos. E, pelo lado do usuário, por restringir os hábitos costumeiros como o uso de álcool e drogas, bem como por exigir uma disciplina de horários e regras que destoam da vida rueira.

Assim, acostumamos a ver repetidamente muitos sujeitos inseridos nas redes de proteção formais retornarem para o local costumeiro, repetindo uma rotina conhecida, os hábitos cotidianos. É o café dado cedo na padaria, o pão que vem da senhora do edifício grande, a cachaça que chega com o amigo de rua, o torpor que ganha os corpos na altura da tarde e o sono que é gozado com descuidos de criança. À noite é a vida que aperta, um olho que precisa permanecer aberto, é um cachimbo esperto, uma conversa fiada, um cobertor orelhado e o café que já chega. E na quarta-feira vem o pessoal da “Abordagem”.

Há, todavia, sob o nome de Abordagem Social outras políticas atuando em conjunto. Um caso bastante ilustrativo podemos identificar no Plano de Ação apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2013, que propõe uma integração entre os dados das abordagens com os da “força da segurança pública”, com “Tolerância ZERO com a privatização de logradouros públicos, praças e monumentos” (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 25, grifos do autor). Em Porto Alegre, a convocação das equipes de Abordagem Social para ações de remoções em pontos de

---

<sup>66</sup> Albergue: oferece pernoite com permanência das 19h às 7h. Abrigo: oferece morada em alojamento 24h por tempo indeterminado.

impasse entre a vida rueira e a ordem pública tem crescido consideravelmente nos últimos anos, ainda que sempre já estivesse presente no Atendimento Social de Rua (PIZZATO, 2012) e possivelmente na Ronda Social. Essa demanda provoca um conflito entre os ideários, ficando o trabalhador entre as construções de vínculo na rua e a imposição dos proprietários da cidade. A mistura, nesse ponto, não é bem vista pela ordem pública, acusada de pouco técnica, muito ligada ao desejo do sujeito; tampouco é bem vista pelos habitantes da rua, que associam as equipes de Abordagem Social aos equipamentos policiais.

O profissional terá, portanto, um caráter híbrido que tensiona, flexibiliza, negocia sua função estatal, assim como busca compasso com os ritmos e saberes da rua. No miolo desses impasses, onde por vezes, como se diz, se acende uma vela à Deus e ao Diabo, busca-se um trabalho medial, intermediário entre a Rua e o Estado, entre o Morro e o Asfalto, entre a cidadania “plena” e a “negada”. Entretanto, para além dos infernos e céus, na terra, sem esperar pelos saberes acadêmicos ou técnicos, o homem da rua fará seu discurso: a Ruaologia.

### **Viaduto da Borges**

Vocês viram no grupo o que eu botei, né? Um vagabundo acompanhou por uma quadra uma senhora para roubar uma bolsa. Sem culpa, voltou para o viaduto e se fartou junto da mulher que estava esperando, de certo pra fumar droga e beber. Assim iniciou a reunião de uma Associação Comunitária do Centro Histórico, anunciada por uma moradora eloquente, que contava o caso com escárnio. Por mim que botem fogo, não me importo em dizer, que sumam, desapareçam, só me digam como vamos fazer isso.

Estava na reunião por uma demanda perdida pelos corredores da FASC, daqueles encontros que se diz: no lugar errado e na hora certa. Tocou para eu representar a Fundação na reunião da Associação, conforme reivindicação registrada na ata passada. Exigiam do Poder Público uma solução para o problema e, com a fórmula, viesse dizer qual seriam as medidas. A demanda foi à Governança Local, que direcionou o pedido à FASC, que direcionou à Proteção Social Especial, acabando no meu colo.

Logo fui apresentado como representante do Município, a qual remendei me apresentando como técnico social que trabalha na PSE da FASC. A esquiva, somada à

juventude ainda presente, a barba espessa na cara, o olho cansado do dia, causou um descrédito frente aos presentes: fui logo associado às questões de Direitos Humanos, sendo que quando falavam sobre – criticavam, no caso – olhavam para mim e uma pessoa chegou a apontar. Que bizarro, escrevi para minha companheira pelo celular, pelo menos terei horas extras! Já passava de 12 horas de trabalho naquele dia, tem que o trabalhador perder a paciência.

O foco era o viaduto Otávio Rocha, da Avenida Borges de Medeiros. Estava impossível, diziam. As falas se misturavam ao tom dado nas reportagens da imprensa local sobre o viaduto, que martelaram uma notícia de abuso, de falta de limites, de abandono do Poder Público. O argumento repetia o jargão dos impostos pagos pelos cidadãos “de bem”, que, em retorno, não podiam caminhar pela rua porque havia pessoas que faziam da calçada seu espaço privado. Frente ao discurso raivoso, procurei um ponto que não fosse do enfrentamento. Disse o óbvio: enquanto Município, temos um trabalho que se inicia na base comunitária, com a Assistência Social, a Saúde, a Educação, onde há uma questão habitacional importante. Mesmo com as caras de impaciência, segui: enquanto essas estruturas estiverem falhas, teremos sempre pessoas habitando a rua. No extremo, lidamos diretamente com a violência que essas pessoas sofrem, buscando uma linha de cuidado, proteção e... Espera aí, fui interrompido, vocês vêm aqui defender esses vagabundos, com medidas paliativas, enquanto temos um câncer instalado na cidade! Precisamos de algo urgente, não há tempo para esse papo de direitos. Pois então, ousei recomeçar, um câncer não brota do nada, se hoje temos quatro mil pessoas na rua pode ter certeza que existem mais de 40 mil em situação de sub-habitação na cidade, sem falar na zona metropolitana e nas cidades do interior de onde afluem desgarrados para a capital. A divagação geográfica deixou um silêncio de três segundos, seguido pela reterritorialização que interessava: e o viaduto, como fazemos? Acho que deveria ser aproveitada essa centralidade para a população de rua, pois quando uma pessoa fica em desabrigo já pensa no viaduto como um espaço para obter alimentação e um pernoite: seria bom escutar o que esse ponto diz da cidade, em vez de tentar apagá-lo. A inversão foi demais para a sessão, não me deram mais a palavra. No final da reunião, como encaminhamento, pediram um especialista em doenças mentais para o próximo encontro: um psiquiatra, por favor, já chega de psicólogo, ouvi como última alfinetada.

Nos meses que seguiram, outra Associação conseguiu, a pretexto de uma feira para comemorar os 84 anos do viaduto, a remoção de todos os habitantes desse recôncavo da cidade, imaginando que pudesse, num ato, acabar com o espetáculo da pobreza. As pessoas foram removidas sem conversa, a calçada lavada, os pertences colocados no lixo. Os ruiros se realocaram mais adiante, em praças e calçadas, retornando dias depois para escadaria, reconstruindo casas na calçada, reocupando o viaduto. O ponto, no entanto, foi capitalizado, midiaticado, sendo suas alças de concreto vistas como escondedouros de um mercado nebuloso, seguindo com a manchete de alarmismo, daquilo que é inadmissível numa cidade. Uma remoção mais perene se fez no inverno de 2018 a partir da ação da Brigada Militar no local. A ação foi feita sem a participação das políticas sociais, removendo os habitantes do viaduto sob a alcunha de bandidos, encaminhando os inocentes para a esquina do lado ou para um recurso municipal prometido.

Hoje o viaduto segue sendo um ponto de alimentação, que o mercado soube captar. Só que não mais a sopa na caixa de leite, não mais o *cacetinho* com *chimia*, agora se vendem hambúrgueres à moda alemã, com cerveja artesanal à moda inglesa, vendidas em *Food Trucks* como inventado no varejo norte-americano. A quimioterapia da rua foi feita em doses tóxicas e altamente paliativas, não atingindo a questão social da cidade, permanecendo uma população ruiro crescente, que buscará a cada dia – independente das remoções – a reconstrução de um lar na cidade.

## CAPÍTULO VI – VESTÍGIOS METODOLÓGICOS

É preciso explicar, em tempo, o caminho metodológico que utilizamos nessa pesquisa. Tivemos uma linha histórica que acompanhou a prosa, mas, vejam, não há a pretensão de fazer uma história da pobreza urbana ou da vida rueira. Os arquivos da cidade aqui resgatados nos servem, antes, para pensar sobre as forças que formam um determinado tempo, que recortam o espaço, que afirmam territórios e existências. Então, não estamos em busca da origem das políticas públicas, tampouco estamos elencando os motivos da “situação de rua”: buscamos, mais precisamente, entender as tramas que se estabelecem em cada plano histórico-político, estranhar alguns elementos que se estabelecem como verdade nesses planos, e evidenciar as táticas de poder e controle que se exercem na prática sobre as pessoas.

A psicologia social, nascida do determinismo entre indivíduo e sociedade, é fruto de um “problema mal colocado”, diz Rosane Silva (2005). Ao analisar a ação *psi* no contexto das políticas sociais, podemos ver nos arquivos uma relação muito próxima entre as disfunções sociais e as psicopatologias ou quadro de vulnerabilidades e riscos. Foi, de alguma maneira, o que apontamos na pesquisa de mestrado, “Tramas empedradas de uma Psicopatologia Juvenil” (2011), com base nos prontuários do Hospital São Pedro, buscando elementos dos discursos presentes (frases, códigos, conceitos, narrativas, imagens, etc.) e a opressão produzida por eles. O enredo era jurídico-psiquiátrico-midiático, enquadrando um perfil “jovem-dependente químico-perigoso”. Dessa feita, a trama em desconchavo é o *assistencial* e, claro, o sujeito alvo dessa malha: o habitante da rua, ou *rueiro* como temos chamado, acusando um cidadão urbano, para além das cidadanias regionais ou nacionais. Para entender esses planos, Rosane Silva (2005) defende uma Psicologia Social origêmica, feita de dobras, diferente do paradigma científico ou de um “pseudomodelo de racionalidade”: assume uma “dimensão de criatividade processual” que, ainda com a autora, “constitui nossos territórios existenciais e, ao mesmo tempo, afirma a dimensão histórica dos agenciamentos que produzem diferentes modos de subjetivação” (p. 126). As dobras identificadas por Silva indicam a produção de um sujeito corporal (modulado pela individualização capitalística, padronizado e, ao mesmo tempo, esvaziado), o sujeito ensimesmado (conhecedor de si, reflexo do fora, reduto do íntimo, em contraponto ao público); o sujeito monopolista (produtor de verdades, marqueteiro, nutrido pelos ventos neoliberais); o sujeito em crise (ideia própria do capitalismo, de desacomodações sucessivas: “quanto mais as coisas se desarranjam, melhor elas funcionam”). O cume desse

processo de subjetivação é uma dupla captura, com “armadilhas semióticas” que proliferam mensagens que se excluem mutuamente. Realizam, por esse paradoxo, uma neutralização das contradições, dos conflitos, embaralhando os códigos num procedimento esquizofrenizante, gerando instabilidade no terreno, territorializando e desterritorializando sentidos de acordo com os interesses do capital.

Defendemos, noutra ponta, uma ética do inapreensível, do não enquadrável, do processual. Diz Suely Rolnik (1993) que essa posição não pressupõe verdades, com saberes que vão fruindo na medida em que são exigidos, inaugurando um campo de produção estética, como ocorre nas artes, pela encarnação das “marcas no corpo do pensamento” (p. 7), numa ação, enfim, política, por questionar as hegemônias que bloqueiam, na raiz, devires de vida livre. Sob o paradigma ético-estético, adiciona Rosane Silva (2005), “a Psicologia Social procurará identificar as formas de captura da subjetivação dominante através da crítica à axiomática capitalística” (p. 126), buscando formas de resistência nos miasmas não codificados, buscando resistência às práticas de modulação das vidas.

Acompanhar tais processos, permeado de fugas e de capturas, exige malandragem. O texto aqui apresentado, se forma também pelas afetações do campo de pesquisa. No decorrer deste doutorado, os campos foram: CREAS Sul/Centro-Sul, no qual atuava no Serviço de Acompanhamento Especializado de Famílias e Indivíduos (PAEFI) e no Serviço de Abordagem Social; a Proteção Social Especial, repartição de gestão da FASC, responsável pelos equipamentos de média e alta complexidade da Assistência Social de Porto Alegre; o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) Glória, Cruzeiro, Cristal, onde estive nos últimos meses dessa escrita, também afetando o texto. A vibração do campo, portanto, é o primeiro condutor da pesquisa. Mas o campo também é imaterial, habitado por fantasmas do passado e do futuro, pela memória de uma cidade fendida, pela adrenalina drogadita que movimenta os corpos e a cidade.

É preciso, portanto, estratégia, para o estudo dessa matéria indefinida. Uma postura que se assemelha, no cerzir, com o exercício do cartógrafo, recolhendo fragmentos de todas as partes, absorvendo, como diz Rolnik (2011), “matérias de qualquer procedência” (p. 65), acompanhando as paisagens conforme elas se formam e se desfazem. Com esse orientador, antes da análise de um campo etnográfico ou histórico, colocamos a imagem em fundo, em movimento às “paisagens psicossociais”, acusando uma constante presentificação da vida, submetendo o passado e o futuro a registros esotéricos. Nos ajuda Suely:

Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia. O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado (ROLNIK, 2011, p. 65).

Buscamos, outrossim, realizar uma “ontologia do presente”, nos termos ditos por Rosane Silva, que coloque em questão “quem somos” e “qual é este mundo” (R. SILVA, 2005, p. 126), sem direcionar a verdade para o transcendental, tampouco para os registros arqueológicos, mas para a possibilidade de narrar o hoje. Ficaremos, assim, com Suely Rolnik, no que considera o campo do cartógrafo: “o que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão”, sendo seu objetivo “mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem” (ROLNIK, 2011, p. 66). Os arquivos utilizados nessa tese funcionam como frases de uma discursividade maior, assumem uma forma estética na tessitura de uma malha de forças, sendo muito mais ilustrativo do que representativo.

Michel Foucault (2008) ao longo de sua obra buscou nos arquivos não uma história sobre os sistemas de poder, tampouco apenas as performances verbais de um pensamento e suas leis. O arquivo se refere, mais, a um campo de discursividade, permitido e visibilizado desde as relações de poder existentes, conforme seu sistema de enunciabilidade. No livro “Arqueologia do Saber”, o autor diz que o arquivo está entre o sistema linguístico de construção das frases possíveis e um *corpus* que acolhe passivamente as palavras ditas, pertence a um nível particular de sentido:

o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Não tem o peso da tradição; não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas, mas não é, tampouco, o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade; entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente (FOUCAULT, 2008b, p. 147-148).

Ao analisarmos os arquivos, portanto, é possível dimensionar os tempos e as durações dos regimes de verdade, afastando-nos, numa medida, da atualidade para, adiante, produzir o estranhamento da mesma. O presente, assim, mostra-se descontínuo, formado com elementos

heterogêneos, imprecisos, destemporalizados. Ao estudarmos um sistema de arquivos, pretendemos, ainda com Foucault (2008b), desprender de nossas continuidades, dissipar a “identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história” (p. 149), romper com as “teleologias transcendentais”:

O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos” (FOUCAULT, 2008b, p, 149).

Queremos, nessa inspiração, afirmar a matéria caótica da vida, diferente do que se pretende numa ciência moderna, que busca os determinantes de um dado comportamento ou fenômeno. Queremos afirmar a vida ruela entre os diversos discursos que forjam a cidade e o urbano, de onde surgem modos de vida sempre singulares, que desafiam em cada tempo qualquer explicação definitiva.

Trazendo para a discursividade da rua, os habitantes da “situacionalidade” formam uma superfície de contato com a cidade que só poderia ser entendida em movimento, pois forma-se por partículas assimétricas, por discursos controversos, por tempos distintos, por práticas difusas. Nesse ponto, Bruno Latour (2013) nos ajuda a configurar o campo, evidenciando o nó górdio que se forma por partículas híbridas, pelos quase-objetos, que, no mito da modernidade, estariam estagnados em conceitos e sentidos temporais. Em “Jamais Fomos Modernos”, o autor indica que os objetos do mundo moderno, a pretexto de purificações científicas, enquadraram a experiência humana em sistemas de validação que, como efeito, criavam verdades e ocultavam as variações de saber que porventura existissem. A imagem de um tecido inteiriço e puro é uma marca desse mundo moderno, sendo sempre sobreposta por revoluções tecnológicas que instauram mais adiante um saber inovado. A ideia de um encadeamento do tempo, marcado pelos milagres revolucionários, é mais uma invenção moderna, produzindo discursos paradoxais supostamente divididos entre iluminismos e nebulosidades. Dirá Latour que não há, nessas revoluções, uma mudança significativa no curso da natureza e da sociedade, tampouco somos habitantes de um tempo avançado:



Não estamos entrando em uma nova era; não continuamos a fuga tresloucada dos pós-pós-pós modernistas; não nos agarramos mais à vanguarda da vanguarda; não tentamos ser ainda mais espertos, ainda mais críticos, aprofundar mais um pouco a era da desconfiança. Não, percebemos que nunca entramos na era moderna. Esta atitude retrospectiva que desdobra ao invés de desvelar, que acrescenta ao invés de amputar, que confraterniza ao invés de denunciar (...). É um não moderno todo aquele que levar em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e os agrupamentos de híbridos que ela nega (LATOURE, 2013, p. 51)

Temos na constituição moderna, portanto, uma repartição entre natureza e sociedade, entre o transcendente e o imanente, entre o perfeito e o falho, entre o inacessível e o humano. Ao se colocar em suspensão esses opostos, surge, no meio, um vasto campo de explicação, invertendo a lógica bipolar de raciocínio, tornando o terreno medial como ponto de partida, antes das clivagens que recortam o vivido nas categorias modernas. Latour identifica aí neste “Império do Centro”, a possibilidade de tornar os chamados “intermediários” como “mediadores” da história, assumindo uma materialidade além dos homens, reunindo fragmentos de sentidos, relações interrompidas, conceitos suspensos, reconfigurados em corpos multiformes, pertencentes a redes locais e, ao mesmo tempo, globais, traduzindo os sentidos em constantes rearranjos e movimentos.

Gabriel Tarde (2007), antes, no final do século XIX, já questionava as ideias de “todo”, de “sociedade”, de “universo”. Para o autor, os corpos não diferem enquanto potência das mínimas partículas, instáveis, que, sempre em recombinação, movimentam os sentidos do que reconhecemos através da palavra, da superfície. São diferenças infinitesimais que exercem seu diferir constantemente, pondo em encontro átomos com éticas próprias, podendo ter as mais diversas expressões.

O pintor pôs o animal em vista da paisagem, e não a paisagem em vista do animal. O animal serve apenas para diversificar a paisagem; o sistema serve apenas para renovar o espírito. Um sistema! Mas ele não existe, a título de realidade; em um momento dado, nunca há senão fragmentos e aspectos dispersos de sistema. (TARDE, 2007, p. 161)

Em todo caso, não é possível ver as partículas e, aí, uma resposta breve ao estruturalismo: vê-se apenas a superfície da experiência, o que os sentidos humanos alcançam, o que foi possível classificar dentro de um determinado sistema de pensamento. Vê-se, mormente, o opaco, pois as mônadas do todo seguem no propósito de vida, impossível de se

inscrever em algo como a realidade. Em Tarde, cada elemento – como um indivíduo num sistema comunitário – difere incessantemente como qualidade fundamental de existência. Uma diferença que se repete em variar sem, contudo, mudar, aumentar ou diminuir de tamanho: “não se opõe a nada, não serve para nada, pois ela não é semelhante nem assimilável a nada, e parece ser o final das coisas” (TARDE, 2007, p. 31). Uma diferença deambulatória. O deambular cartográfico causa sempre mais diferenciações, com o poder de gerar movimentos contra si mesmo, diferindo sempre em uma geometria fractal que seria, essa sim, universal. Haveria então uma lei que perpassaria todos os elementos do universo, uma regra fundamental da existência: pôr-se em movimento, diferenciar-se, compor o todo infinitesimal que se encontra em cada átomo. Trazer essa dinâmica das mônadas para o texto é afirmar que entendemos o cenário em análise como caótico: atendentes, gestores, pesquisadores e as pessoas atendidas dividem mais incertezas do que convicções sobre esse encontro.

Para Gilles Deleuze (2007), o expresso de uma política em nada se parece com a expressão, embora não exista fora dela: ele insiste, persiste, subsiste como sentido em um determinado estado de coisas. O sentido acontece, portanto, na superfície dos corpos, habitados por uma dupla causalidade onde já não se pode falar de um lado ou de outro, de superfície e profundidade, apenas de fronteira, de paradoxo (GIL, 2008). Assim, os códigos de postura moral e médica fundamentam-se como categorias binárias, regulando normas sobre o corpo sexual, sobre o modo de criar os filhos, sobre a família, sobre a casa e a rua, sobre os excessos e sobre o vazio. Acerca desses dualismos, Guattari diz:

Parece-me importante explodir noções generalizantes e grosseiras como as de mulher, homossexual... As coisas nunca são tão simples assim. Quando as resumimos a categorias branco/preto, ou macho/fêmea, é porque estamos com uma ideia de antemão, é porque estamos realizando uma operação redutora-binarizante e para nos asseguramos de um poder sobre elas (GUATTARI, 1987, p. 36).

Esses autores assumem a matriz esquizofrenizante do mundo moderno e contemporâneo, que prolifera verdades na mesma velocidade com que produz, em relação a elas mesmas, sobras, resquícios, fragmentos que podem ser tanto potentes quanto alienantes. Deleuze e Guattari no livro “Anti-Édipo” (1976) propõem uma revolução onde a política a ser implementada é a do desejo, onde as subjetividades são como máquinas desejanças, acoplando-se às maquinarias do capital. Já nas primeiras linhas de suas produções sobre a sociedade

capitalista, midiaticizada e psicanalisada, eles identificam o esforço que as sociedades contemporâneas despendem para conter as vicissitudes da alma que não estejam enquadradas em determinado sentimento ou valor. Nesse caso, para manter vivo o “devir malandro”, o “devir bicha”, o “devir criança” é necessário construir estratégias de minoração do fascismo cotidiano, atentar para os binarismos vendidos, entender que “a repressão é adaptada de modo que possa ser interiorizada mais facilmente” (GUATTARI, 1987, p. 64).

A defesa dessas existências menores, por outro lado, não pode se confundir com uma defesa das periferias. Sobre essa “confusão”, diz Bruno Latour:

Se este centro e sua totalidade são ilusões, o elogio das margens é bastante ridículo. É muito louvável querer defender as reivindicações do corpo que sofre e do calor humano contra a fria universalidade das leis científicas. Mas se esta universalidade advém de diversos lugares nos quais sofrem corpos que são feitos de carne e calor, esta defesa não se torna grosseira?” (LATOURE, 2013, p.122).

Essa relativização é fundamental para o campo em análise, uma vez que ele está alicerçado sobre uma noção de existências marginais, ou ainda, pela certeza de que foram cometidos crimes demasiados para populações como a de rua. Em todo caso, se alguma vez tentamos ser modernos, essas assimetrias já foram criadas. Na relação com as margens, antes de uma simples dominação do desviante, Foucault (2012) afirma que há uma relação inventada no encontro com os jogos desse domínio, em resistência e criação, numa ética de vida gregária, mesmo que se diga individualizada, e que se estabelece com estratégias diversas. Nessa margem, o “usuário”, diferente do que possa parecer, é ativo em grande parte do jogo. Diremos que até mesmo uma instituição total como a prisão ou o manicômio não se é capaz de, por si só, dominar a vida de uma pessoa. Sabe-se bem que o presidiário pode muito bem jogar com os poderes constituídos da cidade, assim como o dito institucionalizado da saúde mental circula por outros regimes de verdade.

Por outro lado, na sociedade contemporânea, exercem-se formas de dominação tão sutis e, ao mesmo tempo, tão avassaladoras da subjetividade que curiosamente um dito cidadão da “boa família” e do “bom trabalho” pode estar mais aprisionado que o interno de um regime total. Existe, pois, fugas, avanços, gambiarras, coletivos, monopólios, vivacidades, aprisionamentos, violências e liberdades quando a proposição do encontro é aberta. Evidenciar essas possibilidades híbridas é afirmar os caminhos singulares, as existências que seguem – e

sempre seguirão – à margem da classificação, negociando a vida cotidiana.

Para sustentar tal posição, tivemos em grande medida como inspiração o método genealógico de Michel Foucault (2008c), que aposta numa narrativa intempestiva, amparando-se numa arqueologia dos enunciados da questão social na cidade, acompanhando fragmentos de uma história deixada pelo caminho. A genealogia incorpora aos arquivos os afetos, as tensões, as opressões, permitindo um estudo sobre as relações de poder que modulam a vida-norma e a vida-desvio. O método não se opõe à história enquanto ciência geral, exceto no ponto em que se propõe à formatação de verdades, de construção de continuísmos ou etapas evolutivas. Mas, conforme, disse Foucault: “A genealogia não pretende recuar no tempo para esclarecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é mostrar que o passado está ainda ali, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo” (2008c, p. 265). É, nesse sentido, uma anti-ciência, interessada nos saberes que se entrelaçam na hierarquia dos poderes próprios da ciência, tendo como projeto geral:

Ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (...) Um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Deleuze (2013), talvez em resposta, diz que o saber não é ciência ou conhecimento estático: “tem por objeto as multiplicidades anteriormente definidas, ou melhor, a multiplicidade exata que ela mesma descreve, com seus pontos singulares, seus lugares e suas funções” (p. 30). Os limiares desses saberes são estabelecidos nas relações de poder, que recortam, anulam, desviam ou estimulam os sentidos numa aleatoriedade que, a rigor, não difere do processo de construção das obras pictóricas ou da literatura. Ciência e poesia, assim, se assumem como saberes dialógicos do mundo, para além das dualidades entre a história e a estória, entre a técnica e o hábito, entre o corpo e a política. Desse bojo se forma, ainda com Deleuze, o “poema-arqueologia”, ponto mal compreendido pelos formalistas ou intérpretes, pois habita uma “terra desconhecida onde uma forma literária, uma proposição científica, uma

frase cotidiana, um non-sense esquizofrênico, etc., são igualmente enunciados, mas sem medida comum, sem nenhuma redução nem equivalência discursiva” (DELEUZE, 2013, p.31).

A análise dispersa os sujeitos – frásicos, em primeira pessoa na língua – em existências anônimas animadas por enunciados – em terceira pessoa –, submetidos a sistemas de regras da formação discursiva. Emergem, permanecem, se renovam ou desaparecem no plano dos enunciados a partir do crivo daquilo que pode ser dito. No filtro, poucos enunciados emergem, sendo raros. Sem a pretensão de originalidade, Foucault (2008b) entende a repetição, a reprodução, a cronificação como processos que estabilizam um discurso, numa “regularidade enunciativa”: não como uma média, mas como uma curva que atribui movimento ao enunciado, acompanhando seu curso nos planos de imanência.

Os sujeitos, diz Deleuze (2013) ao estudar Foucault, habitam a espessura de um “murmúrio anônimo”, lugar “sem começo e sem fim”, da qual derivam as relações com os objetos discursivos (sistemas de palavras, frases e proposições), mantendo com eles uma regularidade ao mesmo tempo “acidental”, visto que se conectam em pontos singulares não previsíveis, e “primitiva”, pois mantêm a ordem do enunciado. Há ainda uma terceira regularidade, diz Deleuze, que se refere ao espaço complementar das formações não discursivas, mantendo uma relação diagonal ao grupo de enunciados, produzindo singularidades em face aos registros primitivos, acusando um espaço de invenção possível na ordem enunciativa: “o enunciado é em si mesmo repetição, embora o que ele repete seja ‘outra coisa’ – que pode, contudo, ‘ser-lhe estranhamente semelhante e quase idêntica” (p. 23).

No livro “O que é a Filosofia?”, Deleuze e Guattari (2010) definem o plano de imanência como o campo dos crivos dos enunciados, dos cortes, impregnado das velocidades que atuam na matéria caótica, perfazendo sentidos e apagando-os conforme as possibilidades das proposições, os sistemas de sua enunciabilidade. Para os filósofos, “o caos não é um estado inerte ou estacionário, não é uma mistura ao acaso” (p. 53). A ciência, dizem eles, justamente busca (utopicamente) estancar esses movimentos, limitar suas velocidades. A filosofia, no entanto, procede a partir de um plano de imanência, pois reconhece que é nesse plano, “cujas curvaturas variáveis conservam os movimentos infinitos, que retornam sobre si na troca incessante, mas também não cessam de liberar outras que se conservam” (p. 53). Cada plano de imanência toma o todo caótico para formar diagramas sobre o pensamento, selecionando os registros e seus modos de validação. E, como cada plano é um plano, a passagem de um plano

para outro se dará conforme regras de contágio ou dispersão, mantendo ou aniquilando determinado conceito.

Para esses autores, o que movimenta tais planos são os “personagens conceituais”, agentes da enunciação das regras do platô, assumindo uma impessoalidade que não produz corpos ou territórios, mas movimenta sentidos num plano de composição dos afetos e dos enunciados. Os “tipos psicossociais”, por sua vez, serão a personificação das tramas enunciativas, presente nas “circunstâncias mais insignificantes ou mais importantes”, com o sentido de “tornar perceptíveis as formações de territórios, os vetores de desterritorialização, o processo de reterritorialização” (DELEUZE e GUATTARI, 2010, p. 83). Rosane Silva (2005) entende que eles expressam as forças que operam num campo de práticas, atualizando as problemáticas do campo socio-histórico em novas superfícies. Como elementos da trama, os tipos psicossociais se relacionam em mútuo reconhecimento, configurando de plano em plano linhas que surgem rizomaticamente, fundando existências psicossociais em reciprocidade. Diz ela, que no estudo dos planos de configuração do Social, poderiam ser identificados: na primeira, o “carente” e o “benfeitor”; na segunda, o “proletário” e o “capitalista/burguês”; na terceira, de nossos tempos, o “consumidor” e “o especulador” (R. SILVA, 2005). Eles presentificam a política de poder estabelecida em cada plano, sustentado por saberes alinhavados em sentidos de cuidado e controle, de resistência e opressão, equipado por serviços e práticas que, em rede, estabelecem um determinado fluxo de tratamento ou correção.

O poder se exerce sobretudo nos indivíduos, no que Foucault (1995) chamará de assujeitamento. Presos a sua própria individualidade, submetidos a uma “lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele”, a pessoa desde tempos modernos passou a ser “sujeito a alguém pelo controle e dependência, preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (p. 235). Nas duas situações, diz Foucault, o poder subjuga, torna a pessoa *sujeito a*. O filósofo será um grande pesquisador sobre as formas de expressão das relações de poder, identificando os conjuntos de ações que operam um determinado campo de possibilidades, produzindo suscetibilidades na mesma medida em que produz os suscetíveis. Explicita: “ele [o poder] incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente” (p. 243). São ações sobre ações, mantendo em toda extensão um modo de “conduzir os outros”, de produzir “condutas”. Foucault (1979), na “Microfísica do Poder”, dirá que um caráter das formas de poder se manifesta na atitude repressiva aos instintos, aos

indivíduos, a uma classe, numa espécie de “poder-contrato”, onde a opressão surge no limiar de rompimento; mas também numa política de guerra, prolongando para outros meios as estratégias de controle pelo mecanismo de guerra-repressão, que submete os sujeitos como num Estado de Exceção a uma constante vigilância. Essas formas se afirmam num cotidiano de práticas com o sentido de produzir uma “pseudo-paz” que, no revés, perpetue as relações de força presentes (FOUCAULT, 1979, p. 177).

Mas não serão apenas os limites do sujeito que serão questionados, haverá nas cidades formas de resistência que apontarão os limites do poder, exercido pelo Estado ou pelos dominadores do capital. Nesse sentido, Foucault (1995) afirma que as formas de resistência esclarecem as estratégias de dominação presentes no campo social, fazendo uma imagem antagônica dos esquemas de controle e governo, criando territórios contra-hegemônicos, instáveis por sua própria natureza, mas potentes pela intimidade com as formas de violação. Repetindo Foucault, as lutas, que podem ser chamadas de “antiautoritárias”, são transversais (não limitadas a uma forma política e econômica particular de governo), são imediatas (sempre voltadas para o inimigo mais próximo, sem visar exatamente uma revolução macrossocial) e questionam: os efeitos do poder na medida em que ele se exerce sem controle sobre os corpos, repartindo vida e morte; o estatuto dos indivíduos e o governo da individualização, que desterritorializa as pessoas de seus contextos comunitários; questionam os privilégios do saber e as formas que assume num regime de verdade. As lutas, enfim, produzem a questão: quem somos nós? E afirmam a recusa das abstrações produzidas por um “estado de violência econômico e ideológico” (FOUCAULT, 1995, p. 235), a recusa em ser objeto das investigações científicas e administrativas, a recusa ao enquadramento das identidades.

A análise de pregnância dos regimes de poder cabe, especialmente, para compreender a configuração do Social nas sociedades globalizadas, onde a ausência de fronteiras mercantis, comunicacionais, aceleram os processos de instabilidade dos territórios em nome de uma ordem mundial. Para Rosane Silva (2005), recuperando Deleuze, o poder nesse axioma capitalístico não se limita apenas aos dispositivos disciplinares que propunham, em nome de uma tática individualizante, um circuito institucional (família, escola, fábrica, hospital, prisão) com seus espaços fechados. Tratamos, mais precisamente, de uma “sociedade de controle”, onde os dispositivos de poder “deixam de ser normalizantes e passam a ser constituintes e, ao invés de exercerem uma função meramente coercitiva, passam a exercer uma função muito mais prescritiva” (R. SILVA, 2005, p. 113). Passamos, portanto, à eficácia dos saberes e poderes

num modo disperso, desterritorializado, difuso pelos códigos diversos da sociedade, implementando uma “modulação permanente”, naturalizando uma vida em conceitos de massa, em regras globais, em redes virtuais de sociabilidade.

No que tange aos coletivos, Rosane Silva (2005) expõe que as noções de “alma coletiva” e “comunicação de massa” são formações que dão a pensar os modos de subjetivação dessa versão neoliberal do capital: a primeira, se refere ao ambiente empresarial, na qual as organizações criam a ideia de uma “alma”, uma “missão”, uma “mística” que, num primeiro plano estimula o empenho do trabalhador, mas, além disso, adentra como conceito na vida privada do mesmo; a segunda interfere na vida comunitária com a padronização dos “kits-padrão” de identidades (ROLNIK, 1997), dispersados por veículos de comunicação que reduzem as distâncias, apressam a captura e geram, na massificação dos padrões comportados e funcionais, uma franca estratégia de empobrecimento dos saberes locais. Rosane Silva ainda recupera uma reflexão sobre o radical *público*, trazido por Regina Benevides de Barros em referência a um alerta de Gabriel Tarde ao final do século XIX, em que o uso medido dessa palavra abstrata causava o sentimento de menor periculosidade, forjado em relação ao emissor central, com a pretensão de domesticação das massas (BARROS, 1994 *apud* R. SILVA, 2005). Tais estratégias se afirmam em nosso meio como estratégias contemporâneas de assujeitamento, estendendo as políticas de controle – públicas – através dos mais diversos planos territoriais.

Ao pensarmos esses assujeitamentos nos tempos das chamadas “redes sociais” de comunicação, certamente complexificaremos o tema, pois há nelas uma proliferação dos emissores. Estes emissores, sem a necessária pertença a um grupo comercial ou comunicacional, produzem os dizeres possíveis no sistema de enunciabilidade que essa sociedade global permite e exige. Assim, tanto a estratégia de resistência quanto as formas de opressão estão em franco embate, personificada nos avatares virtuais, subvertendo a noção de política e de público. Tais processos reconfiguram a expressão frásica e imagética, mas mantêm em sua estrutura as diferenciações salutares ou doentias, as segmentações em blocos, condensando bolhas em meio à dispersão das partículas em nuvem.

Ao revisarmos os planos de imanência da esquizoanálise e as configurações do Social com Rosane Silva (2005), a inspiração da genealogia foucaultiana nos ajudará a encontrar os fragmentos dispersos dos discursos atuantes, as formas instituídas de poder, os tipos psicossociais, as prevalências enunciativas. Como sugere Silva, a genealogia é uma estratégia de problematização dos regimes de verdade que operam no presente.



Pois bem, no nosso enredo, buscamos acompanhar o discurso em torno do sistema assistencial e da categoria População em Situação de Rua.

No plano assistencial, temos a série dos equipamentos e técnicas que buscaram de alguma maneira “solucionar” o conflito social na cidade. Assim, evocamos a existência das instituições Cadea, Enfermaria da Nabos a Doze, Cadeia Velha, Enfermaria da Bronze, Santa Casa de Misericórdia, Casa de Correção, Hospício São Pedro, Asilo de Mendicidade, Internato Santa Tereza, Hospital Espírita, Albergue Dias da Cruz, Sopa dos Pobres, Albergue Felipe Diehl, Abrigo Bom Jesus, Abrigo Marlene, Postão da Cruzeiro, Hospital Vila Nova, Comunidade Terapêutica ASCOMCA; além das técnicas de encontro com a rua: Delegacia de Costumes, Ronda Social, Atendimento Social de Rua, PAICA-RUA, SESRUA e Serviço de Abordagem Social (hoje mais comumente chamado pelo nome dos convênios “Ação Rua”). Em acoplamento a esse plano, pudemos também acompanhar a digressão da palavra *filantropia*, revestida de muitos modos: *higiênica, caritativa, da prevenção, comunitária, disciplinadora, educadora, mendicante, democratizada, neoliberal, solidária*.

Noutro plano, animando o personagem da rua, o *rueiro* se estabelece como um personagem conceitual do enredo, disparando muitos nomes numa relação diagonal, formando tipos psicossociais. Na trama aqui montada, eles transitaram como o maldito: o “estrangeiro”, o “mendigo”, o “malandro”, o “delinquente”, a “louca”, o “sofredor”, o “morador de rua”, o “vulnerável”, a “pessoa em situação de rua”. No Brasil e em todo continente americano são marcados, em eixos transversais que buscamos evidenciar, nos preconceitos de raça, gênero e classe social, alvos em todas as séries de uma intersecção de poderes. Em deflexão à tal imagem, quisemos também enunciar o antipersonagem que habita cotidianamente as bordas da cidade com suas estratégias, afirmando um projeto de vida com articulações comunitárias, em rede, com ensinança e trabalho, como agente da política rueira. São os não-ditos da rua: solidário, fraterno, trabalhador, empreendedor, professor, escritor, gregário, amigo, amante, protetor, militante, cidadão, e todos os silenciamentos como etc.

As narrativas que inventamos, circunscritas em retângulos bordados, habitam o campo ficcional, trazem as pessoas e a cidade, a vida na rua: os sons, os cheiros, as velocidades, as violências, as políticas. São compostas de partes infinitesimais, alegoradas entre o romântico e o absurdo, e buscaram dar o movimento necessário para a trama. No plano dos agentes, as narrativas evidenciam a série dos filantropos da cidade, que redimensionam o assistencial para

um plano prático: Ângela, Nabos, Pacífico, Padre Joaquim, Bárbara Maix, Padre Cacique, Ramiro D'Ávila, Oscar Pithan, Felipe Diel, Mateus, Márcio, Letícia, Pastor Evandir. Enfim, os causos trazem à tona, depois da digressão do *assistencial*, os homens e as mulheres que personificam, por seus nomes, a trama de controle e cuidado da cidade e, muito mais, uma existência nela: Loureiro, Dari, Marlene, Josefina, Rudinei, Maria Flor, Rosa, Lionel, Valmir, Livramento, Santiago, Cacaca. Eles falam da vida e da morte na cidade, renascidos a cada transmutação da urbe, atualizados pelas tramas assistenciais que estão sempre a se formar ou reformar.

## CAPÍTULO VII - POLÍTICAS DIFUSAS

No centro, no coração da representação, o mais próximo do que é essencial, o espelho que mostra o que é representado, mas como um reflexo tão longínquo, tão imerso num espaço irreal, tão estranho a todos os olhares que se voltam para outras partes que não é mais do que a mais frágil reduplicação da representação (FOUCAULT, 2011, p. 424)

Pelo fundo da figura o alvo escapa logo adiante do olhar, causando incômodo pela própria condição de ser inapreensível ou inassimilável. A População em Situação de Rua, nesse sentido, ocupa uma posição semelhante a do rei no quadro de Velásquez, analisado por Foucault (2011). Prenhe de enquadres e representações, marcadas pela negatividade de um padrão de vida social: sem-domicílio, sem-renda, sem-trabalho, sem-família, sem-vínculos, sem-teto. Do outro lado do espelho e por toda a tela, a vida rueira afirma um cotidiano doméstico na cidade, de existências que visam não somente a sobrevivência material e afetiva, mas o respeito e a convivência em grupo, a liberdade do isolamento ou da loucura, a possibilidade de viver os excessos e os descasos com a vida. Nessa lente, vemos o afeto, os vínculos, as relações que se fortificam na rua.

Entre os extremos de uma vida “com” e outra “sem”, as pessoas que habitam a rua seguem seus caminhos singulares. A heterogeneidade dessa população é, segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, uma marca desse público. O comum nessa representação, contido no artigo 1º, seria a pobreza extrema, a perda dos vínculos familiares, a inexistência de moradia regular, além de estarem na rua e usarem os espaços públicos para pernoite ou alimentação (BRASIL, 2009b). O olhar garantido para essa população nas políticas instiga a representação na luta por melhores condições de vida. A definição produzida pelo Movimento Nacional da População de Rua, recuperada por Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen (2012), traz diferenças na compreensão do que seria o lugar de quem fala:

Homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (p. 19-20).

De um lado, a leitura do Estado, ampliando a noção de vida na rua para, quem sabe, captar melhor os motivos que fazem uma pessoa habitar o espaço público, e quiçá para retirá-la dessa situação; do outro, homens e mulheres que querem uma sociedade de respeito, que defendem uma possibilidade de vida digna na rua ou em qualquer lugar. Há aí um desencontro que procuramos evidenciar.

O enquadre de algo como “moradores de rua”, “insanos mentais”, “maloqueiros” ou “vulneráveis”, atestam uma necessidade de manutenção da ordem moderna, presente nas cidades do século XX, de matematizar a vida. Dessa matemática nascem as políticas públicas, são formados especialistas de diferentes áreas, são criados campos de estudo sobre os desvios e se inventam equipamentos de intervenção que, na última linha, procura ajustar o objeto ao enquadre. Desse modo, os comportamentos singulares são colocados como hábitos de uma determinada população e, nessa aglutinação, são enquadrados em seu próprio nome, sendo palavra e coisa. Então, a pergunta “como ver?” passa a ser também: “para que ver?”

Desse modo, os comportamentos singulares são colocados como hábitos de uma determinada população e, nessa aglutinação, são enquadrados em seu próprio nome, sendo palavra e coisa.

O meio é o “público”; a questão é a política social; o objeto – dócil para conceituações técnicas, acadêmicas, para preconceitos e caridades – todavia, segue escapando como o rei pelo fundo do quadro velazquiano. Assim sendo, a questão que parte da nomeação de uma “População em Situação de Rua” e de “Políticas Públicas”, retorna para algo que se passa entre elas, algo que habita os espaços miúdos, políticas difusas da cidade, que não pertencem a nenhum dos lados e que, a rigor, mal podem ser vistas. Assumir a cegueira, nesse caso, nos ajudará a perceber a matéria caótica que atravessa a cidade, que anima usuários e profissionais, que politiza o cotidiano, que negocia o público e o privado.

## 7.1 Cidadãos

Da cidadania grega à brasileira podemos ver o quanto os direitos civis foram impregnados pelos conceitos da masculinidade, da moralidade, da produtividade, da utilidade, da docilidade. As constantes reformas nas políticas cidadãs evidenciam os processos de disputas pelo poder das cidades, manifestos no encadeamento discursivo que mantêm os privilégios, que inventam as técnicas de ajuste à urbe, que destina os anticidadãos para as margens.

Na política de Estado, argumenta Bruno Latour (2013), a noção de revolução recai nas dicotomias. A pensar sobre a reforma cidadã que se estabelece após a ditadura militar brasileira, fica evidente a ilusão moderna de que as mudanças nos objetos ocorreriam numa cronologia evolutiva, eliminando os regimes passados e instaurando, como de imediato, uma nova e revolucionária verdade.

O golpe de 2016 no Brasil, nesse sentido, é bastante ilustrativo do perene conflito entre as políticas liberais e as de proteção. Para Jessé de Souza (2017), a elite brasileira se rendeu desde 2013 a um novo movimento do capital financeiro internacional, recuperando estratégias já presenciadas em 1930 e 1964, no qual o país abre mão da construção de suas políticas e faz concessões de sua riqueza para exploração estrangeira, favorecendo o melhor rendimento monetário dos privilegiados. No golpe que ainda estamos vivendo, diz Souza, a “elite” converteu grande parte da “classe média” nacional para o pensamento de antipopular, acoplando a ela um discurso de “moralismo patrimonial”, no qual a “ralé” se torna ainda mais alvo das políticas de criminalização. Os movimentos sociais serão os primeiros afetados. Em seguida, em favor de uma demagogia populista, se partidariza a discussão política do país, questionando os governos à esquerda, recuperando do fundo da história nacional (como nos outros golpes) a distante ameaça comunista e a noção de insegurança nacional.

Esse quadro reinstala a misoginia, a perseguição aos “desvios de gênero”, aos favores para as classes populares, requisitando as políticas de Segurança, os valores da família moralizada. Diferente dos outros golpes apoiados pela Igreja Católica, dessa feita temos o movimento neopentecostal, crescido junto ao ideário neoliberal, e suas igrejas lotadas, atuantes em todas as camadas populacionais da cidade. A grande mídia foi partícipe ativa mais uma vez, como recupera Jessé de Souza (2017), enaltecendo o processo jurídico iniciado pela Polícia Federal na investigação dos desvios de dinheiro do Partido dos Trabalhadores (PT) na relação entre construtoras e instituições públicas<sup>67</sup>. A operação Lava-Jato, a cargo da Polícia Federal de Curitiba, se assumiu como a ação moralizadora da nação, pondo no alvo a corrupção e mirando no PT, prendendo um a um seus líderes.

---

<sup>67</sup> Cumpre recuperar que olhar para essa relação foi inovadora no Governo Popular, visto que as construtoras estão historicamente entranhadas nos equipamentos do Estado, como indica Pedro Henrique Campos (2018) no artigo: “Pedreira. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988)”.

Sob a áurea de limpeza étnica e política, o golpe tem destituído as políticas cidadãs de 1988, desmontando direitos trabalhistas, as políticas sociais e os direitos civis. Como atestado desse pensamento, faltando um dia para a banca de qualificação deste doutorado, a 28 de outubro de 2018, é eleito Jair Bolsonaro, 38º presidente o país, reinstalando a ideologia militar e instalando o cristianismo liberal no cerne dos governos.

Neste espectro, são amplos os retrocessos nas políticas dos sistema públicos de Saúde e Assistência Social, diminuindo a esfera de interferência do controle social e da participação popular, com a prevalência de parcerias público-privadas que, além do realocamento dos recursos, reorientam os conceitos praticados na Saúde (em favor das práticas médico-filantrópicas), na Assistência Social (em favor da mística cristã), na Educação (em favor de uma doutrinação “sem partido”, “sem sexualização”), na Segurança (pelo armamento domiciliar e pela atuação de milícias assassinas).

A instabilidade cidadã afeta, sobretudo, a população que historicamente bordeou as cidades. Da escravidão à Lava-Jato, pondera ainda Jessé de Souza (2017), o que temos é a manutenção do interesse dos poderosos, dos colonizadores, criando violências simbólicas e materiais, mantendo a tradição – no contraponto do discurso nacionalista – de uma identidade nacional frágil, sempre à mercê dos interesses externos. Mantém-se, na perda atual dos direitos civis, a expropriação dos territórios, o genocídio de índios, negros e mulheres, a guetização dos pobres, o extermínio dos marginais.

A República brasileira, “Estado Democrático de Direito”, conforme sua constituição, enfim, produziu direitos sociais, leis trabalhistas, garantias constitucionais, políticas públicas, mas não efetivou os direitos civis da população<sup>68</sup>, negados no cotidiano da vida, na falta do direito à cidade.

---

<sup>68</sup> Afirmados sobretudo no art. 5º da CF88: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (destaque nosso): I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

## 7.2 Públicas

No tema das “Políticas Públicas”, considera-se primordialmente a efetivação das políticas de Estado constitucionais, estabelecendo fluxos ordenados, uniformes, previsíveis. Ainda que as políticas do SUS e do SUAS problematizem a equidade do acesso dentro das diferenças de necessidades de cada pessoa, estamos falando de uma tecnologia de intervenção programada em protocolos, leis, manuais.

Tais fluxos costumam desvalorizar as relações de afeto e as políticas de negociação do espaço comum, desbancando a potência do aleatório e das redes de amizade que insistem em acolher e dar lugar às diferenças (PALOMBINI e OLIVEIRA, 2012). A aleatoriedade da vida que insiste em não se inscrever nos códigos, que busca cuidado e proteção em meio a uma trama de “cuidado e proteção” institucionalizada, abre discussão sobre a proliferação de sentidos e possibilidades que emergem na vida urbana.

Para Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006) é preciso distinguir claramente as políticas de Estado, sustentadas no mito da democracia e da organização das cidades na lógica capitalista. Nesse ponto, não há engano: ter políticas de Estado não garante que elas sejam públicas. O público, afirmam os autores, “só pode ser construído a partir das experiências de cada homem inserido na coletividade, na imanência de uma humanidade que se define não a partir de um conceito abstrato de Homem” (p.11). Macerata (2010), na mesma linha, considera que as políticas públicas “só acontecem em ato, na prática, não sendo garantidas, nem por procedimentos, nem pela enunciação de direitos. Política pública seria uma dimensão que acontece” (p.67). Com esse deslocamento, ficamos com a questão trazida por Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006): “como pensar políticas públicas não mais reduzidas ao Estado, mas como afirmação de experiências diversas onde o público possa, de fato, ser a expressão da experiência do ‘comum’ que faz advir outros e múltiplos modos de pensar, perceber, sentir, agir e viver?” (p. 12).

Sem a pretensão de resposta, entendemos o “público” como, de um lado, a generalização estratégica – como “população” – para indiferenciar vidas e, de outro, como os autores citados, o espaço da nomeação do comum e das diferenças, da manutenção delas e da primazia do vivido no cotidiano. Mormente, a política pública fica submetido às políticas de governo, campanhistas

e paliativas, sendo banalizada. Não por acaso, portanto, a gestão dos riscos da pobreza e as intervenções sociais se pautam pelo posicionamento mais ao centro ou mais às margens do governo eleito. Em todo caso, não cessam de enquadrar a população alvo dessas intervenções e, com isso, manter a ordem de controle sobre os modos de vida na sociedade. Iacã Macerata (2010) indica que as políticas de governo no Brasil estão ligadas aos vieses de formação dos partidos políticos, interferindo na gestão das cidades conforme obtêm o poder para tal:

Esta política de governo vai realizar/interpretar de uma maneira o texto constitucional do Estado, o que marca certa instabilidade nestas políticas, devido ao jogo da democracia representativa ao qual a política de governo está submetida. Assim, a cada mandato, os serviços, programas e projetos mudam de inflexão, são extintos e/ou (re)criados (MACERATA, 2010, p. 63).

Com tais elementos, fica evidente que não há, como por vezes se enuncia na defesa do SUS e do SUAS, um Estado homogêneo, compacto, seguro da implementação das políticas cidadãs. O que se percebe, em contrapartida, são as oscilações de gestão e seus cargos comissionados, a falta de recursos humanos para dedicar-se com maior sistematicidade ao trabalho, a fragilidade dos contratos das equipes, uma alta rotatividade de profissionais e a descontinuidade de muitos projetos.

No caso da FASC, a política de conveniamento abre um leque de entendimentos sobre a intervenção a ser feita. E, não bastasse o desajuste da política com sua frente de trabalho, muitas instituições mantêm alinhos próprios, negociando seus acordos com a gestão em servidão à política de construir novos planos de vida, da imposição da inclusão, da busca pela alma desgarrada. A miscelânea contraditória entre os conceitos constitucionais e as práticas institucionais que orientam as políticas cotidianas da cidade colocam, uma vez mais, o “público” em questão. Mas interesse em especial pela população de rua não é exclusividade da Assistência Social. Uma pesquisa em sites nacionais e internacionais sobre as intervenções junto aos habitantes das ruas em grandes cidades pode-se identificar facilmente inúmeras fundações, entidades governamentais e não governamentais que atestam a necessidade de se olhar para essa população “desprovida”. Na grande maioria, o objetivo dessas ações é criar estratégias de inserção ou de readaptação ao mundo do trabalho, dos cuidados em saúde, de uma vida mais “digna”, assim dita. Se afirmam como políticas aleatórias, mescla de estratégias de Estado, conceitos da moralidade cristã, modos de pertença capitalística e preceitos de cidadania plena.



A rua, assim, se tornou um campo propício para as políticas públicas enquanto miscigenação de práticas, acolhendo diferenças na mesma medida em que produz o enquadramento dos merecedores.

### 7.3 Filantrópicas

A prática filantrópica inaugurada nas Cidades de Deus assumiu nas grandes metrópoles formas organizadas de intervenção, com sistemas de captação que brotam da piedade das pessoas. Podemos dizer que o fenômeno da caridade foi concomitante com a bruteza das cidades. Nesse sentido, surgem incontáveis ações anônimas que remendam o que chamamos de Social, em movimentos de solidariedade que se autogeram frente ao desamparo e à solidão das cidades.

As iniciativas foram logo captadas pelo sistema capitalístico: desde as ordens mendicantes às parcerias público-privadas de nossos tempos, temos uma formatação das organizações no sentido de colaborar com as políticas de Estado, recolhendo recursos de diversas fontes sob pretexto de manter suas missões, sempre ameaçadas de não serem mantidas.

O campo que avançou o século passado foi, portanto, bastante divergente. Patrícia Reis (2013), assistente social, pesquisadora e dirigente de uma associação beneficente, identifica na origem da conceituação da sociedade civil, ainda na década de 1970, pelo menos três posicionamentos: anticomunista, nos países ultracentralizadores do Leste Europeu; neoliberal, como solução para a dissolução do *Welfare State*; democrática, ligada à esquerda latino-americana que se organizou durante as ditaduras militares (REIS, 2013). Essas heranças foram combinadas e derivadas no processo de redemocratização brasileira. Patrícia Reis recupera a diferenciação de Ivete Simionato entre ramificações da sociedade civil “Liberal-Democrática” e “Liberal-Corporativa” ou “Neoliberal”. A primeira, cuja origem esteve no seio da reabertura política, focou no associativismo para avançar nas ações sociais de base territorial, negociadas no nível local, articuladas, “rivalizando o espaço autônomo e democrático com o Estado de Bem-Estar Social e as grandes corporações capitalistas” (REIS, 2013, p. 32). A segunda, cuja expressão mais clara foram as ONGs, buscou uma dissociação entre Estado e sociedade civil, diminuindo a força dos movimentos sociais e perdendo, assim, a condição contra-hegemônica que poderia adquirir. A autora, junto com Ivete Simionato, defende a análise a partir de Antônio Gramsci, uma sociedade civil “Gramsciniana”, que se construiria a partir do reconhecimento

das organizações como ator dos espaços de construção hegemônicos da sociedade, disputando conceitos, negociando o que se chama por “civilização”. O “civil” nesse sentido, trata-se do espaço de hegemonia, associada a uma superestrutura que o mantém como regimento da conduta e das ações civilizadas. É o campo onde as contradições são consideradas naturais e fundamentais, constituintes do debate sobre os projetos de sociedade: “onde são expressos projetos de classe distintos, a busca pelo consenso, sendo uma arena do convencimento, da superação dos interesses particularistas, da universalização das causas particulares e cotidianas” (REIS, 2013, p. 37).

Para Paulo Eduardo Arantes (2010), o campo filantrópico que alcançou os nossos dias é repleto de contradições, conjugando conceitos múltiplos e difusos, fundindo, modificando, aliançando termos que, na origem, têm sentidos por vezes opostos. O primeiro ponto referido pelo autor é a raiz “sem fim lucrativo”, trazido como uma “aura positiva” no cenário das ações sociais, que desonera o Estado da sua função social, mas que abre, no revés, um campo atraente de mercado para “iniciativas cidadãs”, e forma um empresariado social para o qual é destinado um grande volume de recursos públicos. A aliança público-privado, nesse sentido, se faz em torno de argumentos híbridos, financiamentos que visam à construção cidadã, com privatizações que buscam a universalização do acesso, com competições mercadológicas que buscam favorecer a autonomia dos sujeitos atendidos. Arantes fala de uma gramática mimetizada entre os termos previstos na Constituição Cidadã e os ventos do mercado, criando uma fraseologia mista, uma semântica própria ao campo contraditório da relação governamental/não-governamental. Essa gramática híbrida estará na base das estratégias de “marketing social”, agregando os direitos da cidadania aos valores privados das empresas aos sentidos de fidelidade e honestidade à imagem das organizações. Comenta, enfim, Paulo Eduardo Arantes (2010): “nada mais do que simulacros, sem dúvidas, como se exige de negócios neste ramo em que a visibilidade é tudo” (p.13). O consenso, nesse viés, buscará o alinhamento entre as políticas de governo e a sociedade civil.

As arenas de disputa dessas políticas (ou desse mercado social) foi regimentada inicialmente pelos Conselhos. Como analisado por Mestriner (2008), estes foram ocupados logo adiante pelos interesses privatistas, caindo no risco apontado por Adalgisa Sposati (1998; 2013) de “localismos” das ações sociais, que privilegia determinadas articulações entre Estado e algumas entidades, inviabilizando outras iniciativas de cunho comunitário que sequer alcançam o espaço de debate formal. O controle social, previsto na CF 88 como estratégia de participação

popular, de avaliação e condução das políticas públicas, finda assim problemático, com a infiltração dos interesses privados. Justamente no ponto em que os gestores direcionam a verba pública, em detrimento das prioridades elencadas pelos espaços coletivos de enunciação popular, a favor das necessidades do governo e das entidades parceiras.

No palco dessa arena, se situam, segundo dados do IBGE (2012) referente ao ano de 2010, quase 300 mil entidades no campo assistencial, sendo que cerca de 20% delas atuam diretamente nas políticas públicas brasileiras, empregando mais de 1.5 milhões de pessoas no espectro do terceiro setor. Em Porto Alegre, o Conselho Municipal de Assistência Social<sup>69</sup>, referência para a construção da Política Municipal de Assistência Social, coaduna os interesses de aproximadamente 800 organizações da sociedade civil, com atuações em diversas áreas: saúde, assistência social, cultura e arte, associação de moradores, educação infantil, centros e associações comunitários, religião, defesa de direitos de grupos e minorias, esporte e recreação, meio ambiente e proteção de animais, associações patronais e profissionais, etc.

Ao lado desse cenário, vemos uma filantropia que recupera o amor ao humano em diversas redes de proteção e cuidado da cidade. Longe das fontes de captação e do marketing, onde a mão esquerda não sabe o que faz a direita, se produzem políticas urbanas voluntárias, que reconhecemos no cotidiano de Alessandro e muitos outros. Redes inauditas para o capital.

### **Anfiteatro Pôr-do-Sol**

Em 12 de junho a seleção brasileira abriu a Copa do Mundo de futebol em São Paulo. Em Porto Alegre, no mesmo minuto, iniciamos o trabalho de abordagem social noturno, especial para os dias da Copa do Mundo. A dupla de psicólogo e assistente social do CREAS Sul/Centro-Sul integrou a equipe de “especialistas” na área, muitos com uma trajetória de trabalho nesse campo desde a nascente das políticas para a “população de rua” na cidade. A justificativa para a formação da equipe foi a denúncia de que, por ocasião do evento internacional, havia aumentado a violência na rua.

---

<sup>69</sup> Fundado em 1993, no bojo de afirmação da política de Assistência Social da cidade, pela Lei Complementar nº 352, de 08/08/1995.

Com as remoções relatadas nos meses anteriores à Copa pelos moradores da rua, não só a Assistência Social foi para as ruas quando a bola rolou, mas também uma "patrulha dos direitos humanos", ação requisitada pelo Movimento Nacional da População de Rua, acolhida e executada pela Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Porto Alegre. Em paralelo, o Ministério do Público do Rio Grande do Sul lançou uma recomendação lembrando, como se não fosse constitucional, que toda pessoa tem o direito de ir e vir, de permanecer na rua se assim for sua condição, respeitando os seus direitos e suas histórias – em especial, nos dias da Copa do Mundo. Em audiência, a recomendação foi assinada por vários atores, incluindo os principais batalhões da Brigada Militar.

No jogo de estreia, o time do Brasil jogava contra a Croácia. Uma multidão assistia nos telões da *Fan Fest*, que foi instalada no anfiteatro pôr-do-sol, orla da cidade. Ao chegarmos no evento, percebemos um senhor de aproximadamente 65 anos caído do lado de fora do muro. Extremamente alcoolizado, chegou a ser levantado por uma policial militar, sendo orientado a procurar um rumo mais adequado. Ao conversar com o homem, ficou evidente que não fazia noção de onde estava: referia ser uma festa gaúcha, como as do Parque Harmonia ao lado, interagindo insolentemente com quem passava. Expondo-se frente ao público, tomou safanões, chutes, até escorregar elegantemente para um meio-fio. Com a testa aberta, oferecemos como recurso uma das unidades de saúde especiais da Copa, localizada na própria *Fan Fest*. Com uma conferência de crachás, adentramos imediatamente com o rueiro num espaço de pronto atendimento – algo impensado no cotidiano das cidades. Considerando a necessidade de cuidado, falamos sobre a possibilidade de dormir num albergue. A casa do inferno? Perguntou? Isso – sabíamos que se referia ao Albergue Municipal, antes nomeado como Casa de Inverno. Sem muita conversa, agradeceu a atenção, abandonou o soro pela metade e, alheio aos encaminhamentos propostos, abandonou a oferta e enfrentou a multidão da Copa como um atacante esguio enfrenta uma zaga truculenta.

O olhar de cuidado não era novidade para a Assistência Social, mas para o campo da segurança pública causou surpresa. Então agora não se pode mais bater? Não se pode expulsar? As ações policiaiscas haviam, de fato, ocorrido antes. O jornal Boca de Rua na época afirmou que face à diminuição da violência pública – para não assustar os turistas –, houve uma sequência de remoções nas semanas anteriores, espalhando o povo para albergues distantes, comunidades terapêuticas, prisões: um dado referia aumento de 30% da população

rueira dentro do Presídio Central nas quatro semanas que antecederam os jogos. Esperaram demais: o campo agora estava cheio de defensores, criando uma atmosfera artificial na cidade para o que se refere à vida rueira.

Os atendimentos realizados no período da noite foram, então, com a população que permaneceu nas ruas da capital. Um encontro desencontrado. Todos com as demandas de sempre, sem nenhuma excepcionalidade pelo fato da Copa estar acontecendo na cidade. A maioria não fazia ideia dos jogos, tampouco se o Brasil vencera ou perdera. Passaram ao largo das organizações da FIFA, com encontros casuais onde mais desafiou o tumulto do que foi desafiado. Em todo caso, dizem os jornalistas rueiros, os encontros foram prejudicados pois não haviam facilitadores do próprio povo da rua: poucos de fato foram escutados. De todo modo, com o apito final no Maracanã em 13 de julho, as lentes deixaram de focar o mercado da bola, as regras urbanas voltaram a valer e, com efeito, a cidade de Porto Alegre encerrou o olhar de vigília para as violações noturnas da rua.

#### 7.4 Exterminadoras

O banimento das pessoas que não representam um determinado modelo de cidadania, que não se inserem na imagem pregada, é feito de muitas maneiras. No movimento das cidades, o ostracismo grego, o banimento da Idade Média, as segmentações das cidades modernas, as desapropriações e remoções atuais, são contrafluxos da urbe que coexistem em nossos tempos, a favor do fluxo do capital e tudo o que favorece seu bem fazer: o trabalho, pela produtividade; a família e a casa própria, pela docilidade. Esse modelo forçou, desde as técnicas antigas, a imposição do trabalho e, adiante, a imposição da reclusão e do tratamento. Em rota de enquadre, esses sujeitos se tornaram nômades, num *modus* de vida urbano que se acopla aos ângulos deixados pela geometria da cidade, ancorado em relações de perene provisoriedade, desancorando assim que a força lhe tirar, reterritorializando logo ali. Se parecem, numa medida, ao “Desaparecido” cantado por Manu Chao, que “*Cuando llega ya se ha ido, volando vengo, volando voy, deprisa, deprisa a rumbo perdido. Cuando me buscan nunca estoy, Cuando me encuentran yo no soy, El que está enfrente porque ya me fui corriendo más allá*”. Nesse fluxo, entre um ponto e outro, a pergunta constante, como já dissemos, é: até quando?

Em nossos dias, as remoções seguem o constante redesenho da cidade, apertando o rueiro e o vileiro para mais adiante. O plano da Copa do Mundo da FIFA (Federação Internacional de Futebol) 2014 ativou muitos desses recortes, como o da Avenida Tronco (planejado inicialmente no final da década de 1950), o caminho que se alonga do Estádio Beira-Rio até o princípio da zona sul e o aumento do aeroporto. As macrossegmentações denunciam os planos diretores da cidade, mas a higienização do espaço público é feita numa política mais cotidiana e menos planejada, pelas remoções das “aldeias” da rua, das casas e barracos colocados nas praças, parques, calçadas, canteiros. Estas microssegmentações se fazem a qualquer propósito: limpeza das ruas, realização de uma feira, julgamento de um ex-presidente, instalação de *food trucks*, Festa Farroupilha, etc. O motivo enuncia a demanda que estava latente e, oportunamente, a máquina de desapropriação/reintegração (formada pelo DMLU, SMAM, Guarda Municipal e Procuradoria Geral do Município, alimentada por vezes pelos relatórios da FASC e da SMS) age na efetivação da “lei do grito”, muitas vezes sem determinação oficial, arrastando o que tiver pela frente com poderes de polícia. Esse é o extermínio cotidiano, feito de pouco a pouco, destinado às contra-imagens da branquitude, produzindo justamente essa identidade fugidia, marginalizada, destinada a não ter paradeiro.

Como num conto de Chaplin, esse sujeito andarà às rodas com as instituições de controle da cidade, especialmente a cadeia – na relação com o policial – e o hospital – na relação com o médico. Esse esquema opera de maneira sempre renovada, marcando os sujeitos na frente com os insígnias de seus códigos, criando um determinado tipo psicossocial da anticonduta. Ao malandro de nossos dias também se impõe a Bíblia, com a disciplina e a moralidade cristã, atuando através principalmente das comunidades terapêuticas, dos asilos e casas lares. O pastor, personagem já presente na questão que estudamos no mestrado, segue como um agente importante das redes filantrópicas, cada vez mais entranhadas no Estado, se assumindo como mais um discurso do circuito de exclusão. Esse percurso apresenta rotas muitas vezes sem volta, com pontos obscuros, recuperando o efeito manicomial dos hospícios.

Está claro, enfim, especialmente com Jurema Werneck (2016), que há uma intersecção entre os vários códigos de controle da cidade, produzindo em todas as vias uma curva de anormalidade, destinando não apenas políticas intervencionistas, mas também políticas de subjetivação. O genocídio se faz de muitas formas. Nas práticas institucionalizadas do racismo, da misoginia, da aporofobia, na manutenção dos privilegiados e suas políticas.

Mas também, conforme denuncia o povo da rua, no extermínio franco e direto, corporificado em pancadas, pauladas, incendiamentos, tiros, facadas, socos, chutes, enforcamentos, choques e outras variações perversas. Desencarnam, assim, do papel cidadão que essa sociedade lhes atribui, mas não extinguem o personagem do rueiro, que seguirá como um corpo vivo da cidade, sempre em fuga, andarilho, rumo a nunca chegar.

## 7.5 Importadas

O fenômeno dos habitantes da rua, como quisemos indicar ao longo da tese, é comum a quase totalidade das grandes cidades mundiais. Conforme os dados trazidos pela FEANTSA (*Federation of National Organisations working with the Homeless*), os habitantes da rua, assim como na realidade brasileira, só aumentam. Na Inglaterra, por exemplo, houve um crescimento de 30% entre 2014 e 2015<sup>74</sup>, assim como a Dinamarca registra ampliação de 75% entre 2009 e 2017<sup>70</sup>. Tirando algumas experiências, como as de Portugal e Finlândia, este é o cenário. Mas o que se passa nesses países?

Num recorte breve, a Finlândia, cuja notícia de ter erradicado a população de rua foi dada pela gerente da Fundação Y<sup>74</sup>, que disponibiliza mais de 16 mil moradias permanentes para as pessoas em situação de rua (considerando ainda situações de sub-habitações). A defesa é que a transferência direta à habitação é mais barata para o Estado do que a construção de equipamentos de assistência tutelar. O modelo se inspira na política do *Housing First*, lançada nos Estados Unidos pela organização *Pathways* ainda na década de 1990, integrado a outros mecanismos de atuação: Trabalho Comunitário Assertivo (*Assertive Community Treatment: ACT*) e a Gestão de Caso Intensiva (*Intensive Case Management: ICM*). O primeiro, com base no documento organizado pela Secretaria de Direitos Humanos do Brasil em 2013, se destina às “pessoas que apresentam formas mais severas de patologias mentais”; o segundo, “destina-se a usuários que apresentam menores necessidades de suporte” (BRASIL, 2013, p. 123). O acoplamento dessas tecnologias fez do *Housing First* uma medida popular nos Estados Unidos e foi implementada, com variações, em outros países da Europa, como França, Dinamarca e Suécia. Uma das variações é o chamado *Communal Housing First*, que parte do modelo de

---

<sup>70</sup> Dados da FEANTSA e entrevista noticiadas em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39453230>, consultado em 05/10/18.

albergue para residências compartilhadas, propondo também a integração com as ferramentas de reabilitação. Há também o *Housing First Light*, que não traz a exigibilidade de acompanhamento terapêutico. Em todos os casos, não se exige a abstinência do uso de drogas. A combinação desses modelos também está presente em Portugal, com a oferta de moradias definitivas e casas compartilhadas, o Casa-Primeiro, política atuante desde 2009 através da parceria entre o Estado e uma ONG. Como resultado dessa política, foi noticiado<sup>71</sup> pelo Núcleo de Planejamento e Intervenção Sem-Abrigo, a redução de metade dos moradores de rua da capital Lisboa (de 629 para 334) entre 2015 e 2017.

Com base nessas experiências, o modelo foi imaginado também em Porto Alegre a partir de 2017, na gestão de Nelson Marchezan Jr. Justo no momento de menorização da FASC, a condução da política para a população de rua passa para a Secretaria Municipal de Saúde, que traduziu a demanda de “solução”, sempre feita pelos gestores, em estratégias de intervenção “científicas”, “baseada em evidências”. Com pouca previsão de adaptações, o Moradia Primeiro integrou o Plano Municipal de Superação da Situação de Rua (o terceiro plano lançado na cidade para a população de rua em sete anos). Nele estava previsto um encadeamento de ações: a qualificação da abordagem pela “Gestão do Caso”, integrando as políticas de Saúde e Assistência Social ao Ministério Público; ampliação da rede de saúde mental, com a previsão de novos CAPS AD, Serviços Residenciais Terapêuticos e Unidades de Acolhimento; ofertas de capacitação e trabalho; passagens para os sujeitos que possuam melhores ancoragem longe de Porto Alegre; além de um trabalho de revitalização dos espaços públicos, que, a rigor, se fez, como no caso do Viaduto da Otávio Rocha, pela ocupação dos *food trucks* – certamente integrado à máquina de limpeza e remoção. Em resumo, pensava o plano<sup>72</sup>:

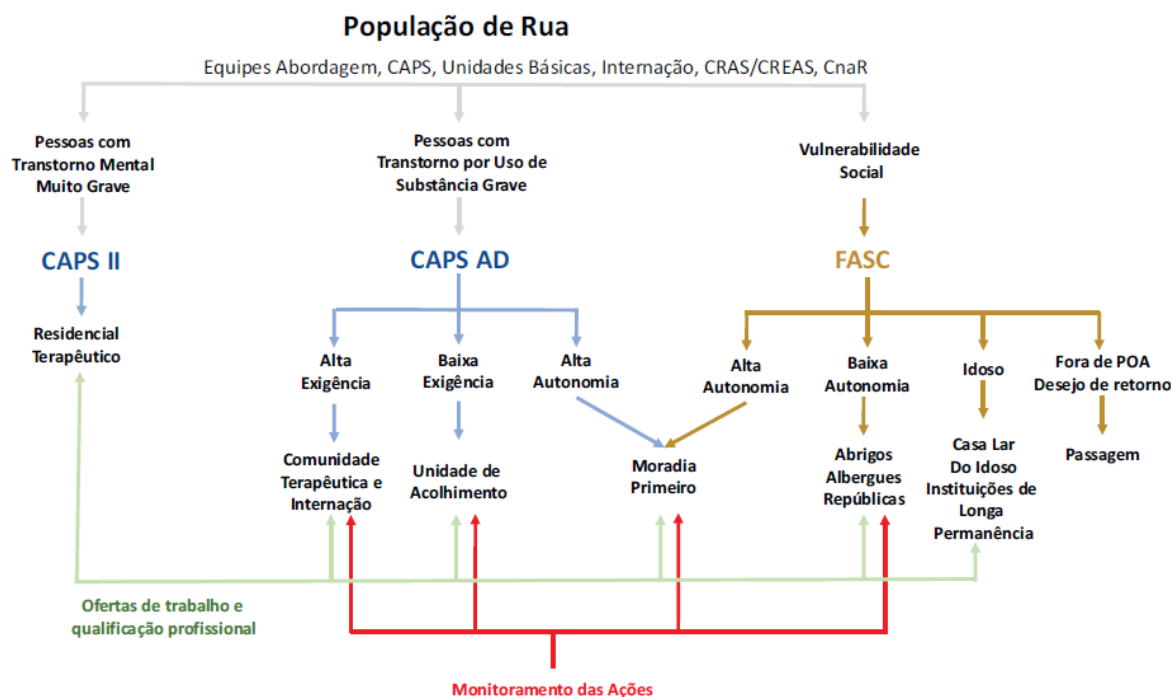
---

<sup>71</sup>Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/lisboa-reduz-pela-metade-numero-de-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>72</sup> Disponível em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/poprua18.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/poprua18.pdf). Acesso em: 05 out. 2018.



Imagem 12: Plano de Superação



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Acesso em: 05 out. 2018.

Com esperança na teoria importada, o prefeito afirmou no lançamento do plano, em maio de 2018<sup>73</sup>: “nós acreditamos que estamos criando um caminho, com início, meio e fim. Um projeto real, para ajudar as pessoas”. Na prática, o fluxo do Moradia Primeiro passou pelas normativas do DEMHAB, repetindo de alguma maneira os problemas do “Aluguel Social”: falta de proprietários habilitados para receber a população de rua (seja pela falta de sensibilização para esse público, seja pela falta de documentação de posse da moradia), provisoriedade do recurso (seis meses, prorrogável por mais seis); valor oferecido como aluguel (R\$ 500<sup>74</sup>, sendo encontrados, nesses valores, locais pouco salubres, com poucos recursos territoriais, ou sem regularização documental). É quando a Finlândia vira o Morro da Cruz, quando o Canadá se torna a Restinga e a moradia se faz, primeiro, nas abas das lojas, nas marquises, nos parques, nas beiras dos rios, nos Chapéus do Sol.

<sup>73</sup> Conforme noticiou o site da FASC: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_noticia=999196120&prefeitura+apresenta+plano+de+superacao+da+situacao+de+rua](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=999196120&prefeitura+apresenta+plano+de+superacao+da+situacao+de+rua). Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>74</sup> Equivalente a aproximados U\$ 137, conforme cotação do dólar no Brasil em maio de 2018.

## 7.6 Do Desencontro

As políticas públicas brasileiras põem na demanda cotidiana da rua uma vida cidadã, garantida em direitos, que se compõe num itinerário tecnocrata, em rede, marcando o transeunte desses fluxos como um “usuário” do sistema. O movimento de enquadre não está, portanto, apenas no profissional: está na cidade organizada civilmente e politicamente, está no desejo humanista de “recuperar”, “criar novas vidas”, de, enfim, “extrair” a vida rueira de dentro das pessoas.

Como exemplo de como os jogos de enquadre são propostos, correm frequentemente discussões na mídia buscando “encontrar soluções” – como de costume – para o “problema” da rua. Uma das grandes surpresas é o fato dos sujeitos não aceitarem ir para albergues ou abrigos das cidades, apresentando notícias da ociosidade de algumas vagas nos serviços. As regras, rotinas, são as justificativas: “não querem se adaptar”. “Ele sai da rua, mas a rua não sai dele”. São jargões que deixam claro a verticalidade da proposta de relação, sendo a relação em si algo disforme, incompreensível: não cabe na manchete.

Michel de Certeau (1982), acerca da função colonizadora do pesquisador, identifica um enquadre histórico que tenta produzir no “nativo” uma moral de conduta. Essa imposição provoca a desrealização de seu discurso habitual, produzindo, como no encontro com o exorcista ou com o médico, a assunção das palavras certas a serem ditas sobre si mesmo. Como apontam Ondina Leal e José dos Anjos (1999), conduz a uma cidadania construída em torno de algo “culturalmente adequado” e de “politicamente correto”, onde a intervenção está comprometida com uma dimensão estética, com intervenções junto à pobreza urbana e, na mesma medida, com ações organizadas pelos movimentos de defesa das minorias. O morador de rua, posto assim, é objeto de uma narrativa que distorce a fala nativa e, mais do que isso, de um discurso que produz identidade. No caso das políticas públicas, conforme seu objetivo de construir novos planos de vida, não seria esse o apagamento proposto?

A difusão de sentidos políticos atravessa o trabalho na rua com arranjos mais ou menos controladores, libertários ou opressores. Iacã Macerata (2010), a propósito do estudo sobre a abordagem social realizada pelo Ação Rua, afirma que entre a Ação e a Rua, cabem muitas posições: “ante”, “sobre/contra”, “com/pela/na”, “da” e “pós”. O autor entende que essas possibilidades emergem ou não de acordo com o chão do acontecimento, cabendo ao interventor ter a crítica dessas virtualidades. Utilizando a sua definição, a política rueira estaria posicionada

“com/pela/na” rua, com movimentos “da” rua organizados com pautas de disputa, com movimentos “pós” rua, localizada dentro dos aparatos de gestão.

A tese é que, sendo a política pública, cria arranjos entre a política da vida rueira e a política de Estado, assumindo ambos os lados como descontínuos. Nesse caso, pode-se depreender que tal tese representaria no cenário em questão alguns deslocamentos: 1) que o usuário de um serviço público não seja usado por ele, invertendo a lógica vertical de cuidado para uma relacional, aberta a escolhas; 2) que o profissional possa suspender os conceitos das políticas de Estado e Governo, de modo a validar os conceitos comunitários, próprios da vida rueira; 3) que o pesquisador busque simetrias dentro do jogo posto, novas posições, outros ângulos sobre o encontro, desnaturalizando os termos “população”, “situação de rua” e, não obstante, as “políticas públicas”.

Sem guias, porém, os deslocamentos só podem ser produzidos em ato, nas cenas que se apresentam, buscando ajustar, no último movimento, um percurso singular, sempre atualizando os rumos e planos.

### **Encruzilhadas**

Dari caminhava com dificuldade depois de uma cochilada em um matagal perto da Praça Potti. Fazia três dias que não comia nada, apenas bebia cachaça e vinho com os amigos de rua. Ao chegar na encruzilhada que se formava pelas ruas Afonso Arinos e Dr. Barcelos, viu o movimento de um animal vivo sobre um despacho religioso. Aproximando, percebeu que havia ali uma barrigudinha – garrafa pequena de cachaça –, frutas e uma galinha com as asas quebradas. Ficou com dó da ave, colocou-a no colo. Tentou mexer nas asas, mas a ferida era irrecuperável. Com certa tristeza, Dari encheu a barriga num sorvo só com o líquido que havia na barrigudinha. Chegou nos bancos da praça, onde os amigos já estavam enturmados com a galinha nos braços. Chorava. Olha o bichinho, que maldade que fizeram, não vai viver! Cacaca, em consolo e resolutividade, disse: ela já cumpriu seu papel no trabalho que fizeram, o melhor que podemos fazer agora é dar um fim nela e providenciar um papazinho para nós. Dari chorava mais, apertava a ave e beijava o bico como se fosse boca, dizendo que ia cuidar dela e que ninguém mais ia lhe machucar.

Nesse momento a Kombi da Assistência Social alcança a cena. Do veículo branco descem três pessoas em coletes verdes. Dari nos conhecia. Estava emocionado pelo reencontro e pela morte vindoura da amiga. De um lado, pulava em nossos pescoços com beijos que dividia com a galinha, alegre e saltitante; de outro, chorava e dizia não aguentar mais a rua: quero ir para um abrigo, disse resolutivo. Botamos o questionamento na resolução, visto que já havia ido noutra feita a uma instituição de acolhimento e teve pouca aderência. De fato, afirmou com olhos saltados, é uma decisão.

Como primeira escala, tal se faz há mais de um século na cidade, buscamos uma internação hospitalar, de modo que pudesse desintoxicar do uso abusivo do álcool e retomar a alimentação. Depois de ter cantado na Kombi ao longo do trajeto, chegou no Postão da Cruzeiro ainda bêbado. Fez logo amizade com outras pessoas pacientes em aguardar o atendimento e, no manguieio, angariou um saco de amendoim salgado. Sem comer há dias, cinco grãos foram suficientes para causar um apagão no corpo, Dari desmaiou como uma folha que cai, dando voltas. O episódio acabou por acelerar a consulta. Depois de uma avaliação foi para o Hospital Vila Nova, onde ficou 21 dias. No meio desse tempo, fomos visitá-lo. Estava com um aspecto mais saudável, referindo bom tratamento no local e que estava gostando de um grupo feito pelas manhãs. Perguntamos sobre o abrigo, confirmou a intenção.

Depois da avaliação do Núcleo de Acolhimento, Dari foi para o Abrigo Marlene. Ficou no local por cerca de um ano. Nesse tempo, manteve tratamento no CAPS AD Vila Nova, ingressou num benefício eventual da prefeitura, com o qual guardou dinheiro para construir uma peça na casa do pai, no bairro Cristal. Como parte do acompanhamento, visitamos a casa, falamos com o pai – um índio que já beirava os noventa anos – que concedeu parte do terreno. O material foi se acumulando no pátio até a saída de Dari do abrigo, que quis deixar a instituição justamente para poder construir a casa: o boi só engorda com os olhos do dono, disse com sabedoria.

A casa nunca saiu, pois logo conseguiu trabalho como zelador de uma casa grande do bairro, de posse de um conhecido que havia se mudado. Vivo numa mansão, falava com orgulho, nos recebendo na frente da casa em algumas oportunidades. Ali retomou o uso da cerveja num modo que dizia ser social: pelo menos pra mim, brincava. Contando com sua experiência de rua, incluímos Dari no projeto dos Facilitadores Sociais, que contratava

pessoas da rua para contribuir no trabalho da Abordagem Social dos CREAS. O campo seria em dois turnos na semana, Dari adorou a ideia: vou ser professor dos morador de rua! Chegou a frequentar a praça em uma oportunidade a propósito da função de facilitador.

Dois meses depois, todavia, como mais uma das lutas da vida, passou a conviver com um tumor de estômago, razão pela qual passou bastante tempo no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Quando pôde, ao retornar para casa com sua bolsa de colostomia, voltou a frequentar a praça. Conforme disseram os amigos, bancava a cachaça pra todo mundo, pagava comida, até tomava uma cervejinha. Nós nunca mais o vimos na praça.

## 7.7 A Ruaologia

Imagem 13: Deixe-me ir.



Fonte: Banksy (2009)

Carlos Henrique Rosa da Silva, habitante da rua, facilitador social<sup>75</sup> da FASC no ano de 2016, frente a um grupo de especialistas, doutores e gestores de Porto Alegre e de Rio Branco do Acre<sup>76</sup>, depois das apresentações dos nomes e títulos, conforme ele mesmo conta no *Jornal Boca de Rua* (PEQUENO..., 2018), inventou o curso: “Eu também sou Doutor. Sou Doutor em *ruaologia*” (p.4). No dia, lembro de ele ter feito os fundamentos dessa ciência. Lembro que nós, técnicos, não falamos nada além do próprio título. Já Carlos e outros facilitadores presentes discorreram sobre a conhecimento da rua, enunciando, por tabela, o desencontro com os saberes técnicos e acadêmicos.

Quem vive na rua sabe a dimensão da cidadania negada, da desproteção em todos os âmbitos, habitando o concreto da cidade no limite da pertença. Tamanha é a crueza dessa condição, que há saberes que só podem ser enunciados por quem já viveu no corpo o frio de uma noite, o medo constante da violência, o barato de dias a fio a craquear o tempo. Sem pretensão, portanto, aqui, de falar sobre esse conhecimento.

Talvez a primeira aula de ruaologia precisasse ser sobre a temporalidade da rua, algo que se transparece muito claramente nos túneis de Nova York ou de São Paulo, onde há um contato mínimo com a cidade, descompassado dos ritmos praticados como norma, dos modos de repartir o dia, apartados do calendário e das horas. De muitas maneiras, o tempo da rua é outro. Ou melhor, o tempo da rua é um, assim como são diferentes os tempos do domiciliado, do trabalhador. Não há, nessa análise, uma temporalidade única ou padrão. Daniel Munduruku, descendente de índios mundurucus, nos ajudará a quebrar o tempo da cidade:

Sempre que eu vinha da cidade para Aldeia, chegava muito agitado, confuso, inquieto. O velho ficava observando meus movimentos de forma muito discreta, não deixando que eu percebesse que ele acompanhava meus modos. Num determinado momento, convidou-me para tomar banho no Igarapé que corria perto da Aldeia. Fui sem atentar em nada que fosse anormal no comportamento do velho. Ao chegar ao rio, pedi que eu fosse até uma pequena queda d'água, sentasse numa pedra e observasse todos os movimentos que o rio fazia. Não tinha a menor ideia do que pretendia. Enquanto permaneci ali, ele não se moveu do lugar. Acorrou-se na parte baixa do Rio e jogou água sobre seu corpo com as mãos em concha. Vez por outra olhava para mim e apontava para água como se dissesse que eu também devia olhar para ela. Passaram-se muitas horas. No final, em vez de estar cansado por ter ficado

<sup>75</sup> Função inaugurada no Plano Municipal de Enfrentamento da Situação de Rua de 2011, que trabalhava como facilitador na relação com a população de rua, recebendo uma bolsa mensal por três turnos de trabalho semanal em serviços da FASC.

<sup>76</sup> A comitiva que veio do norte brasileiro visitava Porto Alegre por lhe terem dito que a cidade tinha políticas avançadas para a População de Rua, talvez alguma notícia dos anos 1990.

tanto tempo numa posição pouco cômoda, sentia uma estranha paz percorrer meu corpo. Então, meu avô levantou-se e chamou-me, dizendo: “Hoje você aprendeu algo novo. Nunca se deixe levar pelo barulho interior. A gente tem que ser como o rio. Não há empecilho no mundo que o faça sair do seu percurso. Ele caminha lenta mas constantemente. Ninguém consegue apressar o rio. Nunca ninguém vai dizer ao rio que ele deve andar rápido ou parar. Nunca apresse o rio interior. A natureza tem um tempo, e nós devemos seguir o mesmo tempo dela”. (MUNDURUKU, 2009, p. 5)

O rio da rua não anda em correnteza. Ele altera seus fluxos a todo momento, modifica seus afluentes e desagues. Na cidade, o barulho exterior é tal que o interior busca descompasso. A relação com o tempo, nesse ritmo, é de esquecimento, embora todo saber esteja guardado, expresso em cada movimento.

A rua é uma escola, diz o dicionário da rualogia (PEQUENO...2018). Os professores são as pessoas que conhece as leis da rua, que têm as “manhas” de como acessar os serviços, os mangueios, as formas de procurar ajuda, de se proteger, etc. Os tempos, no entanto, advertem os autores, são de maior individualidade. Há os que compartilham seus alimentos, suas roupas, numa rede de solidariedade, mas dizem que esses laços estão cada vez mais raros: são chamados de “velha escola”. Na desafetação humana, surgem os animais como companheiros de vida. O “mascote” é descrito como um protetor do dono, que, por sua vez, retribui o cuidado. São muitos os relatos de vínculo com cachorros e gatos, como noticia o Boca de Rua, e que também pudemos notar no campo da Abordagem Social. O mesmo modo de relação dos habitantes da rua com os animais é percebido em outros cantos do planeta, como consta no jornal *Street Sheet*, de São Francisco nos Estados Unidos, também feito por moradores da rua ou *the homeless*. Na edição de setembro de 2016, o fotógrafo Robert Welsh relatou que na sugestão de tirar uma foto eles faziam questão de estar com seus cachorros: “seus amados pets são tudo o que possuem” (ROBERT..., 2016, p. 4). Em Porto Alegre, o Beethoven, cachorro de Sombra, também figura na edição 66 do Boca de Rua (PEQUENO..., 2018): havia sido entregue a ele para ser sacrificado quando pequeno, mas depois de quatorze anos ainda vive ao seu lado e o acompanha na foto de crachá de jornalista. A afetividade com os animais também relatada no documentário “*Dark Days*” nos túneis nova yorkinos, humanizando ratos, gatos e cachorros (DARK..., 2000).

Há, sobretudo, como sabedoria da rua, um jogo de visibilidade e invisibilidade com a cidade. A ocupação do espaço é feita em pontos de reconhecimento medidos, que se acoplam às paisagens de modo estratégico. Esse saber é cartográfico na medida em que regula um

determinado perímetro de contato e sua temporalidade. Diz Danichi Mizoguchi (2009), ao evocar a vida na cidade, que estamos falando das possibilidades de existência de uma vida não biológica ou de uma vitalidade não-orgânica: “plano comum e impessoal de imanência, habitat de todos os corpos” (p. 57). Plano onde as vidas que negociam o habitar da rua, em contraponto às leis do privatismo, das grades, lidando cotidianamente com uma “segmentarização essencialmente fina, disseminada pela cidade tal qual um câncer que mina silencioso o organismo, espalhando as grades e as evitações as mais ínfimas atitudes” (p. 67). A estratégia de habitar a rua pode variar em recuos ou avanços, mas será sempre de luta em face às segmentações da cidade. A essa altura, nas grandes cidades do país e do mundo, os sábios da rua perguntam à cidade, como em San Francisco: *how long do we have to struggle?*<sup>77</sup> Sem descanso, sabem que esse “quando” não terá fim.

## EPÍLOGO

A amplitude da vida na rua no mundo e sua semelhança nos modos de viver, afirma o rueiro como um personagem que transpassa a geografia das cidades, globalizado na relação com o capital e o fenômeno urbano. No mundo de nossos dias, cada vez mais pessoas apresentam esse compasso descompassado com a cidade, do Japão à Colômbia, da Suécia à África do Sul. Habitam a rua com intenções domésticas, tornando públicas as questões que oprimem a cidade: preenchem os vazios urbanos, denunciando, na própria naturalidade com que se adaptam à vida rueira, a temporalidade imposta pelo capital e pelas metrópoles.

Ainda que tenhamos assumido a cegueira como ferramenta de pesquisa, no que tange às políticas de governo e de Estado, caberá seguir precavido sobre as diversas maneiras de modular a discussão sobre os habitantes da rua. Entre o duro e o volátil, entre a norma e o caos, as perguntas sobre o objeto não encontraram respostas audíveis. Enfim, mais que um roteiro, o plano de pesquisa se afirma na estratégia de poluir as políticas públicas com os cheiros da rua, com as intervenções inventadas no cenário da rua, com o afeto e a proteção produzida pela própria cidade na suposta opacidade da rua. Seja na afirmação das redes rueiras, seja na sensibilização das equipes acerca do olhar sobre os habitantes da rua, o objetivo finda o mesmo:

---

<sup>77</sup> No cartum “Question to the city” de Robert Chambers, publicado no jornal *Street Sheet* (QUESTION..., 2016, p. 5). Traduzindo: até quando teremos que lutar?



desnaturalizar os planos que formam a vida rueira, estranhá-los, recompô-los, de modo que se possa suspender os nomes dados para a vida na rua e as políticas que pretendem solucioná-la.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEUS Aldeia. **Jornal Boca de Rua**, nº 66, Porto Alegre, abr., mai., jun., 2018. P. 2-3.

AHLERT, Betina. **Cidade do estranhamento**: remoções involuntárias no espaço urbano. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

AINHOREN, Maira; CUNDA, Mateus Freitas. **Os códigos e as internações infanto-juvenis no Hospital Psiquiátrico São Pedro dos anos de 1940 a 1960**. Projeto de pesquisa “As patologias nos modos de ser criança e adolescente”, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. No prelo.

ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONG’s. Em: **Cadernos ABONG** (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), nº 27, São Paulo, Editora Autores Associados, maio/2000, pp 3-28.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Therezinha Monteiro Deutsch e Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ASCOMCA. **Associação Comunitária Cristã de Auxílio aos Carentes do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 15 jun. 2010. Disponível em: <http://ascomcaassociacao.blogspot.com/2010/06/associacao-comunitaria-crista-de.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

ASSISTÊNCIA Social está abandonada. **Jornal Boca de Rua**, nº 63, Porto Alegre, abr., mai., jun., 2017. P. 11. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/2017/05/29/numero-63/#more-249>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ASSISTÊNCIA só piorou. **Jornal Boca de Rua**, nº 65, Porto Alegre, out., nov., dez, 2017. P. 5-6.

AULA sobre moradia no #Ocupa Demhab – Parte 1. **A Voz do Morro**, 15 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g2eNg4wee0A>. Acesso em: 30 set. 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A CIA e a técnica do golpe de Estado. Em: VALLE, Maria Ribeiro (org.). 1964-2014: **Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014

BARCELOS, Artur H.F. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. Em: **Revista Complutense de História de América**, 2000, 26: 93-116.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Brasília, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Terceiro Censo de População em situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte**. PBH/Centro Regional de Referência em Drogas/UFMG, 2014.

BIBLIA. **Epístola de Apóstolo Paulo aos Gálatas**. A Bíblia sagrada contendo o velho e novo testamentos. Salt Lake City, Utah, Estados Unidos. A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 2015. Disponível em: [https://www.lds.org/bc/content/shared/content/portuguese/pdf/language-materials/83800\\_por.pdf](https://www.lds.org/bc/content/shared/content/portuguese/pdf/language-materials/83800_por.pdf). Acesso em 22/05/2019.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007.

BOQUINHA: Alice no espelho. **Jornal Boca de Rua**, nº 58, Porto Alegre, jan., fev., mar., 2016. Sessão Boquinha, p. 5-6. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/2016/03/04/numero-58/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-lei 3.688**, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/10/1941, Página 19696 (Publicação Original)

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 set. 1990.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 8.213**, 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 jul. 1991.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.216**, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09 abr. 2001 (a).

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 10 jul. 2001 (b).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria G/MS nº 336**, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de

porte/complexidade e abrangência populacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 fev. 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social**. Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**: relatório. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social; Conferência Nacional de Assistência Social, VII. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais** – Resolução nº 109 de 2009(a).

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Decreto Nº 7053** de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2009(b).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009(c).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Consultório de Rua do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010(a).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: balanço e desafios**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010(b).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de

Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011(a).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: 2011(b).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população de rua no Brasil e na Europa**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: Brasília: SDH, 2013.

CACCIA-BACA, Sílvio. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. Em: **Cadernos ABONG** (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), nº 27, São Paulo, Editora Autores Associados, maio/2000, pp 41-86.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). **Revista de História**, Universidade de São Paulo, n.177, a01717, 2018.

CAMPOS, Richard de; CAMPOS, Edson de; SILVA, Carlos Henrique da; STRAUBICHEN, José Luiz; PORTUGUEZ, Alexandre; GOMES, Cícero Adão; MACHADO, Veridiana Farias; VIEIRA, Margarete. **“A luta é constante”: do Movimento Aquarela da População de Rua ao Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul**. Em: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. (organizadores). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. PP 183-197. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

CARTA da Ocupa Aldeia Zumbi dos Palmares à comunidade de Porto Alegre. **Jornal Boca de Rua**, nº 67, Porto Alegre, abr., mai., jun, 2018. P.11.

CARVALHO, Maria Avelina. **“Tô vivu”, histórias dos meninos de rua**. 2ª ed. - Goiânia: Cegral/UFG, 1991

CARVALHO, José Murilo de. O encobrimento do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 1999. P. 3.

CASTEL, Robert. **Gestão dos Riscos: Da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1987.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión Urbana**. 15ª edição. Cidade do México: Siglo veintiuno editores, 2014.

CATANI, Afrânio Mendes. Resenha Bibliográfica (Fernandes, Florestan. A ditadura em questão). **Revista de Administração de Empresas**, vol.22, no.3, São Paulo, Jul/Set. 1982.

CEBRID. Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas. **II Levantamento Domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo 108 maiores cidades do país: 2005. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo, 2006.

---

\_\_\_\_\_. **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras - 2010**. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo; SENAD, 2010.

CEPAL.III Conferência do Episcopado Latino-Americano, Puebla de Los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979. **Documento de Puebla**, conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Edições Paulinas, 1979.

CERTAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CESAR, Tiago da Silva. A (in)salubridade do cárcere e outras causa mortis na Casa de Correção de Porto Alegre, 1855-1888. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.829-848.

CHILE. Ministério de Desarrollo Social. **En Chile Todos Contamos - Segundo Censo Nacional de Personas en Situación de Calle**. MDS, 2012.

CIULLA, Luiz Pinto. **Um ensaio da classificação de doenças mentais**. Seção de Estatística do Hospital Psiquiátrico São Pedro, Porto Alegre, 22 abr. 1962.

CMAS. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre. **Ata nº 025/2015**, de 23 de novembro de 2015.

COMASSETO, Marcela Obst. **Saúde bucal da população adulta em situação de rua: ampliando o olhar**. Dissertação (Mestrado em Odontologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COMIM, Daniela Oliveira. **Planejando ou vendendo a cidade**: gestão urbana no caso do bairro Cristal, em Porto Alegre. Monografia, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, Jurandir. Freire. **História da Psiquiatria no Brasil – um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

COSTA, Luis Artur. **Brutas cidades sutis**: o espaço tempo da diferença na contemporaneidade.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

COUTO, Berenice Rojas; PRATES, Jane Cruz; MENDES, Jussara Maria Rosa; ANDRADE, Iraci de; MARTINELLI, Tiago; SILVA, Marta Borba. A implantação e implementação do SUAS no Paraná e no Rio Grande do Sul: um movimento em processo. Em: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA-E-SILVA, Maria Ozanira; RAICHELIS, Raquel (org.). **O sistema único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero. Em: **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004

CUNHA, João Paulo Pinto da; CUNHA, Rosani Evangelista da. Sistema Único de Saúde: Princípios. Em: BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão municipal de saúde: textos básicos**. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde, 2001. p. 285-319.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero Feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do Século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, nº 18, pp 121-144, ago. 1989/set. 1989.

CUNDA, Mateus Freitas. Tramas empedradas de uma psicopatologia juvenil. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CUTI (Luiz Silva). **Quem tem medo da palavra negro**. Revista Matriz, 2010, editada pelo Grupo Caixa Preta. Disponível em: [http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro\\_cuti.pdf](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf)

DAMASCENO, Marcelo Oliveira. **Entre ruínas e resistências: (r)emoções em porto alegre de 2013 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DE SOUZA, Fabiano Farias. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **AEDOS**, Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho, 2011.

DE SOUZA, Ney. Disputas e tensões entre a instituição católica em São Paulo e a ditadura militar. Em: **Franciscanum** 166, Vol. LVIII (2016): 375-405.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **O que é filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIRETOR de clínica é preso. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (site), 09 mai. 2008. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/criminal/14127>. Acesso em: 30 set. 2018.

DONAS Sem Casa. **Jornal Boca de Rua**, nº 59, Porto Alegre, abr., mai., jun., 2016. P. 1-4. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/2016/05/05/numero-59/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DONZELOT, Jacques. **La invención de lo social, ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas - 1ª Ed.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. **O governo Vargas e as primeiras tentativas do estado na provisão de habitação popular**. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013.

ELIAS, Gabriel Santos; FILHO, João Telésforo Medeiros. **A luta pelo passe livre sob a perspectiva do direito à cidade no distrito federal**. VI ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP Direitos Humanos, Cidades e Desenvolvimento. Brasília, DF, 16 a 18 de setembro de 2010.

SCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 208 p.

FATURI, Fábio Rosa. **O posto de psicopatas de Porto Alegre (1928-1938)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FEANTSA. European Federation of National Organizations Working with the Homeless. **On the Way Home?** FEANTSA Monitoring Report on Homelessness and Homeless Policies in Europe, 2012.

FERNANDES, Florestan. Os Desenraizados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 1986.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados**. Revista Direitos Humanos, nº 8, Brasília, 2012.

FINKLER, Lirene. **Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FINKLER, Lirene; CUNDA, Mateus Freitas; DE DEUS, Cléber Cândido. Um olhar sobre o



acolhimento institucional a população em situação de rua em Porto Alegre. Em: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. (organizadores). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. PP 169-182. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Censo Pop Rua**. FIPE/Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2015.

FONTANIVE, Ana Letícia; OLIVEIRA, Aline Sardin Padilla; SANTOS, Charline Pereira Santos; SANTOS, Daiana; BIANCHI, Daniela; CANABARRO, Daniela; SOARES, Daniela; SANTOS, Diogo; OLIVEIRA JUNIOR, Fernando; SILVEIRA, Giane; OLIVEIRA, Jorge Gomes; ASSUNCAO, Kizzy; FINKLER, Lirene; CARMO, Lisiane do; CABRAL, Marcos Borges; RIBEIRO, Maria Dorneles Araújo; CUNDA, Mateus Freitas; PEREIRA, Milena Cassal; GONCALVES, Pablo; GOMES, Roberta da Silva; VIEIRA, Saulo. A experiência da ação na rua: da abordagem ao encontro. Em: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. (organizadores). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. PP 143-156. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. Em: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica - Para além do estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura** - 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006(a).

\_\_\_\_\_. **O Poder Psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006(b).

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008(a).

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008(b).

\_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008(c).

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

\_\_\_\_\_. **Santa Casa 200 anos: caridade e ciência**. Porto Alegre: Editora da ISCMPA, 2003.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papyrus, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua: Uma abordagem crítica - Alternativas de atendimento aos meninos de rua**. Bogotá: Editorial Gente Nueva/UNICEF, 1989.

FROTA, Haydée da Cunha; DUQUE BRASIL, Flávia de Paula. **Fórum de População de Rua de Belo Horizonte** – a Criação de uma Política Pública de Forma Participativa e Deliberativa. Em: XXXVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro/RJ, 7 a 11 de setembro de 2013.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil. Quem são?** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao#>. Acesso em: 29 de set. 2018.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia:1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIL, José. **O imperceptível devir da imanência: sobre a filosofia de Deleuze**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2008.

GODOY, Jacintho. **Psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edição do Autor, 1955.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 3ª Ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

GUENA, Márcia. Operação Condor. **Revista do Memorial da América Latina**, Nº30, Ano 2008, 60-65.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. Em: **Revista Psicologia & Sociedade**, 27(2), 256-266, 2015.

GULLAR, Ferreira. **Poema sujo - um fragmento: velocidades**. Buenos Aires, mai/out. 1975. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/gula02.html>. Acesso em 29 set. 2018.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HEREDIA, Isidro; FARIA, Tasso Vieira de. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Em: FRANCO, Álvaro e RAMOS, Senhorinha Maria (org.). **Panteão Médico Riograndense**. Síntese cultural e histórica. Progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: Ramos, Franco editores, 1943.

HORA GÓIS, João Bosco. **Questão social e proteção social**. Rio de Janeiro: Imo's Gráfica e Editora, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. Gerência do Cadastro Central de Empresas. **As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 2012.

INSEE. Institut National de la statistique et des études économiques. **L'hébergement des sans-domicile en 2012**. INSEE Premiere, nº 1455 – Juillet, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 8-19

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

LEAL, Ondina e DOS ANJOS, José Carlos Gomes. “Cidadania de quem? Possibilidades e limites da Antropologia.”. Em: **Revista Horizontes Antropológicos**, Nº 10, Diversidade cultural e cidadania, Porto Alegre, EDUFRGS, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma história de três dimensões. Em: FINKELMAN, Jacobo (org.). **Caminhos da Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

LUPPI, Carlos Alberto. **Malditos Frutos do Nosso Ventre**. São Paulo: Ícone Editora, 1995.

LUTO e Luta. **Jornal Boca de Rua**, nº 63, Porto Alegre, 29 mai. 2017. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/2017/05/29/numero-63/#more-249>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MACERATA Iacã. **Como bruxos maneando ferozes: relações de cuidado e controle no fio da navalha: análise de um dispositivo da política pública para crianças e adolescentes em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense; 2010.

\_\_\_\_\_. **Traços de uma clínica de território**: intervenção clínico-política na atenção básica com a rua. Tese (Doutorado em Psicologia) – Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense; 2015.

MACEDO, Francisco Riopardense. **Os menores abandonados e Padre Cacique de Barros**. Porto Alegre: Estado do Rio Grande do Sul - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1982.

\_\_\_\_\_. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACHADO, Simone Araújo. **O processo de rualização e o sistema único de assistência social/Suas: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MANDALOZZO, Silvana; GUNTHER, Luís Eduardo. **Proteção Trabalhista no Brasil**. Em: SILVA, Lenir Aparecida; MANDALOZZO, Silvana; MENDES, Jussara Maria Rosa Mendes (org.). **Trabalho e Proteção Social**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2014.

MATHEMA, Silva. **Gentrification: Um exame atualizado da literatura**. Em: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, nº38: pp 87-97. Niterói: Editora da UFF, 2015.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Marcus Mazzari. São Paulo: Hedra, 2010.

MAURER, Janaína Piovezan. **Comunidades Terapêuticas: Políticas de Drogas e as Violações de Direitos Humanos**. Monografia (Curso de Bacharel em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MELO, Adriana Zawada. **Histórico da proteção social no Brasil republicano**. Revista Mestrado em Direito. Osasco, n.1, 2010.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes (2011). **A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MINHA Rua, Minha Casa. Nós Ocupamos! **Jornal Boca de Rua**, nº 61, Porto Alegre, out., nov., dez., 2016. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/2016/09/29/numero-61/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Segmentariedades**: passagens do Leme ao Pontal. São Paulo: Plêiade, 2009.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Tradução de Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; MENDONÇA FILHO, Manoel. Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é Necessariamente Público? **Revista Psicologia & Sociedade**, 18 (2): maio/agosto de 2006.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **Conhecer para Lutar – Cartilha para formação política**. MNPR: Outubro de 2010.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**. São Paulo: Global Editora, 2009

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiróz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, 9, 1/2009, 98-109.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

NEVES, Delam Pessanha. Apresentação. Em: Dossiê: Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua). **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 9-35, 2. Sem., 2010(a).

\_\_\_\_\_. Habitantes da rua e vicissitudes do trabalho livre. Em: Dossiê: Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua). **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 99-130, 2. Sem., 2010(b).

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Educação Social de Rua. Em: MORAIS, Normanda Araújo; NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. **Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 435-464

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. **O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas**: o Programa Pecuário e a

Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Vol. 5 Nº 10, Dezembro de 2013

NUNES, Sandra; SCHVARSTZHaupt, Jozélia. **Políticas da rua na década de 1990 em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2018. Entrevistador: Mateus Freitas Cunda em 19 set. 2018.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade**. Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica da reforma psiquiátrica. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2007.

PALOMBINI, Analice de Lima; OLIVEIRA, Rafael Wolski. Andanças: artes de habitar uma cidade. Em: Luis Antônio Baptista; Marcelo Santana Ferreira. (Org.). **Por que a cidade?** Escritos sobre experiência urbana e subjetividade. 1ed. Niterói: UFF, 2012, p. 83-103.

PASSETTI, Edson. O carcereiro que há em nós. Em: OLIVEIRA, Rafael W.; REIS, Carolina; XIMENDES, Alexandra M. C. (org.) **Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2013.

PEQUENO dicionário de Ruaologia. **Jornal Boca de Rua**, nº 66, Porto Alegre, abr., mai., jun., 2018. P. 4-6.

PERMANÊNCIA. **Suma Teológica de São Tomás de Aquino**, IIa IIae parte, questão 32. Tradução de Alexandre Correia. Disponível em: <https://permanencia.org.br/drupal/node/4907>. Acesso em: 29 set. 2018.

PESAVENTO, Sandra. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1888-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(12):4579-4589, 2011.

PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt. **No olho da Rua: o serviço de atendimento social de Rua em Porto Alegre. Abordagem social de rua na sociedade contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

POR QUE não podemos ser mães? **Jornal Boca de Rua**, nº 65, Porto Alegre, out., nov., dez, 2017. P. 1-3.

PORTO, Janice Regina Rangel. **Violência contra a mulher: expectativas de um acolhimento**

**humanizado.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PORTO ALEGRE. **Lei Nº 2.902**, de 30 de dezembro de 1965. Fixa diretrizes para a política habitacional no município, reestrutura, sob a denominação de Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), o Departamento Municipal da Casa Popular e da outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, 31 de dezembro de 1965.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 4.308**, de 13 de julho de 1977. Autoriza o município a instituir uma fundação destinada a promover e desenvolver a educação social, comunitária e administrar os centros de comunidade e esportivos e equipamentos similares e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, 19 de julho de 1977.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.787**, de 11 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município, e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, 14 de janeiro de 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 7.414**, de 14 de abril de 1994. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4308, de 13 de julho de 1977, que autorizou o Município a instituir a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), altera denominação e atribuições da Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social (SMSSS) instituída pela Lei nº 2662 de 18 de dezembro de 1963 e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, 18 de abril de 1994.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar Nº 434**, de 01 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no município de porto alegre, institui o plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de porto alegre e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, 24 de dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.509**, de 01 de junho de 2000. Altera a denominação da Fundação de Educação Social e Comunitária - FESC para Fundação de Assistência Social e Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, 07 de junho de 2000.

\_\_\_\_\_. Departamento Municipal de Habitação. **Plano Municipal de Habitação Popular.** Etapa II - diagnóstico do setor habitacional de porto alegre. Porto Alegre: DEMHAB, 2009.

\_\_\_\_\_. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Projeto Ação Rua.** Porto Alegre: FASC, 2006.

\_\_\_\_\_. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Projeto Serviço de Abordagem Social.** Porto Alegre: FASC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar Nº 646**, de 22 de julho de 2010. Altera e inclui dispositivos, figuras e anexos na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) –, e alterações posteriores, e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, 29 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Plano de Enfrentamento à Situação de Rua**. Porto Alegre: FASC/UFRGS, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar Nº 667**, de 03 de janeiro de 2011. Altera a redação do § 7º e inclui § 7º-A no art. 52 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e alterações posteriores, dispondo acerca das edificações da Macrozona 1, em caso de aquisição de Índices Adensáveis (IA) oriundos da Transferência de Potencial Construtivo ou de aquisição de Solo Criado. Diário Oficial de Porto Alegre, 05 de janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Cadastro dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: FASC/UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Projeto Serviço de Abordagem Social – Ação Rua**. Porto Alegre: FASC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.087**, de 22 de julho de 2015. Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê POPRUA) e revoga o Decreto nº 17.111, de 20 de junho de 2011. Diário Oficial de Porto Alegre, 30 de julho de 2015.

PREDEBON, Krishna Chiminazzo. **Sem pouso e sem rumo: mendigos e sem-teto em Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em História), Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2011.

PROVÍNCIA Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil – Ordem dos Frades Menores. **Regra não bulada da ordem dos frades menores**. Disponível em [http://www.franciscanos.org.br/wp-content/uploads/2011/10/REGRA\\_NAO\\_BULADA\\_DA\\_ORDEM\\_DOS\\_FRADES.doc](http://www.franciscanos.org.br/wp-content/uploads/2011/10/REGRA_NAO_BULADA_DA_ORDEM_DOS_FRADES.doc). Acesso em: 29 set. 2018.

QUESTION to the city, by Robert Chambers. **Street Sheet**, São Francisco/Califórnia/Estados Unidos, ago., set., 2016. P. 5.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. A casa dos sem-casa. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol.12 no.3-4 Brasília, 1992

RECIFE. IASC – Instituto de Assistência Social e Cidadania. **Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife**. IASC, 2005.

REIS, Patrícia Lane Araújo. **Sistema único não significa sistema igual: a contraditória participação das Organizações da Sociedade Civil na política de Assistência Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **População de Rua 2013** – Um direito à cidade. Rio de Janeiro: SMDS, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 9.716**, de 07 de agosto de 1992. Lei da reforma psiquiátrica e da proteção aos que padecem de sofrimento psíquico. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 7 de agosto de 1992.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Departamento de Assistência Social – DAS. **Decreto nº 36.843**, de 9 de agosto de 1996.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. Em: **Cadernos de Subjetividade**, v.1 n.2: 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduação de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, set./fev. 1993.

\_\_\_\_\_. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. Em: LINS, Daniel (org.). **Cultura e Subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROUTHIER, Giselle. **State of the Homeless 2018**. Fate of a Generation: How the City and State Can Tackle Homelessness by Bringing Housing Investment to Scale. Nova York: Coalition for the Homeless: Março, 2018.

SANDER, Isabella. Cresce número de casos de violência contra a população de rua em Porto Alegre. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/2017/03/geral/554854-cresce-numero-de-casos-de-violencia-contr-a-populacao-de-rua-em-porto-alegre.html>. Consulta realizada em 30/09/2018.

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SANTOS, André da Rocha. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. Em: **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 587-607, nov 2014.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo/Recife: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI** - 9ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Nádia Maria Weber. “Uma luz que vinha da rua”: novos apontamentos de pesquisa para a História das Sensibilidades – práticas de exclusão de mulheres, imaginário religioso e loucura. **Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História** - UFSJ, Número 2, 2015.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Edeme, 1973.

SCHUCH, Patrice; MAGNI, Cláudia T.; GEHLEN, Ivaldo; DICKEL, Iara K. População em situação de rua: conceitos e perspectivas fundamentais. Em: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Rita dos Santos (org.). **Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das Populações de Porto Alegre**. Porto Alegre: Century, 2008.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. Em: Dorneles, A. E.; Obst, J.; Borba, M. S. (Org.). **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática, 2012.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; VIRGÍNIO, Alexandre Silva; PIMENTA, Melissa de Mattos; MEIRELLES, Mauro. Dinâmicas, estratégias e mundo da população de rua de Porto Alegre. Em: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. (organizadores). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. PP 17-43. Porto Alegre: Cirkula, 2017a.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; VIRGÍNIO, Alexandre Silva; PIMENTA, Melissa de Mattos; MEIRELLES, Mauro. População Adulta em Situação de Rua em Porto Alegre: uma síntese. Em: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. (organizadores). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. PP 77-90. Porto Alegre: Cirkula, 2017b.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**. São Paulo: Annablume, 2014.

SCISLESKI, Andréa C. **Entre se quiser, saia se puder**: os percursos dos jovens pelas redes sociais. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCISLESKI, Andréa C.; SILVA, Rosane A. N.; MARASCHIN, Cleci. Manicômio em Circuito: o percurso dos jovens e a internação psiquiátrica. Em: **Cadernos de Saúde Pública**, 24 (2), p. 342-352. Rio de Janeiro, fevereiro de 2008.

SCOTTI, Zelinda Rosa. **Que loucura é essa?** Loucas e loucos italianos no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

SILVA, Rosane Azevedo Neves da. **Notas para uma genealogia da psicologia social**. Psicologia e Sociedade. São Paulo, SP. Vol. 16, n. 12 (maio/ago. 2004), p. 12-19.

\_\_\_\_\_. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Jaqueline Severo da. **Irregularidade fundiária e usucapião espacial urbana: ruptura com a tradição jurídica de proteção à propriedade privada?** A experiência de Porto Alegre (1989-2004). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVA, Rosane N; HARTMANN, Sara; SCISLESKI, Andrea; PIRES, Mariana Lorenz. As patologias nos modos de ser criança e adolescente: análise das internações no Hospital Psiquiátrico São Pedro entre 1884 e 1937. Em: **Psico (PUCRS)**, v. 39, p. 448-455, 2008.

SILVA, Cláudia Lúcia da. **Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SILVA, Tiago Lemões da. **Família, Rua e Afeto**: Etnografia dos vínculos familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

\_\_\_\_\_. **De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Jurandir Machado da. Sobre o nome de Porto Alegre. **Jornal Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 mar. 2010. Disponível em: <https://blogs.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2010/03/261/7/>. Acesso em: 29 set. 2018.

SILVEIRA, María Laura; SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. Em: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

SNOW, David A.; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: Um Estudo sobre o povo da rua. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSATI, Adalgisa de Oliveira. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise** - 7. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. Em: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social** - 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Território e gestão de políticas sociais. Em: **Serviço Social em Revista**, Londrina, V. 16, N.1, 6 P. 05-18, Jul./Dez. 2013

SPOSATI, Adalgisa de Oliveira; BONETI, Dilsea Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1998.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e Sociologia** – e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Assistência na Previdência Social - uma política marginal. Em: SPOSATI, Adalgisa de Oliveira; FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

TORRES, Luis Henrique. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-1763)**. Rio Grande: Biblos, v. 16: 177-189, 2004.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. UFRGS/FASC, 2008.

VICENTIN, Maria Cristina; ROSA, Miriam Debieux. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. Em: **Psicologia Política**, Vol. 10, n 19, PP. 107-124. Jan-Jun, 2010.

VIERA, Alexandre. **Pensamento político na guerra guaranítica: justificação e resistência ao absolutismo ibérico no século dezoito**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, julho de 2005.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, São Paulo: Hucitec, 1992.

USA. Department of Housing and Urban Development. **The 2013 Annual Homeless Assessment Report (AHAR) to Congress**, 2013.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade – estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WADI, Marmitt Yonissa. **Palácio para guardar loucos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Médicos e loucos no sul do Brasil: um olhar sobre o Hospício São Pedro de Porto Alegre/RS, seus internos e as práticas de tratamento da loucura (1884-1924). *Asclepio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia*, 2008, vol. LX, nº 2, julio-diciembre, págs. 43-74.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. Em: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEC, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, pp 55-166, 2010 (a).

\_\_\_\_\_. Enigmas do Social. Em: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEC, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, pp 167-276, 2010 (b).

WEIMER, Günter. O plano de melhoramentos de Moreira Maciel. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Nº 148, pp. 53-79, 2014.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

WILL, Karhen Lola Porfirio. **Genocídio Indígena no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014.

WOBETO, Débora. **A gente quase acostuma: estudo etnofotográfico sobre as trajetórias transitórias em uma remoção urbana**. Monografia, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social** - 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção social do espaço, identidades e territórios em processos de remoção: o caso do bairro Restinga - Porto Alegre/RS**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

## REFERÊNCIA MUSICAL

MANU CHAO. Desaparecido. Em: Clandestino. Virgin Records, 1998.

## REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

BOCA DE RUA - Vozes de uma Gente Invisível. Direção: Marcelo Andrighetti. Porto Alegre: Boulevard Filmes, 2013 - 10 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w>. Acesso em: 19 mai. 2019.

DARK DAYS. Direção: Marc Singer. Estados Unidos: Picture Farm, 2000 - 82 min - black and white.

HABITANTES DA RUA. Direção: Cláudia Turra Magni e Nuno Godolphin. Porto Alegre: Núcleo de Antropologia Visual – PPG Antropologia Social, 1996 – 52min.

PROJETO CUIDAR - Histórias Reconstruídas. Ministério Público do Estado Rio Grande do Sul - Gabinete de Comunicação Social, 2018 - 25min. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BCUbUDIfSJ4>. Acesso em: 30 set. 2018.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População em situação de rua em alguns municípios brasileiros.

Tabela 2: Crescimento da população de rua nas principais cidades brasileiras.

Tabela 3: Tipologia ETHOS (BRASIL, 2013).

Tabela 4: População sem teto ou casa/habitação insegura em alguns países.

Tabela 5: Problemas de saúde relatados nas pesquisas

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: “As Respigadoras”. Jean-François Millet (1857). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/As\\_Respigadoras\\_\(Millet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/As_Respigadoras_(Millet)). Acesso em: 13 mar. 2019.

Imagem 2: “Esquema Social do Mendigo” (STOFFELS, 1977, p. 106)

Imagem 3: “Casa de Lazar”. (KASPER, 2006, p. 55)

Imagem 4: *Vida Praceira*. Arquivo pessoal.

Imagem 5: *Triângulo Urbano*. Google Maps. Acesso em: 29 set. 2017.

Imagem 6: *Linhas de Cuidado*. Google Maps. Acesso em: 29 set. 2017. Grifo nosso.

Imagem 7: *Pontos de Ancoragem*. Google Maps. Acesso em: 29 set. 2017. Grifo nosso.

Imagem 8: *Rede Potti*. Arquivo Pessoal.

Imagem 9: *Tessitura Cacaca*. Arquivo Pessoal.

Imagem 10: *Caminhante branco*. Facebook, publicação de 16 de junho de 2017. Acesso em: 13 ago. 2018.

Imagem 11: “Minha Rua, Minha Casa”. Jornal Boca de Rua, edição 61 (outubro, novembro, dezembro de 2016), capa.

Imagem 12: *Plano de Superação*. Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/poprua18.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/poprua18.pdf). Acesso em: 05 out. 2018.

Imagem 13: *Deixe me ir*. Banksy (2009), “Agency Job”. Exposição “Banksy versus Bristol Museum”, em Bristol, Inglaterra. Disponível em: <https://www.wikiart.org/en/banksy/agency-job>. Acesso em 13 mar. 2019.

### LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACM - Associação Cristã de Moços

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente

ASAFOM – Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ASCOMCA – Associação Comunitária Cristã de Auxílio aos Carentes do Rio Grande do Sul

ASR – Atendimento Social de Rua

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas

CEME – Central de Medicamentos

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas

CEPAL – Conferência do Episcopado Latino-Americano

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

CID – Código Internacional de Doenças

CF 88 – Constituição Federal de 1988

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CPCA – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ETHOS – *European Typology of Homelessness and housing exclusion*

FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

FASFIL – Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania



FEANTSA – *Federation of National Organisations working with the Homeless*

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

HVN – Hospital Vila Nova

IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDC – Instituto Dias da Cruz

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua

MNCMR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MP – Ministério Público

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MTST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto

NASF – Núcleo de Apoio Sócio Familiar

NOB – Norma Operacional Básica

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEFI – Serviço de Acompanhamento Especializado de Famílias e Indivíduos

PAICA – Programa de Atenção Integral à Criança a Crianças e Adolescentes

PAICA USPA – Programa de Atenção Integral à Criança a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PCD – Pessoa com Deficiência

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

PEMSE – Serviço de Execução de Medidas Socioeducativas

PISA – Programa Integrado Socioambiental

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PRD - Programa de Redução de Danos

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

PSR – População em Situação de Rua

PT – Partido dos Trabalhadores

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RG – Registro Geral ou Carteira de Identidade

SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

SASE – Serviço de Atendimento Socioeducativo

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SESRUA – Serviço de Educação Social de Rua

SIMPA – Sindicato do Municípios de Porto Alegre

SINDUSCON – Sindicato das Indústrias da Construção Civil

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SMIC – Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMTE – Secretaria Municipal do Trabalho e do Emprego

SNDM – Serviço Nacional de Doenças Mentais

SPA – Substância Psicoativa

SPAAN – Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados

SPI – Serviço de Proteção ao Índio.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul